



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

AURÉLIO DE SOUZA OLIVEIRA

**ANTONIO PAIM E A GÊNESE DE UM NEOCONSERVADORISMO BRASILEIRO:
A HISTÓRIA DE UMA IDEIA**

CAMPINAS

2024

AURÉLIO DE SOUZA OLIVEIRA

**ANTONIO PAIM E A GÊNESE DE UM NEOCONSERVADORISMO BRASILEIRO:
A HISTÓRIA DE UMA IDEIA**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO AURÉLIO DE
SOUZA OLIVEIRA, E ORIENTADO PELO
PROF. DR. ALVARO GABRIEL BIANCHI
MENDEZ

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

OL4a Oliveira, Aurélio, 1995-
Antonio Paim e a gênese de um neoconservadorismo brasileiro : a história de uma ideia / Aurélio de Souza Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Álvaro Gabriel Bianchi Mendez.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Paim, Antonio, 1927-2021. 2. Conservadorismo - Brasil. 3. Liberalismo. 4. Neoconservadorismo. 5. Intelectuais - Brasil. I. Bianchi, Álvaro, 1966-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Antonio Paim and the genesis of a brazilian neoconservatism : the history of an idea

Palavras-chave em inglês:

Conservatism - Brazil

Liberalism

Neoconservatism

Intellectuals - Brazil

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Álvaro Gabriel Bianchi Mendez [Orientador]

Jorge Gomes de Souza Chaloub

Daniela Xavier Haj Mussi

Data de defesa: 22-03-2024

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-7817-3927>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8389343585054892>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 22 de março de 2024, considerou o candidato Aurélio de Souza Oliveira aprovado.

Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub

Profa. Dra. Daniela Xavier Haj Mussi

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Este trabalho é uma homenagem a Carlos Aurélio Mota de Souza
Sem as sementes por ele plantadas, nada disso seria possível.*

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte financeiro para a realização do mestrado através do Processo 130501/2023-9.

Às pessoas que trabalham na Unicamp, em particular no IFCH, todas elas, minha total admiração e meu irrestrito respeito. Obrigado.

Agradeço imensamente ao meu orientador, o Prof. Dr. Alvaro Bianchi, pelos anos em que me ajudou, direcionou, ensinou e orientou, pela indicação do tema e por todo o apoio que me deu até a conclusão do presente estudo. Espero não ter abusado demais de sua paciência. Obrigado também à Profa. Dra. Daniela Mussi e ao Prof. Dr. André Kaysel, que foram fundamentais na minha formação e no desenvolvimento da minha pesquisa.

A todos os meus amigos e amigas, muito obrigado. Os de Itapira – Sérgio, Eduardo, Sarah, Estela, Carol, Bia, Gabriel, Maurício, Ronan, Júlio e, pra minha sorte, tantos outros que não poderei nomear todos, vocês estiveram comigo em muitos momentos em que precisei, e a isso serei eternamente grato. Nesses 10 anos em Campinas, poucos foram tão importantes quanto os que conheci na República Gringo's House – Zé, Morts, Peu, Mogi, Bixão, Ribeira, Misa, Terça, e pelo menos mais uma centena de nomes. A vocês, meu muito obrigado, também.

Dos que conheci ao longo das graduações que cursei, creio que Felipe, Pedro, Fábio e Lucca estiveram presentes na minha vida ao longo destes anos como poucos outros, e agradeço imensamente por isso. Agradeço também ao Vinícius, que foi meu amigo, meu sócio e meu professor, e ao Ariel e seu carisma inigualável, e a todo mundo que ele me fez conhecer. Obrigado também ao Gordo e à Nat, que me aceitaram como amigo neste anos mais recentes.

Agradeço também aos colegas do PePol – Sydnei, Igor, Malu, Juliana e Natália – que me ajudaram tanto academicamente como pessoalmente. Grato também à Juliana Lobo, que teve papel fundamental no desenrolar de grandes acontecimentos na minha vida nos últimos anos, e ao Felipe Adão e à Géssica, que são mais do que simples colegas da pós.

Agradeço ao Américo, do Anglo de Itapira, o primeiro a me recomendar o curso de Ciências Sociais quando eu nem sabia o que era isso. A propósito, agradeço a todo e qualquer professor que tive em toda a minha vida, todos deixaram suas marcas, em especial ao Tadeu e à Solange, do Anglo, e Luciano, Éder, Denis, Érica e Thiago, da Facamp.

Agradeço também aos professores da PUC Campinas Fabrício Peloia Del'Alamo, Luis Guilherme Maziero, Pedro Peruzzo, Natalia Maziero, Fernanda Ifanger e Paulo Roberto de Sousa. A todos os professores que tive na Unicamp, em especial Luciana, Ronaldo, Andréa, Artionka, Andrei, Fred e principalmente à Dani, André e Alvaro, do PePol, que foram absolutamente determinantes na minha formação pessoal e acadêmica.

Àqueles que se foram, por uma razão ou por outra, agradeço pelas marcas que deixaram e pelas memórias que guardo. Ao meu avô Astrogildo agradeço por tudo que fez por mim em vida, em especial na infância. Ao meu avô Carlos Aurélio não tenho como agradecer por me iniciar em história, filosofia e direito, muito cedo, por todo o apoio e pela confiança que em mim depositou e pela influência direta inclusive no tema deste trabalho, que hoje vejo ser uma maneira de responder a tudo que eu não podia quando ainda era criança. A eles dois e à minha avó Terezinha Ana, agradeço por tudo que fizeram por mim em vida e continuam fazendo na morte, e me dói muito que não possam ver este trabalho concluído; à minha avó Cida, obrigado pela inspiração e o exemplo, sua força é até hoje inigualada.

Obrigado à minha namorada Fernanda por me mostrar que há mais nesse mundo que a angústia, por tudo o que fez por mim nos momentos bons e ruins, por me escutar todas as vezes que eu quis falar, pelo apoio moral e até mesmo prático ao longo do desenvolvimento desta dissertação que não seria a mesma sem você, se é que seria. Que eu ainda possa dedicar muitas outras páginas a você.

Agradeço também à Ciomara, minha terapeuta, sem a sua ajuda eu não aguentaria a vida que levo e nem a que quero levar. No tópico de saúde mental, agradeço ao Alek, à Dara cachorra, à Dara gata, ao Meia-Noite e à Ganja, que não vão ler isso porque são bichos.

E obrigado sobretudo aos meus pais, Vicente e Andréa, que nunca duvidaram de mim, sempre me apoiaram a cada passo, que me mostraram o mundo e tudo que ele pode ter, que me ensinaram o valor do esforço, da dedicação, do cuidado, do afeto, da leitura, do respeito, das ideias, da tolerância e de tudo que me é caro, cada um à sua maneira. Obrigado por tudo o que fizeram e fazem por mim, todos os dias de minha vida, desde que nasci.

Por último, agradeço ao sr. Antonio Ferreira Paim, objeto deste trabalho, por me ensinar, e me forçar a aprender, muita coisa; e ao leitor, o verdadeiro proprietário desta obra.

*“There is no real going back.
Though I may come to the Shire,
it will not seem the same; for I
shall not be the same. I am
wounded with knife, sting, and
tooth, and a long burden. Where
shall I find rest?”*

Frodo

*“Tell me Legolas, why did I come
on this Quest? Little did I know
where the chief peril lay! Truly
Elrond spoke, saying that we
could not foresee what we might
meet upon our road. Torment in
the dark was the danger that I
feared, and it did not hold me
back. But I would not have come,
had I known the danger of light
and joy.”*

Gimli

Resumo

Este trabalho tem por objetivo a análise da obra de Antonio Ferreira Paim (1927-2021) como forma de compreender a atuação política de intelectuais, em geral, e as transformações no pensamento do autor ao longo do tempo e sua associação ao conservadorismo liberal e ao neoconservadorismo, em particular. Esse esforço se dará através da história política do pensamento político (Laboratório de Pensamento Político, 2021; Bianchi, 2014). Com isso pretendemos traçar os interlocutores de Paim e identificar o grupo intelectual de conservadores liberais que marcaram sua trajetória ao longo do século XX e início do século XXI, em especial os membros do Instituto Brasileiro de Filosofia, e situar a disputa entre grupos extra-acadêmicos e a filosofia especializada que se travou no Brasil no século passado. Para isso faremos uso das noções de partido político de Antonio Gramsci (1999ss; 1989) e os métodos que este autor empregou para estudar a obra de Benedetto Croce, nos valendo das várias fases da produção intelectual de Paim, desde a juventude marxista até a maturidade neoconservadora. Como resultados identificamos as mudanças e permanências no pensamento de Paim ao longo dos anos, seus interlocutores e suas formas de divulgação de seu pensamento, que se transformou ao longo do tempo numa vertente tanto teórica quanto prática do liberalismo e do neoconservadorismo, tendo influenciado diretamente na política institucional brasileira desde pelo menos os anos 1980 até o presente.

Palavras Chave: Conservadorismo; Liberalismo; Neoconservadorismo; Intelectuais; Brasil

Abstract

This work aims to analyze the work of Antonio Ferreira Paim (1927-2021) in order to understand the political involvement of intellectuals in general, as well as the transformations in the author's thinking over time and his association with liberal conservatism and neoconservatism in particular. This effort will be carried out through the political history of political thought (Laboratório de Pensamento Político, 2021; Bianchi, 2014). With this, we intend to trace Paim's interlocutors and identify the intellectual group of liberal conservatives that have influenced his trajectory throughout the 20th and early 21st centuries, particularly the members of the Instituto Brasileiro de Filosofia, and situate the dispute between non-academic groups and specialized philosophy that took place in Brazil in the last century. To do this, we will use Antonio Gramsci's notions of political party (1999ss; 1989) and the methods he employed to study the work of Benedetto Croce, drawing from the various phases of Paim's intellectual production, from his Marxist youth to his neoconservative maturity. As a result, we identify the changes and continuities in Paim's thinking over the years, his interlocutors, and the ways in which his ideas were disseminated. These ideas have evolved over time into both a theoretical and practical aspect of liberalism and neoconservatism, directly influencing Brazilian institutional politics from at least the 1980s to the present.

Keywords: Conservatism; Liberalism; Neoconservatism; Intellectuals; Brazil

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 – Um jovem baiano, militar e militante - Antonio Paim: breve biografia pessoal, política e filosófica.....	24
Capítulo 2 – História das Idéias Filosóficas no Brasil: a obra.....	37
2.1: Uma questão de método.....	37
2.2: Origens e versões do História das Idéias Filosóficas no Brasil.....	60
Capítulo 3 – A potência do conservadorismo liberal em ato.....	94
3.1: A guinada neoconservadora.....	95
3.2: As “obras menores” e a divulgação do pensamento de Antonio Paim.....	117
Considerações finais.....	160
Referências bibliográficas.....	162

Introdução

Esta pesquisa dedica-se ao estudo da biografia e da obra de Antonio Ferreira Paim (1927-2021), filósofo baiano e estudioso da história das idéias no Brasil, um importante nome da área no país ao longo do século XX. Indo além de sua trajetória pessoal, a análise aprofundada das nuances de seu pensamento ao longo do tempo é importante para a compreensão da formação de duas correntes de pensamento influentes no pensamento político nacional: o conservadorismo liberal e o neoconservadorismo. Desde sua juventude marxista e o eventual rompimento com o Partido Comunista Brasileiro, trajetória comum a outros filósofos conservadores e liberais do país, até sua atuação como assessor político do Partido da Frente Liberal (PFL) e divulgador da doutrina neoconservadora, sua trajetória pode ajudar a compreender não apenas a formação da corrente conservadora liberal no Brasil como a importância de se estudar o pensamento político através das constâncias e mudanças ocorridas ao longo do tempo para uma adequada interpretação do pensamento de um autor.

Além do uso das grandes obras, é necessário o estudo dos “escritos menores” de um autor e de seus interlocutores para melhor situá-lo nos debates em que se inseriu e, comparando os diversos materiais disponíveis, identificar aquilo que há de permanente em sua obra e, tão relevante quanto, as mudanças ocorridas no seu interior para revelar o *leitmotiv*, como chamou Gramsci (Bianchi, 2019), do seu pensamento, exercício que permite não apenas compreender com maior profundidade o pensamento de um autor específico – neste caso o de Antonio Paim –, seu fio condutor, mas movimentos mais gerais da intelectualidade em determinadas épocas e regiões, neste caso o Brasil do século XX, em específico nos círculos intelectuais conservadores.

O estudo da formação e consolidação de escolas de pensamento político não é um campo exatamente novo. Contudo, a maneira como tais estudos são conduzidos, sua metodologia e objeto, nomeadamente, variaram significativamente ao longo do tempo, gerando conclusões bastantes diversas e disputas no interior do campo que ilustram alguns dos debates clássicos da ciência política. A oposição e eventual aproximação das correntes conservadora e liberal, por exemplo, não apenas marca a trajetória deste campo como ganhou um significado acentuado nos últimos anos com a ascensão política de novas forças conservadoras no Brasil e no mundo, razão pela qual uma revisão dos métodos em história do pensamento político bem como das obras relevantes para o debate e para a formação do

pensamento político conservador é necessária para o avanço das discussões a respeito do tema.

O conservadorismo e o liberalismo desenvolveram seus contornos contemporâneos como correntes políticas claramente divergentes, na época dos impérios, séculos atrás, ganhando notoriedade durante a Revolução Francesa (1789) e ao tempo da publicação de *Reflections on the Revolution in France*, por Edmund Burke, no ano seguinte, em 1790. Os partidos e organizações políticas que assim se definiam eram vistos como adversários explícitos na disputa pelo poder e pelo discurso e a oposição entre os conceitos de “revolução” e “conciliação” torna-se central a partir de então.

Por conta dessa origem conflituosa que existe em sua forma moderna desde pelo menos desde as Revoluções do século XVIII, pode causar certa estranheza falarmos hoje em dia em conservadorismo liberal como uma força política única. Após um período de mudanças no interior da corrente conservadora nacional brasileira, que tinha o catolicismo como traço mais característico no início do século XX, é possível notar uma transformação do conservadorismo aliado ao neoliberalismo nas pautas políticas e econômicas (Rocha, 2019), além da consolidação de projetos políticos que apresentam uma roupagem nova, mas que são continuidades de planos e ideias do passado.

Novas direitas, neoconservadorismo, neoliberalismo, conservadorismo liberal: trataremos da variedade dos termos mais adiante, em capítulo específico. Para introduzir o tema, contudo, vale dizer que, embora mantenham relações próximas, são conceitos distintos que devem ser levados em consideração com cuidado e rigor. Para Guilherme Almeida (2020), o termo neoconservadorismo ajuda a distinguir esta corrente do conservadorismo, já que a historiografia crítica do Brasil deveria partir do pressuposto da influência sempre presente do conservadorismo, sendo a sua nova versão algo distinto do projeto básico conservador, indissociável do histórico de desigualdades nacional.

Já Ivan de Mattos Silva (2021) e Marina Lacerda (2019) definem o neoconservadorismo como um fenômeno específico dos Estados Unidos, uma “coalizão que reuniu parcela majoritária do movimento religioso evangélico, elementos da direita secular do Partido Republicano e intelectuais na eleição de Ronald Reagan” (Lacerda, 2019; Silva, 2021), coalizão que só passou a existir como reação ao avanço de novos movimentos políticos e sociais por direitos civis como os movimentos feministas e LGBTQIAP+.

Camila Rocha (2019) defende que se use o termo liberal-conservadorismo, tributário de Jorge Nállim (2014), uma vez que o termo neoconservadorismo, embora explicita um

pouco a relação entre nacionalismo e ideário pró-mercado, esconde as raízes liberais desta corrente:

“Acredito que esta última seja mais adequada para se referir à fusão do conservadorismo com a defesa do capitalismo de livre-mercado, afinal, não só o termo neoconservadorismo oculta a influência do liberalismo econômico, como também passou a designar mais especificamente uma vertente da direita norte-americana que surgiu na década de 1970 e que defendia que o país adotasse uma política externa mais agressiva.” (Rocha, 2019, p. 59)

O neoconservadorismo, nestes termos, pode se referir tanto a uma política externa intervencionista, específica dos Estados Unidos, quanto a uma ideologia própria que mistura elementos neoliberais e conservadores e que se distingue da primeira sobretudo por sua maior aceitação da intervenção do Estado em determinadas facetas da vida social – é esta segunda definição que nos interessa mais para este estudo. Desta feita, para evitar confusões, adotaremos a posição acima exposta por Rocha (2019), mas usaremos o termo com a ordem de palavras invertida: conservadorismo liberal, pois prioriza o caráter conservador em detrimento do liberal, sem ocultar as origens ideológicas que remetem tanto ao liberalismo clássico quanto ao neoliberalismo, além de condizer com a terminologia utilizada por Antonio Paim, principal autor por nós analisado.

É importante mencionar o fato de que o termo neoliberalismo caiu em desuso por parte de seus representantes após a experiência chilena de Pinochet, que associou o neoliberalismo a regimes autoritários, como aponta Camila Rocha (2019). Para Ronaldo Almeida (2017), há hoje uma possibilidade de se assumir como “de direita” mais ampla do que durante o período da redemocratização do Brasil na década de 1980, momento em que a memória do Regime Militar era ainda recente e carregava consigo certos valores negativos. Hoje, argumenta o autor, esta pecha está com os que se assumem “de esquerda”, após a experiência do governo petista, um fator que também favorece o fortalecimento do conservadorismo ideológico.

O conservadorismo tradicional brasileiro, construído sobre as bases do conservadorismo católico e mantendo algumas de suas características após sua interseção com correntes liberais, fundiu-se em certos aspectos ao liberalismo por meio da recusa às ameaças políticas do comunismo. Se considerarmos o discurso conservador de sua própria origem, o elemento distintivo mais significativo em relação à versão católica até a década de 1960 foi a

adoção gradual de ideais pró-mercado até a década de 1980, culminando em uma postura abertamente liberal, o que deu origem a uma corrente de fato conservadora liberal (Almeida, 2020; Rocha, 2019), da qual é tributário o neoconservadorismo. Antonio Paim é um exemplo bastante claro deste movimento. Sua trajetória intelectual inicia-se com uma fase marxista no início de sua vida acadêmica, na década de 1950, tornando-se um autor principalmente conservador na década de 1960 até enfim tornar-se um teórico liberal nas décadas de 1970 e 1980. Posteriormente, reivindica para si o título de neoconservador, a partir dos anos 1980 e mais significativamente nos anos 1990, e se reaproxima das instituições liberais que ajudou a erigir nas décadas anteriores até a sua morte, em 2021.

Esta trajetória tão acidentada fornece um terreno fértil para um estudo aos moldes do que fez Antonio Gramsci ao estudar seu conterrâneo italiano Benedetto Croce em seu Cadernos do Cárcere (1999). Ao tratar do tema da história dos intelectuais italianos no século XIX, Gramsci utilizou-se da obra Croce de maneiras variadas, apoiando-se nela como base para discutir o método historiográfico em história do pensamento político e filosófico, como objeto de estudo da filosofia particular de Croce e como elemento para a compreensão da história dos intelectuais (Bianchi, 2019).

Através de análise documental dos escritos publicados de Antonio Paim e de seus interlocutores – adversários e aliados –, é possível traçar um caminho parecido ao proposto por Gramsci para o estudo da história dos intelectuais italianos através da obra de Croce. É este o método principal que esta pesquisa empregará para o estudo do método, da filosofia e do papel na história dos intelectuais de Antonio Paim. Assim como Gramsci estudou Croce, a obra de Paim será dividida em fases e analisada naquilo que melhor puder contribuir em cada uma delas, sendo elas a juventude comunista, o amadurecimento conservador liberal e a maturidade neoconservadora.

Ainda no tema da caracterização ideológica do tipos de conservadorismo e liberalismo, em relação ao liberalismo clássico, do *laissez-faire*, o neoliberalismo distingue-se por exigir um papel mais ativo do Estado na promoção do ideário pró-mercado, como a criação de um aparato jurídico-legal que permita um funcionamento adequado do livre-mercado, tornando-se não apenas um fenômeno político ou econômico, mas determinando um modo de vida numa *sociedade neoliberal* (Dardot et al, 2016). O conservadorismo clássico teria ainda características autoritárias, sobretudo no Brasil, como nas noções autoritárias de Estado defendidas por autores como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Paulo Mercadante, que defendem uma posição intervencionista do Estado, sobretudo em pautas morais.

Paulo Mercadante, em sua obra *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira* (1980), defende que a característica principal do conservadorismo seria a intenção de não-ruptura com o passado, o chamado “elemento conciliatório” (Mercadante, 1980), de inspiração Burkeana. Haveria, para Mercadante, uma interpretação mais adequada da história do pensamento brasileiro do que as outras, fato que se liga à noção de que “existe a Verdade e que ela está contida na tradição judaica e cristã que engendrou a sociedade ocidental.” (Da Silva et al., 2021). Desta forma, o estudo da história da filosofia no Brasil, por exemplo, revelaria as Verdades universalizáveis e também as particulares do caso brasileiro, cabendo ao historiador o resgate desta tradição para que pudesse a ela contribuir com novas conclusões que não rompam com a continuidade do pensamento filosófico e político.

Essa lógica é reproduzida por Antonio Paim em *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967), desde sua primeira edição até a última, além de outros livros do autor que descrevem ou usam o seu método a que denominou primeiro de eclético e depois de culturalista. Paim é um exemplo do tipo de intelectual que migrou do marxismo na juventude para o conservadorismo tradicional, e deste para o conservadorismo liberal. Como consequência deste movimento, Paim passou da filosofia conservadora, pretensamente desinteressada politicamente, para a difusão do ideário conservador liberal de forma ativa e politicamente orientada, como parte de um projeto político claro, reproduzindo de uma visão de mundo que diz respeito tanto à governamentalidade quanto às condutas subjetivas, carregado de proposições sobre moral.

Antonio Paim e Paulo Mercadante foram colegas no Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), tendo sido coautores da primeira publicação de Paim na *Revista Brasileira de Filosofia* (RBF), em 1965, periódico publicado pelo Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), em texto sobre Tobias Barreto, que mais tarde integraria a primeira edição do *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967). Este instituto teve participação relevante na disputa política travada entre intelectuais brasileiros no século passado, seja no interior do conservadorismo ou no choque desta com outras correntes, como o marxismo e o próprio liberalismo em suas diversas versões:

Inicialmente o IBF reunia intelectuais dedicados ao que consideravam como sendo um estudo neutro e desinteressado da filosofia, como um “saber puro” que não deveria ser interpretado à luz dos desdobramentos históricos e/ou da realidade social. Dessa forma, procuravam criticar e se afastar daquilo que

consideravam ser uma “tendência participante” da filosofia brasileira representada, por exemplo, pelo professor da Universidade de São Paulo João Cruz Costa. (Rocha, 2019, p. 64)

Ainda em Rocha (2019), o IBF foi um agrupamento intelectual importante para a passagem ao conservadorismo liberal, tendo seu núcleo duro sido composto, na análise da autora, por Adolpho Crippa, Antonio Paim, Creusa Capalbo, Miguel Reale, Nelson Saldanha, Paulo Mercadante e Ricardo Vélez Rodríguez. Este último atuou em 2019 como o primeiro ministro nomeado para a pasta da Educação do governo Jair Bolsonaro, e no passado foi orientando de Antonio Paim, além de autor de algumas biografias a respeito de seu mestre. Nestas, Vélez Rodríguez dá outras indicações da trajetória bibliográfica de Paim em conjunto com outros membros do IBF:

Ainda no âmbito das atividades culturais, desenvolve trabalho intenso de reedição de livros de autores brasileiros, tendo participado da organização da "Estante do Pensamento Brasileiro", coleção dirigida por Miguel Reale; da "Biblioteca do Pensamento Brasileiro", dirigida por Adolpho Crippa; da "Coleção Pensamento Político Republicano", organizada por Carlos Henrique Cardim; e da direção da "Coleção Reconquista do Brasil", da Editora Itatiaia, presentemente com cerca de trezentos títulos, onde, entre outras coisas, reeditou a obra de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), inclusive textos que permaneceram inéditos por mais de quarenta anos. Juntamente com Paulo Mercadante, organizou novo plano da Obra Completa de Tobias Barreto (1839-1889), afinal levada a cabo e ampliada por Luiz Antônio Barreto (edição em dez volumes, publicados em 1989-1990). (Vélez Rodríguez, 2020)¹

Vélez Rodríguez é um autor importante para compreender os temas mais relevantes de Antonio Paim do ponto de vista de seus pares do IBF, sobretudo o que foi apropriado de sua obra após seu período mais produtivo entre a década de 1960 e o início do século XXI. Para Vélez Rodríguez, a obra de Paim possui duas dimensões de grande relevância: a formulação de uma metodologia em história das ideias e a “análise histórico-crítica a quatro

¹ Trata-se de artigo publicado em *blog* pessoal do autor Ricardo Vélez Rodríguez, orientando de Paim, intitulado *Pensadores Brasileiros - ANTONIO PAIM (1927)*, datado de 20/05/2020, disponível em <<https://www.ricardovelez.com.br/blog/pensadores-brasileiros-antonio-paim-1927>>. O artigo é reprodução de outro artigo, do mesmo autor, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, referenciado e utilizado no terceiro capítulo desta pesquisa.

segmentos básicos da cultura brasileira: as idéias filosóficas, as idéias educacionais, as idéias políticas e a historiografia brasileira propriamente dita.” (Idem).

Vélez associa Paim como um autor da corrente culturalista fundada por Miguel Reale, que defendia a originalidade da filosofia brasileira e atribui a Paim o mérito de esclarecer os métodos a serem utilizados por essa corrente: indagar os problemas que preocupavam o pensador objeto de estudo, as respostas oferecidas e traçar relações entre este pensador e outros (Idem). Paim chega até a filosofia de Miguel Reale através do kantismo e do neokantismo, que eventualmente o levaram à organização da obra completa de Tobias Barreto, desembocando assim no culturalismo, corrente da qual Reale foi um representante e atribuiu a fundação, no Brasil, a Barreto.

Paim e os demais membros do IBF travaram um embate com João Cruz Costa e os filósofos da USP, embate que não se deu por acaso, uma vez que o IBF era inicialmente composto por juristas cuja hegemonia na filosofia paulista era ameaçada pela criação de institutos especializados no estudo da filosofia, nomeadamente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Ferrer, 2012). Cruz Costa foi ainda particularmente relevante nos primeiros ciclos de estudos sobre história das ideias no Brasil, tendo publicado os primeiros artigos no tema da *Revista Brasileira de Filosofia* (RBF), e alguns de seus textos foram resenhados por membros do IBF no mesmo periódico, ligado ao grupo.

Para uma pesquisa que contribua à história do pensamento político, o tema da formação de uma corrente ao mesmo tempo conservadora e liberal no Brasil é relevante tanto pela contribuição à compreensão do contexto político nacional contemporâneo, marcado pela ascensão das chamadas “novas direitas”, quanto pelas respostas que pode oferecer a temas clássicos do campo. Além de ajudar na elucidação de fenômenos contemporâneos e de situar mais claramente certas correntes ideológicas, este tipo de pesquisa permite que algumas questões conhecidas sejam aprofundadas, tal como a importância dos intelectuais para a política. Para examinar esta e outras questões, esse trabalho se dispôs a analisar a trajetória e a obra de Antonio Paim, um filósofo brasileiro da segunda metade do século XX e início do século XXI, com participação importante para a formação de uma corrente conservadora liberal e de documentação deste processo a partir de seu interior.

A obra de Antonio Paim pode contribuir de diversos modos ao estudo da história do pensamento político brasileiro, inclusive por modos que não eram pretendidos pelo autor. Nesta pesquisa, sua obra será mobilizada com sentidos múltiplos. Primeiro para compreender a historiografia de Paim e situá-la como exemplo de um método historiográfico que tem seus limites e que já foi alvo de críticas por parte dos historiadores e historiadoras das ideias. Em

segundo lugar, como demonstração do argumento que fundamenta parte da noção de que os intelectuais agem também politicamente quando publicam seus estudos, estes por sua vez influenciados pelo contexto e pela prática política. Por último, a análise da obra de Paim como objeto propriamente dito, para melhor compreender a formação de uma corrente conservadora liberal no pensamento político brasileiro e a transformação desta corrente ideológica pretensamente neutra politicamente num projeto político liberal a ser colocado em prática, no caso de Paim através do pensamento neoconservador e da relação deste autor com a política institucional em sua última fase de produção intelectual.

O primeiro capítulo se dedica principalmente à biografia de Antonio Paim, sua juventude comunista e o fenômeno da passagem de militantes comunistas ao conservadorismo após a publicação do chamado Relatório Krushev e o conseqüente enfraquecimento dos Partidos Comunistas pelo mundo, em específico o Partido Comunista Brasileiro (PCB), neste caso. Para tanto, tratará tanto da formação de Antonio Paim na União Soviética, passando pela fundação do Instituto Brasileiro de Filosofia até as primeiras participações de Antonio Paim na *Revista Brasileira de Filosofia*.

O segundo capítulo se voltará para a principal obra de Antonio Paim, o *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967), em suas várias edições, bem como outros artigos e livros de Antonio Paim e seus interlocutores, que viriam a compor sua *magnum opus* em edições futuras, para discutir a metodologia historiográfica em história do pensamento político. Compreender as mudanças editoriais, as publicações que precederam a principal obra de Paim e as obras satélites que explicam seu método em maior profundidade ajudarão a desvendar o “ritmo de pensamento” do autor e localizar seus interlocutores, posicionando o texto de maneira mais clara nos debates dos quais pretendia participar o autor e, para além destes em que Paim se colocava conscientemente, serem utilizados até como forma de identificar tais debates e seus desdobramentos. O capítulo também buscará traçar o caminho percorrido pelos textos de Paim até tornarem-se parte deste livro, e como os capítulos deste livro foram transformados em textos autônomos, em seguida.

Para tanto, estes textos serão mobilizados levando em consideração os escritos no tema de autores como Antonio Gramsci (1999), Alvaro Bianchi (2014, 2019) e Daniela Mussi (2016).

Ressalta-se que o objetivo primordial da pesquisa não é a crítica da obra de Paim, mas este será um dos objetivos do capítulo inaugural, dado que as características do perenialismo utilizado por Paim em sua história das ideias e do pensamento político representam uma prática no estudo destas áreas que merecem atenção para que não mais

caíamos nestas armadilhas intelectuais. Isso ajuda a estabelecermos maneiras mais eficientes de estudar criticamente o surgimento e desenvolvimento de correntes de pensamento político, intermediadas sempre pela *intelligentsia*.

Nos utilizaremos ainda da contribuição de Antonio Gramsci, em seu método de estudo da obra de Benedetto Croce, que pode oferecer uma abordagem frutífera se considerarmos a identidade entre filosofia, história e política defendida pelo membro-fundador do Partido Comunista Italiano, que serve para criticar a pretendida neutralidade de Antonio Paim e seus pares do IBF. É sobre este método que os textos de Alvaro Bianchi (2014; 2019) e Daniela Mussi (2016) tratam e desta forma contribuem para o fundamento metodológico da pesquisa.

Colocado o problema da participação política dos intelectuais, resta demonstrá-lo com um exemplo que também pode ser encontrado na biografia e na bibliografia de Antonio Paim e do IBF. Em meados do século XX, na fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo, instaurou-se uma crise na hegemonia da filosofia paulista entre aqueles que detinham o controle da filosofia através das faculdades de Direito, do qual foi importante representante o filósofo e jurista Miguel Reale, fundador do IBF (Ferrer, 2012).

A disputa que se seguiu pautou a produção filosófica inicial do IBF e da *RBF*, uma disputa ao mesmo tempo política e filosófica, expressa na rivalidade entre os “filósofos” da filosofia especializada da USP e os “filosofantes” dos institutos paralelos à academia, em sua maioria pertencente à corrente conservadora que até então monopolizava o ensino de filosofia das faculdades de Direito. O IBF é também ilustrativo de uma passagem do conservadorismo católico para o conservadorismo com bases liberais, movimento decisivo para a formação do conservadorismo liberal e para os rumos políticos do Brasil, no longo prazo, e da produção intelectual de Paim.

Mencionando Arthur Giannotti, um dos primeiros professores da FFCL, Ferrer reconstrói o ciclo de estudos da obra de Karl Marx que o legitimaram como autor a ser estudado, de modo que “é possível afirmar que um grupo de estudos como esse àquela época recrudescer o antagonismo com o grupo ao redor de Miguel Reale” (Ibidem, p. 35). Ainda sobre o grupo de estudos d’O Capital, citando Gianotti e Fausto, Ferrer aponta que, embora estes pensadores não estivessem engajados na luta armada como muitos de seus colegas, “eles enunciavam um projeto diferente do pensamento católico e conservador” (Ibidem, p. 36).

Integrado tardiamente nesta disputa, Antonio Paim pode ser tomado como um exemplo prático de como a atuação dos intelectuais é também política e contextualizada. Até

a pretensão de uma filosofia e historiografia universalizáveis, da produção de um conhecimento politicamente neutro e perene e da existência de problemas também perenes na filosofia, nota dominante na obra de Paim e nas dos demais membros do IBF, ganha contornos políticos neste cenário em relação às posições antagônicas da FFCL da USP, inspiradas pelo marxismo aos poucos introduzido no ambiente universitário. Trata-se de disputa entre uma visão metafísica e uma materialista da história.

A própria criação de institutos paralelos à academia passa por essa disputa política, discursiva e ideológica, remetendo à atuação de Benedetto Croce na Itália e à leitura que Gramsci fez desta. O aparecimento e fortalecimento de novas forças políticas, como os marxistas intelectuais, tensionam ainda mais essa disputa filosófica e misturam a história pessoal e a trajetória intelectual de Antonio Paim, mas refletem também o contexto de surgimento e fortalecimento do IBF em relação à FFCL.

Isto posto, a pesquisa continua por meio da análise da passagem de Antonio Paim de um filósofo que pretendia encarnar a neutralidade política em suas obras, isolando a filosofia como objeto de estudo, para um divulgador eficaz de doutrinas liberais, inicialmente, e mais adiante de doutrinas neoconservadoras, numa definição que ele mesmo fez de si próprio. Esta passagem pode ser ilustrada simbolicamente na mudança do estudo da história das ideias, inicialmente, para o estudo da história do pensamento político, sobretudo do pensamento político liberal brasileiro. Embora feita de maneira implícita e pretendendo sempre a neutralidade que já defendia quando de suas primeiras publicações, o caráter evidentemente político e de divulgação de doutrinas torna-se explícito nas obras tardias de Antonio Paim – algo que pode ser notado até mesmo na mudança dos meios de divulgação escolhidos por Paim, inicialmente publicando em periódicos especializados de filosofia, passando por publicações periódicas em jornais de ampla circulação, até chegar ao formato de cursos de formação política via internet e consultorias a partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

Valendo-se ainda da maneira como Gramsci estudou a obra de Croce, esses capítulos são indissociáveis da discussão sobre metodologia historiográfica e do uso destas obras como elemento de compreensão da história dos intelectuais. Restaria, desta forma, a análise da filosofia propriamente dita de Antonio Paim, especificamente em sua fase madura, a partir da década de 1980 até os primeiros anos do século XXI. Este é o objetivo do último capítulo.

A filosofia de Paim tem traços característicos da tradição conservadora brasileira, como o espírito de conciliação como elemento dominante, a recusa radical do marxismo, uma exortação ao resgate da metafísica e do espiritualismo, um idealismo anti-materialista e

eclético, de inspiração ao mesmo tempo croceana e kantiana, etc. Por outro lado, é profundamente inspirada em valores do liberalismo clássico, resultando numa defesa da democracia representativa em termos principalmente formais, enxergando na educação e na formação dos cidadãos a saída para o impasse democrático brasileiro. A economia de mercado, as liberdades de expressão, pensamento e religiosa, o valor soberano do indivíduo em relação à sociedade, a autonomia do sujeito em relação ao meio social, dentre outros valores fundamentalmente liberais, são o pano de fundo do pensamento filosófico de Paim:

A sociedade distingui-se precisamente do meio ambiente natural pela impossibilidade de ignorar que o móvel do homem é a *causa final*, é o objetivo. As circunstâncias exteriores os condicionam, é certo, mas não podem contê-los. Reconhecê-lo significa, como bem o diz Mondolfo, devolver ao homem seu papel de criador da história. (Paim, 1967, p. 207)

Mas existem mudanças significativas no interior de sua obra ao longo do tempo. Embora alguns elementos, como a tentativa de neutralidade da filosofia em relação à política e a defesa de questões perenes no pensamento filosófico ao longo da história sejam fixos, há diferenças entre as primeiras e as últimas obras de Paim, e estas podem ser tão elucidativas quanto as semelhanças. As mudanças até mesmo editoriais ao longo de seu *História das Idéias Filosóficas no Brasil* são um indicativo disso e serão mobilizadas nesse sentido em capítulo específico, com a finalidade de identificar o que há de fixo e o que há de mutável no pensamento de Paim.

O último capítulo se dedicará à última fase do pensamento de Paim, quando associa-se ao chamado neoconservadorismo. O objetivo desta investigação é o entendimento de como Paim partiu da posição de intelectual que se propunha ser politicamente neutro, propondo uma filosofia desinteressada, afastada da política e da religião, com valor universal e destacado da história, para a de um articulador de um projeto político conservador liberal ao qual chamou de neoconservador e que teve consequências diretas na política nacional.

Trata-se, desta forma, de um exercício daquilo que Gramsci chamou de desvendar o ritmo do pensamento de um autor como forma de compreender não só sua obra, em seu interior, mas como esta se posiciona e posiciona seu autor no debate com seus interlocutores e na sua prática intelectual e política (Bianchi, 2019). Os artigos de Antonio Paim e aqueles que tratavam de sua obra publicados no jornal *O Estado de São Paulo* ajudam a traçar este panorama e resgatar o caminho percorrido por Paim. Sua obra serve para traçar o

desenvolvimento desta doutrina conservadora liberal e sua transformação num projeto político aplicável que teve consequências relevantes para o pensamento político e, ato contínuo, para a política brasileira em ação.

Com críticas às vertentes católicas do conservadorismo e às correntes “ultra”-liberais do liberalismo, principalmente, Antonio Paim ofereceu uma base filosófica bastante particular em relação ao Estado, ao mercado, e, principalmente, à democracia. Valores como “pátria, família e mercado” colocam seu pensamento num meio termo entre o conservadorismo e o liberalismo que podem ajudar a explicar como correntes que na história do pensamento político surgiram como diretamente antagônicas tornaram-se próximas e difíceis de separar no pensamento de autores contemporâneos. A explicação talvez venha do surgimento de adversários em comum: o marxismo, o Estado de bem-estar social, o materialismo histórico, os movimentos por direitos civis etc, além do enfraquecimento de correntes até então hegemônicas como o conservadorismo católico e as doutrinas autoritárias do Estado, fenômenos que se misturam e se explicam mutuamente.

Este é, portanto, o caminho a ser traçado nesta dissertação: através das várias facetas da obra publicada de Antonio Paim, discutir método historiográfico, história do pensamento político e história dos intelectuais no Brasil. Como Gramsci ao estudar Benedetto Croce – filósofo idealista estimado por Paim e importante para a compreensão da história do Instituto Brasileiro de Filosofia –, pretende-se segmentar a obra de Paim para estudos diferentes em cada momento da pesquisa: primeiro como exemplo de um fenômeno específico que diz respeito à passagem de intelectuais marxistas para o conservadorismo no final da década de 1950 e início da década de 1960; depois, como exemplo de um método historiográfico conservador, que Paim chamou de eclético e de culturalista, em momentos distintos de sua obra; ao mesmo tempo, como chave explicativa para a compreensão da história dos intelectuais no Brasil; e, por último, como objeto de estudo de filosofia, política e história brasileira, notadamente da gênese de uma corrente política conservadora liberal no país e do neoconservadorismo.

Capítulo 1 – Um jovem baiano, militar e militante

Antonio Paim: breve biografia pessoal, política e filosófica

Antonio Ferreira Paim (7 de abril de 1927 - 30 de abril de 2021) foi um pensador, filósofo, professor universitário e historiador das ideias brasileiro, nascido em Jacobina, no início do século XX, cidade do interior da Bahia, e falecido em São Paulo, em 2021. Com vasta obra publicada, foi intelectualmente ativo até idade muito avançada, pouco antes de sua morte aos 94 anos. Publicou artigos, livros e colunas desde pelo menos 1965, data de sua primeira contribuição à *Revista Brasileira de Filosofia*, em artigo escrito em conjunto com Paulo Mercadante sobre a filosofia de Tobias Barreto, tema constante em sua obra ao longo do tempo.

Suas principais contribuições foram dadas à história das ideias filosóficas, ao conservadorismo e ao liberalismo brasileiros, sendo que sua obra mais importante é também o objeto central desta pesquisa: *História das idéias filosóficas no Brasil* (1967), que foi considerada um “clássico da área” pelo cientista político Christian Lynch, em entrevista concedida à revista *Época*. Esse estudo analisará as edições que vão de 1967 a 2007 desta obra em que Paim busca reconstruir, através da exposição de sua gênese, uma filosofia que possa ser considerada autenticamente brasileira e, por consequência, a mais adequada para interpretar o cenário político e filosófico nacional e ao mesmo tempo tributária de uma tradição filosófica Ocidental que inspiraria filósofos desde a Grécia Antiga até a Europa e Brasil contemporâneos..

Tal filosofia, em sua versão brasileira, teria suas origens, segundo Paim, no pensamento luso-brasileiro de Silvestre Pinheiro Ferreira, responsável por introduzir o ecletismo espiritualista de Victor Cousin na meditação nacional, e é marcada pela influência do liberalismo e pelo espírito de conciliação que denota, segundo conceito apresentado por Mercadante (1980) e reforçado por Paim, a tradição do pensamento conservador nacional: conciliação entre o espírito anti-reformista e a modernidade, em Portugal, entre o regime escravocrata e o liberalismo, no Império, entre democracia e autoritarismo no século XX, e assim por diante.

Passando por pensadores nacionais, como Tobias Barreto, o ecletismo espiritualista teria caminhado gradualmente rumo ao culturalismo, sempre em constante tensão com o positivismo. O culturalismo de Barreto torna-se o culturalismo de Miguel Reale, corrente da qual Antonio Paim é colocado como representante por seus pares, como Ricardo Velez Rodriguez (2020). Paim, por outro lado, defende no *História das Idéias Filosóficas no Brasil*

(1967), a revalorização do ecletismo espiritualista como forma de estudar a dimensão cultural tão cara ao culturalismo – e de assim resgatar a metafísica, rejeitada pelo positivismo e essencial para os conservadores católicos que antecederam o IBF.

Para Paim, a filosofia se desenvolve a partir de problemas e sistemas, sendo os primeiros universais e atemporais, enquanto os segundos se transformam com a história e dependem das questões específicas de cada época e lugar. Assim, a filosofia brasileira poderia se valer de soluções dadas aos problemas no passado, desde que interpretados à luz do sistema vigente, isto é, do ponto de vista de um Brasil contemporâneo. Por esta razão, a gênese de uma filosofia nacional permitiria identificar em primeiro lugar quais são os problemas relevantes e em segundo lugar as soluções viáveis a serem buscadas no passado – método que o autor derivou diretamente do chamado ecletismo espiritualista e que é exposto de forma dispersa ao longo de suas obras, como discutiremos adiante.

Quanto ao problema que se depara a filosofia brasileira, Paim afirmava que a superação do positivismo é o grande divisor de águas entre as diversas correntes filosóficas, uma vez que “O critério geral segundo o qual se distingue a Filosofia Moderna da Contemporânea é o surgimento daqueles autores que tomam posição diante do positivismo” (Paim, 1999a). A contemporaneidade na filosofia brasileira teria como marco a década de 1930, quando teriam surgido, para Paim, as primeiras obras a respeito do culturalismo, que seria então a corrente filosófica mais relevante para o pensamento nacional.

Em resumo que fez de sua obra *Problemática do culturalismo* (1995b), Paim coloca que a filosofia comporta uma multiplicidade de perspectivas, e que a pretensão de validade universal seria um discurso específico da ciência, que não diz respeito à filosofia, e que está ainda viciada pelo positivismo/comtismo, que contemporaneamente a Paim seria encarnada pelo marxismo. O culturalismo proporia uma abordagem ontológica, metafísica, cujo principal objeto seria a criação humana, a cultura.

A moralidade ofereceria, então, os fundamentos da cultura, de modo a evidenciar a singularidade da cultura Ocidental através de sua cultura própria; ao mesmo tempo, a cultura Ocidental teria dado à luz um “conjunto de valores que acabaram por alcançar a validade absoluta, cabendo denominá-los, com Miguel Reale, de **invariantes axiológicos**” (Paim, 1995b, grifos do autor). Para ambos estes autores, a evolução histórica das culturas constituem unidades chamadas de civilizações.

Estas passagens são relevantes para ilustrar a importância que a chamada cultura Ocidental tiveram no pensamento de Antonio Paim desde seu tempo de IBF, quando tornou-se um divulgador da filosofia culturalista de Miguel Reale e Djalmar Menezes. Esse é um

elemento que se manteve em seu pensamento e que acaba por explicar sua tentativa de encontrar soluções universalizáveis para os problemas que encarava como perenes na filosofia, e que mais tarde na sua vida o fariam descrever-se como um pensador neoconservador.

São detalhes como esse que demonstram em primeiro lugar a importância de encontrar o que há de permanente e o que há de mutável na obra de um autor a fim de compreender o ritmo de seu pensamento e de sua contribuição intelectual e política através de sua obra. Em segundo lugar, ajudam a explicar as origens filosóficas de correntes conservadoras contemporâneas que, quando tratadas sob a égide da “nova direita”, parecem esconder as raízes robustas que as sustentam.

Mas Paim tem um começo particularmente interessante em sua trajetória intelectual. Em entrevista concedida a Christian Lynch, para o periódico *Insight Inteligência* (2018), o baiano conta que mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de estudar e foi convocado, por conta da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, em 1943, para o Tiro de Guerra. Através desta experiência, tornou-se sargento da Força Aérea Brasileira, instituição na qual serviu por 3 anos. Sonhava em participar da guerra pelo “curso expedicionário”, plano que terminou frustrado por intervenção de Getúlio Vargas, segundo seu relato.

Ingressou então no Partido Comunista Brasileiro (PCB) numa época em que existia um chamado “Grupo Baiano”, mas conta que não se considerava então um “comuna”. Este grupo não era composto exclusivamente por baianos, mas contava com membros ilustres do PCB como Mário Alves, Giocondo Dias e Jacob Gorender como principais integrantes (Oliveira, 2013), além de Carlos Marighella, Jorge Amado, Armênio Guedes e Osvaldo Peralva²³. Este último, diz Paim na mesma entrevista, era amigo próximo de sua família e, após o pai de Peralva retornar à Espanha para serviço militar, foi educado como um irmão mais velho de Paim.

Assim, Paim acabou entrando para o Partido Comunista por influência de Peralva e pelo interesse em dançar e nas garotas, nas suas palavras. Findo o seu período no serviço militar, ingressou como redator do *Tribuna Popular*, um jornal diário do partido cujo chefe de redação era de uma família baiana, os Couto Ferraz. (Paim, 2018). Assim, tornou-se jornalista

² Análise: Marighella e Giocondo, histórias que se cruzam na resistência ao regime militar, Correio Braziliense, por Luiz Carlos Azedo, publicado em 14/11/2021. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4963071-analise-marighella-e-giocondo-historias-que-s-e-cruzam-na-resistencia-ao-regime-militar.html>>

³ Cabo Dias, o revolucionário de 1935, Site do PCB, por Milton Pinheiro, publicado em 19 de novembro de 2019. Disponível em <pcb.org.br/portal2/12662>

e participou do *boom* do comunismo no Brasil ao final da guerra, com a vitória da União Soviética sobre Berlim.

Paim conta que o jornal funcionava na Rua da Relação, no Rio de Janeiro, em frente ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão de repressão política e ideológica criado em 1924 e importante no período do Estado Novo e da ditadura militar brasileira. Em certo desentendimento com a polícia, trocou tiros, feriu-se, e acabou preso por resistir à entrada sem ordem judicial de um delegado de polícia. Seus relatos do tempo de prisão indicam que fora torturado física e psicologicamente, embora não trate abertamente do tema, e que fora libertado por um comitê da Câmara dos Deputados liderado por José Bonifácio de Andrada, sendo posteriormente condenado a sete anos de prisão, já que estava preso sem condenação até então (Ibidem).

Na penitenciária, foi eleito presidente de um coletivo organizado pelo Partido Comunista na prisão. Por conta disso, desenvolveu relações com o diretor da penitenciária, sujeito de nome Costa Pinto, que o recomendou que, enquanto não fossem reconhecidos como presos políticos, arranjassem os membros do coletivo algum trabalho enquanto cumpriam a pena. Foram colocados para trabalhar ao lado de alemães nazistas presos, no período imediatamente seguinte ao fim da guerra. Neste empenho, foi nomeado para ser diretor da biblioteca e com isso “pus ordem nos meus estudos: li todo Silvio Romero, descobri o Tobias Barreto... Que diferença entre eles e essa bobagem do PCB, de marxismo!” (Ibidem). Paim descreve todo este episódio em mais detalhes na entrevista concedida a Rodrigo Jurucê Gonçalves:

Eu sobrevivi, porque tinha uma boa saúde. Era pra matar mesmo. Eu vivia na solitária, que era um “apartamento” sem nada, só tinha o aparelho para fazer [necessidades]. [Ficava] nu da cintura para cima e dormia no piso de azulejo. Negócio para matar o cara. Quando passou para a penitenciária, o presidente de lá era um homem civilizado. Os comunistas eram organizados no chamado “coletivo”. Eu era “presidente” do coletivo. Então, eu falava com a chefia do presídio, era comigo que ela se entendia. No primeiro dia, durante a conversa, o diretor do presídio mostrou que era um homem muito civilizado. Ele me aconselhou: “– Se você não botar esse pessoal para trabalhar, seja no que for, você bota para trabalhar, se não vão lhe atucanar na sua vida. Você tem ocupar eles. Eu pago um salário para eles.

[...]

O diretor do presídio me disse: “– Vou dar uma incumbência a você. Mas você não vai me fazer nenhuma traição. É o seguinte: eu preciso de alguém que me organize a biblioteca, que tenha o poder de comprar livros. Você não vai levar livro comunista [para a biblioteca]. Você assume o compromisso comigo.” Cultura não tem nada que ver com isso. Então, eu trabalhei dois anos como diretor da biblioteca do presídio. Nesse período, eu li, por exemplo, o Silvio Romero todo. E li o Tobias Barreto. O esboço do livro, que, quando saí da cadeia, publiquei, que era *A Filosofia da Escola do Recife*, que era uma escola importante. (Paim, 2023) (sic)

A filosofia da Escola do Recife (1966) foi publicada por Paim quando já fazia parte dos quadros do IBF. Após sair da prisão, mesmo tendo se iniciado no estudo da filosofia que mais tarde reivindicaria para sua trajetória conservadora liberal, continuou militando no Partido Comunista e aprofundando-se no tema até que, em 1953, foi enviado à Rússia para um curso em marxismo-leninismo, em teoria com duração de um ano e meio ligado à Universidade de Moscou Lomonosov, mas que Paim afirma ter ficado por quatro anos, tendo este curso a equivalência a um doutorado (Paim, 2018; Paim, 2023).

Envolveu-se com uma tradutora do russo e assim “o tal bolchevismo foi para o bebeléu! Foi um processo de humanização.” (Paim, 2018). Casou-se e tentou mudar-se com ela para o Brasil, mas a saída dela da Rússia não foi oficializada pelo Partido Comunista Soviético e para lá Paim retornou a fim de aproximar-se de sua família recém constituída. Tornou-se secretário do brasileiro Silva Lobo em Moscou, a quem chamou de diretor do Partido Comunista para o Brasil e amigo de sua sogra (Idem). Ainda na Moscou Lomonosov, reuniu o material que mais tarde tornaria-se seu livro *Marxismo e descendência* (2009) e estudou os cânones da formação da corrente marxista: “O Lenin disse que o Marxismo tem três fontes e três partes integrantes: o Socialismo Francês, a Economia Inglesa e o Idealismo Alemão. Eu fiz essa porra, quer dizer, eu li esses caras todos.” (Paim, 2018).

Eventualmente sua sogra, por meio de sua influência no Partido Comunista russo, conseguiu que Paim e esposa se mudassem para o Brasil. Ele conta que sua esposa Margarida estudou literatura brasileira com o autor conservador católico Alceu Amoroso Lima e fez outros empreendimentos acadêmicos e intelectuais, até que ela teve, por razões culturais, que retornar à Rússia com a filha do casal, oportunidade em que Paim estabeleceu-se em definitivo no Brasil.

Após mais alguns anos e mais tentativas frustradas de tirar sua família da Rússia e da publicação do chamado *Relatório Krushev*, divulgado pelo presidente soviético Nikita Krushev, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, que denunciava crimes do regime soviético sob a liderança de Joseph Stalin e que conseqüentemente deu causa a uma ruptura em massa de comunistas com o stalinismo e o regime soviético, Paim decidiu desfiliar-se definitivamente do PCB até eventualmente romper filosófica e moralmente com o marxismo enquanto corrente de pensamento (Idem). Começava então sua caminhada rumo ao conservadorismo liberal.

O processo de rompimento com o marxismo não se deu, contudo, de forma imediata. Em entrevista concedida a Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves em 2021, publicada em 2023, Paim afirma que sair do PCB foi um fato imediato após a publicação do Relatório Krushev, mas que sair do marxismo levou mais tempo, ocorrendo somente após anos de estudos da obra de Kant e de sua adesão ao kantismo, tendo o “acerto de contas” final com o marxismo ocorrido apenas em 2009, através do seu livro *Marxismo e descendência* (Paim, 2009) (Gonçalves, 2023).

Este movimento do interior do marxismo militante, através dos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), rumo ao conservadorismo emplacado pela *Revista Brasileira de Filosofia*, fundada pelo jurista e ex-integralista Miguel Reale, não foi exclusivo de Antonio Paim e configura um fenômeno próprio da intelectualidade brasileira no final da década de 1950, após a publicação do já mencionado Relatório Krushev, também conhecido como o Discurso Secreto.

Para Paim, a escolha que teve de fazer enquanto jovem intelectual, na década de 1940, era entre os católicos e os comunistas. A princípio, escolheu a segunda corrente como sua predileta, e justifica que não se tratava de uma posição que lhe fosse particular, mas uma tendência entre a intelectualidade nacional à época, influenciados pela vitória soviética sobre Berlim:

Bom, eu era comunista, em consequência, formalmente pelo menos, sendo marxista. Eu ganhei uma bolsa, por conta do comunismo, e fui estudar em Moscou, na Universidade Lomonossov. É uma universidade clássica, do século XVIII. Eu apenas estudei o marxismo. O que aconteceu comigo, que entrei para o Partido Comunista, na altura dos meus vinte anos de idade, é que eu segui a popularidade enorme que a União Soviética ganhou no Brasil com a [vitória na Segunda] Guerra, a resistência em Stalingrado... Então

ficou uma coisa popular. E aí, aquilo, no Brasil pelo menos, era o que havia de mais representativo da intelectualidade, fora os católicos. Entrava todo mundo para o Partido Comunista. Candido Portinari era um grande pintor brasileiro, foi para o Partido Comunista. Carlos Drummond de Andrade era um grande, talvez o maior, poeta brasileiro, com o perdão dos outros poetas. Ele entrou para o Partido Comunista. Quer dizer, todo mundo era do Partido Comunista. Naturalmente, não justifica o fato de que eu fosse “Maria vai com as outras”, mas explica, registra pelo menos o que aconteceu. Então, eu fiquei no Partido Comunista durante 10 anos, entre 1945-1956, até o Relatório Krushev, que foi em 1956. Então, eu sair do Partido Comunista era uma coisa simples. Sair do marxismo não era simples. Realmente, eu fiz um esforço enorme, durante muitos anos. (Paim, 2023)

Em entrevista concedida à seção Cultura do jornal *Estado de São Paulo*, publicada em 25 de agosto de 1985, Paim acentua contudo que não gostaria de ter sua biografia centrada neste aspecto, qual seja, seu passado de jovem marxista. Justifica que sua geração tinha o ideal de “acabar com o Estado Novo e restaurar a democracia no Brasil. Essa ideia nos chegou ‘vendida’ em associação com a imagem da URSS como a campeã na luta contra o fascismo” (Paim, 1985b). Sobre sua experiência em Moscou, diz que toda essa experiência foi louca e inútil, e menciona o livro *O Retrato* de Peralva, que em 2015 teve uma edição publicada pela editora Três Estrelas que conta com apresentação de Antonio Paim.

Ingressou, após sua retirada do PCB, na Faculdade Nacional de Filosofia e aproximou-se de Wanderley Guilherme dos Santos, a quem chamou de “o sujeito mais inteligente da minha geração” (Paim, 2018). Participou de um curso de Kant, para espanto do professor que surpreendeu-se com sua formação marxista – “eu estava saindo do marxismo quando todo mundo na academia estava entrando” (Ibidem).

No final da década de 1950, diz Paim na mesma entrevista de 1985 para *O Estadão*, aproximou-se de Luis Washington Vita e Paulo Mercadante por conta de seu interesse em estudar a cultura brasileira. Passou então a integrar os círculos acadêmicos extra-universitários, um movimento que pode ser parcialmente explicado pela penetração dos estudos marxistas na universidades, em específico neste caso a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP que, ao disputar a hegemonia até então exercida pelas cátedras de Direito, forçava parte dos intelectuais paulistas, notadamente os conservadores e outros anti-marxistas, para institutos extra-universitários. Encarnados sobretudo na figura do jurista e até então reitor da Universidade de São Paulo, Miguel Reale, os intelectuais conservadores

oriundos das Faculdades de Direito se viam obrigados a disputar o discurso filosófico para além dos muros universitários.

Esse não é um fenômeno especificamente brasileiro nem de meados do século XX. O instituto fundado por Miguel Reale, que mais tarde acolheria Antonio Paim e seus consortes, o Instituto Brasileiro de Filosofia, expressa no primeiro volume de um de seus periódicos, a *Revista Brasileira de Filosofia*, as finalidades de seu surgimento e a inspiração croceana que, anos antes e separados por um oceano, levava o intelectual italiano a conclusões similares sobre a importância dos institutos “independentes” em relação às universidades. Assim era explícita a motivação dos membros do IBF, inspirados por Croce, e representados principalmente por Miguel Reale, exposta desde a primeira página publicada do periódico:

Fiel ao programa que se traçou, assim como aos compromissos assumidos no I Congresso Brasileiro de Filosofia, o ‘IBF’ inicia a publicação desta Revista, cuja finalidade primordial é reunir, em uma obra impessoal e objetiva, os esforços criados de quantos, em nossa terra, se dedicam aos problemas da Filosofia (*Revista Brasileira de Filosofia*, p. 1, v. 1, 1951)

[Benedetto Croce, em entrevista traduzida por Luis Washington Vita para o primeiro volume da *RBF*] A crise da Universidade está generalizada. (...) E a única solução capaz de amparar a queda fatal é apelarmos para os Institutos complementares, que têm por escôpo desenvolver e guiar as reais vocações que saem das Universidades. (...) Além disso, **o verdadeiro saber a Universidade é incapaz de dar**. Daí a imperiosidade dos Institutos, que nestes últimos anos vêm surgindo nos centros mais densamente culturais do mundo. (...) **Diante disto, não há a menor dúvida que a crise universitária só será resolvida... fora da Universidade.** (*Revista Brasileira de Filosofia*, v.1, p. 193-194, 1951, grifos nossos).

Para a realização da pesquisa desinteressada e o progresso da ciência é que se impõe a criação de institutos complementares, tanto dentro como fóra da Universidade. Justifica-se a necessidade dos institutos pelo reconhecimento de que a pesquisa desenvolvida juntamente com o ensino sempre se contem no âmbito deste, ficando subordinada aos limites das

exigência pedagógicas. (Reale, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 1, p. 328-329, 1951).

Todas as citações acima, conforme mencionado, estão disponíveis logo no primeiro volume publicado da *Revista Brasileira de Filosofia*. A quantidade abundante de referências à “crise universitária”, tema bastante caro aos pensadores conservadores nas décadas de 1940 e 1950 – não coincidentemente pouco após a fundação da Universidade de São Paulo – já no primeiro volume da *RBF* deixa claro que o que estava em disputa era a hegemonia até então exercida pelas cátedras de Direito e pelos conservadores. A esse respeito, diz Paim sobre seu ingresso no IBF:

Comecei a participar do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF). O cabeça era o Miguel Reale, jurista e filósofo brasileiro. Um dos fundadores do Movimento Integralista, Reale era um sujeito extremamente inteligente. Na época que eu o conheci ele era muito hostilizado. Se você vinha do comunismo era perdoado, mas se você vinha do integralismo, não. (Paim, 2018)(sic)

A contribuição de Paim à *RBF* se deu mais de uma década depois da fundação do IBF, publicando pela primeira vez em 1965, portanto um ano depois da investida conservadora e autoritária consumada através do golpe cívico-militar de 1º de Abril de 1964, no qual as Forças Armadas tomaram o controle político do país e iniciaram um regime autoritário que duraria mais de 20 anos. Conforme se pretende demonstrar, Paim manteve uma relação tensa de aliado, embora crítico em muitos aspectos – sobretudo divergências quanto à liberalização da economia e da sociedade –, com o regime instituído. Paim menciona em 1985 que a publicação do Ato Institucional nº 5 gerou uma “excessiva politização que retirou toda possibilidade de promover-se o estudo desinteressado”. É relevante aqui apenas mencionar que toda a publicação de Paim que aqui será tratada se deu após o golpe militar e a maioria delas foi publicada durante o período da Ditadura Militar.

Mais tarde, ao relatar a perseguição do regime militar aos seus companheiros da época do PCB, nomeadamente Osvaldo Peralva, o autor da obra *O Retrato* (2015), que relata a experiência da clandestinidade no Brasil e da formação de quadros dirigentes do PCB na União Soviética, Paim parece adotar postura mais crítica em relação à ditadura militar:

O episódio, porém, possui o mérito de evidenciar que teria sido melhor correr o risco da chamada “ditadura sindicalista”, insuflada pelos comunistas e sonhada por João Goulart, do que tentar preservar a democracia por meio de golpes de Estado. (Paim, 2015, p. 12-13)

Sobre o círculo de pensadores do IBF, Paim menciona a participação de Miguel Reale, Evaristo de Moraes, Ubiratan Borges de Macedo, Washington Vita, Roque Spencer Maciel e Nelson Saldanha, citando Vita como o grande articulador (Paim, 2018), por ter este último criado a *Revista Brasileira de Filosofia*. Vita foi um importante nome no primeiro ciclo de estudos de história das ideias na *RBF* até sua morte precoce, em 1968, ocupando o cargo de secretário do IBF neste período. Foi dele a ideia de publicação de livros em história do pensamento no Brasil, a princípio como uma coletânea, do qual é produto o *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, de Paim. Após sua morte, a coletânea foi abandonada, mas Paim seguiu editando sua parcela até 2007.

A partir da década de 1960 Paim dedicou-se à vida acadêmica, tendo publicado a primeira edição de *História das idéias filosóficas no Brasil* em 1967 e atuando como professor universitário até finais da década de 1980, quando, em 1989, já aposentado da carreira docente, tornou-se assessor da presidência do Partido da Frente Liberal (PFL) (Gonçalves, 2023⁴; Paim, 2023), atual Democratas (DEM), ao lado de Jorge Bornhausen, ex-governador de Santa Catarina entre 1979 e 1982, e senador da república pelo mesmo estado entre 1983 e 1991 e entre 1999 e 2007. Foi também Ministro da Educação neste intervalo entre seus mandatos de senador e era, à época em que Paim se aproximou dele, presidente do Partido da Frente Liberal (PFL). Esse momento da trajetória de Paim marca, simbolicamente, sua passagem de intelectual para articulador político.

A experiência como assessor político lhe serviu não apenas como plataforma para adentrar mais profundamente o campo liberal brasileiro como para ampliar seus estudos em temas que seriam mais tarde pilares fundamentais de seu pensamento, como a noção de representação política enquanto representação de interesses, conforme menciona na mesma entrevista concedida a Gonçalves, memorando os tempos em que trabalhou com Bornhausen na Fundação Presidente Tancredo Neves:

⁴ A referência foi assim incluída por tratar da introdução à entrevista concedida por Paim, escrita por Gonçalves, o entrevistador.

O Parlamento funcionava na terça-feira. Na véspera, na segunda-feira, ele reunia um staff dele, e eu às vezes era chamado, quando havia uma questão teórica, transcendentemente, eu botava para estudar o assunto. Por exemplo: representação política. Eu dava uma espécie de conferência sobre como é que Burke criou uma doutrina da representação política, na chamada Carta de Bristol. Depois, o Stuart Mill aderiu a essa teoria de que o representante tinha que ser superior ao representado. Era uma diferença intelectual, de formação intelectual. Era uma doutrina dos primórdios da doutrina [da representação]. Depois, como desenvolvimento das fundações partidárias, é que se tomou conhecimento da doutrina do Benjamin Constant. Era a melhor definição. A representação política é representação de interesses. Então, os interesses são inconfundíveis. Os interesses religiosos são de um tipo, os interesses pecuniários são de outro. Os interesses do indivíduo são... Quer dizer, dá uma base social, do grupo, de um determinado grupo social. E ficou sendo a melhor doutrina. (Paim, 2023)

Antonio Paim foi ainda ganhador de prêmios como o Prêmio Instituto Nacional do Livro de Estudos Brasileiros (1968) e do Prêmio Jabuti (1985) e foi membro fundador da Academia Brasileira de Filosofia (Gonçalves, 2023). Também publicou regularmente no jornal *O Estado de São Paulo*, além de oferecer edições de suas obras passadas e cursos de temas variados pela internet, cursos que tinham como tema desde pensadores portugueses e brasileiros tratados em suas obras desde a década de 1960, como Tobias Barreto e Silvestre Pinheiro Ferreira, até temas como o conservadorismo liberal, neoconservadorismo e um curso de ciência política, sua maioria disponíveis na página do Centro de Preservação do Pensamento Brasileiro⁵

Até poucos anos antes de sua morte, publicou outras edições desta que foi sua *magnum opus*, e diversos textos em história do pensamento filosófico e a respeito do liberalismo (econômico e político) - *Liberdade e a opção totalitária* (1979b), *A querela do estatismo* (1978), *Marxismo e descendência* (2009), *Cairu e o liberalismo econômico* (1968), *História do liberalismo brasileiro* (1998), *O liberalismo contemporâneo* (1995a; 2007c), *Para entender o PT* (2002), para mencionar apenas alguns.

Com o passar do tempo, suas posições liberais gradualmente tornaram-se mais acentuadas, culminando numa teoria pró-democracia representativa liberal em termos

⁵ A página do Centro de Preservação do Pensamento Brasileiro (<http://www.cdpb.org.br/>) hoje encontra-se inativa, mas que pode ser acessada através de páginas como o *Internet Archive Wayback Machine* (<https://archive.org/web/>).

específicos, sem desligar-se de suas raízes conservadoras. Esta teoria parece ter sido influenciada pela ascensão do ideário neoliberal, embora não se restrinja exatamente a ele, de modo que Paim se colocasse como um neoconservador – e assim um antagonista ao neoliberalismo austríaco, em especial no que tange à intervenção do Estado na economia e nos costumes, uma vez Paim a defende, até certo ponto, ao passo que os ultra-liberais a rejeitam completamente, por exemplo. A influência principal de Paim, em relação ao seu neoconservadorismo, foi a obra do norte-americano Irving Kristol.

Isso permitiu que Paim antecipasse, já no final do século passado, e de um ponto de vista “orgânico”, alguns dos problemas hoje levantados em pesquisas sobre as “novas direitas”, como por exemplo a mudança de pautas defendidas pela bancada evangélica no Congresso Nacional, anteriormente preocupados por exemplo com concessões de rádio e TV e mais tarde focada na regulamentação de pautas morais (Almeida, 2017), e a importância da intervenção estatal na economia para a agenda neoconservadora em detrimento da ideologia não-intervencionista neoliberal – Paim chegou a defender um programa de renda básica universal ao final da vida:

Mas é um absurdo. A representação política, sendo [representação] de interesses, ela tem poucas formações políticas, poucos sistemas. Seria o socialismo, que, com a socialdemocracia, eles introduziram a economia de mercado e abandonaram a ideia de estatizar a economia, de ter o monopólio generalizado, quer dizer, essa é a social-democracia. A grande invenção, na minha opinião, a intervenção do Estado em favor do mais pobre, a grande invenção é a renda mínima, o programa de renda mínima, o social security. Os Estados Unidos adotaram o uso. É uma coisa extraordinária. O sujeito trabalha num lugar e é explorado, enfim, chega no fim do ano – todo mundo nos Estados Unidos é obrigado a declarar o imposto de renda –, quem não chega a vinte e tantos mil [dólares] por ano, eles complementam a renda. Tanto que é uma pressão muito grande na migração atrás disso. Mas eles zelam pelo cumprimento normal. É uma mudança mesmo no capitalismo, na minha opinião. Social-democracia, de modo que tem a social-democracia hoje, tem o liberal, o liberal-conservador, uns quatro ou cinco sistemas econômicos. (Paim, 2023)

Ao longo de sua longa trajetória intelectual, Paim influenciou muitos pensadores de cunho conservador ou liberal – ou ambos –, inclusive o primeiro indicado para o cargo de

Ministro da Educação no governo de Jair Bolsonaro, que tomou posse em 2 de janeiro de 2019, seu orientando Ricardo Vélez Rodríguez, teólogo e professor colombiano que estudou pensamento brasileiro diretamente sob orientação de Antonio Paim.

Vélez Rodríguez mencionou Antonio Paim em seu discurso de posse como ministro, juntamente com Olavo de Carvalho, como “dois grandes educadores” que o inspirariam em sua cruzada contra o marxismo e o retorno às bases conservadoras da educação no Brasil, coroando assim o projeto político neoconservador de Paim e colocando em xeque as interpretações a respeito das “novas direitas” que supõem o seu surgimento a partir de fenômenos do século XXI, por vezes ignorando o histórico de formação desta corrente ao longo do século anterior.

Na entrevista concedida à *Revista Época* feita por Guilherme Evelin (2019), Christian Lynch menciona que o “desaparecimento” de Antonio Paim após a década de 1980 se deu graças à expansão da social-democracia e do socialismo nos círculos intelectuais e midiáticos, de modo que autores liberais como Paim perdessem espaço, espaço esse que foi recuperado com o avanço do conservadorismo experienciado à partir da década de 2010 no fenômeno chamado de “novas direitas”. Isso não implica, contudo, que estivessem inertes, apenas que não atraíram para si os holofotes durante este período de três décadas. Pelo contrário, trata-se de período importante para o surgimento de instituições e grupos neoliberais no Brasil (Chaia, 2020).

Assim foi a trajetória intelectual e acadêmica de Antonio Paim, autor que avaliou positivamente o programa de governo do PSL e de Jair Bolsonaro quando de sua eleição, caracterizando sarcasticamente seu governo como “militar-liberal”, já que “tem mais milico lá que no tempo do Castello Branco” (Evelin, 2019). Antonio Paim faleceu em abril de 2021, durante a fase inicial da execução desta pesquisa. Conhecido o autor, passemos então à leitura mais atenciosa de sua principal obra, o *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967), a história de sua composição ao longo dos anos e a análise de seu método historiográfico e filosófico, no próximo capítulo.

Capítulo 2 – História das Idéias Filosóficas no Brasil: a obra

2.1: Uma questão de método

Para compreender as mudanças no interior do pensamento de Antonio Paim, reveladoras do processo de formação de uma corrente conservadora liberal, utilizaremos principalmente sua *magnum opus*, a *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967). Através de uma organização cronológica dos artigos publicados no tema “história das ideias” na *Revista Brasileira de Filosofia*, pretendemos reconstruir os círculos de debates no interior do IBF que levaram à produção da obra e, através de suas reedições e textos complementares, rastrear o desenvolvimento deste debate tomando como fio condutor o pensamento de Paim.

Analisaremos nessa seção as questões metodológicas em historiografia das ideias e filosofia propostas por Antonio Paim, sobretudo em seu *História das Idéias*, nas suas diversas edições. Vale mencionar que a obra, a partir de sua quarta edição (1987c), foi seccionada em diversos volumes, entre eles um dedicado à Escola Eclética, movimento filosófico fundado pelo pensador francês Victor Cousin.

Na exposição de Antonio Paim ao longo de sua *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (Paim, 1967; 1974, 1984a, 1987c, 1997, 2007a, 2007b), o método eclético foi fundamental para a formação de uma corrente que parte de um conservadorismo católico, pautado por uma busca pela Verdade em forma de revelações, tradição herdada de uma filosofia que se descreve como tributária de influências greco-romanas e judaico-cristãs, além de iluministas e, finalmente, liberais. Segue o seu desenvolvimento, na visão de Paim, por meio do liberalismo rumo ao conservadorismo liberal cujas bases eram menos anti-modernas e mais receptivas ao mercado e à democracia do século XX em relação ao conservadorismo tradicional, além de crítica do autoritarismo.

À corrente filosófica originada desta síntese Miguel Reale deu o nome de *culturalismo*, corrente adotada por muitos dos filósofos do IBF, inclusive por Antonio Paim, a partir da década de 1960. O resgate do debate acerca da cultura e da moral na filosofia proposto por esta corrente é fundamental para compreender o que Paim chama de “problema do homem”, colocado por este como o mais importante elemento da filosofia brasileira e que, para o autor, deve ser resgatado na filosofia pátria para recuperar o seu valor.

Cabe mencionar, conforme expõe Gonçalves (2009), que o Instituto Brasileiro de Filosofia, principal polo de produção intelectual de Antonio Paim até os anos 1980, e que articulava conjuntamente as revistas *RBF* e *Convivium*, foi um importante aparato para o

estabelecimento de uma base ideológica para o regime militar (Idem), e restou como legado para a produção filosófica que se seguiu, especialmente na tradição conservadora liberal.

Este é um dos principais aspectos da obra de Paim a ser analisado nesta pesquisa: enquanto a maioria dos autores de tradição conservadora antes de Paim, como Alceu Amoroso Lima (1999, p. 29) e Paulo Mercadante (1980, p. 227-228), afastaram-se do liberalismo enquanto corrente política e filosófica, Antonio Paim aproximou estas duas correntes, reivindicando uma tradição brasileira da filosofia que tem como fundamentos alguns elementos de ambas. Misturam-se, assim, correntes aparentemente antagônicas, mas que, diante das transformações no contexto social e político brasileiro, e através da articulação política de intelectuais, encontraram formas de fundirem-se numa corrente sintética, transformação permeada inevitavelmente pelo conceito de “democracia”, então em disputa pelas correntes aqui opostas quando da ditadura militar.

A oposição entre correntes do liberalismo e do conservadorismo é uma constante na produção intelectual sobre a história do pensamento político, inclusive no Brasil. Mesmo sem levar em conta parte do período imperial, marcado por essa dicotomia, esse embate está presente também no autoritarismo anti-liberal e na crítica à democracia liberal de Oliveira Vianna (1939, p. XI), na crítica ao liberalismo em defesa do nacionalismo de Guerreiro Ramos (1959), e de forma bastante explícita em *Roteiro Bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)* (2002) de Wanderley Guilherme dos Santos, colega de Antonio Paim como já dito e que inclusive cita diretamente *A história das idéias filosóficas no Brasil* para mencionar a conclusão de Paim a respeito da incorporação de elementos do liberalismo na escolástica portuguesa por meio do ecletismo de Cousin, o que mostra alguma penetração dos escritos de Paim além dos círculos estreitos do IBF.

Em *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro* (2005), Gildo Marçal Brandão também aponta para as divergências entre essas correntes, seja entre si ou no seu interior, e como conceitos tais como “autoritarismo” e “democracia” pautaram o debate à época. A posição de Paim, neste debate, é incorporar elementos fundamentais de ambas as correntes não como contraditórios, mas como complementares entre si – aqui identificamos o elemento conciliatório da tradição conservadora brasileira, como apontado por Paulo Mercadante em seu *A consciência conservadora no Brasil* (1980), e inserido em seu pensamento por Antonio Paim:

Um balanço da Conciliação brasileira, desde as suas origens até a República Velha, requer, tratando-se da fenomenologia nacional, que lancemos, em contrapartida, os valores antigos da Ilustração. O afrontamento

dera-se no Império, impregnado de ecletismo e cuja análise tentei fazer, há dez anos, com a publicação de *A Consciência Conservadora no Brasil* (Mercadante, 1980, p. 59)

O ecletismo é um dos traços elementares do pensamento de Antonio Paim e uma possível explicação para essa incorporação do liberalismo ao pensamento conservador no decorrer de sua produção intelectual. Nesse sentido, a teoria de Paim apresenta problemas para as principais interpretações político-filosóficas da época, que opunham diretamente estas correntes. Tradicionalmente vistos como antagônicos na história brasileira até pelo menos o início do século XX, o conservadorismo e o liberalismo encontram em autores como Antonio Paim e em suas proposições ecléticas uma forma renovada que combina elementos de ambos – notadamente, o espírito de conciliação com o passado, a aversão pela ruptura política ensejada pelas revoluções, herdada do conservadorismo à la Burke, característicos do conservadorismo, e elementos filosóficos liberais, como a supremacia do indivíduo sobre o social, a independência do pensamento de seu contexto histórico, a posição privilegiada do saber filosófico em relação à política, à religião, a título de exemplos simplificados.

O caráter eclético se manifesta a todo momento no pensamento filosófico de Antonio Paim, que argumentava ser esta tradição do pensamento, a Escola Eclética fundada por Victor Cousin, a primeira corrente filosófica a ter uma interpretação nacional, brasileira, e considera que “o fato de haver a Escola Eclética se constituído na primeira corrente filosófica brasileira tem o mérito de haver inaugurado a busca pelo verdadeiro sentido da filosofia, livrando-a tanto da religião como da política” (Paim, 1999a, p. VIII).

O IBF buscava, com bases neste conceito de filosofia e com reflexos nas obras de Antonio Paim, estabelecer uma neutralidade de análise para expandir os conhecimentos em filosofia isolando-a dos aspectos políticos e religiosos – na prática, contudo, conforme pretendemos demonstrar, tratava-se de uma disputa pela legitimidade na filosofia, sobretudo na filosofia catedrática paulista. Isso fica claro nas críticas de Paim a João Cruz Costa, um dos pioneiros no tema na academia brasileira:

A herança de Silvio Romero [a crítica ao ecletismo espiritualista] como que passou integralmente às mãos do pe. Leonel Franca e do prof. João Cruz Costa. Do mesmo modo que o autor de *A Filosofia no Brasil*, ambos confundem a contemporaneidade do saber filosófico com os limites estreitos de seus próprios momentos, negam a validade ao passado e, por isto

mesmo, não conseguem vislumbrar qualquer conexão interna na meditação brasileira nem se dão conta de suas particularidades. (Paim, 1967, p. 13, notas minhas)

Ao longo das edições do *História das idéias*, Paim identificou o ecletismo e o liberalismo como “notas dominantes da mesma sinfonia” (Paim, 1967, p. 16), justificando a escolha dos pensadores analisados na obra de acordo com “a importância que chegaram a desempenhar em seus respectivos momentos” (Ibidem). Como adversários e interlocutores, apresenta “aqueles que defendem a ideia de que a filosofia brasileira não possui uma lógica interna” (Ibidem), usando como exemplo o já mencionado João Cruz Costa. No terceiro capítulo veremos que Paim reproduz esse argumento, identificando os mesmos “adversários”, em artigo publicado n’*O Estadão*.

O conflito que marca a obra, e que se mantém desde a primeira edição em 1967 até a sua sexta edição, publicada em 2007, é entre “o ecletismo e o positivismo, que são uma espécie de etapa inicial dos dois ciclos fundamentais do pensamento brasileiro” (Paim, 1967, p. 17; Paim, 2007a, p. 28). Trata-se de um posicionamento antagônico àquele tomado pela chamada “filosofia especializada”, encarnada pela então recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da qual João Cruz Costa foi um dos primeiros representantes. Paim situa o marxismo como uma das versões contemporâneas no positivismo, e Cruz Costa como um de seus principais expoentes; desta forma, a disputa entre conservadores e marxistas torna-se mais explícita no interior da disputa entre IBF e a FFCL.

O método de Paim não é exposto de maneira sistemática, mas de maneira pulverizada ao longo de suas publicações, fato que parece derivar justamente da escolha em tratar suas conclusões em termos de “fatos” e interpretações que não comportam divergências quando se trata da maneira como se faz filosofia ou historiografia. Assim, sua forma de interpretar o passado é colocada como natural, sem exigir muitas explicações além das proposições filosóficas que faz de maneira espalhada ao longo de suas obras. O primeiro passo para compreender este método eclético e assistemático é compreender o papel atribuído à filosofia por Paim, citando o idealizador deste método, Victor Cousin:

A filosofia é o culto das idéias e só das idéias. É a última vitória do pensamento sobre toda forma e elemento estranho; é o mais alto grau da liberdade e da inteligência. A indústria significava já uma liberação da

natureza; o Estado, uma liberação maior; a arte, um novo progresso; a religião um progresso muito mais sublime; a filosofia é a última liberação, o último progresso do pensamento (Cousin, 1828 *apud* Paim, 1999a, p. 11)

Para Paim, é crucial que se dissocie a filosofia da política e da religião – propondo assim um conservadorismo não dogmático e doutrinário –, e que se compreenda a filosofia como um campo destacado do conhecimento geral e de maior prestígio. Isso está presente, por exemplo, no seu prefácio da obra *A Escola Eclética* (1999), quando menciona “o verdadeiro sentido da filosofia, livrando-a tanto da religião como da política”(Paim, 1999a, p. VIII); também no *História das Idéias* (1967), quando escreve que o fundamental da teoria de Farias Brito é sua preocupação em cuidar da filosofia como tal, sem dissolvê-la em meditações de caráter sociológico ou histórico (Reale, 1963, *apud* Paim, 1967, p. 172); e ao mencionar a noção dos positivistas de que a filosofia configura uma esfera do saber sem objeto próprio, identificando a Escola do Recife e a Escola Católica como os únicos polos intelectuais que seriam capazes de oferecer alguma resistência ao “desprezo” da filosofia pelos positivistas (Paim, 1967, p. 192-197).

Para Antonio Paim a filosofia deveria isolar-se dos temas da política e da religião, principalmente, além de recusar a proposição marxista de que as condições materiais teriam maior importância também para a produção da filosofia, uma vez que para este autor o indivíduo e o pensamento seriam autônomos em relação ao meio – embora por ele influenciados, jamais determinados.

Nisso, Paim difere-se de Victor Cousin, que apesar de compreender a filosofia como uma necessidade especial do espírito, a via como algo capaz de abraçar os demais ramos do pensamento e do desenvolvimento humano, elevando-os a outro patamar e promovendo a conciliação entre as diferentes áreas do conhecimento:

La vraie philosophie embrasse à la fois et la religion, et l'art, et l'Etat, et l'industrie; elle n'est point exclusive; elle doit, au contraire, tout concilier et tout rapprocher.” (Cousin, 1991 [1828], p. 36)

Na introdução da primeira edição de *História das idéias* (1967), temos a primeira dica da percepção a respeito da historiografia oferecida por Paim, que menciona o ecletismo e seus críticos, neste caso Silvio Romero e Monte Alverne, e utiliza o primeiro destes para expôr um pouco de seu método:

Silvio Romero tinha plena consciência do papel do historiador e realizou uma obra verdadeiramente monumental em relação à nossa literatura. Ainda assim, ao abordar as idéias filosóficas não o fez nessa condição. Intervinha no debate como propagandista de doutrinas que desejava contrapor ao espiritualismo. [...] Dêsse modo, o próprio autor parecia dar-se conta da distinção, isto é, quando procurava fazer obra permanente, trazendo para o primeiro plano o interesse cultural, e quando escrevia na condição de simples participante. (Ibidem, p. 12)

A crítica de Paim é reveladora de seu pensamento: para ele, o “papel do historiador” se contrapõe à postura do “propagandista de doutrinas”, em defesa da neutralidade do historiador-observador, ao contrário da postura propagandista que expressa o “simples participante”. Somada esta postura ao título do livro de Paim, *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, cria-se o ambiente para uma obra que se suponha além das preferências pessoais, neutra ideologicamente, isto é, escrita por um “historiador” e não um “propagandista”.

Vale ressaltar, ainda, que a atuação enquanto historiador se pauta, segundo Paim, nos termos “fazer obra permanente, trazendo para o primeiro plano o interesse cultural” – isto é, uma história que se destaque da história, se tornando permanente. Inicia-se aqui o problema das questões perenes na filosofia e na historiografia, levado a sério por Antonio Paim: fazer historiografia exige colocar-se fora da história. Desta forma, da mesma maneira que o método estruturalista, “a história da filosofia política não poderia ser, portanto, nem filosófica, nem política.” (Bianchi, 2014, p. 6)

Ao se propor estudar as raízes do pensamento filosófico nacional, Paim inicia pela passagem do pensamento português ao brasileiro que foi marcada pelo pensamento contra-reformista que dominava a intelectualidade portuguesa, como reflexo da força política e ideológica da Igreja Católica na metrópole, e que ganha contornos brasileiros inicialmente através da obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, autor português mas que abriu as portas para a penetração do ecletismo cousiniano no pensamento luso-brasileiro e, mais tarde, para a fundação do pensamento autenticamente brasileiro, segundo Paim.

A este respeito, Paim escreve ainda que a reação anti-escolástica em Portugal, vivida em momento de conflito entre a modernidade recém-chegada à Europa e a contra-reforma da Igreja Católica, teria sido caracterizada pela conciliação entre o sentimento religioso e essa entrada na modernidade, sendo o “empenho muito mais de conciliação que de rutura com o

passado” (Paim, 1967, p. 38). Esta lógica é reveladora das razões pela qual Paim explica afastamento do conservadorismo liberal do conservadorismo católico – ao qual também chama, por vezes, de tradicionalismo –, no qual tinha suas raízes, que se deu pela divergência a respeito do esforço de conciliar a religiosidade com as novas demandas intelectuais que exigiam o desprendimento dos dogmas da Igreja Católica.

No ecletismo de Silvestre Ferreira Pinheiro, responsável por apresentar tal corrente à filosofia brasileira, e, desta forma, para Paim, fundar o pensamento autenticamente brasileiro, o autor “não deseja interromper o diálogo com o passado nem apresentar a modernidade como algo de chocante e inusitado” (Ibidem, p. 54), um claro aceno à suposta tendência conciliatória do pensamento nacional proposta por Mercadante (1980). Este seria “um dos focos a partir dos quais se iria configurar no país uma consciência conservadora de índole liberal e humanista” (Paim, 1967, p. 72). A doutrina de Ferreira Pinheiro seria uma das primeiras manifestações do pensamento liberal em Portugal e no Brasil, para Paim.

Partindo da premissa de que apenas esta vertente conservadora liberal supostamente fundada no pensamento de Silvestre Ferreira Pinheiro poderia representar o pensamento brasileiro, Paim argumenta então que a Escola Eclética corresponde à primeira corrente filosófica genuinamente brasileira, e os esforços por ela iniciados marcariam, através da presença perene dos mesmos problemas e da tendência conciliatória do pensamento nacional, toda a produção filosófica que a seguiu:

Assim o fato de haver a Escola Eclética se constituído na primeira corrente filosófica brasileira tem o mérito de haver inaugurado a busca pelo verdadeiro sentido da filosofia, livrando-a tanto da religião como da política. Os 150 anos desde então transcorridos mostra que esta é uma tarefa árdua, exigente de grande devotamento e persistência. Por isto a revisita à Escola Eclética representa uma necessidade. (sic)(Paim, 1999a, p.viii)

No capítulo 1 desta mesma obra, *A Escola Eclética* (1999), denominado *A significação filosófica do ecletismo*, Paim aprofunda sua exposição a respeito de Victor Cousin e seu ecletismo filosófico, colocando-o como o responsável por sistematizar o conhecimento expresso pelos filósofos ao longo do tempo com o objetivo de extrair e abstrair tudo aquilo que pudesse ser útil filosoficamente, sem descartar o pensamento passado completamente – mais uma vez por conta das premissas de perenialismo e conciliação como

traços da filosofia brasileira. Para Cousin, a filosofia não deve ser excludente, mas, “au contraire, tout concilier et tout rapprocher” (Cousin, 1991 [1828], p. 36).

Cousin chegou a ser Ministro da Instrução Pública no governo oriundo do que Paim chama de “movimento revolucionário de 1831”, com François Guizot como líder. Paim associa Cousin a um grupo que chama de “liberalismo doutrinário”. Para Cousin, a filosofia não é mera fantasia, mas verdadeira necessidade do pensamento:

Mais la philosophie, n'en est pas moins, aussi bien que la religion, l'art, l'Etat, l'industrie et les sciences, un besoin special et réel de l'intelligence, un résultat nécessaire qui ne vient pas et ne dépend pas du génie même de l'humanité, du développement progressif des facultés dont elle a été douée (Cousin, 1991 [1828], p. 34)

A título de breve contexto histórico, vale mencionar que François Guizot foi o primeiro-ministro da França de 1847 ao ano seguinte, integrando o governo da chamada "Monarquia de Julho", fruto da revolução liberal de 1830 chamada por Paim de "movimento revolucionário de 1831" e que acabou derrotada na chamada "Primavera dos Povos", de 1848, da qual emergiu Luis Bonaparte como primeiro presidente da França, momento histórico tratado por Karl Marx em seu *O 18 brumário de Luis Bonaparte*.

Trata-se, portanto, do intervalo entre dois dos movimentos mais importantes da revolução burguesa deste período (a queda do absolutismo e a ascensão de Napoleão Bonaparte, de um lado; a reação à "Monarquia de Julho" e o surgimento da Segunda República com Napoleão III [Luis Bonaparte], de outro). Esta contextualização não está contida na obra de Paim, o que é relativamente justificado visto que a filosofia e a política são coisas a serem tratadas separadamente no método proposto por Paim; para os fins desta pesquisa, contudo, a posição política de Victor Cousin importa e ajuda a explicar a preferência de Paim por um conservador tendente ao liberalismo e até mesmo a influência de seu pensamento no autor brasileiro

Assim, o método eclético de Cousin é reivindicado por Paim através do resgate do “espiritualismo ecletista”, objetivo final da obra do pensador baiano, como explica em seu último capítulo do *História das Idéias*, empreitada que evidencia, em consonância com sua biografia, sua radical ruptura com o marxismo e com o “materialismo histórico”, por exemplo, que apresentam visões diretamente antagônicas às defendidas por Paim e pelo ecletismo espiritualista. Os elementos mais relevantes do método de Cousin, que marca a

produção intelectual de Antonio Paim, são destacados pelo filósofo do IBF como “1) o ecletismo como método (historicismo); 2) o método psicológico, elevado à condição de fundamento último da filosofia; e, 3) o espiritualismo.” (Paim, 1967, p. 77).

Desta forma, o resgate da metafísica expresso pelo espiritualismo e a metodologia historiográfica conciliatória do ecletismo, somados ao chamado “método psicológico”, que é uma espécie de idealismo, compõem o núcleo duro da obra de Cousin incorporada por Paim e reivindicada de maneira renovada no chamado culturalismo, corrente cujo maior expoente no Brasil foi o jurista e fundador do IBF, Miguel Reale, e da qual Antonio Paim dizia-se um representante. A finalidade do culturalismo seria a reintrodução da moralidade católica, predominante na filosofia conservadora tradicional brasileira, na filosofia, e o “problema do homem” a chave explicativa de sua importância.

A fim de melhor explicar o método de Paim, cabem mais alguns comentários sobre o método eclético de Victor Cousin. O filósofo francês em sua obra *Cours de Philosophie: introduction à l'histoire de la philosophie* (Cousin, 1991 [1828]), que compila aulas por ele proferidas em curso ministrado em 1828, preocupa-se sobretudo com a superação de determinado momento histórico da filosofia europeia em que se encontrava, que caracterizava-se, em sua análise, pelo predomínio da dicotomia entre o Idealismo kantiano e o empirismo/sensualismo de Locke. A superação deste momento só poderia ser dada, diz Cousin, através da união de ambos num novo sistema eclético.

Esta é a origem que Cousin dá ao seu sistema de pensamento, o ecletismo. Uma espécie de filosofia capaz de superar os conflitos internos da filosofia europeia através de uma síntese destes sistemas noutro capaz de aproveitar todos os elementos de verdade que os sistemas anteriores foram capazes de construir, “une théorie véritable qui, avec la psychologie, embrassa la métaphysique, la logique, l'ontologie tout entière, et un peu de cosmologie” (Cousin, 1991 [1828], p. 45).

Para Cousin a filosofia era uma necessidade real do espírito humano, e a história da filosofia a maneira como se poderia apreender o que já foi revelado de Verdade no passado e assim aprofundar a filosofia do presente. A conciliação entre as correntes contraditórias tornaria possível aproveitar tudo que fosse útil e já anteriormente estudado, de modo que a verdadeira história da filosofia deveria ser ao mesmo tempo especial e universal, e se ligar a toda a história da humanidade (Idem, p. 92).

A discussão entre o método empírico e a filosofia especulativa seria então solucionada pelo ecletismo, que se valeria ora de um, ora de outro, para abarcar todo e qualquer tema sobre todos os pontos de vista possíveis, efetivamente sintetizando toda a

filosofia europeia da época em seus elementos que fossem úteis para a construção de uma história da filosofia rumo a uma verdade universal:

Ainsi de tous côtés, diverses méthodes, divers systèmes en psychologie, en logique et en métaphysique; de tous côtés opposition et contradiction, erreur et vérité tout ensemble. L'unique solution possible de ces oppositions est dans l'harmonie des contraires; l'unique moyen d'échapper à l'erreur est d'accepter toutes les vérités. (Ibidem, p. 348)

Esta é a origem filosófica do método que é proposto parcialmente por Paim. Embora não defenda a adoção direta dos ensinamentos de Cousin, Paim atribui aos primeiros comentaristas lusófonos deste autor o método de fundar a filosofia genuinamente brasileira em seu *História das Idéias* e no seu complemento publicado em 1999 chamado *A Escola Eclética*. A conclusão de sua obra, ao mesmo tempo, é a necessidade de se resgatar uma filosofia preocupada com a metafísica e com a abordagem filosófica de reconhecer a perenidade dos sistemas na filosofia e valorizar o que ele chama de problema do homem, que acaba sendo um aceno ao culturalismo de Miguel Reale, onde a cultura é encarada como a criação humana de modo geral, e levada a cabo através do espírito e da filosofia.

Ao contrário de Cousin, Paim reforçava a todo momento a noção de que a filosofia “tem o seu próprio plano, como a ciência, a religião, ou a moral” (Ibidem), enquanto Cousin defende a capacidade de filosofia e da história da filosofia de englobarem todos os ramos do conhecimento. Assim, o estudo de uma filosofia ligada à história e à política é rejeitado como uma empreitada “positivista” por Paim, movimento que pode ser encarado como uma forma de posicionar-se contrariamente aos estudos levados a cabo pela FFCL e por João Cruz Costa, por exemplo, que defendiam a necessidade de politização e historicização da filosofia, dada a influência da filosofia marxista em seus escritos.

Esta é a defesa de Paim da autonomia da filosofia, principalmente em relação à religião, à historiografia e à política, e que aparecerá mais vezes ao longo de sua obra, mas para os fins deste capítulo resta já estabelecida. A outra dimensão importante que fundamenta seu método historiográfico e filosófico diz respeito à questão dos problemas perenes na filosofia, tema particularmente interessante à história do pensamento político. O tema foi tratado em maior detalhe na crítica oferecida por Quentin Skinner às interpretações tradicionais em história do pensamento político quando da publicação de seu *Meaning and*

understanding in the history of ideas (Skinner, 1969), praticamente contemporâneo ao *História das Idéias* (Paim, 1967) de Paim.

Anteriormente ao *Meaning and understanding* (1969) e seu impacto no campo, era um lugar-comum tratar da história das ideias e da filosofia como um estudo de textos em ambiente "hermeticamente selado", levando o texto em si como um objeto auto-suficiente para a análise (Skinner, 1969). No Brasil essa abordagem tem uma de suas raízes, segundo Bianchi (2014), no método estrutural ensinado na Universidade de São Paulo (USP) por Martial Gueroult, que inclusive mantinha relações com IBF ao tempo de sua fundação. Para Paim, a raiz seria o pensamento eclético a partir de Silvestre Pinheiro Ferreira.

Tratava-se de identificar a validade ou não de ideias escritas no passado, objetivo que tem como fundamento a ideia de que estes pensamento conteriam algo de indestrutível, de perene. O historiador deveria deixar de lado o tempo histórico vivido e deixar de lado a si mesmo a fim de apenas reconstruir a verdadeira intenção do autor através da forma como as ideias se organizaram e se expressaram no interior do texto (Idem).

É interessante, como aponta Bianchi, que este método tenha sido incorporado por pensadores como Antonio Paim, que rejeitavam a filosofia positivista de maneira radical, denunciando sua penetração nas ciências sociais, pois a intenção desse afastamento entre o historiador e o objeto é justamente buscar algum tipo de objetividade no estudo das ideias (Idem), premissa maior do positivismo. Ao mesmo tempo, foi adotado também por aqueles que Paim acusava de positivismo, os primeiros filósofos especializados da USP, como o já mencionado Martial Gueroult, o que explicita a importância do problema para o campo da história do pensamento político, constituindo-se em verdadeiro paradigma.

Dentro desta lógica, defendida pelo ecletismo espiritualista, de que a filosofia é uma esfera isolada do saber, Paim criticava o suposto positivismo nas ciências sociais que buscam problemas de ordem política, social e/ou histórica na filosofia. Por isso, segundo o autor, caberia então a Herbert Spencer o mérito de abrir caminho para as ciências da sociedade. Estas deveriam, para Paim, se restringir exclusivamente a seu caráter descritivo, destacando-se da Ética e, portanto, da filosofia.

Em Comte, na análise de Paim, tratava-se da conquista do ideal sociocrático totalizante, e por isso as ciências não poderiam ser isentas; assim, ao manifestarem as marcas da mentalidade positivista, as ciências sociais de sua época estariam subordinadas a pressupostos ideológicos. Isso explicaria, para Paim, a abordagem de uma "política científica", em lugar do posicionamento que é o acertado, na visão do autor: a política enquanto *arte*.

Nesta visão tradicional do estudo da história das ideias, a função do historiador é estudar o cânone dos textos clássicos, pois neles estaria contida a “sabedoria sem data” na forma de “ideias universais”. Possuem, portanto, relevância perene. Investigar o contexto além da obra afastaria o historiador desta verdade universalizável, mostrando apenas o efêmero, e por isso o apego ao texto literal era valorizado (Skinner, 2002, p. 58).

Skinner aponta alguns riscos dessa abordagem, que é muito próxima da defendida por Antonio Paim, como buscamos demonstrar até aqui, e chama a esses riscos de “mitologias”. A tentativa de estabelecer uma tradição Ocidental com continuidade desde os gregos até a contemporaneidade e de aproximar autores distintos para filiá-los a uma mesma corrente de pensamento – o conservadorismo liberal – é um traço marcante da obra de Paim, de seu *História das Idéias* e do IBF como um todo, e caracteriza, mais tarde, seu neoconservadorismo; é um exemplo daquilo que Skinner chamou de mitologia das doutrinas: a tentativa de criar um corpo único, doutrinário, entre filosofias diversas e cujos autores jamais tiveram a intenção de estabelecer um diálogo entre elas.

Paim faz uso deste tipo de mitologia, por exemplo, quando menciona a fusão no interior da filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira das filosofias de Aristóteles e Platão, apresentando o resultado deste esforço como um ponto inicial da filosofia nacional brasileira (Paim, 1967). O faz também ao descrever, em 1987, a trajetória que teria cursado o neoconservadorismo brasileiro até chegar em seu pensamento:

Na caracterização do neoconservadorismo Irving Kristol destaca estes pontos: ele é pragmático, anti-romântico, segue a tradição clássica que vem de Platão, Aristóteles, através de Sto. Agostinho e S. Tomás, até o pensamento do Iluminismo do século XVIII, na sua versão anglo-escocesa (Locke, Mandeville, Shafstsbury, Hume, Adam Smith), que inspirou os Pais da Pátria americanos, para chegar a Burke, Tocqueville e, contemporaneamente, a homens como von Hayek e Leo Strauss. (Paim, 1987c, p.95)

Para Skinner, não existem problemas perenes na filosofia; em lugar de procurar por lições aplicáveis na história da filosofia, o historiador se vê forçado a pensar por si mesmo. A própria crítica à filosofia perenialista ajuda a compreender de maneira mais clara o modo como vemos o mundo, visto que “the history of such ideas can show the extent to which those features of our own arrangements which we may be disposed to accept as ‘timeless’ truths

may be a little more than contingencies of our local history and social structure” (Skinner, 2002, p. 89).

Livrar-nos da noção de problemas perenes ajuda a identificar esse processo de naturalização de fenômenos historicamente formulados e interpretá-los de acordo não com sua essência imutável, mas com sua particularidade e transitoriedade. Basta trocar o termo perenialismo por ecletismo, o que não implicaria nenhuma mudança de significado nas afirmações de Skinner, para compreender de que maneira o método de Paim se vale desta historiografia “mitológica” quando pretende revelar o conhecimento perene como parte de um esforço rumo às verdades universalizáveis.

Na 6ª edição revisada do *História das Idéias* (Paim, 2007a, 2007b), Paim inaugura a obra com uma citação do pensador italiano Rodolfo Mondolfo que antecede até mesmo ao índice do livro, e que se repete mais tarde na mesma obra:

Como sistema é evidente que o pensamento filosófico, apesar de sua pretensão, sempre asseverada, de uma contemplação *sub specie aeterni*, não consegue, na realidade, afirmar-se senão *sub specie temporis*, isto é, vinculado necessariamente com a fase de desenvolvimento espiritual própria de sua época e de seu autor, destinado a ser superado por outras épocas e outros autores sucessivos. Ao contrário, no aspecto dos problemas que coloca, ainda que subordinado sempre ao tempo de sua geração e desenvolvimento progressivo, o pensamento filosófico mostra-se não obstante como uma realização gradual de um processo eterno. Os sistemas, com efeito, passam e caem; mas sempre ficam os problemas colocados, como conquistas da consciência filosófica, conquistas imorredouras apesar da variedade das soluções que se intentam e das próprias formas em que são colocados, porque esta variação representa o aprofundamento progressivo da consciência filosófica. (Mondolfo, 1949 apud Paim, 2007a, p.2)

Esta seria a solução epistemológica proposta por Paim ao problema do perenialismo na filosofia: enquanto os sistemas estariam influenciados por condições históricas particulares, o que permite conferir um caráter nacional e de época às diversas filosofias, por exemplo, os problemas apresentariam uma característica universalizante que confere ao pensamento um ritmo de gradual evolução rumo ao infinito, ao Absoluto, sempre aperfeiçoando-se – mais um ponto positivo para o ecletismo, que seria capaz de identificar

estas soluções universais e mantê-las diante dos novos sistemas. Mesmo o caráter autônomo da filosofia seria derivado desta conclusão, uma vez que:

Os grandes sistemas de filosofia desapareceram ao longo do século XX, dando lugar à ênfase nos problemas. Desde então, onde a filosofia permaneceu fiel a si mesma e não se colocou ao serviço da religião e da política, desenvolveu-se em torno de problemas. Estes configuram um plano essencial da filosofia, que ficara obscurecido em vista da proeminência dos sistemas. (Paim, 2007a, p.19)

Outro membro do IBF, Adolpho Crippa, em obra que reproduz muitos dos argumentos do *História das Idéias* e até mesmo títulos e ordens dos capítulos, apresenta a questão de um ponto de vista parecido, mas diferente. Para ele, a filosofia brasileira insere-se na tradição do “Ocidente”, derivada “dos gregos e dos latinos, dos grandes pensadores cristãos, da Idade Média, dos franceses e alemães” e que esta filosofia europeia é “tão nossa quanto deles porque além de ser a grande obra humana, faz parte do Ocidente, que nós brasileiros constituímos com igual direito que às demais nações” (Crippa, 1978, p. 9). Esses elementos serão resgatados por Paim em sua fase mais madura, décadas depois e que indicam o que mais adiante seriam características comuns do chamado neoconservadorismo e das “novas direitas” – a identificação de um antagonismo entre Ocidente e Oriente, fora do contexto de Guerra Fria que continha este conflito em outros termos completamente.

Crippa retorna ao argumento proposto por Paim, extraído de Mondolfo de que:

Será sempre necessário, no estudo da História da Filosofia, distinguir entre os problemas filosóficos, em si, e a maneira peculiar a uma época de situar e de analisar tais problemas. Cada época e cada região terá suas expressões singulares. Importa ir além dessa mutável roupagem para perceber a ocupação e a preocupação do espírito (Ibidem, p. 14)

Para Crippa, os problemas filosóficos estariam inseridos nessa dimensão que chamou de tradição do Ocidente, e a filosofia brasileira seria expressa com suas particularidades na ordem do que Paim chamou de sistemas. As demais influências não entram na gênese da filosofia autenticamente brasileira porque “mesmo as culturas americanas mais conscientes, como as dos incas e dos astecas, desapareceram como forças decisivas, por velhice ou por esterilidade” (Ibidem, p. 19). O argumento desconsidera completamente a relação entre

materialidade e pensamento, defendendo que o pensamento de povos nativos das américas desapareceu por “velhice ou por esterilidade”, nunca por uma força externa à lógica interna das ideias, como por exemplo as guerras de colonização e o extermínio desses povos.

Antonio Paim atribui a Hegel o mérito de ter descoberto a importância dos problemas na história da filosofia, tendo o tema sido desenvolvido por Benedetto Croce e Rodolfo Mondolfo, citados pelo autor no corpo do texto, todos autores ligados ao idealismo e à ideia de pensamento rumo ao Absoluto, mesmo que por maneiras nem sempre fiéis à clássica interpretação hegeliana do tema. A posição de Paim aproxima-se muito da de Croce, por exemplo, nos termos colocados por Bianchi:

Certamente, Croce não concordaria com essa politização de seu pensamento e, muito menos, com a afirmação de que sua filosofia seria fortemente política. Sua radical distinção entre ética e política, presente já em sua análise da obra de Maquiavel, desdobrava-se em uma clara cisão entre pensamento e ação, filosofia e ideologia (Croce, 1994, p. 249-297). Tal cisão permitia ao crítico napolitano afirmar o caráter puro da filosofia e do pensamento que se apresentava como lugar do universal, por oposição a uma política que se afirmava como o lugar dos interesses e das paixões particulares (Bianchi, 2008, p. 114)

Para estudar o supramencionado Benedetto Croce, o também italiano Antonio Gramsci propôs uma outra abordagem em história do pensamento político: a identidade entre história, filosofia e política. O uso da obra de Croce feito por Gramsci, como já apontado na introdução, não é para criticar seu conteúdo em específico, mas para compreender como Croce obteve o papel de destaque que possuía, e como se valeu deste papel para atuar politicamente. Croce serve, nesse caso, como um exemplo da atuação de intelectuais em geral, e é representativo da participação política destes como um todo, uma espécie de estudo de caso levado a cabo por Gramsci. Croce é um filósofo citado por Paim em diversos momentos da sua obra e que divide com ele algumas similaridades em suas trajetórias intelectuais.

Como já mencionado no capítulo anterior, o próprio surgimento do IBF deriva de um movimento realizado também por Croce: utilizar os Institutos extra-acadêmicos como forma de resolver a “crise universitária” que teria sido instaurada através da politização da filosofia. A entrevista de Croce, já citada, realizada por Luis Washington Vita, um tradutor de obras de Croce, que consta do primeiro volume da RBF, deixa claro esse alinhamento ideológico e a

intenção de disputa pela hegemonia na filosofia através da fundação de institutos complementares às Universidades. O importante aqui é que Croce fez sua carreira “à margem do sistema universitário” e ainda assim “exerceu uma função hegemônica no ambiente cultural italiano” (Bianchi, 2008, p. 95).

E Gramsci não deixou de reparar nesse movimento, escrevendo que “era nas revistas que as tendências intelectuais mais ativas e inovadoras se encontravam: era por meio delas que a vida cultural e política italiana se expressava e o pensamento se organizava” (Bianchi, 2019, p. 5). Mais do que isso, a revista *La Critica* de Croce não era um simples meio de divulgação de ideias, como se pretendia, mas, da mesma forma que o IBF e a *RBF*, um bloco unitário de pensamento que agia de maneira coordenada e com um programa específico em mente, “era um aparelho cultural homogêneo e centralizado, uma força intelectual semelhante a um partido político” (Ibidem). Nos termos de Gramsci, faz parte de um “partido político”.

É por meio deste conceito ampliado de “partido político” que Gramsci realiza a passagem à dimensão política da história do pensamento político. Institutos como o IBF e periódicos como a *RBF*, aos moldes da revista *La Critica* de Benedetto Croce, atuam como partidos políticos, como a dimensão intelectual destas organizações e com o objetivo de expandir seus programas e suas capacidades de ação. “Todo pensamento político e historiográfico deve ser concebido como um movimento na luta políticas dos partidos” (Bianchi, 2014, p. 11), esta é a chave para a leitura política da produção dos intelectuais.

O termo “partido político” não deve ser levado em consideração apenas em seu sentido jurídico-institucional, incluindo-se também organizações além das partidárias organizadas, como jornais, revistas, institutos extra-acadêmicos, correntes de opinião, etc (Ibidem). No texto *Maquiavel, a política e o estado moderno* (1989), Gramsci oferece uma explicação da importância das elites intelectuais na consolidação e na participação política dos partidos:

Será necessária a ação política (no sentido estrito) para que se possa falar de “partido político”? Observa-se que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais se dividiram, por necessidade de luta ou por qualquer outra razão, em frações que assumiram o nome de “partido” e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode

ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também eles “partidos”, “frações de partido” ou “funções de um determinado partido”. (Gramsci, 1989, p. 23)

Os intelectuais possuem na teoria gramsciana uma posição privilegiada de intermédio entre a “alta cultura” e o “senso comum”. E “a relação entre essa ‘filosofia superior’ dos intelectuais e o senso comum era, segundo Gramsci, assegurada pela política” (Bianchi, 2008, p. 73). Assim, mesmo que os intelectuais se vissem acima das disputas de grupos por poder político, incumbia-lhes o papel de “direção e dominação dos grupos sociais antagonistas” (Ibidem, p. 74), um requisito necessário para a realização daquilo que Gramsci chamou de “hegemonia”.

Para que se exerça o poder político dominante de forma hegemônica, é necessário que antes uma classe dirigente de intelectuais ofereça a passagem da “filosofia superior” para o “senso comum”, e forme a elite dirigente capaz de prosseguir com esses esforços, que conta com a participação das esferas “técnicas” da produção intelectual e da prática política. Os partidos políticos, na concepção gramsciana do termo, contariam com o esforço de intelectuais para que fosse possível a dominação política também do ponto de vista ideológico, precedendo inclusive a dominação política de modo direto. É desta forma que, segundo Gonçalves (2009), o IBF exercia seu papel de aparelho hegemônico, sobretudo no período da Ditadura Militar.

O ecletismo de Paim é importante para explicar também a passagem do conservadorismo católico, que precedeu o ciclo conservador iniciado pelo IBF, para o conservadorismo liberal, passagem realizada no interior do pensamento de Paim e de outros membros do Instituto Brasileiro de Filosofia. Através dele, a filosofia conservadora brasileira desvinculou-se da sua subordinação à Igreja Católica e pôde afirmar sua autonomia não somente em relação à política, mas à religião:

O ecletismo, como observa o Prof. Miguel Reale, tinha a vantagem de ‘compor em unidade, não sem certo encanto verbal, o desejo de uma filosofia secular, próprio de homens que se consideravam **emancipados de qualquer subordinação à Igreja**, e a aspiração não menos viva de **atender**

a um sentimento religioso alimentado desde o berço' (Reale, 1959, p. 25, *apud* Paim, 1967, p. 105, grifos nossos)⁶

Esta citação de Miguel Reale utilizada por Antonio Paim, mantida em todas as edições do *História das Idéias*, é bastante reveladora das intenções do IBF e da *raison d'être* do culturalismo como corrente filosófica que pode explicar o surgimento de uma corrente conservadora liberal: o conservadorismo tradicional brasileiro, ligado à Igreja Católica, era limitado pelos dogmas que acompanham esta escolha filosófica. O resgate da metafísica na filosofia proposto pelos membros do IBF cuida de manter vivo este sentimento religioso alimentado desde o berço, ao mesmo tempo que o liberalismo permite avançar em relação aos dogmas que até então limitavam a filosofia conservadora. Para Paim (1995a, p. 9), a “tradição dos meios católicos era a de colocar a filosofia abertamente ao serviço da religião”. Reforça-se o caráter anti-dogmático e doutrinário do conservadorismo proposto por Paim.

Assim os elementos até aqui expostos se conectam: a conciliação, típica do conservadorismo, continua presente ao manter viva a metafísica e, por meio de uma filosofia eclética, incorporar os elementos do liberalismo até então vedados pelos dogmas da Igreja, seja na esfera cultural, moral ou política. Da união entre a metafísica e a rejeição aos dogmas surge o conservadorismo liberal, pautado pela corrente que denominaram culturalismo, elemento que permite o fortalecimento do argumento conservador moralista, baseado sobretudo na ideia de Ocidente e de uma cultura ocidental, e da preservação da moral judaico-cristã, por ser essa mais valiosa que as demais, uma vez que seus valores se tornaram universalizáveis, na leitura culturalista do tema. Esse movimento estabelece as bases para o neoconservadorismo na última fase da produção de Paim.

Este resgate do tema moralista no interior do culturalismo é feito através da categoria filosófica *valor*. Presente até mesmo na teoria tridimensional do Direito, consagrada por Miguel Reale, os *valores* da moral judaico-cristãs atingem um caráter universalizável na obra de Reale e conseqüentemente no culturalismo. O culturalismo portanto se vale da categoria *cultura*, obviamente central para explicar esta corrente, para conectar a noção de *Ocidente* com os *valores* judaico-cristãos e enquadrar o grande *problema* da filosofia brasileira contemporânea como o resgate de tais *valores* por meio da metafísica. Eis a definição de cultura para o culturalismo:

⁶ A citação faz referência a Miguel Reale, mas a nota de rodapé apenas informa que trata-se de frase retirada de “*Filosofia em São Paulo*, página 25”, de modo que se faz presumir, por conta das datas, tratar-se da 1ª edição desta obra datada de 1959 ou de sua reedição de 1962.

O mundo tomado como a realidade circundante na qual se insere o homem apresenta três domínios perfeitamente distintos (...)

(...) a *natureza*, que seria o império da causalidade, e sua aparente antípoda, o *pensamento*, proclamado reino da liberdade. A *natureza* constitui um dado bruto, inamovível, espécie de pano de fundo ante o qual se exhibe a pessoa humana. Tem em comum com o *pensamento* a peculiaridade evidente de que não foi criada pelo homem. Criação aqui é tomada no sentido que nos revelam os artefatos e todas as demais produções humanas. Parece lícito dizer-se que o homem é a negação do animal, no sentido de que é uma espécie de autocriação, tudo aquilo que o animal não é. (...) Assim, tomadas como antípodas, *pensamento* e *natureza* têm uma base comum: não são criações humanas *stricto sensu*. Tudo que o pensamento produz é, sem dúvida, uma criação humana. (...) Esse ponto de confluência tem o mérito de destacar a esfera própria do terceiro domínio: a *criação humana*. (...)

(...) O *pensamento* seria o domínio da lógica; a *natureza*, o da ciência; e, finalmente, a *criação humana*, da filosofia. (Paim, 1995b, p. 99)

Destacado o elemento *cultura* como *criação humana*, preocupam-se então os culturalistas com um modelo de cultura específico: a chamada cultura Ocidental, visto que “A descoberta da moralidade como fundamento da cultura permite-nos compreender: 1º) a singularidade da cultura ocidental” (Ibidem, p. 123). Portanto o objetivo do culturalismo é “destacar que a cultura ocidental e cristã deu nascedouro a um conjunto de valores que acabaram por alcançar validade absoluta” (Ibidem, p. 125). A ideia é que a cultura judaico-cristã ocidental teria, historicamente, obtido valores de validade universal que uma vez prejudicados no embate com culturas antagônicas desencadearam uma crise na filosofia contemporânea que seria solucionável apenas pelo resgate dos valores ocidentais:

“Desse modo, as invariantes axiológicas, ao fazerem parte da cultura e corresponderem, portanto, a uma criação humana, nem por isso deixam de revestir-se de caráter ontológico. Embora o homem situado seja livre para aceitá-las e reconhecer sua legitimidade (...) nossa cultura é permeada por um ideal de pessoa humana que não é, propriamente, uma invenção livre, mas, como diria Kant, um imperativo”. (Ibidem, p. 125)

“Penso, ao contrário, que a objetividade das invariantes axiológicas se funda sobre a historicidade radical do ser do homem, o qual dá origem e

legitimidade às demais invariantes axiológicas, que não se inferem dedutivamente e ‘in abstrato’ da idéia de pessoa humana, mas sim, concretamente, no processo histórico” (Reale, Miguel, 1991, p. 143, *apud* Paim, 1995b, p. 126)

Portanto o estudo da história da filosofia e da história das ideias, por exemplo, serve principalmente para resgatar o que há de perene e universalizável na tradição filosófica ocidental com a intenção de alçar tais descobertas ao *status* de “invariantes axiológicas” ou de “valores universais” historicamente construídos. Uma espécie de fusão, através do pensamento, entre as categorias natureza e cultura, efetivamente solucionando o problema da fundamentação dos direitos naturais, por exemplo, ao mesmo tempo que defende um método historiográfico perenialista.

Todo esse movimento é sustentado pela ideia de uma moralidade ocidental judaico-cristã que possui valor intrínseco superior às demais e que, se resgatada, seria capaz de solucionar em primeiro lugar os problemas da filosofia, notadamente o chamado “problema do homem”, e, através dela, também os problemas culturais e políticos cuja causa seria o afastamento da filosofia Ocidental “pura”.

Na quinta edição de *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (Paim, 1997), Paim cita como representantes do culturalismo Miguel Reale, Djalma Menezes e Luis Washington Vita, e como continuadores desta obra inicial Paulo Mercadante, ele mesmo Antonio Paim e Ricardo Vélez Rodríguez. Menciona também que o culturalismo “tem buscado abordar os problemas da filosofia contemporânea do ângulo da perspectiva transcendental cujos contornos essenciais seriam fixados por Kant” (Ibidem, p. 713), e destaca a frase de Miguel Reale de que, para os culturalistas, “o *ser* do homem é seu *dever-ser*”, reforçando a importância do aspecto moral desta corrente filosófica.

Paim menciona ao longo de toda a sua obra a contribuição de Cousin e do ecletismo, destacando a noção adotada pelos ecléticos de que o espírito humano seria perfectível ao infinito, tal como o próprio homem e a sua criação (Paim, 1999a, p. 13; Paim, 1967, p. 107-108). Este é o pano de fundo ideológico que fundamenta o método historiográfico e filosófico de Paim: o espírito humano é perfectível ao infinito, e o faz através da gradual evolução no pensamento que se dá através dos **problemas** perenes da filosofia que reaparecem em diversos **sistemas**, estes por sua vez temporais e historicamente formulados, sem contudo impedir que o pensamento e a filosofia vejam-se como fatos autônomos em relação às condições históricas, em primeiro lugar, e à política e a religião, em segundo.

Isso colocaria a filosofia brasileira num plano de sistema que é historicamente influenciado, mas tributária de uma tradição ocidental da qual esta seria apenas uma manifestação específica, sendo esta tradição mais ampla permeada por problemas perenes que se repetem e que muitas vezes já tiveram soluções satisfatórias no passado. Desta forma, o estudo da história das ideias deveria apenas reconstituir essa trajetória de modo a revelar as soluções já descobertas e oferecer aplicações que fossem próprias para o sistema brasileiro – em outras palavras, à filosofia particularmente brasileira.

Por esta razão, para Paim, o historiador não pode se alienar de seu próprio sistema de valores mas deve, através do rigor metodológico, afastar esta influência e buscar apenas fatos históricos que tenham o mesmo reconhecimento enquanto tal por gerações vindouras:

A objetividade histórica é estabelecida pelos historiadores. Embora o historiador não possa dissociar-se de seu sistema de valores, a parcela fundamental de seu relato, se se trata de pessoa familiarizada com o métier e não de neófito, diz respeito a fatos cuja autenticidade, estabelecida com o rigor necessário, continuará merecendo o reconhecimento das gerações futuras (Paim, 1995, p. 173)

Assim, é possível definir o método eclético proposto por Paim de maneira assistemática em suas obras como baseado fundamentalmente na premissa de que existem problemas perenes na filosofia, posição que já foi comum e até hegemônica no estudo do pensamento político, mas que deixa margem para críticas sobretudo em dois aspectos: 1) a questão dos problemas perenes e do ecletismo, tratada de maneira aprofundada por Quentin Skinner em seu artigo *Meaning and understanding in the history of ideas* (Skinner, 1969) e em seu livro contendo a versão reeditada deste artigo, *Visions of politics vol. 1: Regarding method* (Idem, 2002); e 2) a intenção de separar filosofia, história e política, endereçada por Antonio Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere* (1999), também de forma não tão sistematizada, para tratar da obra e da influência de Benedetto Croce e sua importância para a história dos intelectuais italianos.

Esta leitura da obra de Paim é bastante influente no interior do IBF. Em fascículo publicado em 1997, por ocasião dos 70 anos de Antonio Paim, a *Revista Brasileira de Filosofia* reuniu alguns artigos escritos por membros do IBF e outros pensadores próximos de Paim como forma de homenagear o aniversariante. Neles, encontramos algumas citações que reforçam a exposição acima.

Para Eduardo Abranches Soveral, filósofo português cofundador, junto com Antonio Paim, do Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro (IFLB), a passagem do tradicionalismo para o culturalismo, feita como maneira de “liberalizar” o pensamento conservador sem manter-se dependente dos dogmas da Igreja Católica, deu-se da seguinte maneira:

Mas o que sobretudo o desgostava era que continuassem [os tradicionalistas] prisioneiros de um medievalismo mitificado que os levava a repudiarem liminarmente os ideais da modernidade. No plano filosófico, tal posição traduzia-se numa defesa apologética do Tomismo, ficando-lhes assim muito dificultado o acesso ao livre exercício do filosofar, e mais fácil uma intolerância meramente voluntarista (Soveral, 1997, p. 168)

Sobre a disputa com a FFCL, que deu origem à FFLCH, abaixo mencionada, escreveu no mesmo fascículo o autor João de Scantimburgo que “essa tem sido a nota dominante [o positivismo] do nosso humanismo, desfibrado, no entanto, pela infiltração marxista, de que foi matriz – e ainda é – a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo” (Scantimburgo, 1997, p. 163). Quanto ao estudo de Tobias Barreto, que Paim diz ter iniciado ainda na prisão e ter sido uma das razões para seu afastamento do marxismo e aproximação do kantismo, afirma Luiz Antonio Barreto que “É Miguel Reale quem vai despertar em Paulo Mercadante e em Antonio Paim o interesse por Tobias, ao ponto deles reorganizarem as suas Obras Completas, para o Instituto Nacional do Livro, em 1963” (Barreto, 1997, p. 189). Paim publica pela primeira vez na *RBF* em coautoria com Mercadante um artigo sobre Tobias Barreto, em 1965, artigo que viria a compor as páginas iniciais da primeira edição do *História das Idéias*, como veremos mais adiante.

Outras leituras no interior do IBF confirmam ainda a importância do chamado “problema do homem” na filosofia de Antonio Paim e do culturalismo de modo geral, tendo Leonardo Prota escrito no mesmo fascículo da *RBF* em homenagem a Paim que “o problema do homem é evidenciado por Antonio Paim como basilar para o entendimento da trajetória do pensamento filosófico brasileiro” (Prota, 1997).

Paulo Mercadante, em artigo intitulado “Antonio Paim: a trajetória rumo ao liberalismo”, menciona que os estudos de Antonio Paim acerca do kantismo no final da década de 1950 “havia desembocado na corrente culturalista de Miguel Reale, que, por sua vez, abrigara no caudaloso rio da vida intelectual, por meio do Instituto Brasileiro de Filosofia e de sua Revista, todos os estuários do Brasil mental.” (Mercadante, 1997, p. 200)

Ricardo Vélez Rodríguez, orientando de Paim, expõe no artigo “Antonio Paim, historiador das idéias” sua leitura da historiografia eclética de seu mestre:

Esse método constaria de três etapas: em primeiro lugar, indagar qual era o problema ou os problemas que preocupavam o pensador objeto de estudo; em segundo lugar, observar a forma em que ele tentou responder a essa problemática; em terceiro lugar, traçar elos de relação e derivações entre o pensador estudado e outros pensadores, mas somente a partir da forma em que eles resolveram os problemas que tinham decidido equacionar (Vélez Rodríguez, 1997, p. 204)

As palavras do mesmo Vélez Rodríguez publicadas décadas depois ajudam a esclarecer o caminho percorrido metodologicamente por Antonio Paim até aqui traçados, sua relação com o culturalismo e a conseqüente aproximação metodológica da filosofia proposta por Miguel Reale, principal expoente desta corrente:

O mais importante significado do Instituto Brasileiro de Filosofia consiste em que estimulou, no Brasil, a consolidação e a expansão dos estudos acerca da filosofia nacional. No que tange a este item, Miguel Reale formulou a metodologia que tornou possível o estudo isento dos diversos pensadores. O método histórico-interpretativo de Reale inspira-se em Hegel, Kant, Husserl, Nicolai Hartmann e Mondolfo. (...) Parte da tentativa de compreender com honestidade a posição do autor a ser estudado, tentando identificar qual é o problema ou os problemas a que tentava responder, para fixar, a partir desse contexto, as linhas essenciais do seu pensamento e o seu entroncamento com correntes filosóficas e com sistemas. Essa abertura no terreno epistemológico coadunou-se, em Reale, com a sua inspiração liberal, que o tornou um incondicional defensor da liberdade e da democracia. Como filósofo, Reale representa para nós, brasileiros, a maturidade do nosso pensar.

(...)

A metodologia elaborada por Reale consta dos seguintes passos, segundo a síntese que dela fez Antônio Paim: 1) identificar o problema (ou os problemas) que tinha pela frente o pensador, prescindindo do empenho de filiá-lo a essa ou àquela corrente; 2) abandonar o confronto de interpretações e, portanto, o cotejo excludente das idéias do pensador estudado em face de

outros autores ou correntes de pensamento; 3) ocupar-se preferentemente da identificação de elos e derivações que permitam apreender as linhas de continuidade de nossa meditação. (Vélez Rodríguez, 2017, p. 256)

Exposto o método eclético/culturalista de Antonio Paim, sua relação com o culturalismo de Miguel Reale e com a superação do tradicionalismo católico na filosofia conservadora brasileira, bem como algumas das críticas cabíveis a este método historiográfico e que fundamentam esta pesquisa, passemos à análise da principal obra de Paim, o *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, em suas várias edições, e do processo de formação mesmo desta obra, diretamente relacionado à produção intelectual do IBF e da *RBF* nas décadas de 1950 e 1960, como se pretende demonstrar a seguir.

2.2 Origens e versões do *História das Idéias Filosóficas no Brasil*

Neste subcapítulo, faremos uso de dois índices da Revista Brasileira de Filosofia publicados pelo Centro de Preservação do Pensamento Brasileiro (CDPB), publicados em 1979 e em 2004 e que tratam de todos os artigos publicados na *RBF* até 2004, e da obra *Bibliografia Filosófica Brasileira (1931-1977)*, de Antonio Paim (1979a), que lista obras relevantes do ponto de vista do autor para a filosofia nacional, não se limitando à produção do IBF, fazendo parte do esforço de Paim na *RBF* de criar bibliografias, cursos e roteiros de estudo em filosofia brasileira. Usaremos também um volume da *RBF* intitulado *Histórico e Índice - 1951/1973*, organizado por Antonio Paim, que parece ser o gérmen dos dois índices supramencionados, e volumes da revista *Convivium* entre 1962 e 1987 que possuam artigos relevantes aos temas aqui tratados.

Nos utilizaremos, também, do *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, sobretudo suas três primeiras edições, de 1967, 1974 e 1984, respectivamente, pretendendo assim expor o avanço do tema nos círculos intelectuais nacionais de maneira cronológica, identificando os momentos de início, intensificação e esfriamento dos debates acerca deste tema, especialmente no interior do Instituto Brasileiro de Filosofia, e de que maneira Paim tornou-se um autor de destaque embora não tenha sido um pioneiro do tema neste círculo intelectual específico.

Também nos valeremos de outras obras de Antonio Paim na medida em que se relacionem com os artigos abaixo elencados na forma de tabela ou com o *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, em suas diversas edições, com a finalidade específica de mapear o

desenvolvimento das ideias no interior dos textos de Paim, buscando sobretudo revelar o ritmo e o sentido de seu pensamento, analisando-os com relação às mudanças e permanências entre os variados textos citados.

Portanto, quando referenciarmos artigos publicados na *RBF*, estaremos utilizando como fonte os índices da revista; quando referenciarmos obras externas à *RBF*, estaremos usando a bibliografia indicada por Antonio Paim ou as referências indicadas pela revista *Convivium*. As notas de rodapé servirão para oferecer uma referência mais completa, quando necessário. A seção conta ainda com duas tabelas, a primeira contendo as obras da *RBF* e da bibliografia indicada por Paim e a segunda as obras da revista *Convivium* que se relacionam ao tema história do pensamento político.

O objetivo desta seção da dissertação é estabelecer uma cronologia dos estudos em história das ideias no interior do IBF e seus interlocutores, e ao mesmo tempo identificar o processo de produção do livro *História das Idéias Filosóficas*, de Antonio Paim, publicado em 1967, através dos artigos que publicou antes e depois da primeira edição que foram incorporados como capítulos, e textos de outros autores que dialogam com esta obra. Investigaremos também o processo de evolução do pensamento de Paim através das outras edições desta mesma obra e daquelas que a complementam, considerando as várias edições e os chamados “textos complementares ao estudo da história das ideias no Brasil”, que são reedições de outras obras de Paim que passaram, com o tempo, a integrar o *corpus* do *História das Idéias*.

Preliminarmente, cabe mencionar que, segundo os índices da RBF, o mais proeminente membro do IBF, Miguel Reale, publicou 76 artigos no periódico entre 1951 e 2000. Antonio Paim, por sua vez, publicou 74 artigos, a partir de 1965, sendo que os referentes a história das idéias se concentram quase que em sua totalidade entre 1965 e 1977, isto é, dois anos antes da primeira edição e três anos após a segunda do *História das Idéias*, a exceção sendo um artigo denominado *História do pensamento filosófico português*, publicado por Paim no volume 50, no ano 2000, e que possui relação apenas marginal com o tema. O volume de artigos publicados, comparável ao do próprio Miguel Reale, ajuda a compreender a importância de Antonio Paim no interior do IBF e da *RBF/Convivium* durante o período em questão.

A seguir, as mencionadas tabelas para consulta das obras que serão utilizadas, seguida da exposição a respeito dos ciclos de estudos de história das ideias e do pensamento político no interior do IBF e, em seguida, o processo de incorporação deste debate na forma do livro

História das Idéias Filosóficas no Brasil (1967) e seu desenvolvimento através das novas edições desta mesma obra.

Tabela 1 - Exposição em ordem cronológica dos artigos e livros relevantes para o debate em história do pensamento político publicados pela RBF ou indicados por Paim em seu livro *Bibliografia Filosófica Brasileira (1931-1977)* (1979). As obras publicadas pela editora Grijalbo estão destacadas nas linhas em laranja escuro, por serem relevantes para o mapeamento do tema “história das ideias”, como se argumentará em seguida.

Autor	Título	Volume RBF	Data	Resenhas
GETTEL, Raymond Garfield	História das idéias políticas		1941	
CRUZ COSTA, João	O pensamento brasileiro		1946	
GUEROULT, Martial	Histoire de la philosophie, métaphysique et weltanschauung d'après W. Dilthey	2 (5)	1952	
CALMON, Pedro	História das Idéias Políticas		1952	
CRUZ COSTA, João	O desenvolvimento da Filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional		1954	
CRUZ COSTA, João	Contribuição à história das idéias no Brasil		1956	Resenha por L.W. Vita. 8 (31), jul./set. 1958
PARENTE, Alfredo	“La crítica” di Benedetto Croce nella cultura italiana	6 (2)	1956	
CRUZ COSTA, João	Esbozo de una Historia de las Ideas en el Brasil		1957	Resenha por L.W. Vita 8 (31), jul./set. 1958
COLE, G.D.H.	Historia del Pensamiento Socialista		1957	Resenha por L.W. Vita 10 (39), jul./set. 1960
TAVARES, Luís Henrique Dias	Introdução ao estudo das idéias do movimento revolucionário de 1798		1959	
VALLE, Rafael Heliodoro	História de las Ideas Contemporáneas en Centroamérica		1960	Resenha por L. W. Vita 10 (40), out./dez. 1960

CRUZ COSTA, João	História das Idéias e Valores	10 (40)	1960	Resenha por L. W. Vita 10 (40), out./dez. 1960
ZEA, Leopoldo	A história das Idéias na América Hispânica	10 (40)	1960	Resenha por L. W. Vita 10 (40), out./dez. 1960
COLE, G. D. H.	Historia del Pensamiento Socialista⁷		1960	Resenha por L. W. Vita 11 (42), abr./jun. 1961
SOLER, Ricaurte	Estudios sobre Historia de las Ideas en América		1961	Resenha por L. W. Vita 11 (44), out./dez. 1961
VITA, Luís Washington	Miguel Reale, historiador das idéias	11 (42)	1961	.
MOSCA, Gaetano	História das doutrinas políticas desde a Antiguidade, completada por Gaston Bouthoul: “As doutrinas políticas desde 1914”		1962	
DAPENA, José A. Gautier	Trayectoria del Pensamiento Liberal Puertorriqueño en el Siglo XIX		1963	Resenhado por L. W. Vita. 17 (65, jan./mar. 1967).
DAVAL, Roger	História das idéias na França		1964	
NAERT, Emilienne	La Pensée Politique de Leibniz		1964	Resenha por L. Van Acker 16 (61), 1966
MERCADANTE, Paulo	A Consciência Conservadora no Brasil		1965	Resenha por L. W. Vita 15 (59), jul./set. 1965
PAIM, Antonio	A Filosofia da Escola do Recife		1965	Resenhas por: Carlos Lopes de Mattos 17 (66), 1967; L. W. Vita 17 (66), 1967; A. L. Machado Neto 17 (67), 1967; Paulo Mercadante 17 (68), 1967.
MERCADANTE, Paulo e PAIM, Antonio	Os Estudos de Filosofia de Tobias Barreto	15 (59)	1965	
SCHILLING, Kurt	Histórias das Idéias Sociais		1966	Resenha por L. W. Vita 16 (63), jul./set. 1966

⁷ Segunda aparição do texto, com outra resenha de L. W. Vita cerca de 1 ano após a primeira.

PAIM, Antonio	O Ecletismo de Antônio Pedro de Figueiredo	16 (61)	1966	Resenha por L. W. Vita 16 (61), 1966
PAIM, Antonio	Introdução à filosofia contemporânea no Brasil: a mentalidade positivista	16 (64)	1966	
PAIM, Antonio	A filosofia da escola do Recife		1966	Resenha por Juan Carlos Torchua Estrada 21 (84), out./dez. 1971
BARROS, Roque Spencer Maciel de	A evolução do pensamento de Pereira Barreto		1967	Resenhas por Ivan Lins. 17 (67), 1967; L.W. Vita 18 (70), 1968; Antonio Paim 18 (70), 1968.
CRUZ COSTA, João	Contribuição à História das Idéias no Brasil, 2ª ed.		1967	Resenhas por Ivan Lins 17 (67), 1967; L.W. Vita 18 (70), 1968.
PACHECO, Armando Correia	Proposta para a Inclusão de uma Seção sobre História das Idéias nos próximos colóquios	17 (65)	1967	
PACHECO, Armando Correia	Algumas considerações sobre o pensamento filosófico no Brasil	17 (65)	1967	
PAIM, Antonio	A consciência moral da intelectualidade brasileira	17 (66)	1967	
PAIM, Antonio	A versão positivista do marxismo	17 (68)	1967	
PAIM, Antonio	História das idéias filosóficas no Brasil		1967	Resenhas por L.W. Vita 18 (69), 1968; Nelson Nogueira Saldanha 18 (70), 1968; Roberto de Paulo Leite 18 (71), 1969; Wilson Martins 18 (72), 1968; Deolindo Amorim 19 (73), 1969.
TOBIAS, José Antonio	História das idéias estéticas no Brasil		1967	
OLIVEIRA TORRES, João Camillo de	História das Idéias Religiosas no Brasil		1968	Resenhas por L. W. Vita 18 (71), 1968; Nelson Nogueira Saldanha 18 (72), 1968; Antonio Paim

				18 (72), 1968
SALDANHA, Nelson Nogueira	História das idéias políticas no Brasil⁸		1968	Resenha por B. Mantilla Pinada 20 (79), jul./set. 1970
MOSCA, Gaetano	História das doutrinas políticas		1968	
PAIM, Antonio	Graça Aranha e os problemas legados à posteridade pela Escola do Recife	18 (72)	1968	
MACHADO NETO, A. L.	História das Idéias Jurídicas no Brasil		1969	
VITA, Luís Washington	Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil		1969	Resenhas por Armando Correia Pacheco 19 (73), 1969; Theophilo Cavalcanti Filho 19 (76), 1969
PAIM, Antonio	Silvestre Pinheiro Ferreira e a evolução do pensamento brasileiro no século XIX	19 (76)	1969	
MARTINS, José Salgado	Breve História das Idéias no Rio Grande do Sul	22 (87)	1972	
PAIM, Antonio	História das idéias filosóficas no Brasil, 2^a ed.		1974	Resenha por Vicente Barretto 25 (97), 1975; Creusa Capalbo 25 (99), 1975
MOURA, D. Odilão o.s.b.	As Idéias Filosóficas e religiosas nos debates da Constituinte de 1823	25 (98)	1975	
BARRETO, Vicente	Uma introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira	25 (100)	1975	
PAIM, Antonio	História das idéias e filosofia política	25 (100)	1975	

⁸ Faz parte da mesma iniciativa de organização do tema “história das ideias”, idealizada por L. W. Vita e levada a cabo através da Editora Grijalbo, mas esta obra foi publicada por outra editora.

GILES, Thomas Ranson	História do existencialismo e da fenomenologia		1975	Resenha por Antonio Paim 26 (102), abr./jun. 1976
FERREIRA, Silvestre Pinheiro	Idéias políticas⁹		1976	Resenha por Carlos Lopes de Mattos 27 (105); Creusa Capalbo. 28 (109), 1978.
PAIM, Antonio	A superação do empirismo mitigado na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira	26 (102)	1976	
PAIM, Antonio	O ciclo da formação da corrente eclética	26 (104)	1976	
PAIM, Antonio	A questão da originalidade do pensamento filosófico brasileiro	27 (107)	1977	
PAIM, Antonio	A pesquisa das idéias filosóficas na Bahia	28 (109)	1978	
CRUZ COSTA, João	In Memoriam	29 (113)	1979	
PAIM, Antonio	O estudo do pensamento filosófico brasileiro		1979	Resenha por Luiz Paulo Horta 29 (116), 1979; Leônidas Hegenberg 30 (117), 1980

⁹ Esta é uma referência muito confusa do índice da *RBF*, uma vez que Silvestre Pinheiro Ferreira foi um português falecido em 1846. Mantivemos a referência como ela foi dada no índice que foi utilizado como referência. O conteúdo publicado pela *RBF* se restringia às resenhas feitas ao documentário, mencionadas na tabela.

Tabela 2 - Exposição em ordem cronológica dos artigos relevantes para o debate em história do pensamento político publicados pela revista *Convivium* entre 1962 e 1986

Autor	Título	Volume Convivium	Data	Resenhas
SOUSA, José Pedro Galvão de	Raízes Históricas da Crise Brasileira (1)	n. 8, vol. 3	1963	
BOER, Nicolas	Esta Guerra não é só do Oriente	n. 3, vol. 10	1967	
HEGENBERG, Leônidas	O Sr. Vita, Esquerda e direita	n. 4, vol. 10	1967	
GALEFFI, Romano	A autonomia da Arte na Estética de Croce	n.4, vol. 10	1967	Resenhado por Constança M. Cesar
TOBIAS, José Antonio	História das Idéias Estéticas no Brasil	n. 1, vol. 12	1969	Resenhado por P. Manuel
CRIPPA, Adolpho	A Nova Idéia de Universidade	n. 1, vol. 12	1969	
FREYRE, Gilberto	Em Torno do Possível Futuro de uma Constante de Cultura: a Hispânica	n. 5, vol. 12	1969	
THILS, Gustave	Cristianismo sem religião	n. 1, vol. 13	1970	Resenha por Adolpho Crippa
FERREIRA, Oliveiros S.	A consciência histórica e a realidade política nacional	n. 3, vol. 13	1970	
FERREIRA, Oliveiros S.	As Idéias Políticas de Jean-Jacques Rousseau	n. 2, vol. 16	1973	
GUSDORF, Georges	A crise da Universidade e crise de Valores	n. 3, vol. 18,	1975	
TRUJILLO FERRARI, Alfonso	A Heterodoxia do Comportamento Político Universitário Brasileiro	n. 3, vol. 18	1975	

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza	O Liberalismo Radical no Império	n. 3, vol. 21	1978	
CAPALBO, Creusa	A Influência de Jacques Maritain no Pensamento Filosófico Brasileiro	n. 3, vol. 21	1978	
CRIPPA, Adolpho	A Moral no Pensamento de Vicente Ferreira da Silva	n. 2, vol. 24	1980	
PAIM, Antonio	Relações entre as filosofias portuguesa e brasileira no século XX	n. 2, vol. 24	1980	
CRIPPA, Adolpho	Ética e Política	n. 2, vol. 25	1981	
GUIMARÃES, Aquiles Côrtes	O Ecletismo de Gonçalves de Magalhães	n. 4, vol. 25	1982	
CRIPPA, Adolpho	O Conceito de Cultura em Tobias Barreto	n. 5, vol. 25	1982	
MOURA, Odilão	A Filosofia Política de D. Pedro II	n. 5, vol. 25	1982	
PAIM, Antonio	Pombal e a Cultura Brasileira	n. 1, vol. 26	1983	Resenha por Fernando Arruda Campos
CRIPPA, Adolpho	A Cultura no Brasil: uma possibilidade de definição	n. 3, vol. 27	1983	
PAIM, Antonio	Confronto entre Culturalismo e existencialismo a propósito da cultura brasileira	n. 3, vol. 27	1983	
FREYRE, Gilberto	Meu caro Adolpho Crippa	n. 3, vol. 27	1983	
VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo	Universidade aberta: Nova instância cultural	n. 3, vol. 27	1983	
CAPALBO, Creusa	Reestruturação da Universidade Brasileira	n. 4, vol. 28	1983	

PAIM ANTONIO	Balança da Pós-Graduação em Filosofia (1969/1982)	n.4, vol 28	1983	
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO	Catálogo de Obras Filosóficas	n. 4, vol. 28	1983	Resenha por Fernando Arruda Campos
CRIPPA, Adolpho	Cultura e Responsabilidade	n. 1, vol. 32	1984	
SALDANHA, Nelson	Historicismo e Culturalismo	n. 1, vol. 32	1984	
VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo	A Inspiração Liberal de George Orwell	n. 1, vol. 32	1984	
PAIM, Antonio	Modelos Éticos: Introdução ao Estudo da Moral	n. 1, vol 32	1984	Resenha por Ricardo Vélez Rodriguez
CRIPPA, Adolpho	A Idéia de Cultura em Vicente Ferreira da Silva	n. 1, vol. 28	1985	Resenha por Homero Silveira
TOSTES VILELLA LEANDRO, José Fernandes	Perspectivas do Estudo do Pensamento Político Brasileiro	n. 3, vol. 27	1985	
SOVERAL ABRANCHES, Eduardo	Civilização e Cultura	n. 3, vol. 28	1985	
PANFLETO DE PROPAGANDA	História das Idéias Filosóficas no Brasil 3ª ed. Antonio Paim	n. 4, vol. 28	1985	
PANFLETO DE PROPAGANDA	As Idéias Políticas no Brasil	n. 4, vol. 28	1985	
REALE, Miguel	A reforma universitária Alemã	n. 5, vol. 28	1985	
PAIM, Antonio	O neokantismo no Brasil	n. 5, vol. 28	1985	
MALFATTI SOLVINO, Antonio	Raízes do Liberalismo Brasileiro, Resenha por Aquiles Côrtes Guimarães	n. 5, vol. 28	1985	

PAIM, Antonio	Obras Gerais Dedicadas à Filosofia Brasileira	n. 1, vol. 29	1986
CERNEV, Jorge	Silvestre Pinheiro Ferreira: Um teórico liberal da monarquia representativa	n. 1, vol. 29	1986
IBIAPINA DA CUNHA, Clarice	Questões Principais da Filosofia Brasileira	n. 1, vol. 29	1986
DE OGGERO, Ibirajara	As origens do pensamento filosófico no Brasil	n. 1, vol. 29	1986
BALINSKI, W.	As idéias filosóficas e o ambiente nacional	n. 1, vol. 29	1986
POLETTI, Ronaldo	Liberalismo, propriedade e questão agrária	n. 2, vol. 29	1986
ZANCANARO, Antonio Frederico	A questão da relação entre ética e política	n. 2, vol. 29	1986
PAIM, Antonio	Estudos recentes do pensamento político, da filosofia do direito e da filosofia da educação	Convivium, v. 30, nº 2	1987
MACEDO, Ubiratan B. de	O pensamento político de Fidelino de Figueiredo - um projeto político para Portugal	n. 4, vol. 30	1987
PAIM, Antonio	O liberalismo Social de José Maria Bello	n. 5, vol. 30	1987
VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo	Esperteza ou Moral Social?	n. 5, vol. 30	1987

Conforme as tabelas, a referência mais antiga identificada que pode ser relacionada ao tema história do pensamento político é uma de 1941, na obra *História das Idéias Políticas*¹⁰,

¹⁰ GETTEL, Raymond Garfield. *História das idéias políticas*. Trad. e notas de Eduardo Salgueiro. Rio de Janeiro: Alba, 1941, 654 p.

de Raymond Garfield Gettel, encontrada na *Bibliografia Filosófica Brasileira*, de Paim (1979a). A segunda menção relevante é a obra *O pensamento brasileiro*¹¹, de João Cruz Costa, publicada em 1946. Ainda no período anterior à fundação do IBF, encontramos outra obra intitulada *História das Idéias Políticas*¹², essa de 1952 e atribuída a Pedro Calmon. As referências da tabela serão feitas de maneira simplificada no texto para facilitar a compreensão.

Em 1954 os principais nomes a serem estudados aqui começam a aparecer de maneira mais destacada, primeiramente com o já citado João Cruz Costa em *O desenvolvimento da Filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*¹³, sua tese para o concurso à cátedra de História da Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, concurso que, segundo Ferrer (2012), teve influência relevante para a formação do IBF, uma vez que Vicente Ferreira da Silva, membro fundador do instituto, foi vencido por Cruz Costa neste mesmo concurso, e este episódio impactou diretamente a disputa entre os institutos paralelos à universidade, representados aqui pelo IBF e pela figura de Vicente Ferreira da Silva, e a filosofia especializada, representada pela Faculdade de Filosofia da USP e seu representante, João Cruz Costa.

A noção de que as universidades estariam sendo tomadas por pensadores positivistas que utilizavam-se politicamente da filosofia era um ponto de rejeição pelos pensadores do IBF e filósofos como Benedetto Croce, e é um fenômeno importante para compreender tanto os institutos paralelos às universidades quanto a formação do campo de história das ideias no Brasil. Não à toa, o capítulo “Versão positivista do marxismo”, importante para a exposição do argumento central do *História das Idéias*, tem João Cruz Costa como o principal expoente desta corrente filosófica proposta por Paim que seria a responsável pela hegemonia do positivismo no interior das ciências sociais e da filosofia universitária.

No ano de 1956, João Cruz Costa publica a obra *Contribuição à história das idéias no Brasil*¹⁴, que tem uma segunda edição publicada em 1967, ano da primeira edição do *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. Este parece ser um marco histórico para o tema no país, dando início a uma série de publicações destacadas por Paim e pelo CDPB. Entre 1951 e 1956, nos índices da *RBF* – cujos artigos serão citados em nota de rodapé como são citados nos índices consultados –, são poucas as publicações relevantes para os fins deste subcapítulo.

¹¹ CRUZ COSTA, João. *O pensamento brasileiro*. São Paulo: J. Magalhães, 1946. 77 p.

¹² CALMON, Pedro. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Politécnica. 1952, 391 p.

¹³ CRUZ COSTA, João. *O desenvolvimento da Filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*. São Paulo, 1954. (Tese de concurso à cátedra de História da Filosofia, submetida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo)

¹⁴ CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 484 p.

A mais antiga é *Histoire de la philosophie, métaphysique et weltanschauung d'après W. Dilthey*¹⁵, publicada por Martial Gueroult, que influenciou a área através de “uma abordagem filosófica que assenta suas raízes na difusão do método estrutural ensinado por Martial Gueroult na Universidade de São Paulo” (Bianchi, 2014), publicado no segundo volume da RBF, em 1952. Em 1956, em seu sexto volume, a RBF publica também o artigo “*La crítica*” di *Benedetto Croce nella cultura italiana*¹⁶, de Alfredo Parente, importante para situar o IBF como movimento de inspiração croceana e anti-universitário.

Assim, embora já existissem algumas referências iniciais anteriores até à fundação do IBF, no período inicial entre 1951-1955 o periódico parecia não estar interessado no estudo da história das ideias em profundidade. Os estudos mais próximos eram dedicados à história da filosofia, que consiste em um objeto de estudo distinto e portanto não foram aqui incluídos, apenas quando se relacionarem com a história das ideias ou do pensamento político. A partir de 1956, sobretudo através de publicações de João Cruz Costa, o termo “história das ideias” começa a aparecer com muito mais frequência.

As primeiras referências nos índices da RBF são textos resenhados por Luis Washington Vita, figura importante nos primeiros anos do periódico e presente desde a fundação do IBF. São eles *Esbozo de una Historia de las Ideas en el Brasil*¹⁷, de João Cruz Costa, publicado no volume 8, em 1958; *Historia del Pensamiento Socialista*¹⁸, texto atribuído a G. D. H. Cole, publicado no volume 10, em 1960; *História de las Ideas Contemporáneas en Centroamérica*¹⁹, de Rafael Heliodoro Valle, também do décimo volume. Além das resenhas de Vita, é citado também o texto *História das Idéias e Valores*²⁰, de João Cruz Costa, do mesmo volume da RBF.

Desta forma, parece que o pontapé inicial foi dado realmente por Cruz Costa, o que ajuda a explicar tanto a disputa entre IBF e a Faculdade de Filosofia quanto as críticas de Paim direcionadas diretamente ao uspiano em seu *História das Idéias* no seu quarto capítulo, em subcapítulo intitulado *A versão positivista do marxismo*, acima mencionado, mantido nas

¹⁵ GUEROULT, Martial. *História de la philosophie, métaphysique et weltanschauung d'après W. Dilthey*. 2 (5): 5-18, jan./mar. 1952.

¹⁶ PARENTE, Alfredo. “*La crítica*” di *Benedetto Croce nella cultura italiana*. v. 6, n. 2, p. 173-176, abr./jun. 1956.

¹⁷ CRUZ COSTA, João. *Esbozo de una Historia de las Ideas en el Brasil*. Trad. de J. López Páez. México, Fondo de Cultura, 1957, 175 p. Resenhado por L.W. Vita. 8 (31): 385-386, jul./set. 1958.

¹⁸ COLE, G.D.H. *Historia del Pensamiento Socialista*. Trad. de Rubén Landa. México: Fondo de Cultura, 1957-1959. Resenhado por L.W. Vita. 10 (39): 415-317, jul./set. 1960.

¹⁹ VALLE, Rafael Heliodoro. *História de las Ideas Contemporáneas en Centroamérica*. México: Fondo de Cultura, 1960, 306 p. Resenhado por L. W. Vita. 10 (40): 590-591, out./dez. 1960.

²⁰ CRUZ COSTA, João. *História das Idéias e Valores*. 10 (40): 527-530, out./dez. 1960.

edições posteriores, no qual João Cruz Costa é usado como o principal exemplo da contaminação da filosofia das universidades.

Para Paim, a obra de Cruz Costa é um aprofundamento da obra de Leônidas de Rezende, pois “procura estabelecer a complementaridade entre positivismo e marxismo por um caminho autônomo” (Paim, 1967, p. 234). Em Cruz Costa teria o positivismo/marxismo encontrado sua fase madura, “livre dos arroubos juvenis presentes à meditação de Leônidas de Rezende” (Ibidem, p. 238), com a afirmação implícita de que havia chegado “a hora em que o pensamento deve ceder lugar à ação” (Ibidem).

Em versões posteriores do *História das Idéias*, a partir da terceira edição (1984a), Paim insere um capítulo chamado “Declínio do positivismo e sua substituição pelo marxismo”, e altera o nome do capítulo que trata de Cruz Costa para “Principal resultado do novo ciclo: a versão positivista do marxismo”. O argumento, contudo, é praticamente o mesmo: Cruz Costa enquanto defensor da complementaridade entre positivismo e marxismo. Assim, Paim pôde, por meio da figura de Cruz Costa, aproveitar suas observações sobre o positivismo e a mentalidade positivista presente nas elites para criticar também o então jovem marxismo brasileiro. A partir disso, Paim utiliza o termo “positivismo” para se referir ao marxismo ou outras tendências socialistas de esquerda sem fazer distinção entre os termos.

Por último, neste segundo período, encontramos *A história das Idéias na América Hispânica*²¹, de Leopoldo Zea, também do décimo volume da *RBF*, de 1960.

Assim, 1960 parece ser um ano fundamental para o ciclo inicial do estudo da história das ideias, ao menos no interior do IBF e nas publicações da RBF, com João Cruz Costa figurando como pioneiro e os membros do IBF contribuindo apenas através de resenhas, inicialmente. Nos anos seguintes, continuaram a publicar resenhas, mas passaram a contribuir também com artigos próprios, como veremos adiante. Paim também mencionaria que a idealização de uma série de livros sobre história das ideias no Brasil seria fruto dos esforços de Vita, que faleceu apenas um ano após a primeira edição do *História das Idéias* de Paim, o que pode ter impactado a produção dos membros do IBF no tema, com a exceção de Paim, como veremos.

Para encerrar este período entre 1956-1960, temos a obra *Introdução ao estudo das idéias do movimento revolucionário de 1798*²², de Luís Henrique Dias Tavares, publicado em 1959, mencionado por Paim na bibliografia da filosofia nacional que organizou.

²¹ ZEA, Leopoldo. *A história das Idéias na América Hispânica*. 10 (40): 512-518, out./dez. 1960.

²² TAVARES, Luís Henrique Dias. *Introdução ao estudo das idéias do movimento revolucionário de 1798*. Salvador: Livraria Progresso, 1959. 71 p.

A partir de 1961 e até 1965, após este aumento inicial de publicações no tema provocado sobretudo por de João Cruz Costa, termos como “história das ideias” começam a aparecer com mais frequência e com objetivos mais claros. Neste ano temos a publicação de duas resenhas por L. W. Vita, *História del Pensamiento Socialista*²³, de G. D. H. Cole, no volume 11, e *Estudios sobre Historia de las Ideas en América*²⁴, de Ricaurte Soler, no mesmo volume. Este volume também conta com o texto *Miguel Reale, historiador das idéias*²⁵, de Luis Washington Vita. Curioso mencionar que em 1994, em publicação comemorativa de seu quadragésimo segundo volume, a RBF publicou outro artigo com o exato mesmo título, atribuído a António Braz Teixeira, sendo este a transcrição de um pronunciamento feito em Lisboa no lançamento do livro *Estudos de Filosofia Brasileira*, de Miguel Reale. O reconhecimento de múltiplas décadas de Reale vem apesar de não ter nenhum artigo seu sobre o tema publicado na RBF e parece derivar de seus estudos a respeito do culturalismo, do seu método historiográfico e de seu estudo de obras de pensadores brasileiros do passado.

Paim indica ainda em seu *Bibliografia* a publicação, em 1962, de *História das doutrinas políticas desde a Antiguidade*²⁶, de Gaetano Mosca, e em 1964 a publicação de *História das idéias na França*²⁷, de Roger Daval. Em 1965, Paulo Mercadante publica seu livro *A consciência conservadora no Brasil*, que é resenhado por L. W. Vita²⁸ no mesmo ano, no décimo quinto volume da RBF. Neste mesmo volume, Paim faz sua estréia no periódico em coautoria com Mercadante com o artigo *Os Estudos de Filosofia de Tobias Barreto*²⁹, autor mencionado também em seu *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, dois anos mais tarde, com subcapítulo dedicado a ele.

Tobias Barreto é apresentado por Antonio Paim como o filósofo responsável pela origem do culturalismo no Brasil, esforço que teria brotado inicialmente de sua recusa ao ecletismo espiritualista, hegemônico à época, na leitura de Paim, movimento que teria guiado Barreto no sentido do positivismo. Frustrado com os resultados de sua empreitada filosófica

²³ COLE, G. D. H. *Historia del Pensamiento Socialista*. Trad. de Rubén Landa e González Pedrero. México, Fondo de Cultura, 1957—1960, 4 vol. Resenhado por L. W. Vita. 11 (42): 303-305, abr./jun. 1961.

²⁴ SOLER, Ricaurte. *Estudios sobre Historia de las Ideas en América*. Panamá, Imprenta Nacional, 1961, 119 p. Resenhado por L. W. Vita. 11 (44) : 539-541, out./dez. 1961.

²⁵ VITA, Luís Washington. Miguel Reale, historiador das idéias. 11 (42): 229-233, abr./jun. 1961.

²⁶ MOSCA, Gaetano. *História das doutrinas políticas desde a Antiguidade*, completada por Gaston Bouthoul: “As doutrinas políticas desde 1914”. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos, Prefácio do Prof. Milton Campos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1962, 416 p.

²⁷ DAVAL, Roger. *História das idéias na França*. Trad. de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. 126 p.

²⁸ MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1965, 264 p. Resenhado por L. W. Vita. 15 (59) : 449-451, jul./set. 1965.

²⁹ MERCADANTE, Paulo e PAIM, Antonio. Os Estudos de Filosofia de Tobias Barreto. 15 (59):449-451, jul./set. 1965.

positivista, propõe a revalorização da metafísica e da “subjetividade profunda”, nos termos de Paim, buscando livrar-se do positivismo sem retornar ao ecletismo espiritualista. É este o mito de origem do culturalismo proposto por Paim e que parece, no interior da sua obra, aplicar-se também à sua própria maneira de pensar.

É interessante nos determos brevemente sobre a relação entre Antonio Paim e a obra de Tobias Barreto, especialmente quando se busca compreender a história da obra *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. Luiz Antonio Barreto, em artigo publicado pela RBF em 1997, em fascículo dedicado ao aniversário de 70 anos de Antonio Paim, intitulado *Antonio Paim e Tobias Barreto*, sugere que a aproximação de Paim e Reale se deu por conta da obra deste autor, e Paim indica que sua primeira aparição na RBF foi consequência direta deste movimento:

Miguel Reale renova Tobias Barreto no Brasil e, ao mesmo tempo, se faz seguidor e mestre do Culturalismo, vitalizando a contribuição do autor de *Estudos Alemães*. É com Miguel Reale que a obra de Tobias Barreto chega aos ambientes acadêmicos, com a força de uma complexa e vasta visão do mundo da cultura. É Miguel Reale quem vai despertar em Paulo Mercadante e em Antonio Paim o interesse por Tobias, ao ponto deles reorganizarem as suas *Obras Completas*, para o Instituto Nacional do Livro, em 1963, justamente quando Hermes Lima galga posição política no Governo Federal. (...)

Da década de 60 até hoje, então, Antonio Paim tem sido um exegeta da obra de Tobias Barreto, contextualizando com a história das idéias no Brasil. (Barreto, 1997, p. 189-190).

Isto posto, o próprio artigo aqui analisado, publicado em 1965 por Antonio Paim e Mercadante, confirma esta versão, uma vez que inicia-se com “Por incumbência do Instituto Nacional do Livro, elaboramos o plano da reedição da ‘Obra Completa de Tobias Barreto’, publicado em Apêndice à Introdução Geral, já aparecida.” (Mercadante; Paim, 1965, p. 387). Uma vez que o artigo é incorporado ao *História das Idéias* logo na sua primeira edição, no subcapítulo *O humanismo de Tobias Barreto*, esta aparenta ser a primeira fase da produção do livro – a organização das obras completas de Tobias Barreto, por influência de Miguel Reale, como fase investigatória da origem da filosofia culturalista no país, identificando Barreto como seu fundador.

Voltando às publicações da *RBF*, em 1966 temos uma resenha de L. W. Vita do texto *Histórias das Idéias Sociais*³⁰, de Kurt Schilling, no volume 16 da *RBF*. Esse texto, resenhado por Vita, parece dar impulso para um momento de grande produção no interior do periódico a respeito do tema, como veremos a seguir. É a partir da produção de resenhas, inicialmente através de Vita, que o IBF passa a estudar o tema.

Também em 1966, Paim publica o artigo *Introdução à Filosofia Contemporânea no Brasil: a Mentalidade Positivista*³¹, também do 16º volume. Este por sua vez se aproxima no título do terceiro subcapítulo do quarto capítulo da edição original de *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, publicado no ano seguinte, intitulado “A mentalidade positivista”. Isso corrobora a hipótese de que tratava-se de um momento de formação de debates e produção inicial que antecedeu a importante obra de Paim publicada no ano seguinte, que reunia parte dessa produção sob o formato de capítulos de livro somados a textos inéditos.

A partir de 1967, dois anos após a integração de Paim ao IBF e ano da primeira publicação de *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, os estudos sobre história das idéias parecem realmente ganhar contornos relevantes e posição de destaque no interior do instituto, provavelmente por incentivo de Vita para a publicação da coletânea de obras no tema através da Editora Grijalbo.

Acima, mencionamos oito publicações significativas selecionadas para esse estudo entre 1961-1966. Entre 1967 e 1970, esse número sobe para pelo vinte e oito, se contarmos as várias resenhas dos mesmos textos, excluídos os textos que não tiveram publicação nacional, mas incluídas as suas resenhas. Por isso, a exposição a seguir será feita de forma simplificada, sendo indicado o uso das tabelas para a lista completa das obras publicadas no período em questão.

Entre 1967 e 1969 os estudos em história das ideias aumentaram significativamente enquanto parcela das publicações da *RBF*. Começamos por *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*, de Roque Spencer Maciel de Barros e publicada pela editora Grijalbo, veículo importante para a divulgação e publicação das obras do tema durante esse período. Três resenhas foram publicadas a respeito da obra na *RBF*, duas em seu 17º volume e uma no 18º, por L. W. Vita, Ivan Lins e Antonio Paim, respectivamente. Este parece ser o núcleo duro de autores do IBF que se dispuseram a estudar o tema nesta fase inicial, o que fica claro pelo número de resenhas publicadas por Vita, no período anterior, e pela produção de Antonio

³⁰ SCHILLING, Kurt. *Histórias das Idéias Sociais*. Trad. de Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, 398 p. Resenhado por L. W. Vita. 16 (63): 458-460, jul/set. 1966.

³¹ PAIM, Antonio. *Introdução à filosofia contemporânea no Brasil: a mentalidade positivista*. v. 16, n. 64, p. 58749-576, out./dez. 1966.

Paim nos anos seguintes. Temos, assim, que o ciclo inicial de estudo de história das ideias no IBF se forma na seção dedicada a resenhas da revista, e que o principal responsável, nesta fase fundadora do tema, é Vita, sendo as primeiras resenhas a respeito de textos de João Cruz Costa.

Logo em seguida temos a segunda edição de *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, de João Cruz Costa, resenhada por Ivan Lins e L. W. Vita nos 17º e 18º volume, respectivamente. Isso reforça o argumento de que o tema surgiu no interior do IBF primeiramente através das obras de João Cruz Costa e das respectivas resenhas de L. W. Vita, primeiro, de Ivan Lins, no volume seguinte, e por último, de Antonio Paim, que se tornaria a principal referência do instituto no tema.

Um indício da crescente relevância do tema história das ideias no IBF é o texto publicado por Armando Correia Pacheco no ano anterior, em 1967, no 17º volume da *RBF*, intitulado *Proposta para a inclusão de uma seção sobre História das Idéias nos próximos colóquios*. O texto é indicativo da formalização do tema no instituto, simbólico enquanto momento de passagem entre as resenhas publicadas por Vita, Lins e Paim, até então, para a produção de artigos e, em seguida, livros, incluindo uma coletânea de livros pela editora Grijalbo, idealizada por Vita, do qual o *História das Idéias Filosóficas no Brasil* fazia parte originalmente. No mesmo volume, Correia também publica *Algumas considerações sobre o pensamento filosófico no Brasil*.

É neste momento da produção intelectual do IBF que Paim começa a publicar seus primeiros artigos. Um pouco antes das obras mencionadas acima, temos a publicação de *A consciência conservadora no Brasil*, de Paulo Mercadante, em 1965, resenhado por Vita no 15º volume da *RBF*, no mesmo ano. Paim publica seu livro *A filosofia da escola do Recife*, que mais tarde viria a se tornar parte da coletânea intitulada *Obras complementares ao estudo da história das ideias no Brasil*, mas que figura na primeira edição do *História das Idéias* no subcapítulo *A formação da Escola de Recife*. É a primeira obra de Paim a ter alguma penetração, especialmente no IBF, como demonstram os artigos d’*O Estadão* a respeito da obra, analisados no capítulo seguinte.

Para Paim, a chamada Escola do Recife é uma espécie de reação ao positivismo filosófico, surgida do que o autor chama de “surto de ideias novas”, dentro do contexto de crítica ao ecletismo. Como reação ao positivismo e ao materialismo, prossegue, surgiram pensadores interessados no resgate da metafísica, aproximando-se do ecletismo espiritualista “sem entretanto fazer-lhe concessões” (Paim, 1967, p. 131). Esclarece ainda que, apesar do nome, não se trata de nenhuma universidade nem de uma escola de pensamento claramente

delineada, mas um aglomerado de autores com “elementos em comum” – sobretudo a crítica ao positivismo. Dentre eles, é a Tobias Barreto que Paim atribui o mérito de abrir caminhos à intelectualidade brasileira no que diz respeito à superação do positivismo, argumento presente tanto no artigo supramencionado quanto neste capítulo de sua *magnum opus* ora analisado.

Com isso já podemos considerar que o *História das Idéias* começava a surgir, visto que a primeira edição é em parte a reedição de artigos de Paim publicados na *RBF* e textos novos. Embora o livro *A filosofia da escola do Recife* não esteja reproduzido integralmente na primeira edição do *História* – mas é incorporado à obra complementar a partir de sua quarta edição, de 1987 –, há capítulos sobre a sua formação, apogeu e declínio e o apontamento de Tobias Barreto e Farias Brito, autores centrais para Paim e para o culturalismo, como membros deste movimento intelectual.

Em 1967, antes da primeira edição do *História das Idéias* ser publicada, Paim publica o artigo *A consciência moral da intelectualidade brasileira*, que também não foi reproduzido na primeira edição mencionada, mas foi adaptado para o subcapítulo *A mentalidade positivista*, mantido na segunda edição e removido a partir da terceira, a partir da qual a exposição é incorporada ao subcapítulo sobre ascensão do positivismo e sua nova forma, o marxismo. Não à toa, o próximo subcapítulo da 1ª edição também é publicado no fascículo seguinte da *RBF* sob o mesmo título: *A versão positivista do marxismo*.

Tanto o artigo mencionado quanto este capítulo dispõem sobre uma certa “atitude mental difusa mas persistente” (Paim, 1967, p. 190) na elite intelectual brasileira trazida pelo positivismo, caracterizada sobretudo pelo argumento de que a filosofia configura por si só uma esfera do saber sem objeto próprio. Para Paim, o problema estava em não aceitar qualquer outra *realidade* que não a dos *fatos*. Seriam então a Escola do Recife, especialmente Tobias Barreto, por um lado, e a Escola Católica de Jackson de Figueiredo, os únicos polos capazes a oferecer alguma resistência ao “desprezo” pela filosofia identificado por Paim nos positivistas. Paim defende também, mais adiante, que a especialização do conhecimento teria transformado o papel dos intelectuais, que devem ser considerados como herdeiros dos sofistas, dos humanistas e dos *aufklärer*, enquanto expressões da “consciência crítica de determinada época” (Ibidem, p. 202).

É exatamente neste ponto da história, a segunda metade do ano de 1967, que a coletânea sobre história das ideias começa a ser publicada, sob idealização de Vita, pela editora Grijalbo, principalmente. São lançados então, entre 1967 e 1969, as seguintes obras: *História das idéias filosóficas no Brasil*, por Antonio Paim - resenhada no *RBF* 6 vezes entre 1968 e 1969; *História das idéias estéticas no Brasil*, por José Antonio Tobias; *História das*

idéias religiosas no Brasil, em 1968, por João Camillo de Oliveira Torres, resenhada 3 vezes na *RBF* no mesmo ano de sua publicação; *História das idéias políticas no Brasil*, por Nelson Nogueira Saldanha, que não foi lançada pela editora Grijalbo mas pela editora Universitária, de Recife, em 1968³²³³ - resenhada apenas uma vez, em 1970; e *História das idéias jurídicas no Brasil*, por A. L. Machado Neto. Além destas, a editora também lançou, em 1969, a obra póstuma *Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil*, de Luís Washington Vita, resenhada duas vezes na *RBF* em 1969.

O número de resenhas da obra de Paim sugerem que esta obra teve maior penetração no círculo em que este publicava, nomeadamente o Instituto Brasileiro de Filosofia, e que este foi o momento em que o tema extrapolou o círculo inicial formado por Paim, Vita e Lins, expandindo a produção para outros membros do IBF, possivelmente através do esforço de Vita para a realização da coletânea realizada através da Editorial Grijalbo. Os artigos no jornal *O Estado de São Paulo*, analisados no próximo capítulo, que tratam destas obras são todos assinados por membros do IBF, o que demonstra em certa medida que, apesar de circularem no interior do Instituto, as ideias não conseguiram sair deste círculo específico quando de sua publicação.

Enquanto essa coletânea era publicada, em 1968, já com a primeira edição do *História das Idéias* em mãos, Paim publica o artigo *Graça Aranha e os problemas legados à posteridade pela Escola do Recife*, que nunca chegou a integrar a obra principal do autor, mas cujos argumentos são reproduzidos nos capítulos referentes à crítica ao positivismo oferecida pela chamada Escola do Recife.

Em 1969, Paim publicou *Silvestre Pinheiro Ferreira e a evolução do pensamento brasileiro no século XIX*, artigo do 19º volume da *RBF*, e que parece ser um exemplo da prática do método historiográfico proposto por Paim de análise da obra de autores específicos, nesse caso um autor sobre o qual já tinha certo material publicado na forma de capítulos da primeira edição do *História*. Ao contrário dos artigos anteriores, este aparentemente surge como capítulo do *História das Idéias* e se torna independente depois. Trata-se de capítulo importante da obra, que argumenta ter sido este pensador, Silvestre Pinheiro Ferreira, o responsável por “preparar” o pensamento nacional para o ecletismo esclarecido através da

³² A proximidade entre os autores, data de publicação, tema e a presença de resenhas da *RBF* sugerem que, apesar de não ser lançado pela Grijalbo, o livro faz parte da mesma empreitada em história das ideias pelo IBF, do qual Saldanha é membro. Talvez isso se explique pelo fato de a Grijalbo ter lançado as obras dos autores que estavam localizados no Sudeste do país, enquanto Saldanha lançou sua obra no Nordeste.

³³ Paim cita essa obra, em artigo publicado na *Convivium* em 1987, como sendo originalmente de 1963, publicada pela Universidade Federal de Pernambuco. Isso a colocaria como uma predecessora do *História das Idéias no Brasil*, e da coletânea como um todo, mas pode se tratar de um engano de Paim, uma vez que esta edição de 1963 não pôde ser localizada nesta pesquisa, mas a de 1968, sim.

uma espécie de ponte entre a escolástica portuguesa e o ecletismo brasileiro, isto é, buscava inserir a Modernidade na tradição contra-reformista portuguesa. O tema da Modernidade, inclusive sua rejeição, será resgatado por Paim, por meio da obra de Irving Kristol, em sua fase neoconservadora.

Assim, o período entre 1967 e 1969 é o primeiro momento de grande produção no tema na RBF, coincidindo com o período de publicação da primeira edição de *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, livro cujo desenvolvimento foi iniciado através da publicação de artigos por Antonio Paim em 1965, mais tarde compilados, expandidos e somados com textos novos até que tornam-se obra própria, lançada como parte de uma série de livros no tema por autores membros do IBF publicada principalmente pela Editora Grijalbo. Em momento imediatamente posterior, Paim publicou também alguns capítulos do livro no formato de artigos para a *RBF*.

Pelo que a análise indica, existiu um esforço coletivo em expandir os estudos sobre história das ideias, tendo a editora Grijalbo exercido um papel relevante, ao menos entre os autores do sudeste do país. O interessante, contudo, é que nenhum dos outros livros é mencionado em edições futuras por Paim, ao passo que o seu é reeditado múltiplas vezes e torna-se o centro de sua atuação intelectual nesse período. A obra passa por um período relativamente grande entre a segunda e a terceira edição, publicadas em 1974 e 1984, respectivamente, com poucas alterações de conteúdo mas algumas mudanças de formato, até a sua última edição em 2007, publicada digitalmente e que é complementada por textos avulsos, em sua maioria livros que Paim publicou nas décadas de 1960 e 1970, reeditados.

Sobre este esforço coletivo, Paim menciona em artigo intitulado “Estudos recentes do pensamento político, da filosofia do direito e da filosofia da educação”³⁴, publicado na revista *Convivium*, vol. 30, n. 2, de 1987, posterior portanto à terceira edição do *História das Idéias*, que:

“Avançou-se muito, nos últimos anos, na análise compreensiva da evolução das idéias políticas, da filosofia do direito e da filosofia da educação. Nestes aspectos, os nossos autores adotaram de pronto uma atitude militante, o que deve ser considerado natural e até certo ponto inevitável. Poucos dentre estes se dispuseram a empreender avaliações serenas dos antecessores, quase invariavelmente considerados simples oponentes. [...] Luis Washington Vita chegou mesmo a imaginar uma coleção dedicada à História das Idéias no Brasil e nesta

³⁴ PAIM, Antonio. Estudos recentes do pensamento político, da filosofia do direito e da filosofia da educação. *Revista Convivium*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 105-119, mar./abr. 1987.

apareceram alguns outros livros, versando sobre diversos temas, nem todos bem-sucedidos”. (Paim, 1987c)

Considerando-se o método historiográfico de Paim, que parte do pressuposto da universalização do conhecimento filosófico e de sua validade perene, não é estranha a manutenção da posição em defesa de uma filosofia e uma historiografia supostamente desinteressadas das relações com os demais ramos do conhecimento, especialmente a política e a religião, crítica implícita na expressão “atitude militante” de que faz uso o autor na citação acima. Tais constâncias do pensamento do autor, quando comparadas com as mudanças no interior deste – por exemplo a inclusão de capítulos, em especial sobre filosofia política liberal, e a mudança de formato nas publicações posteriores do *História das Idéias Filosóficas no Brasil* – são úteis para compreender o ritmo do pensamento do autor estudado e situá-lo nos debates em que se inseriu, bem como identificar quais eram estes debates e como se desenvolveram.

Alguns anos mais tarde, em 1972, temos a publicação de *Breve história das idéias no Rio Grande do Sul*, de José Salgado Martins, no 22º volume da *RBF*. Em 1974, Paim publicou a 2ª edição do *História das idéias filosóficas no Brasil*, que é resenhado 2 vezes na *RBF* no ano seguinte. É notável como a partir da segunda metade da década de 1960, momento em que Paim publica seus primeiros artigos e a primeira edição do *História das Idéias*, a expressão “história das idéias” aparece com muito mais frequência nos títulos dos artigos da *RBF* que nos momentos anteriores. É claro também como a *RBF* passou da produção de resenhas de textos externos, principalmente de João Cruz Costa, para a produção de textos próprios sobre o tema, agora de uma perspectiva culturalista e crítica do “marxismo positivista” do qual João Cruz Costa é, para Paim, o principal representante.

Como já mencionado, no ano de 1974 Paim publicou a 2ª edição do *História das Idéias filosóficas no Brasil*. A segunda edição conta com 155 páginas a mais que a primeira. Paim gradualmente expandiu a obra com textos sobre filosofia política, liberalismo, o chamado “problema do homem” que é central em sua obra e um reflexo direto da influência culturalista em seu pensamento. O livro foi resenhado duas vezes na *RBF* em 1975, por Vicente Barreto e Creusa Capalbo, ambas no volume 25 do periódico.

Sobre o “problema do homem”, Paim o apresenta no último capítulo de *História das Idéias*, que foi mantido em todas as suas edições. Em resumo, trata-se de argumento que preza pela relativa independência do pensamento em relação ao meio social, em oposição ao que chama de “determinística marxista”. Paim buscou neste capítulo desenvolver uma primazia

do conceito de “consciência” em relação ao conceito “marxista” de “realidade” (Paim, 1967, p. 255), defendendo a “intencionalidade da consciência”, isto é, atitude determinada pela vontade individual (Ibidem, p. 264). Utiliza-se então de Miguel Reale para advogar pela categoria “pessoa” como condição *a priori* do ser-humano, concebida enquanto autoconsciência (Ibidem).

A capacidade de síntese do homem, isto é, seu potencial inovador diante da natureza, seria o elemento que o diferenciaria da própria natureza, sem ignorar, contudo, o caráter histórico da pessoa. Estas conclusões o levam ao que denomina de “método histórico-axiológico”, fundado por Reale, concebido em sua obra como um método dialético que não possui síntese, não elimina um dos polos em favor do outro, mas os concilia, reforçando o “elemento conciliador” que caracterizaria o pensamento conservador brasileiro na obra de Paim, inspirado por Mercadante (1965; 1980). Este método de Reale, concebido como a maneira pela qual o homem, “servindo-se das leis naturais, que são instrumentos ideais, erigiu um segundo mundo sôbre o mundo dado: é o mundo histórico, o mundo cultural.” (Paim, 1967, p. 271), serviria, mais tarde na obra de Paim, para justificar o que chamou Reale de invariantes axiológicos, isto é, a formação de valores historicamente concebidos mas com validade universal que fundamentam o conceito de “Ocidente” na obra de Paim e dos demais membros do IBF que a esta teoria subscrevem, e que os conectam com as proposições neoconservadoras de Kristol (1995; 2004a; 2004b).

Assim, retomando a ordem de desenvolvimento da produção do IBF sobre história das ideias, a disputa entre Vicente Ferreira da Silva, membro fundador do IBF, e João Cruz Costa, “aluno número um” da Faculdade de Filosofia da USP, foi traduzida na disputa teórica entre o IBF e a FFCL (mais tarde FFLCH) da USP. A disputa levou à produção própria do IBF num tema em que Cruz Costa foi, em relação a eles, pioneiro. Esta disputa explica também a própria fundação do IBF enquanto instituto extra-universitário capaz de superar o “positivismo” – que agora vemos tratar-se de outro termo para marxismo na obra de Paim – das universidades paulistas, tidas como incapazes de apreciar a filosofia enquanto campo isolado do conhecimento, como defendiam os autores da *RBF*. Esse movimento foi inspirado pela influência do pensamento de Benedetto Croce em membros do IBF, como Luis Washington Vita. E Antonio Paim foi talvez o principal autor do IBF e da *RBF* no tema neste período e nos que se seguiram, de modo que suas críticas a João Cruz Costa e ao marxismo que este representava ganharam espaço relevante dentro do IBF.

Acompanhando o aumento da produção no tema, o ano de 1975 conta com a publicação das obras *As idéias filosóficas e religiosas nos debates da Constituinte de 1823*, de

Odilão Moura; *Uma introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira*, de Vicente Barreto e *História das idéias e filosofia política*, de Antonio Paim. O texto de Vicente Barreto chama a atenção por introduzir a noção de “pensamento político”, ao passo que Paim, no mesmo ano, relaciona história das ideias e filosofia política em artigo cujo principal argumento é o de que “O pressuposto essencial da história das idéias é a admissão da cultura como processo autônomo” (Paim, 1975), um argumento culturalista que se repete ao longo de toda a obra de Paim. Esse texto parece marcar o início de um movimento no pensamento de Paim rumo ao seu papel como difusor de ideias liberais e eventualmente neoconservadoras, distanciando-se aos poucos de seu ideal de uma filosofia politicamente neutra, embora, contraditoriamente, não abra mão, de forma explícita, desta posição em seus escritos posteriores.

Essa passagem das publicações em história das ideias para pensamento político e filosofia política marcam o início do declínio da produção no tema pela *RBF*. Em 1976, Paim publicou *A superação do empirismo mitigado na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira*, que reproduz argumentos presentes desde a primeira edição do *História das Idéias* sobre a importância do ecletismo no pensamento filosófico nacional. Publicou também *O ciclo de formação da corrente eclética*, que viria a se tornar, eventualmente, capítulo inaugural do livro *Escola Eclética* (Paim, 1999a), parte da coletânea *Estudos complementares à História das Idéias Filosóficas no Brasil*, destino comum a muitos dos artigos e livros publicados por Paim nas décadas de 1960 e 1970.

Mas o tema já está presente desde a primeira edição do *História das Idéias*, no capítulo *A formação da corrente eclética*, no qual Paim explica que foi este o “primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil”, e que não se trata “de uma simples cópia do sistema cousiniano mas de uma livre interpretação dos vários elementos que o integram” e de sua incorporação “à nossa bagagem cultural, no período mais recente, sem maior aprofundamento” (Paim, 1967, p. 75). É neste capítulo do *História das Idéias* que Paim apresenta a influência que atribui a Cousin no pensamento nacional, seu método historiográfico e a premissa idealista de aperfeiçoamento do pensamento rumo ao Absoluto (Ibidem, p. 79).

Nota-se que neste momento da produção do IBF Paim já possui uma posição de autoridade no tema, praticamente dominando as publicações a respeito na *RBF*. Marca também o aprofundamento do interesse de Paim por obras de cunho político, fenômeno que terá relevância para o estudo de suas obras posteriores e até para as próximas edições do

História das Idéias, mas esse aspecto de sua obra será melhor analisado no capítulo seguinte desta pesquisa.

Em 1977 temos a publicação de *A questão da originalidade do pensamento filosófico brasileiro*, também de Paim, cujo principal argumento é o de que:

Ao construir esse caminho próprio a meditação brasileira constitui-se como segmento original da filosofia universal. Essa originalidade consiste em privilegiar o tema da pessoa humana, encarada de início como liberdade e, mais tarde, como consciência, o que a levou a defrontar-se com as questões magnas resultantes do aprofundamento da consciência filosófica ocidental por uma via de acesso muito peculiar” (Paim, 1977, p. 255).

A pesquisa das idéias filosóficas na Bahia, de 1978, marca o fim do ciclo mais intenso de estudos de Antonio Paim em história das ideias especificamente, tendo como contribuição relevante mencionada na tabela após isso, excluída a revista *Convivium*, apenas o livro *O estudo do pensamento filosófico brasileiro* (Paim, 1979c), além das novas edições do *História das idéias* e dos textos de estudos complementares que o acompanham. A partir de então, a obra de Paim parece se voltar mais para a divulgação do pensamento conservador liberal, num primeiro momento, e do neoconservadorismo, mais tarde.

Embora articulados em conjunto pelo IBF, os periódicos *RBF* e *Convivium* seguiram linhas editoriais distintas no período, o que parece ter sido causado justamente pela divisão dos autores dos periódicos entre conservadores liberais, no primeiro, e conservadores católicos (tradicionalistas), no segundo. Neste momento das décadas de 1960 e 1970, a produção da *Convivium* era voltada para temas religiosos, a construção e análise de uma cultura Ocidental, a crítica a autores como L. W. Vita no artigo *O Sr. Vita, Esquerda e direita*, de Leônidas Hegenberg, de 1967, crise universitária, visão cristã do mundo, etc.

É só na década de 1980 que a *Convivium* parece conciliar-se com a *RBF* e publica os artigos *O ecletismo de Gonçalves de Magalhães*, de Aquiles Côrtes Guimarães, em 1982, e *O conceito de cultura em Tobias Barreto*, de Adolpho Crippa, no mesmo ano. Em 1983 Paim publicou *Pombal e a cultura brasileira* e *Confronto entre culturalismo e existencialismo a propósito da cultura brasileira*. No mesmo ano temos a primeira aparição de Vélez Rodríguez, orientando de Paim e futuro ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro, com o artigo *Universidade aberta: nova instância cultural*. A *Convivium* parece expressar

maior preocupação com aqueles ideais de ambiente extra-universitário expressos no primeiro volume da *RBF*, por isso não à toa Paim publicou *Balanço da pós-graduação em filosofia (1969/1982)* neste periódico em 1983.

Em 1984 temos *A inspiração liberal de George Orwell*, texto de Vélez Rodríguez sobre o autor britânico autoproclamado social-democrata, além de *Modelos éticos: introdução ao estudo da Moral*, por Antonio Paim, e *A idéia de cultura em Vicente Ferreira da Silva*, de Adolpho Crippa. No ano seguinte, temos a terceira edição de *História das idéias no Brasil*, além do artigo *O neokantismo no Brasil*, de Antonio Paim. Nos parece que este momento, da década de 1980, é o momento em que temas como moral, cultura e liberalismo começam a circular com mais força nos círculos intelectuais frequentados por Paim, e isso tem reflexo direto em sua própria produção, como será objeto do capítulo final desta dissertação.

Além disso, textos de Paim começam a aparecer na produção de outros autores, como no texto de 1986 intitulado *Silvestre Pinheiro Ferreira: um teórico liberal da monarquia representativa*, de Jorge Cernev, clara influência das teses de Paim a respeito da fundação do pensamento filosófico nacional e sua relação com a filosofia política liberal.

Dando o tom desta nova fase liberal da produção intelectual conservadora temos em 1986 o artigo *Liberalismo, propriedade e questão agrária*, de Ronaldo Poletti; *Estudos recentes do pensamento político, da filosofia do direito e da filosofia da educação*, de Antonio Paim³⁵; *O liberalismo social de José Maria Bello*, também de Paim, de 1987; *Esperteza ou moral social?*, de Vélez Rodríguez, e *Estado autoritário e ciências sociais no Brasil*, do mesmo autor, ambos de 1987.

No período após 1980, a *RBF* não indica mais nenhuma publicação no tema história das ideias, pelo menos até o ano 2000, período que encerra o índice. A produção de Paim, em específico, mudou nos anos 1980 para uma produção a respeito da história do liberalismo, sobre o liberalismo no Brasil e textos críticos ao patrimonialismo, ao marxismo e ao Partido dos Trabalhadores, por exemplo. Isso delimita a nova fase do pensamento de Paim, que passa de um autor que publica para filósofos conservadores com pretensões politicamente neutras para um divulgador de doutrinas conservadoras liberais.

Nota-se, assim, uma passagem da filosofia desinteressada, em primeiro lugar, no início da participação de Paim no IBF, para a história das ideias, nas décadas seguintes e, por fim, para a história do pensamento político sob um ponto de vista ao mesmo tempo conservador e liberal. Uma vez que o tema história das ideias passa a ser tratado como esgotado no interior do instituto, Paim volta-se então para a história do pensamento político, engajando-se mais

³⁵ Nota-se que a noção de “pensamento político” passa agora a habitar a produção de Paim.

diretamente nas disputas políticas – marcadas inicialmente pela fase final da guerra fria e seu característico anticomunismo –, até eventualmente tornar-se um filósofo brasileiro do neoconservadorismo, com influência direta da obra do neoconservador Irving Kristol, pelo menos a partir dos anos 1990.

É oportuno adiantar, na conclusão deste capítulo, a maneira como o tema do pensamento político tomou lugar na obra de Paim. O livro *Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro*, publicado em 1985 por Antonio Paim pela editora Convívio, ligada ao IBF, possui capítulos como *Silvestre Pinheiro Ferreira*, *Ecletismo espiritualista*, *Escola do Recife*, *Pensamento Político*, reproduções de capítulos do *História das Idéias* e de artigos publicados por ele na *RBF* que eventualmente integraram a série de livros complementares à sua principal obra. A sequência ajuda a entender como os temas anteriores do filósofo foram condensados e passaram a apontar para uma pesquisa voltada para o pensamento político, em lugar da história das ideias de maneira geral. Na década de 1980, Paim publicou as seguintes obras no tema:

- a) PAIM, Antonio. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.
- b) _____. *Evolução Histórica do Liberalismo*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- c) _____. *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia - EDUSP, 1989.

O livro *Os intérpretes da filosofia brasileira: estudos complementares à História das Idéias Filosóficas no Brasil - Vol I*, também tem os capítulos: *Silvestre Pinheiro Ferreira*; *Ecletismo Espiritualista*; *Escola do Recife*; *Pensamento Político*. Desta forma, parece que a partir da década de 80, período em que foram publicadas duas edições do *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, a terceira e a quarta para ser exato, Paim começou a editar livros complementares ao *História* para expandir os temas da edição original, incluindo seus artigos na *RBF*, na obra, aproveitando o material do qual já dispunha a respeito destes objetos de estudo.

No artigo intitulado *Estudos recentes do pensamento político, da filosofia do direito e da filosofia da educação*, de 1987, publicado na *Convivium*, Paim esclarece que a mudança de perspectivas no tema deu-se, no Brasil, pela “revalorização da ideia liberal” (Paim, 1987b, p. 105). O artigo dedica diversas páginas a obras publicadas entre o final da década de 1970 e meados da década de 1985 sobre liberalismo, a maioria ligada a autores do IBF, como o próprio Paim, seu orientando Ricardo Vélez Rodríguez, e Vicente Barretto, a título de exemplo. Esta revalorização liberal que Paim identifica coincide com o momento de abertura

política do país e da atuação de Antonio Paim no interior do Partido da Frente Liberal (PFL), como analisaremos no capítulo seguinte.

Neste artigo Paim elucida que, após 1964 e o início da Ditadura Militar, os estudos sobre autoritarismo voltaram a ter espaço de relevância no país, utilizando-se outra vez do conceito de “autoritarismo instrumental” de Wanderley Guilherme dos Santos. A recusa ao autoritarismo, diz Paim, teria afastado os conservadores liberais da vertente católica do conservadorismo ao mesmo tempo que os afastava do socialismo, cujo aparecimento no pensamento brasileiro (e ocidental de modo geral, na opinião do autor), estaria ligada ao liberalismo:

“Cabe ressaltar a distinção estabelecida por Wanderley Guilherme em relação a Oliveira Viana, denominando sua doutrina de *autoritarismo instrumental*. Com efeito, ao contrário do castilhismo, do integralismo ou do corporativismo, Oliveira Viana não pretende a eliminação do sistema representativo. Acha, entretanto, que este só pode vicejar onde o ambiente social lhe seja propício, razão pela qual entendia ser necessária uma ação modernizadora capitaneada pelo Estado, após a qual se poderia cogitar dos institutos do sistema liberal. Presumivelmente, as doutrinas de Oliveira Viana estabelecem a distinção fundamental entre o autoritarismo pós-64 e o que emergiu nos anos 30.

Além do autoritarismo, estudou-se igualmente a opção totalitária, que se singulariza em nosso país por se ter originado tanto da parte dos comunistas como da parte dos católicos. O aparecimento do socialismo e sua vinculação ao pensamento liberal é outro aspecto igualmente elucidado” (Ibidem, p. 109)

Assim, Antonio Paim defende que a recusa ao autoritarismo, seja em sua versão católica ou socialista, seria o ponto de virada para a recuperação do liberalismo como tradição política a ser favorecida tanto na política quanto na filosofia e na historiografia. Tal movimento teria seu ponto de início, segundo Paim, na obra *A democracia no Brasil – um estudo da história das idéias*, de Ubiratan Macedo, seu colega no IBF, publicado em 1984 no Rio de Janeiro pela editora da Universidade Gama Filho, da qual Paim foi professor e fez grande parte de sua carreira como docente. A partir de então, “finalmente o *liberalismo contemporâneo* começa a merecer análise sistemática” (Paim, 1987b, p. 112, grifos do autor).

A partir da metade da década de 1980, portanto, Paim começa a indicar mudanças em sua produção acadêmica, voltando-se especialmente para o tema do liberalismo, com características próprias – não se trata simplesmente do estudo do liberalismo clássico, mas de uma análise daquilo que chamou de liberalismo contemporâneo, que “se distingue de seus

antecessores pela retomada do contato com as idéias liberais no Ocidente, interesse que virtualmente desapareceu desde os anos 30” (Ibidem, p. 113). A noção de Ocidente é particularmente relevante para o estudo do neoconservadorismo, que marcará a produção de Antonio Paim a partir de então.

O mesmo livro indica, ao final, algumas bibliografias que podem ajudar a traçar o caminho acima descrito, destacando-se:

- a) CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Índices das revistas Brasileira de Filosofia, A Ordem e Convivium*. Salvador, 1983
- b) _____. *Bibliografia e estudos críticos de Silvestre Pinheiro Ferreira, Alceu Amoroso Lima, Djacir Menezes e Tobias Barreto*. Salvador, 1983, 1987, 1988
- c) COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil: o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórico-nacional*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.
- d) _____. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- e) CRIPPA, Adolpho (Coord.). *As ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978.
- f) MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *História das Idéias na Faculdade de Direito do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1996.
- g) PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Convívio/INL, 1984a. (4ª ed., Convívio, 1987; 5ª ed., Londrina: Editora UEL, 1997).
- h) VEIGA, Gláucio. *História das idéias na Faculdade de Direito de Recife*. Recife: Imprensa Universitária, 1980/1989, 6 v.
- i) MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil - Contribuição ao estudo da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. (3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980).
- j) RODRIGUES, José Carlos. *Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro: PUC, 1977.
- k) SALDANHA, Nelson. *A Escola do Recife*. Caruaru, Ed. da Faculdade de Direito, 1976 (2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Convívio/INL, 1985).

Antes dessa nova fase do estudo do liberalismo, ao final da década de 1970 e início da década seguinte, Paim dedicou-se ao estudo de pensadores específicos, em sua maioria brasileiros, o que faz parte de seu ciclo de estudo da história das ideias. Tais investigações até viriam a ser incorporadas em capítulos das edições posteriores de seu *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. Como exemplos podemos mencionar:

- a) PAIM, Antonio. *A Filosofia da Escola do Recife*. 2. ed. São Paulo: Convívio, 1981.
- b) _____. Uma corrente da atualidade filosófica brasileira: o culturalismo. *Revista Interamericana de Bibliografia*, Washington, Vol. XXVII, volume 4, out./dez. 1977.
- c) _____. A política de Eduardo Job. *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 30, n. 113, p. 73-81, jan./mar. 1979.
- d) _____. (Org.). *Pombal na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Fundação Cultural Brasil-Portugal, 1982.
- e) _____. O culturalismo de Nelson Saldanha. *Convivium*, v. 23, n. 34-3, p. 173-179, mai./jun., 1984.
- f) _____. O Krausismo Brasileiro. Nomos. *Revista Portuguesa de Filosofia do Direito e do Estado*, n. 5-6, jan./dez. 1988.

Com isso, acreditamos que resta demonstrado o caminho percorrido inicialmente por membros do IBF para fundar o estudo da história das ideias neste círculo intelectual em específico, esforço provocado inicialmente pelo uspiano João Cruz Costa, em ambientes universitários alheios ao IBF e à *RBF*, embora tenha este autor publicado artigo neste periódico em seus primórdios. No IBF, Luis Washington Vita, secretário do instituto a partir de 1960 até sua morte em 1968, parece ter sido o responsável por introduzir o tema, como indicam seus artigos e resenhas publicados na *RBF*, mais tarde contando com a contribuição de Ivan Lins e, eventualmente, de Antonio Paim, que então torna-se a principal referência no tema dentre os membros do IBF.

Após este ciclo inicial, o tema da história das ideias ganha relevância na *RBF*, aumentando significativamente o número de artigos publicados a respeito no periódico, e Paim consolida-se como uma autoridade da área. Os demais autores e obras perderam visibilidade nos anos seguintes, enquanto Paim intensificou sua produção e ganhou ainda mais reconhecimento.

Ao final da década de 1970, contudo, os estudos sobre história das ideias quase que desaparecem da RBF, e mesmo Paim volta-se ao estudo de autores específicos, sobretudo filósofos nacionais, até que eventualmente, na década de 1980, retoma o estudo da história das ideias como forma de estudar a evolução do liberalismo; ao mesmo tempo, interessa-se pelo estudo do pensamento político. Essa conjunção de fatores faz com que Paim passe de um autor da história das ideias, em geral, para um autor da história do pensamento político, em específico, especialmente do liberalismo (ou liberalismo contemporâneo, em seus termos). A passagem para o liberalismo pode estar ligada à expansão do neoliberalismo como fenômeno não-exclusivo dos círculos intelectuais brasileiros, hipótese a ser aprofundada no próximo capítulo.

Essa cronologia das publicações da *RBF*, dos temas de interesse dos membros do IBF e da bibliografia de Antonio Paim são bastante elucidativas tanto da formação do campo de história do pensamento político no Brasil quanto de uma corrente ao mesmo tempo conservadora e liberal, que parte da tradição católica e tem como principal constante aquilo que Paulo Mercadante chamou de *elemento conciliatório*, isto é, a recusa do rompimento com o passado e a valorização dos elementos supostamente perenes da filosofia – uma recuperação do conservadorismo clássico, nos termos defendidos mesmo por Edmund Burke: o progresso levado a cabo pela meditação serena e pela experiência, não pela radical transformação, um antagonismo direto com as experiências revolucionárias (na França do século XVIII, no caso de Burke, e na Rússia no começo do século XX, por exemplo, no caso do IBF).

Sobre a produção do *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, podemos resumir a cronologia da seguinte maneira: após frustrações geradas pela divulgação do chamado Discurso Secreto de Nikita Krushev, Paim encerra sua fase comunista da juventude, rompe com o PCB e começa a distanciar-se do marxismo, encontrando no kantismo uma saída possível. Neste movimento, acaba esbarrando no culturalismo de Miguel Reale, que o convida para a produção de uma coletânea das obras de Tobias Barreto, em coautoria com Paulo Mercadante, parceria que se reproduziria no primeiro artigo de Paim na *RBF*, também sobre a filosofia de Tobias Barreto.

Neste momento, inicia-se um esforço no interior do IBF para estabelecer um método historiográfico culturalista, proposto por Paim e por Reale. Tobias Barreto é mobilizado como fundador do culturalismo e como pensador que propõe o resgate da metafísica (por meio do ecletismo espiritualista) no seio do ciclo de ascensão do positivismo. Para Paim, Barreto é o ponto de virada do positivismo rumo ao resgate do ecletismo espiritualista, isto é, da valorização da moral e da metafísica, tema que marca sua produção em todas as fases, embora

seja abordado mais explicitamente apenas em sua última fase, a neoconservadora, e que justifica a escolha do método histórico-axiológico de Reale como o preferido de Paim.

Nos anos seguintes, Paim publica uma série de artigos que mais tarde seriam compilados na forma de capítulos em sua primeira edição do *História das Idéias*, junto com textos inéditos no tema. Esta obra surge a partir do esforço do secretário geral do instituto, Luís Washington Vita, em lançar uma coletânea de livros em história das idéias no Brasil, com variados temas, a maioria não obtendo sucesso, com a exceção do *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, de Paim, que conta com edições até 2020, um ano antes de sua morte. Em 1968, um ano após a primeira edição desta obra, Vita veio a falecer, e o projeto parece perder força, com algumas publicações feitas após sua morte, mas nada além disso foi encontrado no material analisado nesta pesquisa.

Paim publicou ainda alguns artigos sobre história das ideias e filósofos que ele associa à tradição culturalista/eclética, entre 1967 e 1974, data de publicação da segunda edição do *História das Idéias*, com uma introdução maior e que explica em maior detalhes o chamado “problema do homem” e o caminho por ele percorrido partindo do kantismo rumo ao culturalismo, movimento intermediado pela filosofia política liberal. A influência do liberalismo, para Paim, vem da obra de John Locke, e se relaciona diretamente com a experiência inglesa, determinada de maneira relevante pela visão de mundo protestante em lugar da visão de mundo católica que era hegemônica em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil. Esta relação com o liberalismo político será melhor analisada em momento mais oportuno.

Parte desta introdução à 2ª edição foi adaptada para tornar-se as obras *Evolução histórica do liberalismo* (Paim, 1987a) e *O Liberalismo contemporâneo* (Idem, 1995a; 2007c), especificamente o segundo capítulo da introdução desta última, chamado “A filosofia política” e que trata fundamentalmente da trajetória e da evolução do pensamento liberal no pensamento brasileiro.

A partir de 1987, Paim passa a incorporar livros e artigos publicados nos temas de história das ideias, história do pensamento político, filosofia e pensamento liberal em uma obra denominada *Estudos complementares à História das Idéias Filosóficas no Brasil*, inicialmente contando com cinco volumes, quais sejam: I- *Os intérpretes*; II- *As filosofias nacionais*; III- *Etapas iniciais da filosofia brasileira*; IV- *A Escola Eclética*; V- *Escola do Recife*. Nota-se a repetição de temas tratados na obra principal, mas agora expandidos, essencialmente compilando a produção de Paim ao longo de décadas em uma obra única, com textos complementares.

Após a década de 1980, Paim dedica-se mais diretamente ao estudo e divulgação do pensamento liberal, tendo o próprio autor delimitado como marco temporal desta virada em seu pensamento a publicação de *A democracia no Brasil - um estudo da história das idéias* (1984), de Ubiratan Macedo, também do IBF. A partir de então, Paim debruça-se muito mais intensamente sobre a temática do pensamento político liberal do que qualquer outra, movimento que talvez possa ser explicado pela expansão do neoliberalismo pelo mundo, pelo período tido como de abertura da Ditadura Militar, na mesma década, e pela sua aproximação do então senador Jorge Bornhausen e seu partido, o Partido da Frente Liberal (PFL). Este é o objeto do último capítulo desta dissertação, a seguir.

Capítulo 3 – A potência do conservadorismo liberal em ato

“O esforço de **reaproximar-nos do pensamento liberal** no exterior vinha de muito antes. Em sua passagem pela direção da Editora da UnB, Carlos Henrique Cardim conseguiu editar muitos autores liberais contemporâneos, como Nisbet, Dahrendorf, Robert Dall [sic] etc. Essa iniciativa não teve continuidade naquela instituição, mas surgiram diversas outras.

O Instituto Liberal editou, desde sua fundação até 1997, 60 livros, um terço dos quais autores ligados à Escola Austríaca. Os brasileiros compareceram com 14 títulos (pouco mais de 20 por cento). Os 50 por cento restantes compreenderam a tradução de pensadores liberais ligados a outras vertentes que não a Escola Austríaca.

Entre os austríacos, a preferência é por Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, tendo aparecido cinco livros do primeiro e quatro do segundo. O Instituto Liberal patrocinou a tradução dos principais livros de Von Mises: *Ação Humana; A mentalidade anticapitalista; As seis lições; Liberalismo; O mercado e uma crítica ao intervencionismo*, além de uma síntese do seu pensamento: *O essencial Von Mises*, de Murray Rothbard, e algumas obras de Hayek (*Desemprego e política monetária; Desestatização do dinheiro e O caminho da servidão*), bem como uma exposição sobre suas idéias: *A contribuição de Hayek às idéias políticas de nosso tempo*, de Eamonn Butler. Também dedicado à divulgação das idéias dessa vertente é o livro: *O que é liberalismo*, de Donald Stewart. Hayek já se havia tornado autor conhecido no Brasil graças à publicação, pelas Editoras UnB e Visão, dos seus livros considerados mais importantes.

Das outras vertentes do liberalismo contemporâneo no exterior, sobressaem os livros de Guy Sorman (*A nova riqueza das nações; A solução liberal; O Estado mínimo, Os verdadeiros pensadores de nosso tempo e Sair do Socialismo*), que se tornaram best sellers em diversos países do mundo por se dedicarem à popularização, **em linguagem jornalística**, do fenômeno da **ascensão do neoconservadorismo** desde os anos 70, que **culminou com o desmoronamento do socialismo no Leste**, embora a nossa aproximação com essa vertente deva ser considerada, insuficiente, como procuramos enfatizar, logo adiante” (Paim, 1998, p. 228-229, grifos nossos)

A passagem acima, publicada em 1998 por Paim na obra *História do Liberalismo Brasileiro* (1998), é um excelente ponto de partida para este capítulo. Isso porque ela evidencia ao mesmo tempo o caminho traçado por Paim, em particular, e pelo conservadorismo liberal, que ele representava, em geral, caminho que partiu da filosofia pretensamente neutra politicamente e voltada para públicos de filósofos conservadores, com linguagem acadêmica e restrita a periódicos especializados, rumo à ampla difusão, para um público significativamente maior, do ideário liberal em termos políticos mas com ressalvas morais de índole conservadora.

3.1: A guinada neoconservadora

Como o próprio Paim explica, o liberalismo foi efetivamente retomado no Brasil a partir da década de 1980, momento que coincide com o final da ditadura militar e as aberturas econômica, política e ideológica do país. Através do esforço de organizações nacionais, como o mencionado Instituto Liberal, e da atuação de *think tanks* internacionais que emplacaram o neoliberalismo como ideologia hegemônica ao redor do globo, o ideário político liberal era resgatado por diversas vertentes. É neste momento de sua produção, inclusive, que Paim passa a se identificar como um neoconservador, como buscaremos demonstrar.

O artigo “Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia liberal na América Latina e no Brasil”, publicado em 2020 por Vera Chaia, trata deste fenômeno de expansão neoliberal através de think tanks e da história do Instituto Liberal em específico:

O Instituto Liberal foi criado em 1983, no Rio de Janeiro, por um conjunto de empresários e intelectuais adeptos do ideário liberal, com a finalidade de propagar o pensamento liberal no Brasil entre o empresariado e formadores de opinião. (Chaia, 2020, p. 1069).

Em conformidade com a bibliografia a respeito do fenômeno neoliberal, o artigo menciona a participação pessoal de Hayek na divulgação do ideário neoliberal e o apoio encontrado na iniciativa privada, sobretudo nos Estados Unidos, além da intensificação deste esforço de divulgação e formação de quadros a partir da década de 1980, por intermédio dos chamados *think tanks*.

Através da aliança entre setores da burguesia nacional e internacional, mediada por *think tanks*, pensadores como Antonio Paim encontravam novas formas de financiamento para

pesquisas e formação de quadros intelectuais, além de ganharem força política conforme consolidavam-se enquanto agentes aptos a disputar politicamente, seja na dimensão discursiva ou na mais evidente dimensão eleitoral:

A batalha protagonizada por essas organizações envolve o engajamento não apenas do empresariado, mas de lideranças políticas e religiosas, de discentes de diferentes níveis de ensino, de diversos profissionais que atuam em atividades ligadas à formação de opinião, como acadêmicos, economistas, jornalistas, publicitários, advogados, juristas, docentes e artistas (Ibidem, p. 1075).

Ainda em Chaia (2020), a autora conclui que o fundamento do discurso neoliberal “consiste em sistematizar, alinhar e padronizar uma visão de mundo sob a qual a função do Estado se restringe a apenas assegurar os meios de reprodução do capital” (Ibidem, p. 1076). Isso implica, ao mesmo tempo, “que o princípio da igualdade é injusto e que a desigualdade encerra em si um caráter de justiça conferido pelo merecimento.” (Ibidem).

Antonio Paim define seu neoconservadorismo em obra intitulada *Evolução Histórica do Liberalismo* (1987), através de uma caracterização por ele atribuída a Irving Kristol. Nota-se, como argumentaremos, a aproximação de Paim com a obra neoconservadora de Kristol já nos anos de 1980, conforme a citação abaixo, já vista no capítulo dois, que reproduzimos abaixo para reforçar o argumento:

Na caracterização do neoconservadorismo Irving Kristol destaca estes pontos: ele é pragmático, anti-romântico, segue a tradição clássica que vem de Platão, Aristóteles, através de Sto. Agostinho e S. Tomás, até o pensamento do Iluminismo do século XVIII, na sua versão anglo-escocesa (Locke, Mandeville, Shafstersbury, Hume, Adam Smith), que inspirou os Pais da Pátria americanos, para chegar a Burke, Tocqueville e, contemporaneamente, a homens como von Hayek e Leo Strauss. Os neoconservadores revelam certo ceticismo quanto à validade de panacéias ideológicas que são oferecidas para os problemas do mundo. De qualquer forma, sem chegarem ao Estado libertário de Hayek ou Friedman, advogam uma redução drástica da intervenção do Estado na economia, em benefício de um neo-capitalismo que, embora reduzindo o empenho do igualitarismo, privilegie o liberalismo do mercado e o dinamismo do crescimento. (Paim, 1987a, p. 95).

Para Paim, portanto, a principal diferença entre o neoliberalismo tradicional e o neoconservadorismo estaria na postura em relação à atuação estatal: embora ambos defendam a redução drástica dos quadros burocráticos e da ingerência do Estado na economia, o neoconservadorismo era menos radical no sentido de reconhecer alguma utilidade ao Estado, em contraponto à sua total negação nos moldes do “Estado libertário de Hayek” (Ibidem). Isso está em perfeita concordância com o exposto em Chaia (2020), acima mencionado, inclusive a rejeição aos princípios igualitários com base em merecimento, parte final das últimas duas referências citadas, a de Paim (1987a) e de Chaia (2020), respectivamente. O mesmo Kristol referenciado por Paim também define o neoconservadorismo como uma “erosion of liberal faith among a relatively small but talented and articulate group of scholars and intellectuals” e um movimento deste mesmo grupo rumo à renovação do pensamento em relação ao conservadorismo tradicional do Partido Republicado estadunidense (Kristol, 1995, p. X)

Como a citação de Paim também esclarece, era amplamente divulgado no Brasil o neoliberalismo da vertente austríaca, cujos principais representantes são Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. Embora de maneira não tão objetiva na passagem citada, Paim utiliza outra obra, *O liberalismo contemporâneo* (Paim, 1995a; 2007c), para associar-se não ao neoliberalismo austríaco mas ao que chama de neoconservadorismo. É importante mencionar o fato de que o termo neoliberalismo caiu em desuso por parte de seus representantes após a experiência chilena de Pinochet, como aponta Camila Rocha (2019). Por isso, o afastamento de Paim desta corrente também pode ser explicado por razões exógenas ao seu pensamento, embora sua própria justificativa seja diferente.

Na obra *O Liberalismo Contemporâneo* (1995a, 2007c), em seu segundo capítulo, Paim define o seu neoconservadorismo como uma renovação do liberalismo em contraponto ao elemento conservador ligado à Igreja Católica, chamado por ele de tradicionalismo, e ao chamado liberalismo social. O debate se trava sobre as políticas de bem-estar social (*Welfare State*) levadas a cabo na Europa e nos Estados Unidos, que o autor relaciona ao keynesianismo econômico, e que são tidas por ele como a razão de um declínio social e moral nestes países – argumento também inspirado pela obra de Kristol (2004b), revertidos a partir dos governos Reagan (EUA) e Thatcher (Reino Unido):

Os liberais sociais tenderam a preconizar o intervencionismo econômico, representando Keynes a expressão acabada dessa vertente. Os conservadores recusaram-se a dar esse passo, o que os levou, sobretudo na Escola Austríaca, a lograr uma compreensão aprofundada do funcionamento do mercado, evidenciando a

impossibilidade de substituí-lo por quaisquer instâncias burocráticas. O desfecho desse embate iria evidenciar como as duas vertentes são parte integrante do mesmo movimento. (Paim, 1995a, p. 74)

A Escola Austríaca, assim, estaria mais próxima “do tradicionalismo que do conservadorismo liberal propriamente dito” (Ibidem), apresentando a “crença na capacidade auto reguladora do mercado [...] um autêntico dogma religioso” (Ibidem, p. 81). O neoconservadorismo se diferenciaria por reconhecer à iniciativa privada a prioridade naquilo que essa puder desempenhar melhor, mas também por reconhecer a existência de bens públicos que devem ter sua oferta sempre a partir do Estado (Ibidem, p. 83). Veremos logo a seguir que estes conceitos são derivados diretamente do pensamento de Irving Kristol.

Para Paim, reforçamos, os liberais sociais diferenciam-se das correntes neoliberais, isto é, da Escola Austríaca e do neoconservadorismo, por reclamarem por maior intervenção estatal, sobretudo em políticas de desemprego e seguridade social, representados principalmente pelo keynesianismo. No interior do neoliberalismo, se diferenciariam então os neoconservadores e “ultra”-liberais. Estes últimos são encarados por Paim como expoentes da Escola Austríaca, um guarda-chuvas ideológico que iria de Hayek até o anarcocapitalismo. A escola de pensamento mais fiel à tradição liberal, encarada por Paim como a continuidade de uma corrente de pensamento de Locke até ele próprio, seria o neoconservadorismo tributário do conservadorismo liberal:

A questão do Estado tornou-se central no movimento neoconservador. Em seu seio há segmentos que se batem pelo “Estado mínimo”, vertente esta que desemboca naquilo que alguns autores têm denominado diretamente de “anarcocapitalismo”. A rigor, contudo, essa postulação extremada tem pouco a ver com a tradição liberal de preferir o aconselhamento do curso histórico ao puro doutrinário. (Paim, 2007c, p. 82)

Esse cenário nos dá uma ideia mais clara do caminho percorrido por Paim, especificamente, mas que para ele representa a evolução do conservadorismo liberal como um todo. O caminho pessoal de Paim inicia-se no marxismo, mas esta fase não tem a ver, em sua própria leitura, com a formação do conservadorismo liberal; importa, para ele, apenas a sua trajetória a partir de 1960, quando torna-se um pensador neokantiano e encontra no culturalismo de Miguel Reale uma forma renovada de estudo de pensadores do passado que

possa ser proveitosa para o presente e o futuro. Este método permite a recriação de uma mitologia de doutrina, nos termos de Skinner (1969), que é defendida por Paim como autenticamente brasileira e de inspiração liberal, que reclama para si a tradição humanista clássica, greco-romana, os valores judaico-cristãos, e como continuação da tradição liberal supostamente fundada por John Locke – um mito de fundação também apontado por Skinner (2002). Os representantes contemporâneos, à época, desta corrente, seriam os conservadores liberais, Paim e seus consortes da *RBF* inclusos.

Neste ponto, a trajetória de Paim se assemelha à de Irving Kristol, autodenominado “avô do neoconservadorismo”. Em seu capítulo “An autobiographical memoir” (Kristol, 1995), Kristol menciona que se identificou, ao longo de sua trajetória intelectual, como neomarxista, neotrotskista, neosocialista, neoliberal e, finalmente, neoconservador, atribuindo a frequência do prefixo “neo” à sua postura neo-ortodoxa enquanto descendente de uma família judia “não-praticante”, e concede a Leo Strauss o mérito de apresentar-lhe o valor do pensamento de autores pré-modernos como mais sábios que os modernos, então em voga – algo que se aproxima do resgate de obras encaradas por Paim como clássicas em pensadores brasileiros do século XIX, inclusive no aspecto de crítica à Modernidade. Em sua autobiografia, Kristol menciona que foi a simpatia apresentada por alguns pensadores liberais ao regime stalinista que o moveu na direção das polêmicas políticas (Kristol, 1995, p. 18), tal como Paim se afastou do marxismo e dedicou seus esforços à refutação desta escola de pensamento após o Discurso Secreto de Krushev.

Na década de 1960, o IBF forma círculos intelectuais, por meio da *RBF*, dedicados ao estudo da história das ideias e do pensamento político, esforço inicialmente de Luís Washington Vita, mas que tem em Antonio Paim seu principal expoente. Nas décadas seguintes, Paim volta-se ao estudo de pensadores nacionais e portugueses, principalmente, mantendo vivos o seu método historiográfico eclético-culturalista e o debate entre conservadores liberais e tradicionalistas católicos. Da mesma forma que Paim associava-se ao culturalismo, Kristol, ao tratar das origens do neoconservadorismo, menciona que se descobriu, em retrospecto, como um “conservador cultural” por todo o tempo de sua atuação intelectual (Ibidem, p. 31).

A partir da década de 1980, o cenário nacional se altera com a abertura econômica e política proporcionada pelo fim da ditadura militar, momento que coincide com a expansão de *think tanks* liberais pelo mundo – expansão que também é mencionada na autobiografia de Kristol (Ibidem, p. 39) –, que logram grandes sucessos na América Latina e no Brasil, estabelecendo verdadeira hegemonia ideológica e emplacando políticas neoliberais

importantes, cabendo mencionar as experiências Reagan (Estados Unidos), Thatcher (Reino Unido) e Pinochet (Chile), e toda a reputação que os acompanham, marcando negativamente o termo “neoliberalismo” no debate público, de maneira geral.

Nesta nova dinâmica política, o conservadorismo liberal de Paim afasta-se do termo “neoliberal”, que agora era visto, após as experiências acima mencionadas, com certo receio, conforme Rocha (2019). Posicionam-se então como “neoconservadores”, e Paim ainda emula o debate entre conservadores liberais e tradicionalistas católicos através da divisão entre os neoconservadores e “ultra” liberais – que representam, respectivamente, os conservadores liberais e os neoliberais. Estes últimos, na visão de Paim, têm a autorregulação do mercado como um “dogma religioso” (Paim, 1995a, p.81), razão que inicialmente afastou Paim e os culturalistas da *RBF* dos tradicionalistas católicos, como os da *Convivium*, mas principalmente da geração de conservadores que os antecederam.

Os neoconservadores e os “ultra” estariam alinhados, para Paim, enquanto pudessem rechaçar o liberalismo social, e todas as correntes políticas e econômicas que pudessem ser identificadas como de esquerda, socialistas, marxistas, etc – em suma, as que conferiam ao Estado maior participação, sobretudo na economia. Mas se afastariam nas interpretações específicas a respeito da responsabilidade do Estado enquanto agente regulador em uma economia de mercado – para os “ultra”, o Estado deveria ter a mínima participação possível, senão nenhuma, ao passo que Paim defendia alguma utilidade para o Estado em alguns casos, como a “educação para a cidadania” (Paim, 2007c, p. 82), o que também encontra respaldo na noção de *Welfare State* neoconservador proposta por Kristol (Kristol, 2004b), ambos apoiados na ideia do Estado enquanto agente moralizador da sociedade.

Nesta mesma obra, em seu quinto capítulo, Paim (2007c) defende e explica esta “educação liberal”, enumerando os problemas encontrados pela “educação para a cidadania”, a ser levada a cabo pelo Estado, a singularidade da tradição brasileira em relação à educação, a importância da preservação da cultura humanista e traça uma agenda para a educação liberal contemporânea. São passagens que revelam seu projeto político conservador liberal em ato, além de revelar o caráter moralista de sua filosofia.

A preservação da cultura humanista em Paim está ligada à noção de que “em cada sociedade, deve haver um núcleo, tão amplo quanto possível, constituído de pessoas possuidoras de cultura geral”, que estejam familiarizadas com os “valores da nossa civilização”, com “capacidade de expressar-se de modo correto”, “conhecimento do objeto, do método e da história das principais disciplinas científicas” e que tenha a “compreensão de que a cultura forma uma totalidade viva” (Ibidem, pp. 161-162).

Percebe-se que a tradição culturalista está presente na obra de Paim desde sua primeira contribuição à *RBF*, em 1965, em coautoria com Paulo Mercadante, e como parte de um projeto de Miguel Reale de estudar Tobias Barreto enquanto fundador desta corrente de pensamento, até uma de suas últimas publicações, esta terceira edição revisada de *O liberalismo contemporâneo*, publicada digitalmente em 2007. Ao mesmo tempo, o culturalismo de Paim está aqui em evidência como parte de seu argumento ao redor da questão da educação liberal, tópico importante do pensamento de Paim e seu próprio ponto de afastamento entre os neoconservadores/conservadores liberais e os “ultra”/neoliberais/tradicionalistas. A “questão da moral” é algo que atravessa toda a obra de Paim, mas que ganha destaque a partir de sua posição enquanto neoconservador nos anos 1980.

Seus escritos sobre educação liberal também ressaltam o caráter conservador de seu pensamento, por exemplo quando trata de fenômeno que denominou “educação permissiva”. Para Paim, após o último pós-guerra, criou-se a partir da Inglaterra uma pedagogia que acreditava que as crianças não deveriam ser “reprimidas”; ao contrário do esperado, continua Paim, as neuroses não diminuíram nas crianças, mas teriam aumentado os índices de criminalidade entre jovens e de outros efeitos negativos (*Ibidem*, p. 169).

Para Paim, a “idéia de que a punição de contrapõe ao amor, acabariam por negar o papel dos pais na educação” (*Ibidem*), papel visto como fundamental pelo autor na chamada educação liberal:

A recuperação da ênfase no papel da família na educação consiste justamente no principal resultado da avaliação precedente. Neste sentido, a educação inglesa inclina-se pela necessidade de proceder a uma melhor aferição do trabalho da mulher ou dos reflexos do divórcio sobre os filhos, estimulando-se a realização de pesquisas que possam contribuir para um novo consenso. Estudos comentados no texto considerado apontam vários reflexos negativos de situações como as descritas (trabalho e divórcio), evidenciando ainda o caráter equivocado do enfoque feminista ao pressupor que a valorização das mulheres passe obrigatoriamente pelo seu acesso ao que se poderia denominar de “mundo dos valores masculinos”. Critica-se de modo contundente a igualdade educacional reivindicada pelo feminismo, como contraposta aos elementos aptos a exaltar o lugar da mulher na sociedade. (Paim, 2007c, pp. 169-170).

Paim associa esta permissividade educacional a termos como “multiculturalismo” e “politicamente correto”, e propõe como substituta a *Proposta Paideia*, que descreve como um documento que expressa o “consenso das principais correntes educacionais norte-americanas e não apenas o ponto de vista liberal. Educadores religiosos, tanto católicos como protestantes, deram seu apoio à iniciativa.” (Ibidem, pp. 171-172). O lema que Paim relaciona à Proposta Paideia é “a melhor educação para os melhores é a melhor educação para todos” – tudo isso também aparecerá em seus artigos para o jornal *O Estado de São Paulo*, analisados a seguir. O objetivo fundamental seria a capacitação para a cidadania, que neste contexto significa formar cidadãos alinhados com valores liberais.

Esta parte do pensamento de Antonio Paim indica outra conexão direta com os escritos de Kristol, autor que enxergava a noção de “multiculturalismo” como “an ideology whose educational program is subordinated to a political program that is, above all, anti-American and anti-Western” (Kristol, 1995, p. 52) e que defendia a importância do neoconservadorismo ao renovar o caráter moralista e aprofundar a dimensão intelectual do pensamento conservador tradicional:

By enlarging the conservative vision to include moral philosophy, political philosophy, and even religious thought, it helped make it more politically sensible as well as politically appealing. Supply-side economics, in one version or another, offered neoconservatism an economic approach that promised steady economic growth — a *sine qua non* for the survival of a modern democracy. Neoconservatism, for its part, has provided traditional conservatism with an intellectual dimension that goes beyond economics to reflections on the roots of social and cultural stability. (Ibidem, p. 37)

É também relevante a posição de Kristol a respeito do *Welfare State*, que difere do conservadorismo tradicional e do “ultra”-liberalismo, que o rejeitam completamente. Tal como o projeto educacional proposto por Paim, Kristol via na família nuclear o elemento central para a sustentação da vida social, e no *Welfare State* um adversário que “robs it of its economic function. Above all, welfare robs the head of the house-hold of his economic function, and tends to make of him a “superfluous man” (Ibidem, p. 49). O projeto de *Welfare* que Kristol apresenta, tal como a educação liberal de Paim, é um projeto moralizador, que deve levar em consideração que “A conservative welfare state should express conservative moral values, just as a liberal welfare state tries to impose liberal moral values upon us”

(Kristol, 2004b, p. 148). Cabe a ressalva de que o liberalismo americano, de que trata Kristol, não é o mesmo liberalismo de que fala Antonio Paim, uma vez que nos EUA o termo liberalismo tem uma definição específica, não necessariamente ligada ao liberalismo político e econômico clássico, e é identificado como um adversário histórico do conservadorismo e do neoconservadorismo.

Desta feita, o problema conservador com relação ao *Welfare State* não está mais focado em denunciar suas fraudes ou em questões orçamentárias. Como aponta Kristol, não se trata mais de uma postura “anti-Estado”, mas em reconstruir o *Welfare* num sentido “mais humanista”:

Whereas traditional conservatism had tried to focus attention on welfare cheating, the writings of various neoconservatives over the years has emphasized the terrible, demoralizing effects of our welfare system on the recipients of welfare themselves. It is now no longer a matter of simply saving the budget from welfare expenditures but of redeeming the welfare population from the kind of “exploitation” involved in a system that created and encouraged dependency. The new message – that dependency corrupts and that absolute dependency tends to corrupt absolutely – has given a moral dimension to welfare reform that it had lacked. And in the United States there can be no successful reform movement without such a moral dimension (Kristol, 1995, p. 379)

Esta visão de Kristol parece estar alinhada com a de Paim, que a reproduz em artigos para *O Estadão* analisados na seção seguinte desta pesquisa. As passagens de Paim a respeito da educação liberal são relevantes na medida que denotam a importância do Estado, mesmo que restrito a atividades específicas como a educação, com caráter moralizador, e que servem de ponto de afastamento do neoliberalismo tradicional. Esta é a dimensão ideológica da evolução do pensamento de Antonio Paim, mas ele não era, a esta altura, apenas um teórico conservador liberal. Em sua introdução à entrevista que fez com Paim, Gonçalves (2023) menciona que a partir de 1989, Paim, já aposentado como docente, “foi trabalhar como assessor da presidência do Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), ao lado de Jorge Bornhausen, um importante quadro que presidiu o partido” (Gonçalves, 2023, p. 16)

É necessário qualificar a figura de Jorge Bornhausen para que se entenda a importância política da atuação de Antonio Paim, neste momento de sua história: Bornhausen foi vice-governador de Santa Catarina entre 1967 e 1971, governador do mesmo estado entre

1979 e 1982, senador da República por Santa Catarina entre 1983 e 1991 e novamente entre 1999 e 2007, e ocupou o cargo de Ministro da Educação durante o governo de José Sarney, entre fevereiro de 1986 e outubro de 1987. Foi também presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, em 1975, e deixou o cargo após ser indicado “governador biônico” por Ernesto Geisel, em 1978. Apoiou o candidato Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989 e, como consequência, ocupou o cargo de Secretário de Governo da Presidência da República entre 2 de abril e 11 de setembro de 1992.

A família de Jorge Bornhausen acumula capital político além de sua figura, uma vez que foi nomeado para o cargo de presidente do Banco do Estado de Santa Catarina por seu primo, Antônio Carlos Konder Reis, e em seu artigo sobre o neoliberalismo no Brasil já citado neste trabalho, Chaia (2020) menciona a participação de um Roberto Bornhausen, de São Paulo, como empresário de relevante projeção econômica e política que participou da implementação de Institutos Liberais em diversos estados brasileiros.

Sobre sua atuação ao lado de Bornhausen, Paim a descreve como uma espécie de consultoria, em que dava aulas sobre determinados assuntos para a *staff* do então presidente do PFL:

Eu fui assessor do Jorge Bornhausen, que era o presidente do Instituto, a Fundação do Partido da Frente Liberal, que era obstinado, um grande dirigente. Ele reunia todos segunda-feira, de noite. O Parlamento funcionava na terça-feira. Na véspera, na segunda-feira, ele reunia um staff dele, e eu às vezes era chamado, quando havia uma questão teórica, transcendentemente, eu botava para estudar o assunto. Por exemplo: representação política. Eu dava uma espécie de conferência sobre como é que Burke criou uma doutrina da representação política, na chamada Carta de Bristol. Depois, o Stuart Mill aderiu a essa teoria de que o representante tinha que ser superior ao representado. Era uma diferença intelectual, de formação intelectual. Era uma doutrina dos primórdios da doutrina [da representação]. Depois, com o desenvolvimento das fundações partidárias, é que se tomou conhecimento da doutrina do Benjamin Constant. Era a melhor definição. A representação política é representação de interesses. Então, os interesses são inconfundíveis. Os interesses religiosos são de um tipo, os interesses pecuniários são de outro. Os interesses do indivíduo são... Quer dizer, dá uma base social, do grupo, de um determinado grupo social. E ficou sendo a melhor doutrina. (Paim, 2023, pp. 24-25)

Aqui Paim explica como uma de suas principais teses em relação à democracia representativa liberal, qual seja, a de que a democracia representativa é, em essência, uma questão de representação de interesses, e não de indivíduos, com fundamento inclusive na superioridade dos representantes em relação aos representados defendida por Stuart Mill e que se reproduz em Benjamin Constant. Essa sua visão particular de democracia, como ele mesmo narra, estava sendo divulgada, sob demanda, à *staff* de um senador da República, presidente de um partido político com representação no Congresso Nacional, que teve participação relevante na Assembleia Constituinte no final da década de 1980. Trata-se de participação política dos intelectuais em sua forma mais explícita, como parte da formação de um projeto político neoconservador, de inspiração liberal. Outras participações na política institucional, que marcaram a última fase da produção intelectual de Paim, serão melhor analisadas na última sessão desta pesquisa.

É redundante falar aqui sobre participação política dos intelectuais, num caso como este. É evidente a importância de Antonio Paim, enquanto intelectual, na divulgação do ideário liberal e de sua eventual *práxis* através dos institutos liberais aos quais era associado e de representantes eleitos que o contrataram como consultor político. O mais interessante aspecto desta questão que se pode notar na obra de Paim é a consciência que o autor tem deste processo e como encara esta relação entre a política institucional e os ideólogos. Em sua obra *História do Liberalismo Brasileiro*, de 1998, Paim dedica o sexto capítulo ao “novo ciclo de ascensão do liberalismo” e relaciona o fenômeno à reforma partidária de 1980 e à Constituição de 1988. Paim escreve, também nesta obra, um subcapítulo chamado “Agremiações políticas aproximam-se das correntes de opinião”, em uma análise das instituições extra-partidárias, e suas relações com os partidos políticos, que se assemelha à noção expandida de partidos políticos proposta por Antonio Gramsci em sua análise de *La Crítica* de Benedetto Croce (Gramsci, 1999ss), onde a circulação de ideias em âmbitos para além da estrutura jurídico-institucional dos partidos é a base para a formação de um consenso e, eventualmente, de uma hegemonia que possibilite o exercício do poder político.

Para Paim, a formação de correntes de opinião é a única forma de “permitir que se organizem partidos políticos com bases sociais firmes e estáveis” (Paim, 1998, p. 162). Para o autor, não se trata de relevar o papel das lideranças, mas compromissá-las com programas e princípios, sendo assim capazes de formar agremiações políticas estáveis com “núcleos programáticos a partir dos quais são feitas alianças externas e mesmo formam-se alas e correntes em seu interior” (Ibidem, p. 163). Duas seriam as correntes de opinião mais

elaboradas no Brasil: a social democrata e a liberal. A social-democracia seria uma corrente formada no “seio do socialismo europeu, que rompeu com a utopia da sociedade sem classes e decidiu-se pelo aprimoramento da moderna sociedade capitalista” (Ibidem).

No Brasil, a partir de 1988, seria representada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), congregando novas lideranças, como Tasso Jereissati e José Serra, e lideranças tradicionais como Franco Montoro e Mário Covas; mas o fato notável seria a capacidade em “atrair notável grupo de intelectuais” (Ibidem), como Fernando Henrique Cardoso e Hélio Jaguaribe.

A corrente de opinião liberal, por outro lado, estaria representada pelo Partido da Frente Liberal (PFL), do qual Paim era consultor, partido “que se expressa tanto em sua atuação política – onde tem se identificado plenamente com as modernas bandeiras liberais – como igualmente no trabalho doutrinário que desenvolve, sobretudo na promoção de cursos.” (Ibidem, p. 164). Paim escreve ainda que naquele momento, o ano de 1998, o Brasil estaria finalmente formando uma nova esquerda, a partir dos antigos quadros dos partidos comunistas nacionais. esforço que Paim associa à incapacidade de constituir uma tradição nacional do socialismo democrático, e elege o Partido dos Trabalhadores (PT) como aquele que conseguiu maiores índices de apoio popular (Ibidem).

O subcapítulo seguinte desta obra, intitulado “Retomada dos vínculos com o exterior e atividade editorial” dá outra dimensão do esforço de divulgação do ideário liberal do qual fez parte Antonio Paim. Nele, Paim explica que a partir da década de 1980 houve uma “reviravolta completa na evolução política do Ocidente”, uma vez que até então, para o autor, o socialismo parecia acumular vitórias sucessivas, e coube ao governo de Margareth Thatcher reverter este quadro e “revelar aos habitantes do Leste a grande mentira que representava o socialismo” (Ibidem, p. 165). O fim da União Soviética, no final da década, daria origem ao amplo renascimento do liberalismo, na leitura de Paim. O mesmo argumento é reproduzido em *O liberalismo contemporâneo* (Paim, 1995a; 2007c), em seu segundo capítulo que discute as diferenças entre neoconservadorismo e conservadorismo.

Menciona então os esforços já citados no corpo deste texto de publicação, através da editora da UnB e da figura de Carlos Henrique Cardim, de literatura liberal especializada, notadamente a literatura neoliberal ligada à Escola Austríaca, e menciona também a fundação do Instituto Liberal. Paim também inclui a Editora Jorge Zahar por, ao final da década de 1990, publicar autores e obras liberais como *O mito da decadência dos Estados Unidos*, de Henry Nau, e obras de Ralf Dahrendorf, além de obras de Michel Novak publicadas pela

editora Nórdica. Por último, menciona sua própria obra, *Evolução histórica do liberalismo* (1987a), e a obra *O liberalismo antigo e moderno* (1991), de José Guilherme Merquior.

Paim contudo faz uma ressalva: “estamos longe de haver adquirido uma compreensão apropriada do neoconservadorismo, que consideramos o fenômeno decisivo para o renascimento liberal em nosso tempo.” (Paim, 1998, p. 168). Paim cita então três obras capazes de situar o neoconservadorismo do ponto de vista histórico: *Conservatism; Dreams and Reality* (Minneapolis University of Minnesota Press, 1986), de Robert Nisbet; *The Conservative Intellectual Movement in America, since 1945* (N. York, 1979), de Guy George Nash, e *La révolution conservatrice américaine* (Paris, 1983), de Guy Sorman. Nota-se a aproximação ideológica dos conservadores estrangeiros, especialmente os norte-americanos, no que diz respeito ao neoconservadorismo, em contraste à doutrina principalmente europeia do liberalismo clássico até então reivindicada por Paim.

Neste ponto cabe mencionar outras definições de neoconservadorismo apresentadas por Irving Kristol, seu mais bem-sucedido divulgador. Primeiramente, Kristol define o “impulso neoconservador” como “a generational phenomenon, and has now been pretty much absorbed into a larger, more comprehensive conservatism.” (Kristol, 1995, p. 40). Menos de uma década mais tarde, contudo, faz uma correção:

I was wrong, and the reason I was wrong is that, ever since its origin among disillusioned liberal intellectuals in the 1970s, what we call neoconservatism has been one of those intellectual undercurrents that surface only intermittently. It is not a ‘movement’, as the conspiratorial critics would have it. Neoconservatism is what the late historian of Jacksonian America, Marvin Meyers, called a ‘persuasion’, one that manifests itself over time, but erratically, and one whose meaning we clearly glimpse only in retrospect.

Viewed thus, one can say that the historical task and political purpose of neoconservatism would seem to be this: to convert the Republican Party, and American conservatism in general, against their respective wills, into a new kind of conservative politics suitable to governing a modern democracy (Kristol, 2004a, p. 33)

O neoconservadorismo de Kristol, portanto, tinha como objetivo uma renovação do conservadorismo no interior do Partido Republicado dos Estados Unidos. Da mesma maneira o neoconservadorismo de Antonio Paim busca uma renovação das bases econômicas, filosóficas e morais do conservadorismo brasileiro, até então intimamente ligado à tradição

católica e ao autoritarismo da Ditadura Militar, oferecendo-lhe uma nova base liberal sobre a qual poderia assentar-se, reduzindo o papel do Estado em quase todos os assuntos, mas mantendo esta atuação viva enquanto agente moralizador da sociedade.

A parte final do capítulo “Retomada dos vínculos com o exterior e atividade editorial” (Paim, 1998), que analisamos antes da definição de Kristol acima citada, capítulo dedicado fundamentalmente à expansão do liberalismo no Brasil no período contemporâneo à obra, revela tanto o caráter moralista da filosofia neoconservadora de Antonio Paim quanto sua capacidade de antecipar algumas das características das “novas direitas” – mesmo que o argumento seja uma reprodução, adaptada para a realidade brasileira, do que escreve Kristol (1995) no capítulo “America’s ‘exceptional’ conservatism”:

As teses de Max Weber voltam a adquirir grande popularidade. Nesse particular, vem sendo atribuída a maior relevância ao fenômeno da expansão das religiões evangélicas na América Latina. O lema em voga é o seguinte: “não há desenvolvimento sem empresários; não há empresários sem grande mudança nas crenças morais; não há crenças morais sem religião”. (Paim, 1998, p. 169)

O esforço de “educação para a cidadania”, portanto, é um esforço moralizador para que sejam consolidados os valores neoconservadores de maneira massificada, tal como o *Welfare State* conservador defendido por Kristol. Tais valores, intimamente ligados a categorias como “Ocidente”, “moral judaico-cristã” e “tradição greco-romana”, seriam o fundamento moral que permitiriam que um grupo específico, os empresários, realizassem uma verdadeira reforma moral que oferecesse as bases, através da atuação pessoal dos empresários e organizada das agremiações políticas, do desenvolvimento econômico, moral e político nacional. A “secularização” da moral se dá pelo caráter de universalidade atingidos historicamente pelos valores da moral judaico-cristã, segundo o culturalismo. Apesar disso, a religião segue sendo a fonte de emanação da moral. É este o elo que permite a passagem da filosofia culturalista de Antonio Paim e seus estudos sobre cultura e moral para o pensamento político neoconservador.

Paim vê o seu neoconservadorismo como a “evolução” de seu conservadorismo liberal, utilizando os dois termos como equivalentes. Ora situa-se, ao menos em 1998, como um conservador liberal, e cita outros autores conservadores liberais, ora coloca-se como neoconservador, mesmo antes de 1998, e qualifica este último fenômeno político como o

principal revitalizador tanto do conservadorismo quanto do liberalismo em política e economia.

Para nós, levando em consideração principalmente o paralelo utilizado por Paim entre os neoliberais da Escola Austríaca com os tradicionalistas católicos, e dos neoconservadores com os conservadores liberais, Antonio Paim deve ser encarado, hoje, como um filósofo do neoconservadorismo brasileiro, considerando contudo que esta corrente de pensamento tem suas particularidades que não foram necessariamente abordadas por Paim. Sobre a mistura entre neoliberais e moralistas, escreveu Lia Zanotta Machado (2020), ao tratar da expansão do neoconservadorismo nos meios evangélicos brasileiros:

The years 2016 and 2017 saw an agglutination of two neoconservative matrices: the rentier neoliberal and the moralist neoconservative. These two matrices were separated in the social movements of economic and political elites, as pointed out by Weyland (2004), Solano (2018) and Gonçalves (2019) but they tended to move closer through political articulations. This was the case with the link between the Evangelical and Agribusiness Caucuses. (Machado, 2020, p. 6)

A leitura de Antonio Paim do fenômeno que chamou de “novo ciclo do liberalismo” culmina, para ele, no surgimento da corrente neoconservadora de pensamento político e econômico. A aglutinação de 2016 apontada pela autora já estava prenunciada na obra de Paim em 1998, tanto em seu caráter neoconservador quanto em sua dependência da expansão das religiões evangélicas.

O valor desta expansão para o neoconservadorismo, segundo Paim (1998), estaria na necessidade da religião para a realização de reformas morais, estas encaradas enquanto base para o desenvolvimento econômico e político. Em 2017, Ronaldo Almeida analisou esta mesma relação, apontando que o fenômeno político encarnado pelo “movimento evangélico” é identificado, principalmente, com a chamada “Bancada Evangélica”.

Mas é notado também pelo autor que a atuação da “Bancada Evangélica” se transformou, partindo de uma atuação por interesses específicos, como isenção de impostos para templos e Igrejas e acesso a concessões públicas de meios de comunicação, para uma pauta moralista e que enfatiza aspectos importantes da ideologia neoliberal, como o chamado “espírito empreendedor”. Esse é um ponto de conexão com a teoria de Paim que analisamos acima.

Almeida (2017) argumenta, também, que a chamada “onda conservadora” deve ser considerada como uma “vaga que quebra em várias direções”, e não um monolito homogêneo de interesses conservadores. São diversas as correntes, como demonstrado pela rivalidade entre o tradicionalismo católico e o conservadorismo liberal documentada por Antonio Paim, pelo surgimento de um moralismo evangélico neoliberal, a transformação do conservadorismo liberal em neoconservadorismo, todas estas correntes em alguma medida ligadas pelo caráter conservador de suas proposições, mas distintas umas em relação às outras.

Como mencionado no capítulo 2 desta pesquisa, Paim entende seu conservadorismo liberal como um resultado da cisão no interior do conservadorismo. Formados numa base conservadora e católica, esta nova leva de intelectuais, interlocutores de Paim, mantinham-se alinhados aos princípios morais dos conservadores católicos que os antecederam, mas não reconheciam o mesmo valor nos dogmas da Igreja Católica ou na obediência ao Vaticano. Buscaram então referências liberais, fundaram uma doutrina Ocidental mitológica e, através de métodos historiográfico e filosófico próprios, retirados do ecletismo de Cousin e do culturalismo de Reale, buscavam estabelecer uma tradição filosófica conservadora, liberal e brasileira. Por isso, reforçamos, entendemos este conservadorismo como anti-dogmático e doutrinário.

Décadas mais tarde, Paim compara a crença dos neoliberais na autorregulação do mercado com estes mesmos dogmas religiosos rejeitados no início de sua fase conservadora liberal. Na mesma obra, defende a importância do Estado como órgão de difusão ideológica neoconservadora, aspecto que o diferencia do neoliberalismo tradicional, e o resgate de valores morais como o objetivo último desta atividade estatal. Como forma de resgate desses valores, menciona a expansão das religiões evangélicas na América Latina e estabelece uma relação direta entre a moral cristã e o desenvolvimento político e econômico de um país.

Talvez a explicação para o afastamento de Paim dos católicos, na década de 1960, e sua aproximação dos evangélicos, no final da década de 1990, resida na diferença entre o conservadorismo católico e o neoconservadorismo pentecostal proposta por Almeida (2017):

As proposições de ordem moral não apontam somente para um tradicionalismo que apenas resiste ao mundo em mudança, como comportam-se setores da Igreja Católica. Os evangélicos pentecostais têm um conservadorismo ativo e não apenas reativo destinado à manutenção do *status quo* tradicional de caráter mais católico. A esses evangélicos têm interessado a disputa pela moralidade pública (Casanova, 1994). Não

somente a proteção da moralidade deles, mas a luta para ela ser inscrita na ordem legal do país. (Almeida, 2017, p. 18)

Essa atuação que Almeida chamou de moralmente reguladora “refere-se à disputa pela moralidade pública, que no Brasil encontra nas religiões cristãs os principais canais de sacralização da família e da reprodução da vida” (Ibidem, p. 17), da mesma maneira que Paim encontra na “educação para a cidadania” um exemplo de como o Estado deve fortalecer, através da educação, laços entre pais e filhos baseados em valores cristãos. A disputa pela moralidade pública é, tanto em Antonio Paim (1998), como nos fenômenos analisados duas décadas depois por Lia Zanotta Machado (2020) e Ronaldo Almeida (2017), o elemento que conecta neoconservadorismo e evangélicos através da moral, o que também foi notado por Kristol (2004).

Por isso, a associação entre neoconservadorismo e as religiões protestantes não parece ser original em Paim e deriva diretamente da análise da conjuntura conservadora americana que fazia Kristol, alguns anos antes:

The second and most spectacular thing that happened was the emergence of religious conservatives, especially **Protestant evangelical conservatives, as a force to be reckoned with**. This has no parallel in any of the other Western democracies, where secularist habits of thought still rule supreme. (...) These religious conservatives see, quite clearly and correctly, that statism in America is organically linked with secular liberalism — that many of the programs and activities of the welfare state have a powerful antireligious animus. (...) And because this religious conservatism is not only antistatist but antiliberal on philosophical grounds (however “unsophisticated” those philosophical grounds are), the role of neoconservative intellectuals has become especially important.

Conservative politicians woo the religious conservatives, but only neoconservatives can really speak to them. (...) Modern secularism has such affinities to moral nihilism that even those who wish simply to affirm or reaffirm moral values have little choice but to seek a grounding for such values in religious traditions” (Kristol, 1995, p. 380-381, grifos nossos)

Adaptadas para a realidade brasileira por Paim, as proposições de Kristol até aqui apresentadas parecem ter sido levadas bastante a sério pelo filósofo baiano. A aproximação

estratégica de Paim com os evangélicos que dividiam a perspectiva moralizadora do Estado parece ser um ponto em comum entre neoconservadores americanos e brasileiros. A ambição de renovação do conservadorismo no interior do Partido Republicano é traduzida como uma renovação dos princípios liberais, sobretudo em economia, e da cultura judaico-cristã em matéria de cultura e política. É esta a contribuição de neoconservadores como Paim ao conservadorismo brasileiro, nos moldes da transformação operada por Kristol no conservadorismo estadunidense.

O cerne da obra de Paim, segundo ele próprio, é a ideia de uma civilização Ocidental fundamentada em valores judaico-cristãos, legada por uma tradição humanista que atravessa desde a Antiguidade, passa pelo Medievo e pelo Renascimento, pelo Iluminismo, e culmina numa teoria filosófica, política e moral que é conservadora, liberal e cristã. São estas características que o neoconservadorismo de Paim divide com o culturalismo de Miguel Reale e com grande parte dos artigos publicados pelas revistas *Revista Brasileira de Filosofia* e *Convivium* e mais tarde n' *O Estado de São Paulo*. É esta tradição Ocidental que fundamenta tanto o método eclético de Victor Cousin quanto o de Antonio Paim, da mesma maneira que fundamenta o método culturalista de Miguel Reale que parece substituir o ecletismo ao longo da obra de Paim.

A valorização da cultura Ocidental, cuja principal contribuição seriam os valores encarados como “invariantes axiológicos” por Miguel Reale (1991), os valores judaico-cristãos, é ponto comum entre Antonio Paim em 1967 e o tradicionalista católico Adolpho Crippa em 1978; é também o exemplo que Paim usa para diferenciar seu neoconservadorismo do neoliberalismo *à la* Escola Austríaca, incumbindo ao Estado o papel de educador para a cidadania, e descrevendo a importância da valorização da cultura humanista clássica e dos valores cristãos, além do papel da família, neste processo, isto já na década de 1990, e mantém estas posições em 2007. Esta visão o autor divide com Irving Kristol (1995; 2004).

É por dividirem estes mesmos valores morais que Antonio Paim, em 1998, identifica na expansão de religiões evangélicas um fenômeno que favorece à pauta neoconservadora, tal como fez Kristol. Isso porque a religião seria, para ele, uma força moralizadora indispensável, sem a qual não seria possível uma profunda reforma moral que possibilitaria, por sua vez, o “desenvolvimento”, relação mediada pela figura do “empresário”. A mesma relação é identificada décadas mais tarde por autores que se dedicaram especificamente à análise da participação de representantes evangélicos no Congresso Nacional enquanto “força

moralizadora” e associados ao neoconservadorismo, em um contexto de investigação a respeito do fenômeno tratado por “nova onda conservadora”, associado às “novas direitas”.

Mas a semelhança entre o pensamento de Paim e Kristol não se restringe à identificação do fenômeno da expansão das religiões evangélicas como um ponto estratégico para o crescimento do conservadorismo. Na obra *O liberalismo contemporâneo* (1995a, 2007c), Paim dedica um capítulo à comparação entre neoconservadorismo e conservadorismo, e trata em relativa profundidade da obra de Kristol que estava familiarizado até então, alinhando-se diretamente ao neoconservadorismo. O capítulo inicia-se com a afirmação de que seria a “ampla renovação do conservadorismo liberal – a que se denominou de neoconservadorismo” um dos fenômenos de maior relevância para o liberalismo ao longo do século XX.

O autor associa então o “elemento conservador” à Igreja Católica, qualificando esta linha do conservadorismo como “tradicionalismo”, como já havia feito em diversos outros momentos ao longo de sua obra, desde os primórdios de suas contribuições no culturalismo da *RBF*, e passa então a expor sua crítica à Escola Austríaca, de von Mises e Hayek, que para Paim inicia-se como herdeira dos clássicos do liberalismo mas distancia-se desse ideal ao incorporar o que Paim chama de “evolucionismo”, “deixando tudo à mercê da ordem espontânea, esquecendo os valores morais que sempre se constituíram na marca distintiva do liberalismo” (Paim, 2007, p. 90). Todo este capítulo é uma reprodução, quase que em sua totalidade, dos argumentos que Paim apresentou em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 30 de julho de 1988, na página 66, intitulado “O liberalismo – a visão de Von Mises”, que está analisado em maior profundidade logo a seguir, em seção dedicada aos artigos jornalísticos de Paim.

A seção deste capítulo que mais interessa neste ponto da pesquisa é a terceira, intitulada “O neoconservadorismo americano na proposta de Irving Kristol”. Nela, Paim faz breve reconstrução da trajetória de Kristol, atribuindo a ele a fundação do periódico *Comentário* e das revistas *Encounter* e *The Public Interest*. A trajetória contada por Paim é uma reprodução resumida da exposta por Irving Kristol em seu já mencionado capítulo “An autobiographical memoir”, em *Neoconservatism – the autobiography of an idea* (1995), à qual Paim faz referência neste capítulo, demonstrando que estava familiarizado com esta obra em específico, além de outras obras de Kristol que Paim também menciona ao longo deste texto.

Paim, neste capítulo que é sua autodeclaração enquanto neoconservador, reproduz muitos dos argumentos de Kristol, por exemplo em relação à noção de *Welfare State*

conservador, nos mesmos termos que o autor americano o elucidou no capítulo “A conservative Welfare State” (Kristol, 2004), já mencionado anteriormente nesta pesquisa:

Contudo, o neoconservadorismo não é apenas sincretismo, pretendendo corresponder a uma nova síntese. Assim, nem é hostil ao *Welfare State* nem o aceita resignadamente, como mal necessário. Deste modo, não pretende desmantelá-lo em nome da economia de livre mercado mas simplesmente livrá-lo de sua orientação paternalista, imposta por influência dos sociais-democratas, transformando-o no Estado da Segurança Social (*Social Insurance State*) que provê segurança social e econômica demandadas por uma cidadania moderna, que minimiza a interferência governamental nas liberdades individuais. Na visão neoconservadora, governo limitado não se opõe a governo enérgico. (Paim, 2007c, p. 90)

Há também uma aproximação de Paim em relação a Kristol no tema da moralidade através da religião, que fica clara em momentos como quando o neoconservador brasileiro define que na “visão de Kristol, três são os pilares do neoconservadorismo: religião, patriotismo e crescimento econômico” (Ibidem). A esse respeito, Paim escreve, sobre as disposições de Kristol, que a religião oferece bases morais que estariam sendo erodidas por fenômenos como o “sexo gratuito” que, por sua vez, resultariam em maior número de mães solteiras e doenças venéreas. A solução dos liberais americanos, adversários diretos do neoconservadorismo na obra de Kristol, seria a proposta de uma educação moral cujo principal defeito, na visão neoconservadora, reside na ausência de bases morais sólidas que só podem ser oferecidas pela religião.

Em relação ao patriotismo, Paim e Kristol se valem do “multiculturalismo” como exemplo de conceito a ser rechaçado. Manter vivas as influências culturais de imigrantes, por exemplo, seria uma maneira de impedir sua assimilação à cultura estadunidense e, portanto, uma forma de segregação velada. Em matéria de economia, Paim define a posição de Kristol como a defesa da manutenção da “expansão dos gastos governamentais abaixo do crescimento econômico histórico, evitar regulamentações e reduzir taxas para incentivar investimentos. Basicamente, focaliza o crescimento e não apenas a estabilidade”. (Ibidem, p. 100). São estas as explicações de Paim sobre os pilares do neoconservadorismo.

Existe ainda um outro aspecto interessante da obra de Kristol, notado por Paim, que se relaciona diretamente com a próxima seção desta exposição, e que se refere à forma de divulgação e circulação de ideias. Trata-se da hipótese de Kristol de que as grandes redes de

televisão estariam sendo derrotadas em termos de audiências pelos programas de opinião nas rádios, por serem estes capazes de dialogar de maneira mais direta e subjetiva com os grandes públicos. O objetivo desta breve digressão é demonstrar que o neoconservadorismo de Paim sofreu forte influência intelectual da obra de Kristol, uma tentativa, na visão do autor, de reavivar o conservadorismo nacional através de bases liberais com ênfase no papel moralizador da religião, inclusive como política de Estado. E que a divulgação para públicos além dos pares filósofos foi uma estratégia adotada pelos neoconservadores americanos, importada por Paim em sua obra a partir dos anos 1980, sobretudo através de publicações n’*O Estadão* e de cursos oferecidos pela internet.

O que Paim buscava nesta fase de sua produção intelectual era, aos moldes da reorganização do conservadorismo no interior do Partido Republicano dos Estados Unidos provocada por Kristol, oferecer novos ares ao conservadorismo brasileiro, e por isso escolhe a tradição liberal como sua base ideológica, o culturalismo de Miguel Reale como sua base metodológica e filosófica, e o neoconservadorismo americano como seu veículo de prática política capaz de sintetizar estes elementos e influenciar um público maior do que o culturalismo e o liberalismo se demonstravam capazes, se isolados.

A trajetória de Antonio Paim, tomada enquanto exemplo do desenvolvimento de uma corrente ao mesmo tempo conservadora e liberal, e mais tarde neoconservadora, parece indicar tanto a presença de um “força moralizadora” desde seus primórdios, quando este escrevia artigos sobre a obra de Tobias Barreto e da primeira publicação do *História das Idéias Filosóficas* em 1967, até suas obras publicadas em 2007, inclusive a sexta edição do *História das Idéias*, e entrevistas que concedeu a veículos como os canais *LIVRES* e *Instituto Mises Brasil*, no *YouTube*, em 2020. Esta “força moralizadora”, mesmo no interior da obra de Paim, parece ter sido herdada diretamente do tradicionalismo católico, hegemônico no conservadorismo brasileiro no início do século XX, quando inicia-se a trajetória intelectual de Paim, mas ele se afasta imediatamente desta corrente por compreendê-la como demasiadamente dogmática.

Paim reclamava, em todas as edições do *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, a pretensão a uma filosofia politicamente neutra. Encarava as bases de seu pensamento como axiológicas, suportadas por valores universalizáveis, legatários da moralidade judaico-cristã e comprometidos com sua preservação, por isso conservadores. O elemento liberal é constituído tanto pela ideia de que somente o pensamento político conservador liberal, e depois o neoconservador, são capazes de efetivar estes valores através da economia de mercado e da “educação para a cidadania”, quanto pela visão particular de Paim a respeito da democracia

representativa liberal como modelo ideal de organização social, postura que adota como recusa às experiências socialistas e militares do século XX, que identifica como autoritárias.

O fenômeno de expansão do neoliberalismo na década de 1980 foi impulsionado através das experiências dos governos Reagan (EUA), Thatcher (Reino Unido) e Pinochet (Chile), e da atuação de *think tanks*, inicialmente nos Estados Unidos, cujos esforços iniciais foram promovidos por Hayek, e eventualmente no Brasil, através dos Institutos Liberais dos quais Antonio Paim fez parte desde suas concepções. A filosofia de Paim não passou incólume por este fenômeno, tornando-se então “neoconservadora”, enquanto expressão do neoliberalismo que não está alinhada aos princípios da Escola Austríaca.

Esta expansão promoveu a revalorização dos valores liberais e cristãos divulgados por Paim ao longo de toda a sua obra, processo que dependeu não apenas da publicação de obras influentes por grandes autores, mas também pela sua tradução, divulgação e organização através de canais e contatos específicos, como o próprio Paim documenta em *História do liberalismo brasileiro* (1998). Isto dá a dimensão *técnica* do processo de atuação política dos intelectuais, enriquecendo o conceito de partido político proposto por Gramsci, e valorizando as dimensões materiais do processo de circulação de ideias. Compreender a atuação política dos intelectuais é um esforço que passa pelo reconhecimento da importância do processo de divulgação e circulação deste pensamento, da tradução da “alta filosofia” da *intelligentsia* para o senso comum.

Para nos aprofundarmos nisso, voltemos à citação de Paim que inaugurou este capítulo para analisarmos a sua parte final:

Das outras vertentes do liberalismo contemporâneo no exterior, sobressaem os livros de Guy Sorman (A nova riqueza das nações; A solução liberal; O Estado mínimo, Os verdadeiros pensadores de nosso tempo e Sair do Socialismo), que se tornaram best sellers em diversos países do mundo por se dedicarem à popularização, **em linguagem jornalística**, do fenômeno da **ascensão do neoconservadorismo** desde os anos 70, que culminou com o desmoronamento do socialismo no Leste, embora a nossa aproximação com essa vertente deva ser considerada, insuficiente, como procuramos enfatizar, logo adiante” (Paim, 1998, p. 229, grifos nossos)

A trajetória intelectual de Antonio Paim também nos permite analisar outra característica relevante do neoconservadorismo e da força política que foi capaz de acumular:

a capacidade de tradução da filosofia especializada para o senso comum, o mesmo fenômeno que Gramsci (1989) identificou no processo de participação política dos intelectuais e que seria, para ele, assegurado através da política (Bianchi, 2018), e que Kristol associa ao ressurgimento da popularidade de programas de opinião nas rádios (Kristol, 1995).

Paim publicou inicialmente na *Revista Brasileira de Filosofia*, periódico cujo público-alvo eram filósofos e juristas conservadores. Mas desde a década de 1960, as ideias de Paim também apareciam no jornal *O Estado de São Paulo*, inicialmente através de resenhas e análises publicadas neste veículo por outros membros do IBF, até eventualmente publicar seus próprios artigos, reproduzindo os argumentos de seus artigos da *RBF* e de suas obras publicadas, ou seja, tratando de filosofia e história do pensamento brasileiro. A partir da década de 1980, Paim realiza uma alteração em relação ao tema e à linguagem de suas publicações n' *O Estadão*, passando a escrever com maior frequência sobre política institucional, mas continua sendo citado enquanto historiador das ideias em artigos entre 1960 e 2021, ano de sua morte.

3.2: As “obras menores” e a divulgação do pensamento de Antonio Paim

Para compreender o movimento em seu pensamento, e encarando suas publicações n' *O Estadão* como “obras menores” capazes de elucidar esse movimento, listamos abaixo todos os artigos em que Paim fora mencionado, desde que tenham alguma relação com os temas até aqui tratados, e, em seguida, todos os artigos que Paim publicou neste jornal, em ordem cronológica, com breve exposição do conteúdo destes artigos na medida que avançarem a compreensão das mudanças e permanências no pensamento de Paim, na identificação de seus interlocutores e dos temas aos quais se debruçou. Todos os artigos foram consultados no acervo d' *O Estadão*, disponível no endereço eletrônico <<https://www.estadao.com.br/acervo/>>.

As referências foram adaptadas do modelo adotado pelo acervo, que indica as páginas do jornal em ordem numérica, sem distinção do caderno especial em que fora publicado, caso em que a numeração seria diferente. As referências a obras externas ao jornal que eventualmente aparecerem foram todas extraídas das publicações e reproduzidas da maneira como aparecem nestas. O formato é composto pela data de publicação, página de publicação, título do artigo e seu autor, seguido de breve exposição sobre seu conteúdo que justifica a inclusão nesta pesquisa.

Lista de artigos publicados no periódico *O Estado de São Paulo* que mencionam Antonio Paim, entre 1960 e 2021, em ordem cronológica e com breve descrição de seu conteúdo, se oportuno para os fins desta pesquisa.

Década de 1960

- 1) 31 de outubro de 1964, p. 40. **Revista das Revistas - Sousa Caldas, Tobias Barreto (Revista do Livro)**. Livio Xavier.

Primeiro artigo a mencionar Antonio Paim, referenciando artigo intitulado “Os artigos de Tobias Barreto em Alemão”, cuja autoria é atribuída a Paim. Antecedem em cerca de um ano a primeira publicação de Paim na *RBF*, que tratava justamente da obra de Tobias Barreto.

- 2) 04 de fevereiro de 1967, p. 32. **A semana e os livros - edições recentes**. Rolmes Barbosa.

Menciona *A filosofia da Escola do Recife*, de Paim (1966), texto que seria incorporado à primeira edição do *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967). Também trata da análise de Paim sobre Tobias Barreto e a centralidade deste para esta escola de pensamento frequentemente referenciada por Paim.

- 3) 15 de julho de 1967, p. 38. **A Escola do Recife**. Benedito Nunes.

Faz referência à obra *A filosofia da Escola do Recife*, de Paim (1966). Fala sobre esta escola ter sido impulsionada por Tobias Barreto e as análises de Paim sobre a convergência entre este autor e Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Artur Orlando e Fausto Cardoso. Termina advogando por novas leituras da obra de Tobias Barreto.

- 4) 02 de março de 1968. p. 38. **O pensamento brasileiro**. Luis Washington Vita.

Trata-se de resenha de Vita sobre *História das idéias filosóficas no Brasil* (Paim, 1967). É um dos primeiros documentos que permitem compreender a circulação de ideias no interior do IBF e como pretendiam expandir seus debates para círculos externos. Menciona os autores que Paim analisa, a questão da originalidade no pensamento brasileiro, além das teses de Paim sobre a fundação de um pensamento nacional pelo ecletismo e a sua valorização pela Escola do Recife como reação ao positivismo.

- 5) 20 de abril de 1968. p. 6. **Conferidos prêmios literários**. Apócrifo.

Artigo que afirma que Paim recebeu NCr\$2.000,00 como prêmio para obra inédita com o livro *História das idéias filosóficas no Brasil* (Paim, 1967). O prêmio foi oferecido pelo Instituto Nacional do Livro, e Paim venceu a categoria “Ficção”, com a matéria mencionando que não foi dado prêmio para obras deste gênero.

- 6) 17 de agosto de 1968. p. 44. **A catálise filosófica.** Wilson Martins.

Análise de *História das idéias filosóficas no Brasil* (Paim, 1967), sobretudo o aspecto de haver uma filosofia genuinamente brasileira, original, com tradição própria. Foca-se também na influência de Tobias Barreto sobre a filosofia espiritualista nacional, nos termos do autor.

Década de 1970

- 7) 08 de agosto de 1970, p. 48. **Lançamentos - Ensaio.** Apócrifo.

Trata do lançamento de edição de *Preleções Filosóficas*, de Silvestre Pinheiro Ferreira, pelo Editorial Grijalbo em parceria com a Editora da USP, em São Paulo, 1970, com 389 páginas. A obra tem apresentação de Antonio Paim.

- 8) 20 de junho de 1971, p. 212. **Uma coleção de textos filosóficos.** Aydano do Couto Ferraz.

Elogia o empreendimento do IBF para valorizar o pensamento brasileiro. Menciona o mérito de Miguel Reale, enquanto presidente do Instituto e reitor da USP, e menciona livro intitulado *As idéias fundamentais da matemática* (Reale, 1971), que diz ter sido preparado por Antonio Paim enquanto estudava a psicologia de Eduardo Ferreira França e atribui a Paim o estudo da formação do neopositivismo no Brasil.

- 9) 27 de janeiro de 1973, p. 250. **Revista das Revistas.** Livio Xavier.

Na seção “Revistas recebidas”, menciona volume da *RBF* que contava com o artigo “Estado da interpretação do pensamento brasileiro”, de Antonio Paim, sem indicar o volume referido.

- 10) 19 de abril de 1973, p. 24. **Cidade e serviços - Conferências.** Apócrifo.

Convite para conferência do Instituto Brasileiro de Filosofia, a ser realizada no auditório do Instituto 15, durante os meses de maio e junho de 1973. No dia 31 de maio de

1973 Antonio Paim apresentaria um seminário com o tema Interpretação do Pensamento Filosófico Brasileiro.

11) 14 de outubro de 1973, p. 283. **Revista das revistas**. Livio Xavier.

Na seção “Revistas recebidas”, menciona volume da *RBF* que contava com o artigo “O conflito entre a razão e a fé”, de Antonio Paim, sem indicar o volume.

12) 29 de maio de 1977, p. 232. **A lógica de Genovesi**. Ruy Afonso da Costa Nunes.

Artigo que analisa a obra *As instituições de lógica*, de Antonio Genovesi (Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro, vol. 4, PUC/RJ, Conselho Federal de Cultura e Editora Documentário, 1977, 127p.), que conta com uma introdução escrita por Antonio Paim.

13) 14 de agosto de 1977, p. 224. **Lançamentos - Ciências Humanas**. Apócrifo.

Divulga a obra *As raízes cristãs do pensamento de Antonio Pedro Figueiredo*, de Adão Lara Tiago (São João del Rey: Edição da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras. 345 p.). Trata-se de monografia que conta com apresentação de Antonio Paim, idealizada inicialmente como uma tese submetida ao Departamento de Filosofia da PUC do Rio de Janeiro, e que estuda o pensamento de Antonio Pedro Figueiredo enquanto pensador eclético brasileiro.

14) 05 de novembro de 1977, p. 27. **Cidade e Serviços - Ciclo**. Apócrifo.

Divulgação de convênio entre a Convívio, Sociedade Brasileira de Cultura e Secretaria de Cultura e Tecnologia do Estado para promover um ciclo de conferências sobre “As idéias políticas no Brasil” no mês de novembro de 1977. No dia 30, Antonio Paim apresentou uma conferência intitulada “Getúlio Vargas e o Estado Novo”.

15) 06 de novembro de 1977, p. 18. **Divulgação do ciclo de conferências “As idéias políticas no Brasil”**. Apócrifo.

Nota de divulgação do ciclo de conferências acima mencionado.

16) 13 de novembro de 1977, p. 153. **O Brasil e a filosofia no século XIX**. Geraldo Pinheiro Machado.

Resenha da monografia *As raízes cristãs do pensamento de Antonio Pedro de Figueiredo*, de Tiago Adão Lara, com apresentação de Antonio Paim, já referenciada acima.

17) 20 de maio de 1979, p. 225. **Os filósofos brasileiros.** Leônidas Hegenberg.

Resenha feita por Leônidas Hegenberg, nome importante para o periódico conservador *Convivium*, da obra *Filósofos Brasileiros*, de Guilherme Francovich (Rio de Janeiro: Presença, 1979, 126p.), que tem adendo escrito por Antonio Paim. A resenha também menciona *A filosofia contemporânea em São Paulo* (Vita, 1969), de Luis Washington Vita, e *História das idéias filosóficas no Brasil* (Paim, 1974), em específico sua 2ª edição, de 1974.

18) 05 de agosto de 1979, p. 203. **Perspectivas da filosofia no Brasil.** Francisco da Gama Caeiro.

O artigo conta com ilustrações de Tobias Barreto, Martim Francisco, Diogo Antonio Feijó, José Bonifácio e Miguel Reale, nesta ordem. É uma resenha da obra *As idéias filosóficas no Brasil* (1978), publicada pela editora Convívio, São Paulo, cuja referência completa está na bibliografia desta pesquisa, organizada por Adolpho Crippa, então responsável pela publicação do periódico *Convivium*. Como já dito anteriormente, esta coleção é fundamentalmente uma reinterpretação do *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, de Paim, do ponto de vista de outros autores, a maioria ligados ao periódico *Convivium*, reproduzindo até mesmo o título de muitos dos capítulos, um deles escrito por Paim.

A resenha elogia o esforço de Crippa e analisa em minúcia os capítulos da obra, inclusive o capítulo “A corrente culturalista”, escrito por Antonio Paim, ao qual chamou de “modelo da historiografia filosófica em língua portuguesa” (Caeiro, 1979, p. 203). Como relembra a resenha, o capítulo apresenta uma “exegese sobre o pensamento de Miguel Reale” e definições para os conceitos de “cultura” e “bens culturais”, com “mediana clareza” (Ibidem), segundo Gama Caeiro.

Interessante mencionar que o artigo seguinte do jornal era *Reflexões sobre a crise do homem ocidental*, escrito por Leônidas Hegenberg, e trata-se de uma resenha da obra *A agonia de nossa civilização*, de Georges Gusdorf – outro contribuidor da *Convivium* –, Editora Convívio, 1978. São Paulo. 254 p.

Década de 1980

Cumprir destacar, introdutoriamente, que esta é a década em que Paim mais é mencionado em artigos d’*O Estadão*. A partir deste momento, Paim goza de maior prestígio nas análises às quais fora submetido, além de ser um momento importante de mudança em sua

produção e na forma como é percebido, passando do conservadorismo liberal para o neoconservadorismo, por influência dos escritos de Irving Kristol, como já mencionado.

19) 24 de fevereiro de 1980, p. 87. **Encontro nacional de professores de filosofia.** Creusa Capalbo.

Artigo sobre um Encontro Nacional de Professores de Filosofia realizado entre os dias 26 e 29 de outubro de 1978 pelo *Convívio*, escrito por Creusa Capalbo, contribuidora regular do periódico *Convívium* e membro do IBF. Menciona a segunda parte do encontro, intitulada “Filosofia e Sociedade”, que contou com a exposição “A Filosofia e a Cultura Brasileira” (Capalbo, 1980, p. 87), apresentada por Miguel Reale e debatida por Antonio Paim e Nelson Saldanha, todos membros do IBF.

20) 24 de fevereiro de 1980, p. 87. **História das idéias filosóficas no Brasil.** Leônidas Hegenberg.

Resenha de *Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro*, Edições Tempo Brasileiro, 1979, 157p., de Antonio Paim. Hegenberg, membro bastante ativo do periódico *Convívium*, qualifica Paim como um “autor obrigatório” (Hegenberg, 1980, p. 87) no tema história das ideias e cita as obras *A Filosofia na Escola do Recife* (2ª ed., 1977) e *História das idéias filosóficas no Brasil* (2ª ed., 1974) e faz breve resumo da trajetória da filosofia brasileira defendida por Paim, com o ciclo da filosofia dos jesuítas, a herança pombalina, radicalismo político, Silvestre Pinheiro e o ecletismo, o kantismo, o tradicionalismo, a Escola do Recife, o positivismo, o pensamento católico e, enfim, a “meditação contemporânea” que inclui Van Acker e os culturalistas (em especial Miguel Reale). A contribuição de Paim seria a busca pelas bases da evolução cultural brasileira.

Este artigo é um indicador de uma aproximação entre a *Convívium*, mais ligada ao tradicionalismo, e o IBF e seu conservadorismo liberal, tendo como principal ponto de conexão a defesa de uma filosofia culturalista nos termos propostos por Reale e Paim.

21) 01 de março de 1981, p. 82. **O neoconservadorismo no Brasil.** Ubiratan de Macedo.

Artigo de duas páginas inteiras escrito por Ubiratan Borges de Macedo, membro do IBF e contribuidor da *RBF*, que trata diretamente do neoconservadorismo no Brasil, aparentemente o primeiro documento a relacionar Paim e esta corrente de pensamento. Contém fotografias de Roque Spencer Maciel de Barros, Raymundo Faoro, Miguel Reale e Vamireh Chacon, todos membros do IBF e contribuidores da *RBF*.

Argumenta o autor que os neoconservadores constituem um grupo influente nos Estados Unidos e rivalizam com a “nova direita francesa” (Macedo, p. 82). Argumenta ainda que no Brasil há uma escola neoconservadora que não é importada nem estruturada organicamente, e que se caracteriza pela aceitação do Estado de Direito, do pluralismo e da justiça social, se aproximando desta forma dos liberais de centro apesar de aceitar o papel planejador do Estado.

O artigo menciona a crítica humanista dos anos 60, e cita Irving Kristol no momento fundador desta escola de pensamento, ao lado de longa – e eclética – lista de filósofos que estão citados como “pais do neoconservadorismo” (Ibidem), incluindo Joseph Schumpeter, Leo Strauss, Tocqueville, John Locke, Edmund Burke, Max Weber e até Karl Marx. Menciona a influência dos neoconservadores através de revistas e para isso menciona Irving Kristol, Norman Podhoretz, Midge Decter, Daniel Bell, Samuel Huntington, Robert Tucker, Seymour Lipset e Friedrich von Hayek.

Avança então ao tratar da oposição à “esquerda violenta e totalitária”. Chega até Antonio Paim na seção “Atitude de isenção diante da Igreja” (Ibidem, p. 83), mencionando sua obra *A Querela do Estatismo* (Paim, 1978) como exemplo de interpretação patrimonialista da história do Estado brasileiro, tema oriundo de Max Weber e ampliado por Raymundo Faoro em *Os donos do poder*, Simon Schwartzman em *São Paulo e o Estado Nacional* e Vamireh Chacon em *Estado e povo no Brasil* – não menciona as edições nem datas de publicação destes textos (Macedo, 1981, p. 83).

Termina tratando do tema “Defesa de um nacionalismo moderado”, onde menciona as obras de *O dilema político brasileiro* de Vamireh Chacon, *Ordem burguesa e liberalismo político*, *Poder e política* e *Cidadania e justiça*, de Wanderley Guilherme dos Santos, *Liberdade Acadêmica e Opção Totalitária* (1979b), de Antonio Paim e o nome de Miguel Reale. Menciona ainda que todos estes “têm a característica comum de uma experiência esquerdista (inclusive Reale)” e passaram com o tempo para o que Chacon denominou de “centro-direita” (Ibidem).

Como personalidades próximas aos neoconservadores, menciona Paulo Mercadante, Djacir Menezes, João Paulo de Almeida Magalhães e Adolpho Crippa. É especialmente relevante do ponto de vista da história do pensamento político enquanto um dos primeiros artigos a tratar diretamente do tema neoconservadorismo no Brasil, através de uma perspectiva interna deste movimento.

O artigo se encerra com imagens de Schumpeter, Tocqueville, Locke, Burke, Weber e Marx, acompanhados de legenda que versa sobre o neoconservadorismo americano defender,

“no seio da *intelligentsia* norte-americana (...) valores tradicionais sem o fazerem por um apego romântico ao passado” (Ibidem).

22) 28 de junho de 1981, p. 194-195. **Por que ler Rui Barbosa, hoje?** Djacir Menezes

Artigo sobre a importância do pensamento de Rui Barbosa na atualidade. Paim é mencionado em seção intitulada “Papel vital da liberdade de cátedra” (Menezes, 1981, p. 194), com referência a sua obra *Liberdade acadêmica e opção totalitária* (1979b), como parte do argumento de que “a camisa-de-força está sendo talhada por minorias militantes que negam aqueles direitos humanos a seus adversários” (Ibidem, p. 195). No limite, é um argumento contra a “marxistização da universidade” (Ibidem).

Este texto de Paim, de 1979, parece ter tido especial relevância para a intelectualidade conservadora, oferecendo novas perspectivas para a noção de “crise da Universidade” que marca boa parte da tradição conservadora da qual este autor fez parte, o que já mencionamos no decorrer da pesquisa, por exemplo com as citações da apresentação do primeiro volume da RBF, inspirado pela obra de Benedetto Croce – autor também utilizado neste mesmo volume, através de entrevista traduzida por Luis Washington Vita. Analisaremos a obra de Paim em questão logo abaixo.

23) 10 de janeiro de 1982, p. 3. **A pós-graduação e a Capes.** Apócrifo.

O texto trata da defesa de Paim em prol da liberdade de pensamento após censura a um texto de Miguel Reale na PUC/RJ em 1979. O debate estaria registrado em *Liberdade acadêmica e opção totalitária*, publicado por Paim em 1979 (Rio de Janeiro, Editora Artenova S.A). Na introdução desta obra, Paim menciona carta publicada pelo *Jornal do Brasil* em 14/03/1979, escrita por Ana Maria Moog Rodrigues, endereçada ao chefe do Departamento de Filosofia da PUC/RJ após ato que a autora considerou ser censura intelectual a Miguel Reale, que foi excluído do material didático da disciplina História do Pensamento, por divergências políticas entre Reale e o chefe do departamento, segundo Moog Rodrigues.

Uma nota biográfica de Moog Rodrigues: ela foi orientada, em seu mestrado, por Eduardo Abranches de Soveral que, como já dissemos, era um autor próximo intelectual e pessoalmente a Antonio Paim. Na Universidade Gama Filho, Moog Rodrigues participou de bancas de doutorado em filosofia ao lado de Paim, Vélez Rodriguez, Ubiratan Macedo e Eduardo Abranches Soveral.

A edição seguinte do jornal (16/03/1979) contou com nota do reitor da PUC/RJ em solidariedade ao Departamento de Filosofia e que considera infundadas as acusações de Moog Rodrigues. A partir de então, um debate se instaurou e resultou com o afastamento voluntário de Antonio Paim do programa de pós-graduação da PUC/RJ, em solidariedade a Miguel Reale. A alegação principal era a de “preferência unilateral pela metodologia marxista” (Paim, 1979b, p. 4) – uma continuação da disputa entre o IBF e a FFLCH-USP, décadas mais tarde, em outro contexto, agora transportada para o departamento de filosofia de uma universidade carioca.

O artigo n’*O Estado de São Paulo* reconstrói parte deste debate e as posições de Paim na referida obra, e prossegue denunciando a Capes por “investir contra os cursos de pós-graduação na área de humanidades” através de “insustentáveis critérios quantitativos” (*O Estado de São Paulo*, 1982, p. 3).

24) 22 de maio de 1983, p. 181. **A cultura no Brasil (uma possibilidade de definição).**

Adolpho Crippa.

O artigo busca oferecer uma definição do conceito de “cultura”. Traça o mesmo caminho de Paim, alegando que a cultura é a “condição de manifestação privilegiada do humano” (Crippa, 1983, p. 181), e cita Paim para caracterizar o culturalismo como uma tendência filosófica relevante no Brasil de então. Cita o *História das Idéias* para qualificar Djacir Menezes e Miguel Reale como os principais nomes desta tradição. O artigo prossegue tratando da influência deste pensamento na Europa, do sentido ontológico de cultura e da identidade cultural nacional brasileira, que estaria ligada à cultura ocidental que “inaugurou um mundo novo, partindo de formas antigas” (*Ibidem*), colocando o Brasil como parte integrante do Ocidente. Conclui alegando que é desta fonte de cultura, a cultura ocidental judaico-cristã, que deve-se extrair a inspiração para o futuro da cultura nacional.

25) 29 de maio de 1983, p. 160. **Primórdios do Liberalismo.** Paulo Mercadante.

O artigo atribui papel de maior importância ao liberalismo no pensamento político brasileiro. Menciona Vicente Barreto, Hugo Grócio e Locke como fontes desta tradição. Avança por outros filósofos e menciona a tradição luso-brasileira, ponto em que chega à história e política de Visconde de Cairu. Neste ponto, menciona Paim para apresentar a visão do conceito de “política” que tinha Cairu, aproximando-a da concepção aristotélica, e é apenas esta a participação de Paim neste texto. Não está citada no texto, mas provavelmente a referência a Paim deriva da obra *Cairu e o liberalismo econômico* (Paim, 1968).

26) 03 de julho de 1983, p. 151. **Pombal e a cultura brasileira.** Maria Beatriz Nizza da Silva.

Artigo sobre a influência do Marquês de Pombal na cultura brasileira que utiliza, em algumas passagens, Antonio Paim como referência do tema, sem referenciar nenhuma obra em específico.

27) 20 de janeiro de 1985, p. 190. **Evolução filosófica.** Luiz Carlos Lisboa.

Resenha de *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967; 1974), que menciona a influência do kantismo, o empirismo mitigado, a substituição do positivismo pelo marxismo e a evolução do conceito de filosofia nacional, utilizando Paim como fonte primária. Menciona a história do liberalismo de Paim, surgida como filosofia política na Época Moderna e culminando no keynesianismo. Termina mencionando o “espiritualismo renascente” (Lisboa, 1985, p. 190) e clamando por estudos futuros que mantenham a seriedade que Paim deu ao tema.

28) 17 de novembro de 1985, p. 3. **Ensino superior e ensino elementar.** Apócrifo.

Artigo que dispõe sobre emenda à constituição recentemente aprovada que tratava da distribuição de recursos para a educação. Trata também das divisões territoriais para as competências educacionais, da “má-qualidade dos profissionais” e das “greves que, periodicamente, sacodem essas cientificamente combalidas universidades” (O Estado de São Paulo, 1985, p. 3). Utiliza então Antonio Paim para criticar a inserção da União neste cenário, advogando por maior descentralização no financiamento da educação por meio dos demais membros da federação. A referência, contudo, é um “livro em preparação”, constando apenas o nome de Paim como seu autor. Esta menção coloca Paim como um agente de política institucional, uma vez que a essa altura o autor iniciava sua aproximação com o PFL, partido de importante participação na Assembleia Constituinte de 1985.

29) 18 de fevereiro de 1986, p. 43. **Autoritarismo e ordem moral.** J. O. de Meira Penna.

Artigo que discute, mencionando Montesquieu, a democracia enquanto governo da virtude, levantando a questão de quem seria responsável pela manutenção da ordem moral. Menciona Ubiratan Macedo, Antonio Paim e Vélez Rodríguez como autores liberais que participaram do debate. Explica a posição destes autores de que estariam opostos o “autoritarismo justiceiro marxista” e o “autoritarismo moralizante militar” (Meira Penna,

1986, p. 43). Menciona então o puritanismo protestante como força capaz de moralizar o comportamento em países de tradição liberal que possuem “maior moralidade pública”, citando os EUA, em referência à obra de Weber. A solução liberal oferecida por estes autores seria a “ética social”, fundindo tal explicação à de Tocqueville em *Democracia na América*, reforçando o argumento de moralidade através da religião.

Ao final, conclui que “na concepção liberal, não cabe ao Estado impor a moral social, porque essa moral social deve ser ensinada no seio da família, na escola e no próprio ambiente social impregnado de religiosidade”, ecoando apenas parcialmente os argumentos neoconservadores apresentados por Paim e já analisados anteriormente.

30) 19 de abril de 1986, p. 3. **Posições claras.** Apócrifo.

Breve nota sobre a então recém-criada Sociedade Tocqueville, que se auto declarava democrática e neoliberal. Menciona Antonio Paim, Aroldo Rodrigues Boanerges Ribeiro, Francisco Martins de Souza, José Osvaldo de Meira Penna, Luiz Carlos Lisboa, Nicolas Boer, Nelson Lehmann da Silva, Paulo Mercadante, Paulo Pimenta de Mello, Renata Barros Pimental, Ricardo Vélez Rodríguez, Selvino Antônio Malfatti, Ubiratan Macedo, Victor Konder e Walter Costa Porto como seus integrantes. O objetivo da sociedade seria atuar por meio de cursos e seminários e do lançamento de uma coleção denominada Biblioteca Tocqueville, cujo primeiro título publicado seria *Two Cheers to Capitalism*, de Irving Kristol (New York, Basic Book, 1978).

Trata-se, portanto, de organização dedicada à divulgação dos ideais liberais e dos clássicos do pensamento liberal, cujo ato inaugural está associado à promoção do ideário neoconservador de Irving Kristol.

31) 14 de março de 1987, p. 56. A “**ilustração brasileira**” revisitada. Roque Spencer Maciel de Barros.

Outro artigo de membro do IBF, que menciona Antonio Paim e Adolpho Crippa através de reflexões acerca de obra intitulada *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade* da coleção Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com a referência Boletim nº 241, História e Filosofia da Educação, nº 2, São Paulo, 1959, 411 p. Ao final do artigo, o autor menciona Ivan Lins, Antonio Paim, Luis Washington Vita e Ubiratan Macedo como seus “padrinhos intelectuais” (Maciel de Barros, 1987, p. 56).

32) 22 de agosto de 1987, p. 27. **Liberalismo no Brasil**. Apócrifo.

Convite para seminário promovido pela Sociedade Tocqueville, mencionada no item 30 desta lista, patrocinada pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, que contaria com uma noite de autógrafos, na abertura do seminário, de alguns livros, entre eles *Evolução Histórica do Liberalismo*, de autoria atribuída a Paim, Ubiratan Macedo, José Osvaldo de Meira Penna e Vélez Rodríguez³⁶.

33) 02 de setembro de 1987, p. 2. **Por que sou um liberal**. Benedicto Ferri de Barros.

Artigo que analisa um painel que reuniu Antonio Paim, Gilberto de Mello Kujawski, Roque Spencer Maciel de Barros, Ubiratan Macedo, Vicente Barreto (todos do IBF) e o autor deste artigo, transformado em um livro intitulado *A Façanha da Liberdade*, editado por Claudir Francaio, patrocinado pelo *O Estado de São Paulo*, com 154 páginas. Nele os autores discutem a pergunta “Por que sou um liberal?”, e conta ainda com participações de autores como Miguel Reale, Mário Vargas Llosa, Paulo Mercadante e Wanderley Guilherme dos Santos. A resposta é dividida em 10 partes, fundamentalmente repetindo o argumento de que o antiliberalismo corresponde às tendências autoritárias, e são estes autores contrários a tais regimes e violências, além de serem contra a estatização e por corresponder o liberalismo a um “acervo pluralístico de idéias e de experiências concretas” (Barros, 1987, p. 2). Paim é apenas mencionado como um dos participantes deste painel e contribuidor do livro que se seguiu.

34) 31 de outubro de 1987, p. 62. **Evolução histórica do liberalismo - momentos históricos da doutrina liberal**. Paulo Bonavides.

Trata-se de resenha da obra *Evolução histórica do liberalismo*, de autoria de Antonio Paim (1987a). Trata em detalhes dos capítulos do livro, que inicia-se pela doutrina de Locke, passa por Kant, Benjamin Constant, François Guizot, entre outros autores liberais, até chegar em Tocqueville e *Democracia na América*.

Avança até os escritos de Paim sobre o sistema representativo na Inglaterra, sobre a “questão social” e sua crítica ao keynesianismo. Conclui recomendando a leitura a qualquer “leitor liberal” (Bonavides, 1987, p. 62).

³⁶ Pela data e título, cremos que trata-se da obra referenciada na bibliografia desta dissertação, mas cuja autoria é exclusiva de Paim (1987a).

35) 14 de outubro de 1989, p. 87. **Evolução do pensamento político brasileiro.** Nelson Saldanha.

Resenha da obra *Evolução do Pensamento Político Brasileiro* (São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1989, 463 p.), de Vicente Barreto, Antonio Paim, Ricardo Vélez Rodríguez, Francisco Martins de Souza e Reynaldo Barros. Menciona que o livro é a consolidação de estudos parciais sobre os quais estes autores já haviam escrito.

Década de 1990

36) 14 de janeiro de 1995, p. 2. **As vertentes do liberalismo.** Miguel Reale.

Artigo de opinião de Reale que discute as variadas vertentes no interior do liberalismo. Menciona Roberto Campos e Meira Penna como adeptos de “suas fontes originárias”, José Guilherme Merquior como o “mais lúcido defensor do social-liberalismo” e agrupa Roque Spencer Maciel de Barros, Antonio Paim, Vicente Barreto, Gilberto Kujawski, Paulo Mercadante, Ubiratan Macedo e Ricardo Vélez Rodríguez com a alcunha de “politólogos” (Reale, 1995, p. 2). Passa então a analisar brevemente o liberalismo que atribui a Hayek, R. Nezhich e David Friedman, caracterizado pela relação entre economia de mercado e o Estado moldado em sua função. Em seguida, defende uma atitude menos negativa em relação ao Estado, afastando a ideia de que seria um “mal-necessário”, mantendo-o afastado do controle da iniciativa privada mas com a função de “estabelecer normas que assegurem uma necessária complementaridade entre liberdade de iniciativa e justiça social, tendo como âncora o princípio da solidariedade”.

37) 05 de abril de 1997, p. 2. **Dependência cultural.** Miguel Reale.

Artigo de Reale sobre a necessidade de revisão da teoria da dependência, mencionando Fernando Henrique Cardoso como seu proponente. A passagem mais relevante é a que menciona a história do pensamento brasileiro, que atribui a “João Cruz Costa, Roque Spencer Maciel de Barros e Laerte Ramos de Carvalho” (Reale, 1997, p. 2), além de Antonio Paim, a quem Reale pede uma “quarta edição atualizada de sua já clássica *História das Idéias Filosóficas no Brasil*” (Ibidem). O mais singular é a menção a João Cruz Costa, primeiro a ser nomeado por Reale, reforçando o seu papel como fundador do tema no interior do IBF.

38) 23 de abril de 1998, p. 2. **A filosofia no Brasil.** Gilberto de Mello Kujawski.

O artigo discute a função da filosofia e seu papel para a ciência. Trata-se, em verdade, de uma divulgação da 5ª edição do *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, publicado pela

Editora UEL, Londrina, em 1997, de Antonio Paim. Trata de alguns temas abordados na obra, como o espírito conciliatório na filosofia brasileira, a importância do ecletismo e a prevalência do positivismo entre as elites brasileiras. Conclui dizendo que para Paim “o tema do homem domina toda a filosofia brasileira, o homem tomado como liberdade e tomado como consciência” (Kujawski, 1998, p. 2).

39) 04 de janeiro de 1999, p. 14. **Direto da Fonte.** Sonia Racy.

Neste artigo sobre algumas questões de política e economia cotidianas, a autora menciona que o senador Fernando Bezerra, então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), “contatou os principais cientistas políticos do País – Bolívar Lamounier, Leôncio Ferraz e Antonio Paim, entre eles – em busca de subsídios” (Racy, 1999, p. 14). O objetivo seria angariar recursos para, no início da próxima legislatura, apresentar uma proposta de reforma política. Artigo breve e pouco esclarecedor, mas que denota certa participação de Paim na política institucional do país.

40) 23 de setembro de 1999, p. 2. **Vida inteligente em São Paulo.** Gilberto de Mello Kujawski.

Artigo sobre o VI Congresso Brasileiro de Filosofia, realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, por iniciativa do Instituto Brasileiro de Filosofia e de seu presidente, Miguel Reale, ocorrido entre 6 e 11 de setembro de 1999. Os participantes mencionados foram Antonio Paim, António Braz Teixeira, Celso Lafer, João de Scantimburgo, Leônidas Hegenberg, Luigi Bagolini, Miguel Reale Júnior, Milton Vargas, Nelson Saldanha, Ricardo Vélez Rodríguez, Tarcísio de Miranda Burity, Ubiratan de Macedo e Vamireh Chacon, quase todos ligados ao IBF. Menciona Paim uma outra vez, cumprimentando-o por seu esforço em publicar obras de Tobias Barreto, Farias Brito, Silvio Romero, Artur Orlando, Silvestre Pinheiro Ferreira e Antônio Pedro de Figueiredo.

2000

41) 17 de fevereiro de 2001, p. 2. **Imigração, a grande esquecida.** Miguel Reale.

Artigo de Miguel Reale sobre a imigração europeia no Brasil e sua importância. Paim é mencionado por sua análise, em *Momentos decisivos da história do Brasil* (São Paulo: Martins Fontes, 2000), a respeito do espírito protestante e seu impacto na formação econômica americana, tese formulada por Max Weber, e criticado por Reale por não atribuir a

devida importância à influência da imigração europeia na formação do pensamento brasileiro e em nossa formação econômica.

42) 24 de novembro de 2001, p. 2. **O positivismo na cultura brasileira.** Miguel Reale.

Artigo que discute o caráter anti-democrático do positivismo e sua influência na cultura nacional. Paim é mencionado, ao lado de Vélez Rodríguez, por seus estudos sobre o castilhismo.

43) 17 de abril de 2003, p. 2. **Filosofia no Brasil.** Gilberto de Mello Kujawski.

Artigo sobre o desenvolvimento da filosofia nos últimos 40 anos até então. Paim é mencionado apenas como precursor de Luiz Alberto Cerqueira por incluir “em nossa história da filosofia o período colonial” (Kujawski, 2003, p. 2).

44) 02 de novembro de 2003, p. 6. **O lado mais ameno do balcão.** Dora Kramer.

Artigo sobre o PFL e as tentativas deste partido de se manter relevante na mídia nacional. Menciona então que o PFL possui uma equipe que se reúne às terças-feiras para discutir “uma pauta de assuntos a serem explorados” (Kramer, 2003, p. 6), dos quais fariam parte o então senador Jorge Bornhausen, o ex-deputado Saulo Queiroz, Antonio Paim e os jornalistas Antônio Martins e Luiz Gutemberg, comprovando o depoimento de Paim em sua entrevista a Gonçalves (2023).

É interessante notar que até aqui os artigos que não foram escritos por membros do IBF tratam Paim como um ator da política institucional, e não como um historiador das ideias, e são os únicos a fazê-lo, excetuadas as primeiras resenhas de obras do Paim na década de 1960.

45) 16 de julho de 2005, p. 2. **Panorama Filosófico Brasileiro.** Miguel Reale

Artigo sobre a publicação dos “200 fascículos trimestralmente publicados pelo Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) de 1951 ao ano 2000” (Reale, 2005, p. 2) na forma do *Índice da Revista Brasileira de Filosofia* pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), fonte primária das tabelas constantes do segundo capítulo desta dissertação, financiado pela Fundação Nuce e por Miguel Reale, segundo o artigo.

Antonio Paim é mencionado como o responsável pela organização desta publicação, além de elogiado por sua *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. Reale menciona a Escola do Recife, com Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua e Graça Aranha como seus

figurantes, a presença do positivismo e o kantismo na filosofia nacional, além de indicar o IBF como centro de congregação de “pensadores de todas as doutrinas” (Ibidem), nomeando a participação de João de Scatimburgo, Luís Washington Vita, Vicente Ferreira da Silva, Renato Cirell Czerna, Heraldo Barbuy, Vilém Flusser, Milton Vargas, Teófilo Siqueira Cavalcanti, Roque Spencer Maciel de Barros, Adolpho Crippa e Lourival Vilanova, além de Antonio Paim, todos pensadores da direita, variando entre conservadores, liberais e liberais conservadores.

46) 01 de maio de 2006, p. 2. **Um clássico da cultura brasileira.** Gilberto de Mello Kujawski.

Artigo escrito por ocasião do falecimento de Miguel Reale, em abril de 2006. Lamenta o autor a perda de seu amigo, faz breve exposição da trajetória e obra de Reale, e menciona que o “maior título de orgulho de Miguel Reale foi a criação do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF)” (Kujawski, 2006, p. 2). Menciona então os nomes de Vicente Ferreira da Silva, Renato Cirell Czerna, Heraldo Barbuy, João de Scantimburgo, Djacir Menezes, Leonardo Van Acker, Celso Lafer, A. L. Machado Neto, Maria do Carmo Tavares de Miranda, Creusa Capalbo, Evaristo de Moraes Filho, Roque Spencer Maciel de Barros, Milton Vargas, Nelson Saldanha, e, por último, Antonio Paim, qualificando-o como “nosso mais completo historiador das idéias no Brasil, o maior e mais generoso colaborador de Reale na recuperação do nosso rico patrimônio de idéias no século 19” (Ibidem). A repetição destes nomes, ao longo de várias décadas, nos serve como confirmação do núcleo de colaboradores e interlocutores de Paim, no contexto do IBF, e a última parte destaca sua posição destacada no interior do grupo, próxima ao principal responsável pelo instituto até sua morte, Miguel Reale.

47) 18 de agosto de 2009, p. 2. **Os 60 anos do IBF.** Ricardo Vélez Rodríguez.

Artigo de Vélez Rodríguez já mencionado nesta pesquisa que trata da atuação do IBF e da *RBF*, escrito por ocasião dos 60 anos do instituto. Paim é destacado para explicar a metodologia culturalista proposta por Reale, também já analisada no corpo desta pesquisa.

48) 11 de outubro de 2009, p. 150. **Celebração do trabalho do pensador Antonio Paim.** Ricardo Vélez Rodríguez.

Breve nota de divulgação da publicação de *Filosofia e cultura: escritos em homenagem a Antonio Paim*, organizado por A. Guimarães e Leonardo Prota, publicado em

2009 pela Editora Humanidades, 206 p. A divulgação é assinada por Vélez Rodríguez e descreve a obra como tratando dos três temas principais da carreira de Paim, que seriam o estudo da filosofia brasileira, “os caminhos e descaminhos da ciência política nacional” (Vélez Rodríguez, 2009, p. 150) e o estudo das ideias morais no Brasil.

2010

49) 11 de maio de 2010, p. 2. **‘Marxismo e descendência’**. Ricardo Vélez Rodríguez.

Artigo sobre a obra *Marxismo e descendência* (Campinas: Vide Editorial, 2009, 593 p), de Antonio Paim. A obra é uma revisão crítica do marxismo que Paim alega ter sido preparada desde que terminou seus estudos em marxismo-leninismo, nos anos 50, na União Soviética, e enriquecido por seus estudos sobre kantismo e culturalismo ao longo dos anos. O artigo também menciona a primeira edição de *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (São Paulo: Grijalbo/USP, 1967), e qualifica Paim como “o mais importante historiador do pensamento brasileiro” (Vélez Rodríguez, 2010, p. 2). Menciona também todos os capítulos da obra de 2009, explicando brevemente a visão de Paim a respeito do marxismo enquanto uma filosofia para ele desmoralizada, que se caracterizaria pelo autoritarismo.

50) 28 de maio de 2017, p. 2. **A crise é grave e a saída é nossa**. Ricardo Vélez Rodríguez.

Artigo de opinião a respeito da crise política no primeiro ano do governo Temer. Cita Paim logo no início, em específico a obra *Curso de Introdução à Ciência Política* (Londrina: Edições Humanidades, 2002), organizada por Vélez Rodríguez e Leonardo Prota, contando com 5 volumes. E o faz para tratar das instituições do governo representativo que, no que o autor diz serem as palavras de Paim, “não caem do céu” (Vélez Rodríguez, 2017b, p. 2), necessitando serem efetivamente construídas politicamente, explicitando a guinada para a prática política na filosofia de Paim.

Em sua parte final, o artigo também menciona Paim, com o autor esclarecendo que, quando da elaboração do texto da Constituição Federal de 1988, Vélez Rodríguez e Paim prestaram assessoria ao então senador José Richa (MDB-PR), que havia decidido “apoiar a inclusão do voto distrital no texto constitucional” (Ibidem). Esse seria um movimento no sentido de consolidar “uma sólida representação dos interesses dos cidadãos” (Ibidem), nas palavras de Vélez Rodríguez. É outro exemplo da participação direta de Paim na política institucional a partir da década de 1980.

51) 20 de dezembro de 2018, p. 20. **O pensador liberal à frente do MEC.** Pablo Pereira.

O artigo, que trata da nomeação de Véléz para Ministro da Educação por Jair Bolsonaro, começa afirmando que Véléz se opõe veementemente ao Partido dos Trabalhadores (PT), à teologia da libertação, ao “aparelhamento do Estado por marxistas” e a tudo que possa ser associado “às ideias do italiano Antonio Gramsci (1891-1937), principal teórico, para ele, de movimento mundial, cultural e educacional de conquista de governos pela esquerda” (Pereira, 2018, p. 20). Qualifica Véléz como “direita liberal” (Ibidem), associado a Tocqueville em termos de sistema representativo e favorável ao projeto Escola sem Partido. Menciona também que a indicação para ministro veio através de Olavo de Carvalho.

O orçamento do MEC disponibilizado a Véléz Rodríguez “está na casa de R\$108 bilhões” (Ibidem), segundo o autor do artigo. A parte final do artigo é sobre a meta de “educação humanista voltada para a cidadania” (Ibidem), momento em que é mencionado Antonio Paim, com breve exposição de sua história, de sua crítica ao patrimonialismo e sua defesa de uma “educação para a cidadania”. Também são mencionados, e apenas mencionados, os nomes de Miguel Reale, José Guilherme Merquior, Roque Spencer Maciel de Barros e José Osvaldo de Meira Penna, além de Francisco José Oliveira Viana, Rui Barbosa, Roberto Campos e mais uma vez Alexis de Tocqueville.

52) 03 de janeiro de 2019, p. 14. **Véléz exclui pasta de Diversidade do MEC.** Mariana Haubert.

Artigo que trata da posse de Véléz Rodríguez como primeiro ministro da Educação indicado por Jair Bolsonaro, no início de 2019. Versa sobre a exclusão da pasta de diversidade no MEC, mencionando o discurso de Véléz Rodríguez que indicou Olavo de Carvalho e Antonio Paim como suas maiores inspirações para sua atuação como ministro de Estado.

53) 12 de janeiro de 2019, p. 2. **A caricatura que se autorreproduz.** Flávio Tavares.

Artigo nas primeiras páginas do jornal que elogia o discurso de posse de Jair Bolsonaro, com especial atenção ao discurso na língua brasileira de sinais realizado pela então primeira-dama Michelle Bolsonaro, que o autor descreve como “emocionante” (Tavares, 2019, p. 2). Passa então a críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e elogios a Onyx Lorenzoni, então recém-empossado ministro-chefe da Casa Civil.

O artigo avança neste mesmo tom até eventualmente mencionar Antonio Paim como “matriz filosófica do novo governo, junto ao direitista Olavo de Carvalho”. Fala então da obra *Marxismo e descendência* (2009), de Paim, e conclui com críticas à noção de “marxismo

cultural” e à “fantasmagoria de ‘libertar o País do socialismo’” (Ibidem), mas se mantém esperançoso com relação ao então ministro da Economia, Paulo Guedes.

54) 07 de dezembro de 2019, p. 2. **Aliança com o Passado.** Miguel Reale Júnior.

Artigo da segunda página do jornal, escrito pelo filho de Miguel Reale, que trata da “postura retrógrada do programa do pretense partido Aliança pelo Brasil” (Reale Júnior, 2019, p. 2). Menciona o direito ao armamento, o louvor a Deus, os valores tradicionais, a família tradicional, o confronto com a “ideologia do garantismo”, a liberdade de mercado e o lema “Deus, pátria e família” como os elementos deste programa (Ibidem). Acusa então o referido programa e seus idealizadores de explorarem o radicalismo político para fins eleitoreiros e menciona Paim, ao final, quando acusa o partido de ignorar a evolução do socialismo, “que, como bem acentua Antonio Paim (*O socialismo brasileiro*, vol. II, pág. 18), teve papel notável na História do Ocidente por seu substrato moral” (Ibidem).

55) 02 de maio de 2021, p. 08. **Filósofo e expoente do pensamento liberal brasileiro.** Apócrifo.

Eulogia fúnebre para Antonio Paim, que faleceu em 30 de abril de 2021. Inicia-se mencionando o Prêmio Jabuti de 1985 que Paim venceu com a terceira edição da obra *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (Paim, 1984a), descrevendo também a trajetória profissional de Paim e algumas de suas obras publicadas. Conta com citações de Aldo Rebelo e Ricardo Vélez Rodríguez elogiando Paim e mencionando sua influência no governo Jair Bolsonaro, associado a Olavo de Carvalho mais uma vez. Menciona também a opinião de Rubens Figueiredo de que Paim foi o “maior estudioso sobre liberalismo no Brasil” (O Estado de São Paulo, 2021, p. 08). Conclui a eulogia falando de sua juventude comunista e do período que passou na Rússia. A matéria conta com uma foto de Antonio Paim com a legenda “**Legado.** Paim fundou a Academia Brasileira de Filosofia” (Ibidem, grifos da matéria).

56) 18 de maio de 2021, p. 2. **Antonio Paim, um exemplo.** Rubens Figueiredo e Ney Figueiredo.

Artigo da segunda página do jornal a respeito do falecimento de Antonio Paim. O artigo qualifica Paim como um pensador humilde, que manteve-se intelectualmente produtivo até idade avançada. Faz breve reconstrução de sua história de vida, desde o tempo de militância comunista, e sua atuação como historiador das ideias e professor de numerosa lista de disciplinas, praticamente todas de filosofia e história do pensamento brasileiro. Ao final,

diz que Paim deixa “três livros que se tornaram clássicos: *História do Liberalismo Brasileiro*, *Momentos Decisivos da História do Brasil* e *A querela do estatismo*” (Figueiredo, F; Figueiredo, N., 2021, p. 2), não incluindo, portanto, sua principal obra, *História das Idéias Filosóficas no Brasil*.

57) 02 de junho de 2021, p. 2. **Coragem, a virtude de Antonio Paim.** Carlos Henrique Cardim.

Mais um artigo na segunda página em homenagem a Antonio Paim, por ocasião de seu falecimento. O artigo dedica sua primeira parte à história de militância comunista de Paim e sua ida à Rússia, passando então para sua “conversão kantiana” (Cardim, 2021, p. 2), seu encontro com Reale e a sua dedicação ao estudo de pensadores brasileiros do passado. É interessante uma passagem do texto que diz que, à “visão de católico” do autor do artigo, contrapunha-se a “perspectiva de protestante de Paim da História do Brasil” (Ibidem).

No material analisado nesta pesquisa, é a única referência direta à religião de Paim, que fica implícita em sua defesa do protestantismo em diversos momentos de sua obra, mas nunca é abertamente declarada. Entendemos isso como coerente à perspectiva de separação entre política, religião e filosofia que Paim defendeu ao longo de toda a sua obra publicada, com exceção, talvez, de suas defesas ao caráter moralizador do neoconservadorismo, onde ainda assim permanece implícita sua preferência religiosa, ligando-se mais à noção de “valores judaico-cristãos e ocidentais”.

Cardim então menciona algumas de suas colaborações com Paim: o curso de extensão à distância da UnB intitulado *Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*, com 13 volumes; a revista *Humanidades*, financiada pela UnB, pela Shell e pela Fundação Roberto Marinho, com oito números publicados; a coleção *Pensamento Político Republicano*, co editado com a Câmara dos Deputados, com 12 volumes; a organização da coleção *Pensamento Social-Democrata*, com 22 volumes, por iniciativa do *Instituto Teotônio Vilela*, presidido pelo então senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O artigo conclui falando sobre a obra *Ciência e política, duas vocações*, de Max Weber (Brasília, Editora UnB, 1983), classificando Paim como um exemplo clássico de política como vocação.

Considerações sobre estes artigos

Nos chama a atenção a inserção de Paim inicialmente como um filósofo empenhado em resgatar a obra de pensadores brasileiros do passado, em especial a de Tobias Barreto. Num segundo momento, Paim figura nos artigos mencionados como um historiador das ideias e gradualmente conquista a posição de autoridade no tema. É relevante também que a maioria dos artigos a este respeito são publicados por membros do IBF que também publicaram na *RBF* ao longo dos anos, portanto colegas de Paim, indicando que o jornal *O Estado de São Paulo* foi um importante meio de divulgação da produção do IBF e da *RBF*, além de confirmar o círculo de interlocutores de Antonio Paim ao longo de sua produção intelectual.

Em dado momento, Paim começa a figurar também como autor atuante também na política institucional brasileira. Um artigo de 1981 o qualifica enquanto pensador neoconservador, sendo a mais antiga referência neste aspecto em específico, e poucas outras menções a este respeito são feitas n’*O Estadão*. Os últimos artigos em que Paim figura o descrevem como inspiração do então ministro da Educação, seu orientando Vélez Rodríguez, momento em que Paim passa a ser encarado como uma proeminente figura do liberalismo e do estudo desta corrente, em especial sua história, no Brasil.

Outros artigos que mencionaram Paim apenas superficialmente, ou que não tinham qualquer relação com os objetos desta pesquisa, foram omitidos, de modo que o nome de Antonio Paim apareceu mais de sessenta vezes ao longo dos anos no jornal *O Estado de São Paulo*, jornal de ampla circulação e conhecido por sua postura abertamente conservadora, ao menos segundo o acervo do próprio jornal, disponibilizado em formato digital.

Passemos, agora, aos artigos publicados pelo próprio Antonio Paim neste mesmo periódico, listados abaixo.

Artigos publicados por Antonio Paim no jornal *O Estado de São Paulo* entre 1970 e 2021, em ordem cronológica e com breve descrição de seu conteúdo no que se relacionam com os temas analisados nesta pesquisa.

Década de 1970

- 1) 20 de fevereiro de 1977, p. 5. **Progressos recentes no estudo do pensamento brasileiro.** Antonio Paim.

Trata-se de artigo de Paim que resume os esforços levados a cabo no interior do IBF, que é mencionado no corpo do artigo. Passa pelas “raízes do radicalismo”, que Paim associa

ao que chama de “empirismo mitigado”, herdado de Portugal (Paim, 1977, p. 5). Prossegue então com a periodização da corrente eclética, que na análise de Paim inicia-se nos anos entre 1833 e 1845, com Salustiano Pedrosa e Gonçalves de Magalhães. Aqui surgem temas recorrentes da obra de Paim, como a valorização da moral. Conclui dizendo que a escola eclética teve um “ciclo de apogeu” (Ibidem) que durou cerca de quatro décadas.

O artigo dedica-se então a analisar o “tradicionalismo católico” (Ibidem), mencionando que apenas Luis Washington Vita — a esta altura já falecido — teria se dedicado ao estudo da história desta corrente de pensamento. Menciona, citando Ubiratan Macedo, a oposição entre esta corrente e o ecletismo. Analisa brevemente o esforço que teria feito Antonio Carlos Villaça em *O pensamento católico no Brasil* (Villaça, 1975). Menciona, ao final desta análise, que Ubiratan Macedo buscou fundamentar uma perspectiva plural do problema no periódico *Convívium*, e que esta discussão repercutiu na *RBF*, nº 102, abr/jun. 1976 (Paim, 1977, p. 5).

Dedica algumas linhas também ao tema da “filosofia política”, elogiando a análise do castilhismo de Vélez Rodríguez em 1974 em sua tese submetida à pós-graduação da PUC/RJ. Menciona também estudos de Vicente Barreto sobre o liberalismo brasileiro ao promover a edição de *Idéias Políticas*, de Silvestre Pinheiro Ferreira (Rio de Janeiro: PUC/RJ, Conselho Federal de Cultura e Editora Documentário, 1976), e ao escolher o pensamento de José Bonifácio como tema para a sua tese de livre-docência (PUC/RJ, 1976). Por último, trata do “Modernismo” (Paim, 1977, p. 5), citando Eduardo Jardim de Moraes e sua análise de categorias filosóficas não mencionadas que inspiraram a obra de Oswald de Andrade e Plínio Salgado.

Importante destacar que, embora figurasse em outros artigos como objeto desde a década de 1960, Paim apenas contribui para o jornal *O Estadão* a partir do final da década de 1970.

2) 24 de junho de 1979, p. 193. **O tradicionalismo brasileiro.** Antonio Paim.

Paim inicia o artigo pela obra de Roque Spencer Maciel de Barros, sua tese de livre docência intitulada *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade* (São Paulo: Editora da USP, 1959). Passa então à obra *A liberdade no Império* (Macedo, 1977), de Ubiratan Macedo, e a proposta desta obra de substituir a denominação católica-conservadora por tradicionalismo, indicando que esta é a origem deste termo amplamente utilizado por Paim.

Para Paim, a “expressão mais radical do espírito restaurador, em nossa cultura, seria formulada em oposição ao modelo pombalino” (Paim, 1979b, p. 193). Ubiratan argumenta,

segundo Paim, que consolidaram-se três correntes de pensamento no Brasil: a corrente católico-conservadora, a cientificista e a liberal. É a corrente católico-conservadora, como visto, que Ubiratan propõe que seja substituída a terminologia por “tradicionalista”. A esta tradição caberia o esforço de “restauração”, sobretudo no plano espiritual, em contraste ao “modelo pombalino”, que Paim relaciona ao cientificismo.

Prossegue o autor mencionando que após a efetivação da “separação da Igreja do Estado,(...) o tradicionalismo posicionou-se frontalmente contra a medida” (Ibidem). Menciona então algumas distinções feitas por Leonardo Van Acker a respeito dos neotomistas.

O artigo é concluído com a seguinte passagem:

“Se a presente caracterização do tradicionalismo estiver correta, se a animação secular que o nutre e conserva consiste efetivamente na contraposição ao modelo pombalino para reconquistar o antigo poderio e esplendor políticos da Igreja, o ciclo de vida do processo de esquerdização em curso estará circunscrito ao tempo de duração dos atritos com o Estado. Não estando, pois, excluída a hipótese de novo período de convivência da Igreja com o poder.” (Paim, 1979b, p. 193).

Este artigo é publicado num contexto importante, uma vez que data de 24 de junho de 1979, ou seja, pouco mais de um mês após o início das greves de maio de 1979, iniciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e que tinham como líder o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. É também o ano em que Paim publicou *Liberdade acadêmica e opção totalitária - um debate memorável* (Paim, 1979b), a respeito da crise na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, instaurada após disputa acerca do que Paim chama de censura a Miguel Reale no Departamento de Filosofia desta Universidade, já analisado na sessão anterior. Também cabe destacar a posição antagônica que Paim sempre manteve em relação à chamada “teologia da libertação”, uma tendência de esquerda com particular relevância no Brasil e que disputou diretamente com o tradicionalismo tanto política quanto teológica e religiosamente.

Década de 1980

- 3) 03 de fevereiro de 1980, p. 186. **Fenomenologia e pensamento brasileiro.** Antonio Paim.

Artigo de uma página completa que trata dos estudos brasileiros a respeito da obra de Edmund Husserl, que conta com uma fotografia no centro da matéria. Atribui este esforço a preocupações com a filosofia do direito. Indica as obras *Experiência e cultura*, de Miguel Reale (Reale, 1977), a “fase última de Machado Neto (1930/1977)” (Paim, 1980, p. 186) e estudos de fenomenologia de Leonardo Van Acker. Prossegue enumerando outras obras, incluindo estudos de Creusa Capalbo, que é a principal referência do artigo. Conclui mencionando que embora “sejam evidentes as virtudes da fenomenologia como método aplicável às ciências humanas, entendo que não se acha isento dos riscos de impor-se como saber normativo” (Ibidem).

- 4) 21 de dezembro de 1980, p. 137-139. **Por que ler Tobias Barreto, hoje?** Antonio Paim.

Artigo de 3 páginas sobre a obra de Tobias Barreto e sua importância. Trata da tentativa de expansão do legado pombalino, encarado como a entrada do Brasil na Modernidade por Paim, levado a cabo por Barreto, e as pretensões deste último de que a ciência fosse competente em “todas as esferas, inclusive na moral e política, contra as insuficiências do liberalismo moderado” (Paim, 1980b, p. 137). As razões para lê-lo são apresentadas imediatamente, e são duas: sua obra seria um marco na evolução da cultura brasileira e por sua importância para a filosofia contemporânea, notadamente através do resgate da moralidade.

Como já dito, Barreto faria parte do processo modernizador que incorporou o liberalismo político ao Brasil, através do Marquês de Pombal, inicialmente, Silvestre Pinheiro Ferreira, em seguida, e Paulino José Soares e Pimenta Bueno, além de Tobias Barreto, que seria a “culminância deste processo” (Ibidem). Menciona então a separação entre Igreja e Estado operada pelo liberalismo na Inglaterra e a adoção do “liberalismo moderado” (Ibidem) no Brasil, que teria sido incapaz de tal realização, citando *A consciência conservadora no Brasil*, de Paulo Mercadante, (Mercadante, 1972) como referência a este respeito.

Prossegue qualificando Tobias Barreto como um modernizador do estudo e ensino do Direito, esforço que resultou em Tobias Barreto fundando o que Paim chama de “culturalismo” através da crítica ao cientificismo, que para Paim “continua insuperado”

(Paim, 1980b, p. 138), algo que se relaciona, segundo Paim, à crítica de Barreto a Comte. O culturalismo é encarado então como um estudo que buscava refutar a “física-social” positivista. Passa então a analisar a organização social como uma resistência da humanidade ao “caráter mecânico da luta pela vida” empregado pelos demais animais. Para Tobias Barreto, a cultura “correspondia ao sistema de forças erigidas para humanizar a luta pela vida” (Ibidem). Com isso, os fundamentos da especificidade do humano não deveriam ser buscados na natureza, mas na cultura.

Paim apresenta alguns fundamentos da filosofia de Barreto que mais tarde incorporaria à sua através do culturalismo, que Paim atribui a este autor o mérito de sua fundação: a noção de “finalidade”, segundo a qual os homens têm a capacidade de traçar um plano e atingir seu alvo; os valores éticos e morais como formas pelas quais o ser-humano “se prende e doma a si mesmo” (Ibidem, p. 139); a ideia de que a cultura é a maneira como o homem se afasta da natureza e se adapta à sociedade. Não se poderia, para Barreto, falar ainda em uma “cultura moral”, porque esta não estaria suficientemente desenvolvida.

O autor passa então a uma exposição sobre a filosofia alemã, passando por Kant, Hegel, Weber, Max Scheler e Nicolai Hartmann, com exposições sobre conceitos como imperativo categórico e a dialética hegeliana e discussões sobre a formação do culturalismo enquanto corrente filosófica. Elenca Barreto como o responsável por adaptar tais discussões para o plano nacional e dar origem ao culturalismo no Brasil, esforço que seria continuado por Miguel Reale. Conclui o artigo mencionando as edições brasileiras da obra de Barreto e textos a este respeito.

Trata-se, portanto, de um resumo em linguagem jornalística dos estudos de Paim a respeito da obra de Tobias Barreto, analisados em detalhe ao longo de três páginas em jornal de ampla circulação, ainda no início da década de 1980, fase de transição para Paim de filósofo que discute apenas com seus pares para um divulgador da doutrina neoconservadora no Brasil.

5) 03 de janeiro de 1982, p. 82. **Quem tem medo da Filosofia brasileira?** Antonio Paim.

Artigo de duas páginas em que Paim analisa a evolução da filosofia brasileira e elenca seus principais adversários. A filosofia nacional teria, para Paim, dois séculos de existência, e “fixou-se na temática do homem” (Paim, 1982, p. 82). Menciona muitos autores de diversas tradições, como Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas, da tradição castilhista, e Tobias Barreto, Eduardo Ferreira França, Gonçalves de Magalhães, Tobias Barreto, Farias Brito, Pontes de

Miranda, Djacir Menezes e Miguel Reale, que associa ao culturalismo. Estes teriam dado conta não apenas da universalidade mas também da singularidade de nossa cultura, isto é, tributária de uma cultura ocidental mas ao mesmo tempo diferente dos demais países.

De certa maneira, o artigo reproduz em linguagem jornalística os argumentos da introdução do *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967) que acompanha suas várias edições, de que a filosofia nacional tem um cunho liberal, foca-se no “problema do homem”, e é tributária do pensamento europeu mas não o importou acriticamente, desenvolvendo-se de maneira própria. Passa então a identificar os adversários da filosofia brasileiro, o primeiro sendo a “vulgata marxista” (Ibidem). Estes estariam fazendo uma análise do pensamento brasileiro que concluía que este “não vale nada” (Ibidem). A explicação, segundo Paim, é que para entender as origens do nosso pensamento seria necessário ler obras como *Preleções filosóficas*, de Silvestre Pinheiro Ferreira, que tem mais de mil páginas, e ninguém estaria disposto a realizar este esforço. Essa tradição da “vulgata marxista” (Ibidem) teria sido herdada pela teologia da libertação. Prossegue alegando que, ao contrário de Marx nas teses sobre Feuerbach, nenhuma filosofia é capaz de transformar o mundo, e que esta pretensão extrapola os marcos da filosofia.

O artigo prossegue com críticas à teologia da libertação e sua pretensão, segundo Paim, de reduzir a Igreja Católica a um conjunto de “aparelhos”, e de reproduzir essa lógica de “aparelhamento” em outras esferas da sociedade, relacionando isso ao debate sobre que trata em *Liberdade acadêmica e opção totalitária* (1979b), encerrando o artigo acusando os “burocratas do MEC” de realizarem um “autoritarismo de sinal trocado” (Ibidem), clamando por maior arejamento no campo intelectual brasileiro.

Este e outros artigos aqui analisados no período entre 1979 a 1982 parecem indicar que a disputa no interior do departamento de filosofia da PUC/RJ, registrada na obra de Paim e que tem Reale como seu protagonista, perdurou por alguns anos nos círculos intelectuais frequentados por Paim.

6) 22 de maio de 1983, p.179. **Perspectivas filosóficas.** Antonio Paim.

Resenha feita por Antonio Paim sobre o livro *Perspectivas filosóficas*, de Gilberto de Mello Kujawski (Kujawski, 1983). Paim diz que a obra é uma exposição da filosofia de Ortega y Gasset e trata de temas como a convivência com o diferente e a filosofia nacional brasileira. Para Kujawski, escreve Paim, a filosofia no Brasil não possui penetração no debate público, sendo o projeto modernizador encarado como uma função do Estado, visão à qual Paim se opõe. A solução seria uma investigação profunda das tradições do “progressismo” e

do “tradicionalismo” (Paim, 1983a, p. 179), a serem rejeitadas, com a conclusão de que é possível constituir um debate que parta do “confronto proveitoso entre orteguianos, culturalistas e existencialistas acerca de nossa própria circunstância” (Ibidem).

7) 12 de junho de 1983, p. 180. **A propósito da cultura brasileira: culturalismo e existencialismo.** Antonio Paim.

Artigo em que Paim comenta artigo de Adolpho Crippa publicado por este em 22 de maio de 1983 no mesmo jornal, analisado no item 24 da lista de artigos sobre Paim. Qualifica a obra de Crippa como continuidade da de Vicente Ferreira da Silva e passa a analisar a definição de cultura oferecida por Crippa no artigo acima mencionado. Atribui a Crippa a definição de que a “cultura é uma totalidade que é dada aos homens numa experiência originária, em que intervém a divindade” (Paim, 1983b, p. 180). Afirma, então, que “religião não se discute”, e passa a classificar a cultura ocidental como a “fusão das tradições judaico-cristã e greco-romana” (Ibidem), fusão que pode ser sintetizada no termo “ocidental”.

Paim reproduz o argumento culturalista de que os valores fundados por estas tradições e carregados ao longo do tempo adquiriram, historicamente, um valor universal. Assim, a cultura ocidental teria um elemento religioso do qual não se pode esquivar, mas que “jamais se erigiu em dominadora absoluta para constituir uma ordem democrática” (Ibidem). Os valores morais teriam adquirido, então, uma espécie de autonomia racionalizada, de modo que “chegaram a configurar um ideal de pessoa humana, cujo núcleo é perene e de validade absoluta” (Ibidem). Menciona então que Max Weber teria afirmado que o imperativo categórico kantiano “corresponde a uma síntese genial da tradição resumida nos Dez Mandamentos” (Ibidem).

Paim então analisa o ciclo da cultura ocidental, que teria surgido na fusão das tradições judaico-cristã e greco-romana, na qual a “salvação” seria o valor supremo (Ibidem). Depois, na Época Moderna, o valor supremo passa a ser o bem-estar material. Esta cultura ocidental seria, portanto, anterior à civilização brasileira. Em seguida, trata do tema da cultura brasileira, que para Paim não pode se afastar de suas raízes ocidentais, e menciona que Crippa não a qualifica, apenas aponta estas raízes. Paim então se dispõe a qualificar a cultura brasileira, do ponto de vista culturalista, como um “empreendimento modernizador tardio”, surgido das reformas pombalinas e, nos dois séculos seguintes, rumo pelo “abandono da tradição” (Ibidem). As “implicações morais” deste projeto modernizador inicial “nunca foram assumidas conscientemente”, de forma que a “moral continua sendo confundida com a religião e a problemática da moral social ainda é decidida a nível institucional” (Ibidem).

É relevante, neste tema, que na introdução à segunda edição do *História das Ideias* (1974), Paim aprofunda a relação entre o pensamento católico e o protestante como fundamentais para o liberalismo político. Este teria encontrado um cenário mais favorável na Inglaterra protestante que em países católicos como Portugal, um argumento importante para a formação cultural luso-brasileira (Paim, 1974). Por isso, para Paim, o “problema do homem”, isto é, a valorização da condição humana como intrínseca ao conceito de liberdade, não se confunde com o liberalismo político na tradição luso-brasileira, pois foi necessário primeiro romper com a visão “pessimista” da humanidade que teria o catolicismo. O mundo, feito para nos tentar, exige livre arbítrio negativo para privar-se do mal rumo à salvação, no catolicismo. No protestantismo, pode-se erigir a obra divina em terra – posição que favorece a lógica do liberalismo político, defendida por Paim, de que o bem-estar material do indivíduo representa uma virtude em termos morais, argumento próximo também ao de Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

O artigo alega, então, que a intelectualidade brasileira nunca se dedicou ao tema da moral, e que este é o empreendimento que tentam levar a cabo os culturalistas, algo que Paim torna mais explícito em seu argumento expresso em obras como *O Liberalismo contemporâneo* (1995a), em seus capítulos sobre o neoconservadorismo como força renovadora do conservadorismo, argumento inspirado na obra de Irving Kristol, conforme vimos. Conclui o artigo mencionando que seu objetivo é contrapor “o culturalismo ao existencialismo, este último na vertente Crippa-Ferreira da Silva” (Paim, 1983b, p. 180).

8) 13 de novembro de 1983, p. 143. **Miguel Reale e seus ensaios para reavaliar o sentido da metafísica.** Antonio Paim.

É um artigo que refaz o caminho culturalista de Reale, que parte de Kant, e sua jornada para buscar ressignificar o conceito de “metafísica” e seu papel na filosofia nacional. Menciona a “teoria tridimensional” de Reale, que teve importância para o culturalismo no âmbito do Direito (Paim, 1983c, p. 143). Para Paim, a obra *Verdade e Conjetura* (São Paulo: Nova Fronteira, 1983), de Reale, consegue “determinar precisamente em que consiste a metafísica, problema que Kant deixara em aberto” (Ibidem). Trata-se de encarar a metafísica como conjectura, negando a noção de uma “verdade absoluta”, clamando por uma filosofia especulativa capaz de fornecer uma base ética fundada em tolerância para a convivência entre os homens.

- 9) 23 de setembro de 1984, p. 174. **Silvestre Pinheiro Ferreira: a herança de um mestre liberal.** Antonio Paim.

Artigo sobre Silvestre Pinheiro Ferreira, autor analisado por Paim no *História das Idéias Filosóficas* como fundador da filosofia autenticamente brasileira, por meio do espiritualismo eclético, exatamente como o faz na mencionada obra. O artigo conta com breve história da vida de Pinheiro Ferreira, que chegou ao Rio de Janeiro em 1810, com 39 anos. Paim menciona que Pinheiro Ferreira se familiarizou com a elite nacional, a quem teria ensinado filosofia, moral e economia política, tendo atuado como um chefe no governo português. Era reconhecido como um liberal, por isso enfrentava certa antipatia da Corte. Voltou a Portugal mas manteve-se próximo da elite brasileira. Sua principal contribuição, ainda relevante para Paim, foi ensinar à elite nacional a “que a tarefa fundamental consistia em organizar a representação” (Paim, 1984b, p. 174).

A tese principal é a de que a representação política não é representação de pessoas, mas de interesse, tese que Paim reproduz em seus escritos sobre liberalismo contemporâneo e que alega ter ensinado à *staff* do então senador Jorge Bornhausen ao final da década de 1980. Menciona ainda que Pinheiro Ferreira queria “que a doutrina liberal se constituísse de forma erudita antes de pretender fazer-se popular” (Ibidem), ressoando mais uma vez os argumentos de Gramsci (1989) sobre a participação dos intelectuais na política. Conclui o texto alegando que “buscamos retomar a tradição iniciada por Silvestre Pinheiro Ferreira” (Ibidem), incluindo neste esforço os nomes de Roque Spencer Maciel de Barros, Vicente Barretto, Paulo Mercadante, Ubiratan Macedo e Nelson Saldanha, todos contribuidores da *RBF*.

- 10) 03 de fevereiro de 1985, p. 195. **Amoroso Costa e a idéia de universidade.** Antonio Paim.

Este artigo parte da pergunta “universidade para quê?”. Oferece então o ponto de vista de Manoel Amoroso Costa, que segundo Paim prevaleceu desde os anos 20, de que a universidade era “necessária para fazer ciência” (Paim, 1985b, p. 195). O artigo prossegue explicando o debate entre positivistas e antipositivistas travado no interior da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Amoroso Costa figurando entre estes últimos. Segundo Paim, a atuação pessoal de Amoroso Costa como presidente da Associação Brasileira de Educação foi um ponto importante para a formação das universidades brasileiras através de debates realizados por este, registrados na obra *O problema universitário brasileiro* (Costa, 1929). Advogava este autor em favor de uma noção mais compreensiva de ciência e da filosofia da ciência, em lugar de uma postura profissionalizante.

Paim conclui o artigo apontando para a derrota da proposta de Amoroso Costa, sendo dominada a universidade pelas “grandes escolas” (Paim, 1985b, p. 195), reduzindo a filosofia a uma profissão. Critica por fim a ideia de democratização das profissões, sem que se difunda a “cultura geral”. Este é um argumento que, a partir deste momento, passa a figurar em outros artigos de Paim e em artigos de Vélez Rodríguez que mencionam o filósofo baiano.

11) 12 de maio de 1985, p. 176. **Os dilemas da esquerda norte-americana.** Antonio Paim.

Neste artigo Paim analisa o periódico *Partisan Review*, por ocasião do último número de 1984, que foi dedicado aos 50 anos de publicação deste periódico. Para Paim, o periódico seria responsável por uma revisão da esquerda norte-americana que a colocava à frente das esquerdas européias e latinas, em especial por terem procedido “à reavaliação do socialismo” (Paim, 1985c, p. 176), concluindo que a União Soviética era um estado autoritário e por buscar dissociar o marxismo filosófico do leninismo, além de procederem à “descoberta da moral” (Ibidem).

O artigo avança afirmando que seria mérito dos socialistas norte-americanos a “tese segundo a qual, para preservar a fidelidade aos ideais socialistas, é imprescindível não só romper com o totalitarismo, mas também lutar contra ele” (Ibidem). Acusa então o marxismo de apresentar certo dogmatismo religioso ao redor do “princípio ‘não explorarás o trabalho alheio’” (Ibidem), que teria fundamento na filosofia do Ocidente, mencionando Kant para isso. Conclui o artigo com referências a Kristol, que foi um dos fundadores da revista, mas que se afastou dela com a indicação de que seria necessária a revisão do socialismo para “conduzir à adoção integral dos valores fundantes da sociedade americana” (Ibidem).

Este artigo é mais um indicativo da influência de Kristol no pensamento de Paim a partir dos anos 1980, além de abrir a possibilidade de interpretação que a mudança de tom e temas abordados por Paim a partir de então, em especial n’*O Estadão* e nas revistas *RBF* e *Convivium*, são uma espécie de emulação do esforço de divulgação do neoconservadorismo realizado por Kristol nos EUA.

12) 19 de maio de 1985, p. 200. **Os ensaios de Alexandre Correia.** Antonio Paim.

Texto sobre a publicação de *Ensaio políticos e filosóficos*, de Alexandre Correia (1890/1984), pela Editora Convívio, sendo este o terceiro volume de coleção das obras deste autor. Paim menciona a importância da obra para a compreensão do tradicionalismo brasileiro, como forma de compreender o “surto tomista, ocorrido nas décadas de 30, 40 e

50”, surto que “tem algo de bizarro” (Paim, 1985d, p. 200), mas que serve para evidenciar a consistência da cultura brasileira, “de que poucos se dão conta” (Ibidem). Alexandre Correia seria uma das chaves para compreender este surto.

13) 16 de junho de 1985, p. 211. **A proposta Paidéia.** Antonio Paim.

Artigo discutindo o manifesto de um grupo de pensadores e educadores americanos, de 1982, traduzido no ano de 1985 e publicado no Brasil pela Editora UnB. É um tema que seria abordado mais adiante por Paim em suas teses sobre a “educação para a cidadania” como fonte de moralização social e como proposta neoconservadora para a atuação do Estado, conforme já analisamos, presente na obra *O liberalismo contemporâneo* (Paim, 1995a; 2007c). Paim menciona no artigo que o sistema educacional americano é bem-sucedido, apontando o número de 75,6% dos jovens de 17 anos estarem na escola como indício deste sucesso.

Para Paim, o sistema educacional, mesmo o americano, estaria voltado para a profissionalização, o que ele condena, e oferece a proposta Paidéia como alternativa, focando na qualidade do ensino e na “educação para a cidadania”, em seus próprios termos. Repete ainda o lema que apontaria novamente mais tarde: “a melhor educação para os melhores é a melhor educação para todos” (Paim, 1985e, p. 211). Explica então que a proposta Paidéia define o currículo mínimo como composto por língua, literatura, belas-artes, matemática, ciências naturais, história, geografia e estudos sociais, e que foca-se na preparação dos professores e principalmente na escolha dos diretores de escola, este encarado como o “professor-chefe, o mestre, (...) o líder dos outros professores que também são denominados mestres” (Ibidem).

O ponto mais significativo para esta pesquisa talvez seja a noção de que os alunos, desde o fundamental, devem ter “contato com a obra dos autores que construíram o patrimônio cultural do Ocidente” (Ibidem), para com isso atingir maior compreensão destas ideias e valores – este o elo entre a ação moralizadora do Estado e o papel de educador do Estado defendidos por Paim e pelos neoconservadores.

A “proposta Paidéia” já foi mencionada nesta pesquisa ao longo de nossa análise da obra publicada de Paim e é um dos pontos que indicam sua virada rumo ao neoconservadorismo, marcada pela função de educador moral desempenhada pelo Estado que Paim passa a defender a partir dos anos 1980 e que está também relacionada à noção de *Welfare State* neoconservador divulgada por Irving Kristol, como também já analisamos.

14)25 de agosto de 1985, p. 201, 203-205. **Sem partidos, democracia é impossível.**

Antonio Paim, entrevista a Beatriz Marinho.

A entrevista, já analisada no primeiro capítulo desta dissertação, fala brevemente sobre a história de Paim no Partido Comunista e de seu envolvimento com Djacir Menezes e Miguel Reale rumo ao culturalismo. O coloca como especialista em história das ideias, mencionando a terceira edição do *História das Idéias*, de 1984. Paim fala da influência de Kant em seu pensamento e a entrevista corta então para a página 3 do caderno Cultura, que corresponde à página 203 do periódico, conforme a curadoria do acervo d'*O Estadão*. Paim trata sobre o “problema da moral”, ao qual chegou através de estudos sobre a cultura brasileira. Afirma que foi Miguel Reale quem chamou sua atenção para o pensamento de Kant e para o problema da moral. Menciona outra vez o “11º mandamento” de Marx, “Não explorarás o trabalho alheio” (Paim, 1985a, p. 203), que aparece frequentemente em suas obras, associando tal proposição ao imperativo categórico de Kant outra vez. Menciona então Antonio Labriola como mestre de dois “discípulos notáveis, Antonio Gramsci e o próprio [Rodolfo] Mondolfo” (Ibidem).

Prossegue argumentando que o tema da moral tem origem na religião, mas deve ser encarado como esfera do conhecimento alheia à teologia, com fundamentação racional no kantismo, “não devendo ser confundida com moralismo” (Ibidem). Responde então, a contragosto, algumas questões sobre sua experiência no marxismo. Na parte final da entrevista, passa a tratar de sua experiência no IBF e da importância deste grupo para se dedicar ao pensamento brasileiro, mencionando também sua experiência na PUC/RJ, da qual se afastou por entender que haveria censura no Departamento de Filosofia desta universidade, que foi, para Paim, invadido “por um grupo de esquerda” (Ibidem) e que exterminou a liberdade acadêmica, tema também já analisado.

Sobre seus estudos a respeito do pensamento brasileiro, reforça que seu objetivo não é transformar o país, mas explicá-lo, outra vez uma negação à proposta marxiana do filósofo como agente de mudanças sociais. A principal pergunta que busca responder é “por que o Brasil não tem as instituições do sistema representativo, quando tenta esse objetivo há 160 anos?” (Ibidem). Analisa então a trajetória de Daniel Bell nos EUA e a ideia de conservadorismo cultural. Fala brevemente também da noção de “Estado patrimonial”, que atribui a Max Weber e Simon Schwartzman.

A entrevista prossegue com avaliação da fundação do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, em Salvador, iniciativa de Paim, que diz estar “lutando para a obtenção da chamada ‘utilidade pública federal’, o que nos permitirá receber doações em

dinheiro” (Ibidem, p. 204). Paim diz ainda que enxerga seus estudos como uma espécie de hobby e que estava se dedicando à consultoria a empresas ligadas a bancos de desenvolvimento do país, como “os do Paraná, Espírito Santo, Bahia, etc” (Ibidem). Reitera, no final desta parte da entrevista, sua visão de que a universidade brasileira, por influência do modelo francês, buscou “democratizar a profissão” em lugar de democratizar a cultura.

Passa daí para uma análise do marxismo brasileiro, que para Paim é fraco teoricamente – em especial porque o Capital teria sido mal traduzido. Isso, para ele, é positivismo, algo “velho”. Diz então que “duas coisas velhas vêm de Portugal: o tradicionalismo, que não é o inglês” e “esse cientificismo” (Ibidem, p. 205). A crítica a estas posturas viria do ecletismo e “veio desembocar no culturalismo que se deu no Instituto Brasileiro de Filosofia” (Ibidem).

A entrevista se conclui com perguntas a respeito da Constituinte de 1946 e da Assembléia Constituinte que então se formava na década de 1980, e com Paim apresentando como limitações à cultura brasileira fatores como a “eleição sempre como uma dúvida no horizonte; fechamento de sindicato (...); a improbabilidade de posse de um ou outro eleito” (Ibidem). Por último, Paim critica a liderança liberal brasileira por sua incapacidade de atrair a juventude e por não estar familiarizada com os clássicos liberais.

15) 22 de dezembro de 1985. **Uma proposta liberal.** Antonio Paim

Trata-se de uma série de indicações de leitura feitas por Paim no tema liberalismo, referentes ao ano de 1985. Inicia-se *La tentation social démocrate*, de Jean-Pierre Fourcade (Fourcade, 1985). A obra foi adaptada por Paim em um capítulo da obra *O liberalismo contemporâneo* (Paim, 1995a; 2007c), que leva o título de “A tentação social-democrata como matriz da decadência”.

A segunda obra indicada por Paim é *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*, de Norberto Bobbio, traduzida para o português, parte da Coleção Pensamento Político, vol. 63, da Editora Universidade de Brasília, organizada por Carlos Henrique Cardim em 1984, que mais tarde faria uma eulogia fúnebre a Paim, já mencionada na lista de artigos que mencionam Paim publicados n’*O Estadão*.

A terceira é *Pinheiro Machado e seu tempo*, de José da Costa Porto (Porto Alegre: LPM/INL, 1985, 391 p.). Por último, menciona que publicou-se pela primeira vez em 1985 uma tradução integral de *Crítica da Razão Pura*, de Kant, edição “patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian e a tradução do professor Alexandre Morujão” (Paim, 1985f, p.8).

16) 30 de maio de 1987, p. 70. **Oliveira Viana de corpo inteiro.** Antonio Paim.

Artigo que analisa a obra de Oliveira Viana, que estava sendo reeditada na coleção *Reconquista do Brasil*, em seus volumes 105 a 111, por meio da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), em 1987. Os livros reeditados foram *Instituições Políticas Brasileiras* (volumes 105/106); *Populações meridionais do Brasil* (volumes 107/108) e *Introdução à História Social da Economia Pré-capitalista no Brasil* (volume 111). A coletânea publicou também o texto *História Social da Economia Capitalista no Brasil* (volumes 109/110), até então inéditos, segundo Paim.

O artigo prossegue com breve exposição da trajetória acadêmica de Oliveira Viana na sociologia. O mérito de Oliveira Viana, segundo Paim, seria o fato de que o autor conseguia “valer-se da contribuição estrangeira a fim de compreender o nosso país e nunca tornar-se sectário dessa ou daquela seita, para, inspirando-se nesta, enquadrar a realidade nacional” (Paim, 1987d, p. 70). O artigo prossegue com citações de Wanderley Guilherme dos Santos sobre autoritarismo instrumental e sobre o “problema da moral” do ponto de vista de Oliveira Viana.

17) 24 de dezembro de 1987, p. 39. **A fidelidade à profissão de fé liberal.** Antonio Paim.

Artigo que discute as origens do trabalhismo no Brasil e a disputa entre liberais e castilhistas no Rio Grande do Sul, culminando esta parte do artigo com a derrubada da República Velha pela Aliança Liberal. O argumento fundamental do artigo é que neste momento da história houve uma escolha dos liberais em criar uma oposição não apenas ao “marxismo internacional” mas às tendências autoritárias nacionais. Reforça, mais adiante, a ideia de que a pobreza é utilizada de maneira instrumental para realizar “assaltos ao contribuinte” (Paim, 1987e, p. 39). Prossegue dizendo que se inclina para o sentido de “modernização do Estado, preparando-o para abandonar o laissez-faire, mas sem admitir o intervencionismo que eliminasse a empresa privada” (Ibidem). Conclui que a ingerência dos militares, usando como exemplo a dissolução da UDN em 1965, “tem sido o principal obstáculo à constituição das instituições do sistema representativo” (Ibidem).

18) 23 de abril de 1988, p. 79. **Educação e liberalismo.** Antonio Paim.

Inicia mencionando o senador Marco Maciel, qualificando-o como um dos poucos políticos brasileiros que buscam compreender a doutrina liberal. Paim analisa algumas obras do mencionado senador, *Educação e Liberalismo* (Maciel, 1987a), e *Liberalismo e Justiça Social* (Maciel, 1987b). É um breve artigo sobre o mérito do senador Marco Maciel em

“buscar a combinação ótima entre atuação partidária e formação doutrinária” (Paim, 1988a, p. 79). Reflete em grande medida a mudança de atitude de Paim com relação a sua própria produção intelectual, que passou desta lógica puramente doutrinária para uma que buscava mesclar teoria e prática políticas, isto é, interferir diretamente na política institucional brasileira, orientado por uma teoria política liberal.

19) 30 de julho de 1988, p. 66. **O liberalismo - a visão de Von Mises.** Antonio Paim.

Trata este artigo de análise da obra de Ludwig von Mises (1881/1973). Inicia-se com breve explicação sobre a vida e obra do autor austríaco, citando seus principais livros e os contribuidores Karl Menger (1840/1921) e Bohm-Bawerk (1851/1954), qualificando-os como a Escola Austríaca de Economia. Destaca um dos objetivos de von Mises como um “retorno a Kant” (Paim, 1988b, p. 66). Alerta, contudo, que embora qualifique von Mises e Friedrich Hayek como parte do liberalismo clássico, sua interpretação no Brasil teria sido radical, incorporada por parte do conservadorismo liberal nacional. Menciona então a disputa entre Partido Trabalhista e o Partido Liberal britânicos – este último com a nota de que “cede ao que Fourcade denomina de ‘tentação social-democrata’” (Ibidem) – para contextualizar o momento de produção da obra de von Mises.

Paim analisa a situação dos partidos políticos alemães, que exerceriam maior influência sobre os austríacos, e mesmo a relação destes com o “movimento nacional-social para incrementar o poderio do Reich e conquistar o apoio da classe operária” (Ibidem). Critica então a postura dos liberais alemães, sobretudo do ponto de vista da intervenção estatal e por tentarem lidar com a política em “termo de ‘massas’”. Afirma Paim que “o mais grave defeito do liberalismo de Von Mises consiste, entretanto, na pouca importância que atribui à Primeira Guerra” (Ibidem), além do descuido na análise da ascensão do stalinismo, do nazismo e da crise econômica de 1929. Esse conjunto de fatores atrapalharia a análise a respeito do keynesianismo por parte do autor austríaco.

Aqui Paim repete um de seus argumentos que mais tarde o qualificariam como um neoconservador, crítico do “ultra”-liberalismo: “A crença na capacidade auto-reguladora do mercado tornou-se para os remanescentes da Escola Austríaca – isto é, não só Von Mises mas também Hayek – um autêntico dogma religioso” (Ibidem). Diz então que para uma crítica eficiente do keynesianismo é necessário reconhecer seus méritos, notadamente o fato de ter eliminado, segundo Paim, as crises cíclicas do capitalismo. Conclui o artigo dizendo, então, que a diminuição dos intervencionistas, que havia crescido com o keynesianismo, se deve não aos “conservadores imobilistas do tipo de Von Mises mas aos **neoconservadores**” (Ibidem,

grifo do autor). Menciona, por último, os autores Kristol e Podhoretz, sem expandir a explicação.

Este último argumento reproduz os argumentos de Kristol sobre a força renovadora do neoconservadorismo no seio do conservadorismo americano, como já vimos, e que são incorporados por Paim à sua obra, este artigo ora em tela sendo um de seus exemplos mais antigos.

Este artigo todo, de 1988, foi mais tarde transformado em capítulo de sua obra *O liberalismo contemporâneo* (Paim, 1995a; 2007c). Os mesmos argumentos, dados utilizados, críticas à Escola Austríaca, análise dos resultados eleitorais na Alemanha, crítica às lideranças liberais etc., estão reproduzidos no mencionado capítulo. O capítulo encerra-se também com um elogio à capacidade de renovação do conservadorismo, sobre bases liberais, operada pelo neoconservadorismo e dedica boa parte da exposição à obra de Irving Kristol. O artigo em questão, portanto, compõe a primeira parte do capítulo, que expande justamente nas questões que a parte final do artigo apenas menciona.

20) 10 de dezembro de 1988c, p. 79. **Introdução à filosofia: a filosofia à luz da visão culturalista.** Antonio Paim.

Análise da obra *Introdução à Filosofia*, de Miguel Reale (Reale, 1988). Reproduz em linguagem jornalística os argumentos da introdução da primeira edição do *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967) a respeito do saber filosófico se dedicar a “problemas e não de sistemas” (Paim, 1988c, p. 79), um argumento pela perenidade do conhecimento. Explica então que o culturalismo considera a “experiência humana em toda a sua amplitude”, e que “partindo de Kant, (...) aplica o conceito aos vários campos da criação humana, de que resulta o mundo da cultura” (Ibidem). Discute também alguns aspectos da filosofia da Estética pela visão culturalista, concluindo que a “metafísica somente é possível como conhecimento conjectural” (Ibidem), argumento que atribui a Reale e que já havia aparecido em artigo anterior publicado no mesmo jornal, analisado no item 8 desta lista.

21) 22 de julho de 1989, p. 80. **Tobias Barreto e o neokantismo.** Antonio Paim.

Artigo que analisa a influência da filosofia alemã no pensamento de Tobias Barreto e suas pesquisas que o levaram à luta contra o tomismo e o positivismo, na leitura de Paim. Prossegue discutindo as relações entre Armando de Salles Oliveira, a UDN, Júlio de Mesquita Filho, Getúlio Vargas e a Revolução Constitucionalista.

Década de 1990

22) 26 de maio de 1990, p. 84. **A filosofia crítica de Reale.** Antonio Paim

Trata de análise da tese de Francisco Olmedo Llorente, da Universidade de Cuenca, no Equador, que escolheu a ontognoseologia de Miguel Reale como objeto de estudo. Menciona que o tridimensionalismo jurídico de Reale “é bem conhecido tanto na Espanha como nos países latino-americanos de língua espanhola” (Paim, 1990, p. 84) e que a tese de Cuenca permitirá a familiarização de seus consortes com o culturalismo.

23) 20 de outubro de 1990, p. 88. **A filosofia de Tobias Barreto.** Antonio Paim.

Artigo com breve explanação sobre a obra de Tobias Barreto, no qual Paim outra vez afirma que no começo dos anos 1960 aproximou-se de Paulo Mercadante, por intermédio do IBF, para revisar a obra de Barreto. Menciona que em 1989, por ocasião do centenário da morte de Tobias Barreto, Luiz Antonio Barreto buscou publicar obra denominada *A reorganização da obra completa de Tobias Barreto: motivos e critérios*, que Paim e Mercadante publicaram nos anos 60³⁷ – a mais antiga referência à ligação entre Paim e o IBF –, e que o fato de José Sarney ocupar a cadeira de Tobias Barreto na Academia Brasileira de Letras facilitou esse trabalho. Ao mesmo tempo, coordenava o Instituto Nacional do Livro o jornalista Osvaldo Peralva, já mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, amigo pessoal de Paim e autor de *O Retrato* (Peralva, 2015). É por ocasião da publicação desta edição das obras completas de Tobias Barreto, pela Editora Record, que o artigo em questão foi escrito.

Paim discorre mais uma vez sobre o neokantismo e o culturalismo, correntes que acredita terem sido fortemente influenciadas por Tobias Barreto, e trata dos argumentos internos da obra de Barreto rumo ao estabelecimento do culturalismo no Brasil. Conclui dizendo que o culturalismo brasileiro gostaria de ser herdeiro do culturalismo de Barreto, mencionando outra vez Miguel Reale, Djacir Menezes, Luís Washington Vita, Paulo Mercadante, Evaristo de Moraes Filho, Vamireh Chacon e Nelson Saldanha, todos do IBF. Termina o texto com outro apelo para o resgate da moral como tema central para a filosofia.

³⁷ Encontramos apenas a referência Mercadante, Paulo & Paim, Antonio. *A reorganização da obra completa de Tobias Barreto: motivos e critérios*. In: Lima, Hermes. *Tobias Barreto: a época e o homem*. Rio de Janeiro, INL, 1963. p. 215-235 para esta obra. Não foi indicada nem encontramos referência para a republicação que Paim atribui a Luiz Antonio Barreto neste artigo analisado.

24) 25 de setembro de 1993, p. 109. **Livro mostra face oculta de Euclides da Cunha.**

Antonio Paim.

Resenha da obra *Face Oculta de Euclides da Cunha* (Reale, 1993), de Miguel Reale. Trata Euclides da Cunha como um autor consciente das limitações do positivismo que “nutria a convicção de que não passava de um politécnico às voltas com o mundo das letras” (Paim, 1993, p. 109).

25) 26 de maio de 1996, p. 249. **Obra aborda questões nucleares da filosofia.** Antonio

Paim.

Resenha da obra *Paradigmas da cultura contemporânea* (Reale, 1996), de Miguel Reale. Diz a resenha que a obra tem contribuições relevantes ao desenvolvimento do culturalismo, fazendo breve análise da história desta corrente de pensamento através da filosofia alemã, além de Tobias Barreto, Victor Cousin e, finalmente, Miguel Reale, percurso que já foi analisado com maior profundidade no curso desta dissertação.

26) 15 de maio de 1999, p. 2. **O legado de Roque Spencer Maciel de Barros.** Antonio

Paim.

Artigo escrito por ocasião do “falecimento repentino”, nas palavras de Paim, de Roque Spencer Maciel de Barros. Paim diz que este foi o “primeiro brasileiro que inventariou a *idéia de universidade vigente no século passado*” (Paim, 1999b, grifos do autor), e que se sobressaiu no grupo formado por Miguel Reale e os membros do IBF. Conclui mencionando algumas obras deste autor e diz ainda que Maciel de Barros manteve-se fiel ao liberalismo e não cedeu ao autoritarismo.

27) 31 de dezembro de 1999, p. 66. **O pleno desabrochar da filosofia brasileira.**

Antonio Paim

O artigo inicia-se com o argumento de que a filosofia brasileira foi capaz de se provar “coerente e rigorosamente formulada, plenamente diferente das demais filosofias nacionais” (Paim, 1999c, p. 66). Critica então a noção de que a ideia de filosofia ocidental teria desaparecido, fato que Paim associa ao positivismo. Traça a reação ao positivismo na Europa pela França e Inglaterra, mencionando Émile Littré, Émile Durkheim, Harold Bloom, Léon Brunschvicg, Raymond Aron, Stuart Mill, Herbert Spencer e Karl Popper. Diz então que a crítica ao positivismo é a linha norteadora do desenvolvimento da filosofia europeia, e que seria também o que caracterizaria o desabrochar da filosofia nacional brasileira. Debruça-se

especialmente sobre o positivismo enquanto filosofia da ciência, de modo que sua crítica também se daria nesta esfera do saber.

Transportando sua crítica para o Brasil, menciona Amoroso Costa, Benjamin Constant e Júlio de Castilhos, caminho que frequentemente traça Paim em seus escritos para mencionar o desenvolvimento do positivismo e de sua crítica, associando o momento de ascensão do castilhismo, coroado com a conquista do poder político federal por Getúlio Vargas, como momento histórico de início da hegemonia positivista no Brasil. Conclui esta seção mencionando a obra de Leônidas de Rezende, que Paim frequentemente menciona como autor de transição entre o positivismo puro e sua “versão marxista”, em seus termos. Retorna, então, a Amoroso Costa e Tobias Barretos como fontes das primeiras críticas ao positivismo, mencionando a relação deste último com o ecletismo espiritualista, cujo resgate é o principal objetivo declarado no *História das Idéias*, como já visto.

O artigo então desemboca em passagem que afirma que a “coesão e o sucesso” da filosofia nacional seriam devidos ao “Instituto Brasileiro de Filosofia, criado em 1949 e, a partir de então, liderado por Miguel Reale. Dentro em pouco completará 50 anos a *Revista Brasileira de Filosofia*” (Ibidem). Esta passagem oferece uma maior compreensão do papel que Paim atribui a si e a seus consortes na filosofia nacional – são legatários do ecletismo espiritualista, críticos do positivismo (e também de sua “versão marxista”), e os responsáveis pela coesão e sucesso da filosofia brasileira em geral. Diz ainda que o “núcleo do IBF é constituído pela Escola Culturalista” (Ibidem), confirmando o que argumentamos até aqui, expressando também que “em cujo seio, por sua vez, a moral exerce papel definidor” (Ibidem), passagem que conecta seu pensamento aos neoconservadores, em especial Irving Kristol, mas que é expressa por Paim ao longo de toda a sua obra, inclusive antes de sua associação ao neoconservadorismo na década de 1980.

Em sua parte final, menciona os trabalhos do IBF a respeito de Silvestre Pinheiro Ferreira e Diogo Antonio Feijó, suas teses a respeito da Escola Eclética no Segundo Reinado e da Escola do Recife, com elogios a membros do IBF como João de Scatimburgo, Vicente Ferreira da Silva, Leonardo Von Acker, além de Adolpho Crippa, Gilberto de Melo Kujawski e Ubiratan Macedo. Conclui então com menções a Djacir Menezes, Miguel Reale, Roque Spencer Maciel de Barros, Luís Washington Vita, Leonardo Prota, Ricardo Vélez Rodríguez, Evaristo de Moraes Filho e Maurício de Carvalho. Com a exceção dos dois últimos, os outros nomes apareceram repetidas vezes por décadas nos trabalhos de Paim e são todos contribuidores da *RBF* ou da *Convivium*, senão de ambas, e parecem formar o núcleo duro de interlocutores de Antonio Paim ao longo de toda a sua obra.

Década de 2000

28) 28 de janeiro de 2008, p. 2. **Discutir e condenar o racismo emergente.** Antonio Paim.

O artigo menciona a existência de patrulhamento ideológico nas universidades, “igual ou maior do que o que existia em 1978” (Paim, 2008, p. 2), referenciando outra vez o episódio já descrito entre a PUC/RJ e Miguel Reale, citando sua obra *Liberdade acadêmica e opção totalitária* (Paim, 1979b). Criticando o que chama de “movimento negro”, diz que não há notícias no Brasil de “algo parecido com a norte-americana Ku Klux Klan” (Paim, 2008, p. 2). Diz que o preconceito de cor deve ser rechaçado a nível de ação coletiva, que nunca ocorreu no Brasil. Conclui então afirmando que o “mais grave no racismo de tais movimentos consiste em que as políticas que têm conseguido obter correspondem a equívoco funesto” (Ibidem), criticando as cotas raciais em universidades por disseminarem a “pecha de incompetente” a pessoas que poderiam alcançar a universidade sem “benesses” (Ibidem). O argumento condiz com a perspectiva de Irving Kristol a respeito do que chamou de efeito desmoralizante do *Welfare State* nos EUA, reproduzido por Paim em sua versão brasileira.

Década de 2010

29) 29 de novembro de 2010, p. 2. **A possível reforma política.** Antonio Paim.

Paim inicia este artigo com um balanço da atuação das últimas quatro legislaturas de Jorge Bornhausen, da qual participou como assessor. Começa por rejeitar “buscar o *desejável*, cabendo empenhar-se na *reforma possível*” (Paim, 2010, p. 2), aprofundando a compreensão sobre a importância que Paim atribui à *práxis* em sua última fase de produção intelectual. Defende então a perspectiva de mudanças legislativas infraconstitucionais, pois as emendas constitucionais seriam impossíveis de se aprovar. Passa a defender a ideia de voto através de listas preordenadas, com financiamento público, argumentando que este modelo é mais factível que o sistema distrital. Também critica a corrupção a nível federal e a ingerência da União nos municípios, sem dar exemplos.

Este artigo marca a mudança de Paim para tornar-se efetivamente um comentarista político d’*O Estadão*. Sua perspectiva com relação à política parece também se transformar após sua experiência como assessor de Bornhausen, passando de um liberalismo “idealista” para uma defesa de uma prática política “realista”, focada em conquistas possíveis mais que em aguardar um cenário ideal para a aplicação de medidas liberais ou neoconservadoras.

30) 02 de fevereiro de 2011, p. 2. **Onde o governo Dilma faria a diferença.** Antonio Paim.

Análise de suas perspectivas para a recém-empossada presidente Dilma, que classifica como “novo governo Lula” (Paim, 2011, p. 2). Discute então a concessão de crédito dos dois primeiros governos de Lula, comparando-a com o “Milagre Econômico” da ditadura militar, mas como uma versão artificial de crescimento. A diferença que o governo Dilma poderia fazer, em relação aos governos Lula, seria priorizar o contato com alas de oposição, mencionando os compromissos com a Copa do Mundo da FIFA e as Olimpíadas, além do crescimento do narcotráfico no Rio de Janeiro e “a tragédia na Região Serrana”, como pontos em que o novo governo poderia diferenciar-se, se priorizasse a infraestrutura urbana. Nota-se, então, o aprofundamento de Paim em questões de política institucional, em contraste a seus escritos sobre filosofia voltados para um público especializado e com pretensões de neutralidade política.

31) 31 de janeiro de 2012, p. 2. **Um projeto irrecusável.** Antonio Paim.

Outro artigo nas primeiras páginas do jornal, que Paim passou a ocupar mais a partir de 1999, como referenciado anteriormente nesta lista. O artigo trata do “crescimento urbano desordenado” (Paim, 2012, p. 2), clamando por um projeto para um grande programa social a ser realizado por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Menciona outra vez a tragédia do norte do Rio de Janeiro, que em outro artigo chamou de Região Serrana, como exemplo do déficit em infraestrutura urbana. Passa então a usar o termo “déficit urbano” para se referir a esta conjuntura.

32) 04 de outubro de 2013, p. 2. **Como corrigir o sistema eleitoral.** Antonio Paim.

Trata-se também de um artigo nas primeiras páginas do jornal. O artigo tem como ponto de partida o registro oficial pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do 32º partido político em nosso sistema pátrio, que Paim diz ter acendido “a luz vermelha” (Paim, 2013, p. 2). Menciona então o caráter profissionalizante de nosso sistema educacional, tema recorrente em sua obra, e a incapacidade do Estado de realizar uma educação para a cidadania. Trata então, apenas superficialmente, da questão de democracia enquanto sistema representativo, e passa a analisar “a experiência dos países que são efetivamente democracias consolidadas” (Ibidem), que associa à Europa Ocidental. Associa a multiplicação do número de partidos políticos à dificuldade de governabilidade. É, portanto, outro escrito de Paim a respeito de

política institucional, característico de sua última fase de produção intelectual, em linguagem jornalística.

É ainda caracterizado por ser um artigo de comentário sobre política institucional, sendo esta a última publicação de Antonio Paim que consta do acervo do jornal *O Estado de São Paulo*.

Comentários

As listas acima reproduzidas parecem indicar boa parte do caminho percorrido por Paim em sua trajetória intelectual. O autor iniciou seus estudos no marxismo, com o qual rompeu na década de 1950, e voltou-se ao estudo da filosofia de Kant, momento em que esbarrou com o culturalismo de Miguel Reale e dedicou-se à edição das obras de Tobias Barreto, autor que associa a esta escola de pensamento, aproximando-se do IBF. Ainda na década de 1960, associou-se a Paulo Mercadante e publicou pela primeira vez na *RBF*, obtendo repercussão relevante entre os demais membros deste instituto e de seu periódico, que passam a mencionar Paim no jornal *O Estado de São Paulo*, de ampla circulação.

A partir daí, Paim gradualmente se consagrou como uma autoridade no tema história do pensamento brasileiro, mérito diretamente relacionado a sua obra *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967), que seria, até o final de sua vida, sua principal obra, reeditada múltiplas vezes. A partir do final da década de 1970, Paim também passou a publicar suas ideias n' *O Estadão*, mantendo-se fiel aos temas de filosofia, história do pensamento político e história das ideias filosóficas. Nos anos 1980, aparentemente por influência da obra de Irving Kristol, Paim começou a atuar de forma mais enérgica na divulgação de obras liberais e do pensamento liberal e neoconservador.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com a abertura política que transformou o sistema político brasileiro, Paim, já aposentado da carreira docente, passou a atuar também como assessor político, ligado principalmente à figura de Jorge Bornhausen, então senador pelo PMDB-SC. Esta experiência parece ter transformado a perspectiva de Paim em relação à política e à sua atuação enquanto intelectual. Paim então se dedicou à divulgação de ideias neoconservadoras, tanto em suas obras quanto em artigos para *O Estadão*, além de buscar meios de influenciar diretamente na política institucional nacional.

A partir dos anos 2000, Paim figura não mais apenas como um filósofo ou historiador das ideias, mas também como um comentarista político d' *O Estadão*, passando a escrever sobre episódios da política institucional de maneira muito mais direta que nos primórdios de sua atuação intelectual. Mesmo as obras que publicou a partir de então passaram a tratar mais

diretamente de política, publicando livros que tratam de temas como marxismo, o Partido dos Trabalhadores (PT), o sistema representativo, etc.

Também a partir da década de 2000, Antonio Paim publicou novas edições de algumas de suas obras digital e gratuitamente, em formato *.pdf* e disponibilizadas através dos sites do Instituto de Humanidades e do Centro de Preservação do Pensamento Brasileiro. O *site* do Instituto Humanidades, por exemplo, oferecia versões digitais e gratuitas de quase todas as obras publicadas por Antonio Paim ao longo de sua vida, além de cursos em temas específicos montados por Paim e Vélez Rodríguez, principalmente. Os cursos abordavam temas como “Cultura Ocidental”, “Política”, “Moral”, “Religião” e “Filosofia”, na seção “Cursos de Humanidades” do *site* do Instituto Humanidades. A seção “Cursos Autônomos” contava ainda com temas como “Conceito e temas da política”, “Socialismo e social democracia”, “O liberalismo brasileiro”, “Governo representativo”, “Estado patrimonial”, “A herança greco-romana”, “As criações originais do Ocidente”, “Tradicionalismo”, “Conservadorismo liberal”, “Comunismo” e “Fundação e atualidade do liberalismo”.

Essas mudanças nas formas de publicação de Antonio Paim parecem fazer parte daquilo que ele chamou de popularização, em linguagem jornalística, do ideário neoliberal, inspirado por Kristol (1995). Para Sirinelli (1998), as formas de publicação também importam para se analisar seu alcance e impacto, isto é, para rastrear a circulação de ideias:

A evidência de uma revolução mediática tornou-se decerto uma espécie de banalidade das ciências humanas e sociais. Mas a banalidade não deve dissimular a realidade. Esta revolução teve lugar e transtornou a regra do jogo dos gansos dos letrados. Quer se deplora ou não, o facto cultural está aí: o verbo substituído e ampliado pelos suportes mediáticos tem doravante mais ressonância e impacte que o verbo até então caucionado pela obra artística, literária ou científica. (Sirinelli, 1998, p. 277).

Além do audiovisual, tratado na passagem acima por Sirinelli, a *internet* representou, principalmente a partir da virada do milênio, uma nova forma de divulgação e circulação de ideias, dimensão da prática intelectual que não foi ignorada por Paim, que prontamente passou a disponibilizar de maneira acessível as suas obras mais antigas e a oferecer novas obras, sob o formato de curso para leigos, que permitissem uma formação política liberal à distância aos interessados. Este fenômeno é analisado em profundidade por aqueles que estudam, por exemplo, os efeitos das redes sociais na eleição de 2018, e a conclusão parece ser a de que a

direita brasileira foi capaz de capitalizar esta mudança nas formas de comunicação e utilizá-la para fins eleitorais e ideológicos. Por exemplo, em Gregório & Crontera:

A expansão da internet tem provocado transformações nas ações políticas contemporâneas. Como destaca Benckler (2011), com a internet têm surgido novos tipos de poder e liberdade: possibilidade de vazamento e disseminação de informações; fuga do controle da informação pelas grandes corporações midiáticas; e novas formas de mobilização da opinião pública. Para o autor, a atual configuração da sociedade reflete um momento histórico específico no qual as redes de informação e comunicação desempenham um papel central na reconfiguração da organização da produção, poder e do significado. (Gregório; Contrera, 2020, p. 2)

Paim, ao lado de Vélez Rodríguez, parece ter sido um dos pioneiros deste formato nos meios conservadores, disponibilizando cursos adaptados para o formato digital e voltados para o público leigo. Olavo de Carvalho, outro ideólogo de direita, mencionado por Vélez Rodríguez em seu discurso quando tomou posse como Ministro da Educação no governo Jair Bolsonaro, e frequentemente associado a Paim neste contexto, também divulgava de maneira eficiente o seu pensamento através de cursos ministrados pela internet, o que lhe rendeu a alcunha de Professor Olavo.

Mesmo as entrevistas concedidas por Paim ao final da vida aos canais *Instituto Mises* e *LIVRES*, no YouTube, e em formato de *podcast*, nestes mesmos canais, parecem fazer parte do mesmo esforço: atingir novos públicos, sobretudo de jovens simpatizantes do liberalismo econômico, que seus artigos na *Revista Brasileira de Filosofia*, e mesmo no jornal *O Estado de São Paulo*, não seriam capazes de atingir, seja pela linguagem empregada ou pela nova dimensão do alcance possibilitado pela internet enquanto nova força midiática.

Acreditamos que com isso resta demonstrado que as raízes do pensamento neoconservador de Antonio Paim, divulgado em livros e artigos de jornais a partir dos anos 1980, e pela *internet* no início do século XXI, antecede ao menos em quatro décadas a sua versão “madura” que aparece em suas obras digitais. O fundamento de seu pensamento está presente ao menos desde 1965, quando publica pela primeira vez, ao lado de Paulo Mercadante, na *RBF*, um artigo sobre o culturalismo de Tobias Barreto. As bases conservadoras e liberais de seu pensamento mantiveram-se relativamente estáveis ao longo de toda a sua produção intelectual, e as principais mudanças parecem estar relacionadas às

formas de divulgação de seu trabalho, de sua participação política e da análise de seus resultados, sendo a mudança mais significativa em conteúdo a atenção dada a Paim ao que chamou de “questão da moral”, que tornou-se mais frequente em suas obras mais recentes, embora presente desde o princípio, em seus estudos sobre Tobias Barreto.

Considerações Finais

Paim apresentava-se, inicialmente, como um filósofo que pretendia a neutralidade da filosofia em relação à política e à religião, inserido num contexto marcado pelo autoritarismo da ditadura militar e a hegemonia dos católicos nos meios conservadores. Com o tempo, sua proposta conservadora liberal ganha espaço, e Paim tornou-se um especialista em história do pensamento político, sobretudo do pensamento político liberal no Brasil. Manteve-se fiel à proposta de neutralidade na filosofia e dedicou-se quase exclusivamente à vida acadêmica até finais da década de 1970, quando se aposentou como docente.

Na década de 1980, Paim retomou seus estudos sobre a história do pensamento político liberal no Brasil, desta vez mais como divulgador do que como filósofo politicamente desinteressado – isto é, mais como “divulgador de doutrinas” que como “observador”, em seus próprios termos (Paim, 1967, p. 12), sem, contudo, que uma de suas facetas eliminasse a outra. Alinhado ao movimento de expansão do neoliberalismo, Paim adotou novas bases liberais e incorporou as experiências neoliberais como os governos Reagan, Thatcher e Pinochet como marcos de avanço civilizatório e de aprofundamento dos valores liberais nos países agora “liberalizantes”.

Ao final da década de 1980, uma vez aposentado da carreira docente, associou-se diretamente ao senador Jorge Bornhausen e ao Partido da Frente Liberal, tornando ainda mais explícita a sua participação enquanto intelectual e articulador político, mas sem abrir mão de sua posição como filósofo e teórico liberal. A atuação de *think tanks* internacionais e nacionais – incluindo-se o próprio IBF –, somada à abertura econômica e política do Brasil ao final da ditadura militar, que coincide cronologicamente com este momento da história, oferecem uma base material para a divulgação do ideário neoliberal. Como efeito destes fenômenos, Paim tornou-se cada vez mais familiarizado com a obra de Irving Kristol, que exerce influência significativa sobre seu pensamento. É neste momento que Antonio Paim “migra” de seu conservadorismo liberal para o neoconservadorismo, e passa a defender abertamente a “moralização” da sociedade por intermédio do Estado, através da religião, com o objetivo específico de impulsionar o desenvolvimento econômico. Essa ideia já existia em germe em sua fase culturalista, mas ganhou contornos mais explícitos em sua fase neoconservadora.

É neste momento, também, que Paim passou a figurar frequentemente, seja como referência ou como contribuidor, n’*O Estado de São Paulo*, um jornal de ampla circulação e que está entre os maiores do país. Algum tempo depois, Paim analisou a importância da

“linguagem jornalística” para a expansão do “fenômeno neoconservador”. Nesta mesma análise, avaliou a importância que o aumento do número de evangélicos na América Latina pode ter para os neoconservadores, uma vez que seriam aliados na luta pela moralização da sociedade em termos neoliberais. Ambas estas ideias foram bastante influenciadas pela obra de Irving Kristol e de suas estratégias para divulgação do neoconservadorismo nos EUA.

Uma década depois, já no século XXI, Paim passou a atuar como comentarista de política institucional brasileira n’*O Estadão*, e a disponibilizar suas obras de maneira gratuita via *internet*, assim como cursos de formação política elaborados por ele e por Ricardo Vélez Rodríguez, principalmente através do Instituto de Humanidades. Isso nos permite analisar Antonio Paim enquanto um exemplo de pensador do conservadorismo liberal brasileiro, que tem suas raízes no conservadorismo católico, o qual antagonizavam no interior do conservadorismo, e na rejeição à dogmática que acompanhava esta corrente católica. Com o tempo, desenvolveu seu pensamento conservador liberal até eventualmente desembocar no neoconservadorismo, este por sua vez compreendido como uma das vertentes do neoliberalismo político.

Não só o conteúdo de suas obras importa, mas a maneira como escolheu divulgá-las. Consciente do papel dos intelectuais na circulação de ideias e na formação de correntes de opinião, Paim buscou ao mesmo tempo oferecer as bases filosóficas para a atuação política organizada – dos partidos políticos, como o PFL, por exemplo – e a formação de novos quadros, tanto de intelectuais quanto de seus alunos, através de sua bibliografia, da publicação em periódicos e, mais tarde, pela ampla divulgação de material político-filosófico na *internet*.

A trajetória pessoal e intelectual de Antonio Paim coloca em xeque a noção de “novas direitas” ou de um “renascimento conservador”; as continuidades em seu pensamento desde a década de 1960 até o início dos anos 2020 indicam que trata-se de um projeto político conservador liberal elaborado décadas antes, que amadureceu ao longo do tempo, encontrou ressonância entre intelectuais, jornalistas e leigos, reuniu capital político por décadas, aliou-se a partidos políticos institucionalizados e com representação no Congresso Nacional, cooptou suas lideranças e culminou, até aqui, na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018, e do projeto político conservador que este representava.

Não é um fato trivial a nomeação de Vélez Rodríguez, orientando de Paim e um de seus principais coautores ao longo das décadas, como o primeiro Ministro da Educação de Jair Bolsonaro, que mencionou diretamente os nomes de Antonio Paim e Olavo de Carvalho como suas principais inspirações para sua gestão do Ministério da Educação e Cultura. É uma

vitória pessoal de Antonio Paim e uma vitória política do projeto neoconservador que ajudou a construir.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Guilherme Silva de. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 720-731, 2020.
- ALMEIDA, R. “A onda quebrada” - evangélicos e conservadorismo. **cadernos pagu**, 2017.
- BALINSKI, W. As idéias filosóficas e o ambiente nacional. **Convivium**, p. 79, n. 1, vol. 29, 1986.
- BARBOSA, R. A semana e os livros - edições recentes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 fev. 1967, p. 32.
- BARRETO, L. A. Antonio Paim e Tobias Barreto. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 44, n. 186, p. 189-190, 1997.
- BARRETO, V. Uma introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 25, v. 100, pp. 370-378, out./dez. 1975.
- BARROS, R. S. M.. **A evolução do pensamento de Pereira Barreto**. São Paulo: Grijalbo/USP, 1967, 271 p. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por Ivan Lins no v. 17, n. 67, pp. 348-351, jul./set. 1967; por L. W. Vita. no v. 17, n. 67, pp. 346-348, jul./set. 1967; e por Antonio Paim, n. 18, v. 70, pp. 231-233, abr./jun. 1968.
- BIANCHI, A. Para uma história do pensamento político: anotações preliminares. **GPMPP Working Papers**, v. 1, 2014.
- _____. Gramsci, Croce e a história política dos intelectuais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 34, n. 99, e349915, 2019. Available from <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092019000100509&lng=en&nrm=iso>.
- _____. **O laboratório de Gramsci**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político. **Dados** [online], v. 48, n. 2, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000200001&lng=en&nrm=iso.
- BOER, N. Esta Guerra não é só do Oriente. **Convivium**, p. 15, n. 3, vol. 10, 1967
- BONAVIDES, P. Evolução histórica do liberalismo - momentos históricos da doutrina liberal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 out. 1987, p. 62.
- CAEIRO, F. G. Perspectivas da filosofia no Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 ago. 1979, p. 203.
- CALDAS, S.; BARRETO, T. Revista das Revistas: Revista do Livro. Livio Xavier. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 out. 1964, p. 40.

- CALMON, Pedro. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro: Ed. Politécnica. 1952, 391 p.
- CAPALBO, C. A Influência de Jacques Maritain no Pensamento Filosófico Brasileiro. **Convivium**, p. 281, n. 3, vol. 21, 1978.
- _____. Encontro nacional de professores de filosofia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 1980, p. 87.
- _____. Reestruturação da Universidade Brasileira. **Convivium**, p. 229, n. 4, vol. 28, 1983.
- CARDIM, C. H. Coragem, a virtude de Antonio Paim. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 jun. 2021, p. 2.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. **Catálogo de Obras Filosóficas**. Salvador: CDPB, 1983. Resenha por Fernando Arruda Campos na **Convivium**, p. 296, n. 4, vol. 28, 1983.
- CERNEV, J. Silvestre Pinheiro Ferreira: Um teórico liberal da monarquia representativa. **Convivium**, p. 19, n. 1, vol. 29, 1986.
- CHAIA, V. Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia liberal na América Latina e no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 22, n. 49, pp. 1059-1080, set/dez 2020
- COLE, G.D.H. **História del Pensamiento Socialista**. Trad. de Rubén Landa. México: Fondo de Cultura, 1957-1959. Resenhado por L.W. Vita na **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 10 n. 39, pp. 415-317, jul./set., 1960.
- COSTA, A. **O problema universitário brasileiro**. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1929, 538 p.
- COUTO FERAZ, A. Uma coleção de textos filosóficos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 1971, p. 212.
- CRIPPA, A. A cultura no Brasil (uma possibilidade de definição). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 mai. 1983, p. 181.
- _____. A Cultura no Brasil: uma possibilidade de definição. **Convivium**, p. 153, n. 3, vol. 27, 1983.
- _____. A Nova Idéia de Universidade. **Convivium**, p. 3, n. 1, vol. 12, 1969.
- _____. **A Idéia de Cultura em Vicente Ferreira da Silva**. São Paulo: Convívio, 1984.
- Resenha por Homero Silveira na **Convivium**, p. 94, n. 1, vol. 28, 1985
- _____. Apresentação. In: _____. **As idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1978.
- _____. Cultura e Responsabilidade. **Convivium**, p. 3, n. 1, vol 32, 1984.
- _____. O Conceito de Cultura em Tobias Barreto. **Convivium**, p. 403, n. 5, vol. 25, 1982.
- CRUZ COSTA, João. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 484 p.

CRUZ COSTA, João. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, 456 p. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por Ivan Lins, n. 17, v. 67, pp. 363-366, jul./set. 1967 e por L. W. Vita, n.18, v.70, pp. 233-236, abr./jun. 1968.

_____. **Esbozo de una História de las Ideas en el Brasil**. Trad. de J. López Páez. México, Fondo de Cultura, 1957, 175 p. Resenhado por L.W. Vita na **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 8, n. 31, pp. 385-386, jul./set., 1958.

_____. História das Idéias e Valores. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 10, n. 40, pp. 527-530, out./dez., 1960.

_____. **O desenvolvimento da Filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional**. São Paulo, 1954. (Tese de concurso à cátedra de História da Filosofia, submetida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo).

_____. **O pensamento brasileiro**. São Paulo: J. Magalhães, 1946. 77 p

COLE, G. D. H. **História del Pensamiento Socialista**. Trad. de Rubén Landa e González Pedrero. México, Fondo de Cultura, 1957—1960, 4 vol. Resenhado por L. W. Vita na **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 11, n. 42, pp. 303-305, abr./jun., 1961.

DA SILVA, W.T; SUGAMOSTO, A.; ARAUJO, U. I. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Cult. relig.**, Iquique , v. 15, n. 1, p. 180-222, Jun. 2021 . Disponível em:

<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-47272021000100180&lng=en&nrm=iso>.

DAPENA, J. A. G. **Trayectoria del Pensamiento Liberal Puertorriqueño en el Siglo XIX**. San Juan de Porto Rico: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1963, 152 p. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por L. W. Vita, n. 17, v. 65, pp. 90-92, jan./mar. 1967.

DAVAL, Roger. **História das idéias na França**. Trad. de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. 126 p.

DE OGGERO, I. As origens do pensamento filosófico no Brasil. **Convivium**, p. 51, n. 1, vol. 29, 1986.

EVELIN, G. Quem é Antonio Paim, o filósofo baiano que fez a cabeça do ministro da Educação. **Época**, jan. 2019. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/epoca/quem-antonio-paim-filosofo-baiano-que-fez-cabeca-do-ministro-da-educacao-23361323>>.

FERRARI, A. A Heterodoxia do Comportamento Político Universitário Brasileiro. **Convivium**, p. 255, n. 3, vol. 18, 1975

- FERREIRA, O. S. A consciência histórica e a realidade política nacional. **Convivium**, p. 206, n. 3, vol. 13, 1970.
- FERREIRA, O. S. As Idéias Políticas de Jean-Jacques Rousseau. **Convivium**, p. 103, n. 2, vol. 16, 1973.
- FERREIRA, S. P. **Idéias políticas**. Rio de Janeiro, Documentário, 1976. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por Carlos Lopes de Mattos, n. 27, v. 105, pp. 109-110, jan./mar. 1977; por Creusa Capalbo, n. 28, v. 109, pp. 91-93, jan./mar. 1978.
- FERRER, S. R. **Marginal e apátrida na filosofia brasileira: Uma análise sociológica sobre Vilém Flusser**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FERRI DE BARROS, B. Por que sou um liberal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 set. 1987, p. 2.
- FIGUEIREDO, R.; FIGUEIREDO, N. Antonio Paim, um exemplo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 mai. 2021, p. 2.
- FREYRE, G. Em Torno do Possível Futuro de uma Constante de Cultura: a Hispânica. **Convivium**, p. 343, n. 5, vol 12, 1969.
- _____. Meu caro Adolpho Crippa. **Convivium**, p. 169, n. 3, vol. 27, 1983.
- FOURCADE, J-P. **La tentation social démocrate**. Paris: Plon, 1985.
- GALEFFI, R. A autonomia da Arte na Estética de Croce. **Convivium**, Resenhado por Constança M. Cesar. p. 73, n. 4, vol. 10, 1967.
- GETTEL, Raymond Garfield. **História das idéias políticas**. Trad. e notas de Eduardo Salgueiro. Rio de Janeiro: Alba, 1941, 654 p.
- GENOVESI, A. **As instituições de lógica**. In: Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro, vol. 4. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Editora Documentário, 1977, 127p.
- GILES, Thomas Ranson. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo, EPU/USP, 1975, 2 vol. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por Antonio Paim, n. 26, v. 102, pp. 244-246, abr./jun. 1976.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999ss, 6v.
- _____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GREGÓRIO, P.C.; CONTRERA, F. A direita nas eleições presidenciais brasileiras de 2018: prioridades temáticas e variações ideológicas. **Agenda Política**, vol. 8, n. 1, pp.10-49, 2020.
- GONÇALVES, R. J. M. Entrevista - A longa trajetória de um intelectual brasileiro: Antonio Paim, filósofo e historiador das ideias. **Trans/Form/Ação**, [S.L.], v. 46, n. 1, p. 15-36, mar. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-3173.2023.v46n1.p15>.

- _____. **História fetichista: o aparelho de hegemonia filosófico - Instituto Brasileiro de Filosofia / Convivium (1964-1985)**. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.
- GUIMARÃES, A. O Ecletismo de Gonçalves de Magalhães. **Convivium**, p. 324, n. 4, vol. 25, 1982.
- GUEROULT, Martial. História de la philosophie, metaphysique et weltanschauung d'après W. Dilthey. **Revista Brasileira de Filosofia**, v.2, n. 5, pp. 5-18, jan./mar., 1952.
- GUSDORF, G. **A agonia de nossa civilização**. São Paulo: Convívio, 1978.
- _____. A crise da Universidade e crise de Valores. **Convivium**, p. 195, n. 3, vol. 18, 1975.
- HAUBERT, M. Vêlez exclui pasta de Diversidade do MEC. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 jan. 2019, p. 14.
- HEGENBERG, L. Os filósofos brasileiros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 mai. 1979, p. 225.
- _____. O Sr. Vita, Esquerda e direita. **Convivium**, n. 4, vol. 10, p. 63, 1967.
- _____. Reflexões sobre a crise do homem ocidental. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 ago. 1979, p. 203.
- IBIAPINA, C. Questões Principais da Filosofia Brasileira. **Convivium**, p. 34, n. 1, vol. 29, 1986.
- KRAMER, D. O lado mais ameno do balcão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 nov. 2003, p. 6.
- KRISTOL, I. A conservative Welfare State. *In*: STELZER, I. **The neocon reader**. New York: Grove Press, 2004a. pp. 145-148.
- _____. **Neoconservatism - the autobiography of an idea**. Chicago: Elephant Paperbacks, 1995.
- _____. The neoconservative persuasion - what it was, and what it is. *In*: STELZER, I. **The neocon reader**. New York: Grove Press, 2004b. pp. 33-37.
- _____. **Two cheers to capitalism**. New York: Basic Books, 1978.
- KUJAWSKI, G. M. A filosofia no Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 abr. 1998, p. 2.
- _____. **Perspectivas filosóficas**. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria de Cultura, 1983.
- LABORATÓRIO DE PENSAMENTO POLÍTICO. Abordagens e técnicas de pesquisa na área de história intelectual. **PEPOL Working Papers**. Campinas, jun. 2021. Disponível em: <<https://pepol.ifch.unicamp.br/pf-pepol/2021-06/2021%20PEPOL%20Working%20Paper%2002.pdf>>.
- LIMA, A. A. **Revolução, reação ou reforma?** 2a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- LISBOA, L. C. Evolução filosófica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 1985, p. 190.

- LEANDRO, J. F. T. V. Perspectivas do Estudo do Pensamento Político Brasileiro. **Convivium**, p. 203, n. 03, vol. 28, 1985.
- MACEDO, U. B. A democracia no Brasil - um estudo da história das idéias. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1984.
- _____. **A liberdade no Império**. São Paulo: Convívio, 1977.
- _____. O neoconservadorismo no Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 mar. 1981, p. 82.
- _____. O pensamento político de Fidelino de Figueiredo - um projeto político para Portugal. **Convivium**, p. 358, n. 4, vol. 30, 1987.
- MACIEL DE BARROS, R. S. A "ilustração brasileira" revisitada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1987, p. 56.
- MACIEL, M. **Educação e Liberalismo**. São Paulo: José Olympio, 1987a.
- _____. **Liberalismo e Justiça Social**. Brasília: Senado Federal, 1987b, 132 p.
- MACHADO, G. P. O Brasil e a filosofia no século XIX. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 nov. 1977, p. 153.
- MACHADO, L. Z. From the Time of Rights to the Time of Intolerance. The Neoconservative Movement and the Impact of the Bolsonaro Government. Challenges for Brazilian Anthropology. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 17, 2020.
- MACHADO NETO, A. L. **História das Idéias Jurídicas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1969. 235 p.
- MALFATTI, A. S. **Raízes do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Pallotí, 1985. Resenha por Aquiles Côrtes Guimarães na **Convivium**, p. 541, n. 6, vol. 28, 1985.
- MARTINS, J. S. Breve História das Idéias no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 22, v. 87, pp. 325-344. jul./set. 1972.
- MARTINS, W. A catálise filosófica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 1968, p. 44.
- MEIRA PENNA, J. O. Autoritarismo e Ordem Moral. **O Estado de São Paulo**: São Paulo, 18 fev., 1986, Geral, p. 43.
- MENEZES, D. Por que ler Rui Barbosa, hoje? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1981, p. 194-195.
- MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1965, 264 p. Resenhado por L. W. Vita na **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 15, n. 59, pp. 449-451, jul./set., 1965.
- _____. **A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.

- _____. **A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. Antonio Paim: A trajetória ao liberalismo. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 44, n. 186, pp. 200-202, 1997.
- _____ e PAIM, A. **A reorganização da obra completa de Tobias Barreto: motivos e critérios**. In: Lima, Hermes. Tobias Barreto: a época e o homem. Rio de Janeiro, INL, 1963. p. 215-235.
- _____. As raízes do ecletismo no Brasil. In: CRIPPA, A. (Org.). **As idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1978.
- _____; PAIM, A. Os Estudos de Filosofia de Tobias Barreto. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 15, n. 59, pp. 449-451, jul./set., 1965.
- _____. Primórdios do Liberalismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 mai. 1983, p. 160.
- MERQUIOR, J. G. **O liberalismo: Antigo e Moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MOSCA, G. **História das doutrinas políticas**. Prefácio de Milton Campos e complemento de Gaston Bouthoul. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 416 p.
- MONTENEGRO, J. A. O Liberalismo Radical no Império. **Convívium**, p. 228, n. 3, vol. 21, 1978.
- MOOG RODRIGUES, A. M. O professor Antonio Paim. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 44, n. 186, p. 172, 1997.
- MOURA, O. A Filosofia Política de D. Pedro II. **Convívium**, p. 432, n. 5, vol. 25, 1982.
- _____. As Idéias Filosóficas e religiosas nos debates da Constituinte de 1823. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 25, v. 98, pp. 192-229, abr./jun. 1975.
- MUSSI, D. Pesquisando o pensamento político: o conceito e a prática. **GPMPP Working Papers**, v. 3, 2016.
- NAERT, Emilienne. **La Pensée Politique de Leibniz**. Paris: PUF, 1964, 116 p. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por L. Van Acker, n. 16, v. 61, pp. 143-144, jan./mar. 1966.
- NASH, G. G. **The Conservative Intellectual Movement in America, since 1945**. New York: Basic Book, 1979.
- NISBET, R. **Conservatism; Dreams and Reality**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.
- NIZZA DA SILVA, M. B. Pombal e a cultura brasileira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 1983, p. 151.
- NUNES, B. A Escola do Recife. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 jul. 1967, p. 38.

- OLIVEIRA TORRES, J. C. **História das Idéias Religiosas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo/USP, 1968. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por L. W. Vita, no n. 18, v. 71, pp. 347-351, jul./set. 1968; por Nelson Nogueira Saldanha, no n. 18, v. 72, pp. 500-501, out./dez. 1968; e por Antonio Paim, n. 18, v. 72, pp. 498-500, out./dez. 1968.
- O Estado de São Paulo. Filósofo e expoente do pensamento liberal brasileiro. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 de maio de 2021, p. 08.
- NUNES, R. A lógica de Genovesi. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 mai. 1977, p. 232.
- O Estado de São Paulo. Conferidos prêmios literários. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 1968, p. 6.
- _____. Lançamentos - Ensaio. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 ago. 1970, p. 48.
- _____. Lançamentos - Ciências Humanas. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 1977, p. 224.
- _____. Cidade e Serviços - Ciclo. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 nov. 1977, p. 27.
- _____. Divulgação do ciclo de conferências “As idéias políticas no Brasil”. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 nov. 1977.
- _____. A pós-graduação e a Capes. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 jan. 1982, p. 3.
- _____. Ensino superior e ensino elementar. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 nov. 1985, p. 3.
- _____. Posições claras. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 1986, p. 3.
- _____. O liberalismo no Brasil. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1987, p. 27.
- _____. Panorama Filosófico Brasileiro. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 jul. 2005, p. 2.
- _____. Filósofo e expoente do pensamento liberal brasileiro. Apócrifo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 mai. 2021, p. 08.
- OLIVEIRA, L. S. **Debates e cisões no jornal Voz Operária: o PCB e o relatório Kruschev**. 2013. 48 f. Monografia (Licenciatura em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.
- PACHECO, A. C. Algumas considerações sobre o pensamento filosófico no Brasil. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 17, v. 65, pp. 45-52, jan./mar. 1967.
- _____. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: USP/Grijalbo, 1967. 276 p. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por L. W. Vita no v. 18, n. 69, pp. 119-123, jan./mar. 1968; por Nelson Nogueira Saldanha no v. 18, n. 70, pp. 245-247, abr./jun. 1968; por Roberto de Paulo Leite no v. 18, n. 71, pp. 357-358, jul./set. 1968; por Wilson Martins, no v. 18, n. 72, pp. 508-512, out./dez. 1968; e por Deolindo Amorim, no v. 19, n. 73, pp. 123-137, jan./mar. 1969.
- _____. Proposta para a Inclusão de uma Seção sobre História das Idéias nos próximos colóquios. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 17, v. 65, pp. 60-62, jan./mar, 1967.

PAIM, Antonio. A consciência moral da intelectualidade brasileira. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 17, v. 66, pp. 187-193, abr./jun. 1967.

_____. **A Escola Eclética: Estudos Complementares à História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 2a ed. Londrina: Edições CEFIL, 1999a.

_____. A fidelidade à profissão de fé liberal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 dez. 1987e, p. 39.

_____. A filosofia crítica de Reale. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 mai. 1990, p. 84.

_____. **A filosofia da Escola do Recife**. São Paulo: Saga, 1965, 217 p. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por Carlos Lopes de Mattos, n. 17, v. 66, pp. 231-232, abr./jun. 1967; por L. W. Vita, n. 17, v. 66, pp. 237-239, abr./jun. 1967; por A. L. Machado Neto, n. 17, v. 67, pp. 351-352, jul./set. 1967; por Paulo Mercadante, n. 17, v. 68, pp. 490-492, out./dez. 1967; e por Juan Carlos Torchua, n. 21, v. 84, pp. 356-358, out./dez. 1971.

_____. A filosofia de Tobias Barreto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 out. 1990, p. 88.

_____. A juventude comunista de Antonio Paim. [Entrevista concedida a] Christian Lynch. **Insight Inteligência**, São Paulo, n. 81, p. 52-62, abr./mai./jun. 2018.

_____. A longa trajetória de um intelectual brasileiro: Antonio Paim, filósofo e historiador das ideias. [Entrevista concedida a] Rodrigo Jurucê Matos Gonçalves. **Trans/Form/Ação**, [S.L.], v. 46, n. 1, p. 15-36, mar. 2023. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/0101-3173.2023.v46n1.p15>.

_____. Amoroso Costa e a ideia de universidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 fev. 1985b, p. 195.

_____. A proposta Paidéia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1985e, p. 211.

_____. **A querela do estatismo**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1978.

_____. A questão da originalidade do pensamento filosófico brasileiro. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 27, n. 107, pp. 249-257, jul./set., 1977.

_____. A pesquisa das idéias filosóficas na Bahia. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 28, n. 109, pp. 69-76, jan./mar., 1978.

_____. A possível reforma política. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2010, p. 2.

_____. A propósito da cultura brasileira: culturalismo e existencialismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1983b, p. 180.

_____. Apresentação. In: PERALVA, O. **O retrato**. 3ª ed. Belo Horizonte: Três Estrelas, 2015.

_____. A superação do empirismo mitigado na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 26, v. 102, pp. 189-197, abr./jun. 1976.

- _____. A versão positivista do marxismo. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 17, v. 68, p. 411-433, out./dez. 1967.
- _____. Balanço da Pós-Graduação em Filosofia (1969/1982). **Convivium**, p. 278, n. 4, vol. 28, 1983.
- _____. **Bibliografia Filosófica Brasileira - período contemporâneo (1931-1977)**. São Paulo: GRF; Brasília: INL, 1979a.
- _____. **Cairu e o liberalismo econômico**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1968.
- _____. Como corrigir o sistema eleitoral. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 out. 2013, p. 2.
- _____. Confronto entre Culturalismo e existencialismo a propósito da cultura brasileira. **Convivium**, p. 166, n. 3, vol. 27, 1983.
- _____. Discutir e condenar o racismo emergente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2008, p. 2.
- _____. Educação e liberalismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 abr. 1988a, p. 79.
- _____. **Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, 157p.
- _____. Estudos recentes do pensamento político, da filosofia do direito e da filosofia da educação. **Convivium**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 105-119, mar./abr., 1987b.
- _____. **Evolução Histórica do Liberalismo**. Belo Horizonte: Editoria Itatiaia Limitada, 1987a.
- _____. Fenomenologia e pensamento brasileiro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 fev. 1980a.
- _____. Graça Aranha e os problemas legados à posteridade pela Escola do Recife. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 18, v. 72, pp. 433-437, out./dez. 1968.
- _____. História das idéias e filosofia política. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 25, n. 100, pp. 498-503, out./dez., 1975.
- _____. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 1a ed. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1967.
- _____. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 2a ed. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1974. Resenhada na **Revista Brasileira de Filosofia** por Vicente Barretto, n. 25, v. 97, pp. 107-109, jan./mar. 1975; por Creusa Capalbo, n. 25, v. 99, pp. 370-374, jul./set. 1975.
- _____. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 3a ed. São Paulo: Editora Convívio, 1984a.
- _____. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 4a ed. São Paulo: Editora Convívio, 1987c.

_____. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 5a ed. Londrina: Editora UEL, 1997.

_____. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 6a ed. Edições Humanidades, 2007a, v.1. Disponível em: <

http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/vol_i_problemas_filosofia_brasileira.pdf

>.

_____. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 6a ed. Edições Humanidades, 2007b, v. 2. Disponível em:

<http://institutodehumanidades.com.br/arquivos/vol_ii_problemas_filosofia_brasileira.pdf>.

_____. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

_____. (org.). **Índice da Revista Brasileira de Filosofia (1951-1980)**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1983.

_____. Introdução à filosofia: a filosofia à luz da visão culturalista. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 dez. 1988c, p. 79.

_____. Introdução à filosofia contemporânea no Brasil: a mentalidade positivista. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 16, v. 64, pp. 549-576, out./dez., 1966.

_____. **Liberdade acadêmica e opção totalitária - um debate memorável**. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A, 1979b.

_____. Livro mostra face oculta de Euclides da Cunha. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 1993, p. 109.

_____. **Marxismo e descendência**. Campinas: Vide, 2009.

_____. Miguel Reale e seus ensaios para reavaliar o sentido da metafísica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 nov. 1983c, p. 143.

_____. **Modelos Éticos: Introdução ao Estudo da Moral**. São Paulo: IBRASA, 1992.

Resenha por Ricardo Vélez Rodríguez na **Convivium**, p. 78, n. 1, vol. 32, 1984.

_____. **Momentos decisivos na história do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Obra aborda questões nucleares da filosofia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 mai. 1996, p. 249.

_____. Obras Gerais Dedicadas à Filosofia Brasileira. **Convivium**, p. 3, n. 1, vol. 29, 1986.

_____. O ciclo da formação da corrente eclética. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 26, v. 104, pp. 468-475, out./dez. 1976.

_____. O Ecletismo de Antônio Pedro de Figueiredo. **Revista Brasileira de Filosofia**, pp. 7-26, n. 16, vol. 61, jan./mar. 1966.

_____. O estudo do pensamento filosófico brasileiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979c, 157 p.

- _____. **O estudo do pensamento filosófico brasileiro**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1979, 157 p. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por Luiz Paulo Horta, n. 29, v. 116, pp. 452-454, out./dez. 1979; por Leônidas Hegenberg, n. 30, v. 117, pp. 114-115, jan./mar. 1980.
- _____. **O estudo do pensamento filosófico brasileiro**. 2a ed. São Paulo: Convívio, 1985.
- _____. O legado de Roque Spencer Maciel de Barros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 mai. 1999b, p. 2.
- _____. O liberalismo - a visão de Von Mises. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 1988b, p. 66.
- _____. **O Liberalismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995a.
- _____. **O Liberalismo Contemporâneo**, 3 ed. Edições Humanidades, 2007c.
- _____. O liberalismo Social de José Maria Bello. **Convivium**, p. 438, n. 5, vol. 30, 1987d.
- _____. Oliveira Viana de corpo inteiro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 mai. 1987d, p. 70.
- _____. Onde o governo Dilma faria a diferença. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 fev. 2011, p. 2.
- _____. Os dilemas da esquerda norte-americana. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 mai. 1985c, p. 176.
- _____. Os ensaios de Alexandre Correia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 mai. 1985d, p. 200.
- _____. **Os intérpretes da filosofia brasileira: Estudos complementares à história das idéias filosóficas no Brasil**. Londrina: Editora UEL, 1999.
- _____. O neokantismo no Brasil. **Convivium**, p. 409, n. 5, vol. 28, 1985.
- _____. O tradicionalismo brasileiro. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 193. jun. 1979b.
- _____. **Para entender o PT**. São Paulo: Edições Humanidades, 2002.
- _____. Perspectivas filosóficas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 mai. 1983a, p. 179.
- _____. O pleno desabrochar da filosofia brasileira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 dez. 1999c, p. 66.
- _____. **Pombal e a Cultura Brasileira**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1982. Resenha por Fernando Arruda Campos na **Convivium**, p. 70, n. 1, vol. 26, 1983.

- _____. Por que ler Tobias Barreto, hoje? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 dez. 1980b, p. 137-139.
- _____. **Problemática do culturalismo**. Porto Alegre: CEFIL/EDIPUCRS, 1995b.
- _____. Progressos recentes no estudo do pensamento brasileiro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 fev. 1977.
- _____. Quem tem medo da Filosofia brasileira? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 jan. 1982, p. 82.
- _____. (org.). **Revista Brasileira de Filosofia - Histórico e Índice - 1951/1973**. São Paulo: Gráfica Municipal de São Paulo, 1976.
- _____. Sem partidos, democracia é impossível. Entrevista a Beatriz Marinho. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1985a, p. 201, 203-205.
- _____. Silvestre Pinheiro Ferreira: a herança de um mestre liberal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 1984b, p. 174.
- _____. Silvestre Pinheiro Ferreira e a evolução do pensamento brasileiro no século XIX. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 19, v. 76, pp. 447-450, out./dez. 1969.
- _____. Tobias Barreto e o neokantismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1989, p. 80.
- _____. Uma proposta liberal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 dez. 1985f, p. 8.
- _____. Um projeto irrecusável. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 jan. 2012, p. 2.
- PANFLETO DE PROPAGANDA. As Idéias Políticas no Brasil. **Convivium**, n. 4, vol. 28, 1985.
- PANFLETO DE PROPAGANDA. História das Idéias Filosóficas no Brasil 3ª ed. **Convivium**, n. 4, vol. 28, 1985.
- PARENTE, Alfredo. “La crítica” di Benedetto Croce nella cultura italiana. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 6, n. 2, pp. 173-176, abr./jun., 1956.
- PERALVA, O. **O Retrato**. São Paulo: Três Estrelas, 3ª ed., 2015.
- PEREIRA, P. O pensador liberal à frente do MEC. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2018, p. 20.
- POLETTI, R. Liberalismo, propriedade e questão agrária. **Convivium**, p. 132, n. 2, vol. 29, 1986.
- PROTA, L. Antonio Paim fazendo escola. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 44, n. 186, 1997.
- RACY, S. Direto da Fonte. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 jan. 1999, p. 14.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **O problema nacional do Brasil**. Editora Saga, 1959.
- REALE, M. A reforma universitária Alemã. **Convivium**, p. 397, n. 5, vol. 28, 1985.
- _____. **As idéias fundamentais da matemática**. São Paulo: Grijalbo, 1971.
- _____. As vertentes do liberalismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 jan. 1995, p. 2.
- _____. Dependência cultural. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1997, p. 2.

- _____. **Experiência e cultura**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- _____. **Face Oculta de Euclides da Cunha**. São Paulo: Topbooks, 1993
- _____. Imigração, a grande esquecida. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 fev. 2001, p. 2.
- _____. O positivismo na cultura brasileira. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 2001, p. 2.
- _____. **Paradigmas da cultura contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- _____. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 1988, 269 p.
- _____. Invariantes axiológicas. **Estudos avançados**. São Paulo: Editora da USP, v. 5 n. 13, 1991.
- REALE JÚNIOR, M. Aliança com o Passado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 dez. 2019, p. 2.
- Revista Brasileira de Filosofia. João Cruz Costa (1904/1978). In Memoriam. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 25, v. 100, pp. 498-503, out./dez. 1975.
- ROCHA, Camila. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- SALDANHA, N. Evolução do pensamento político brasileiro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 1989, p. 87.
- _____. **História das idéias políticas no Brasil**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 1968. 345 p. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por B. Mantilla Pinada, no n. 20, v. 79, pp. 332-334, jul./set. 1970
- _____. Historicismo e Culturalismo. **Convivium**, p. 25, n. 1, vol. 32, 1984.
- SANTOS, Marta Sueli Dias. **Índice da Revista Brasileira de Filosofia (1951-2000)**. Salvador: Centro de Preservação do Pensamento Brasileiro, 2005.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.
- SCATIMBURGO, J. O historiador da filosofia no Brasil. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 44, n. 186, jun., 1997.
- SCHILLING, Kurt. **Histórias das Idéias Sociais**. Trad. de Fausto Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, 398 p. Resenhado por L. W. Vita na **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 16, n. 63, pp. 458-460, jul/set., 1966.
- SILVA, Ivan Henrique de Mattos. “Liberal na economia e conservador nos costumes” Uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, 2021.
- SIRINELLI, J. -F. As elites culturais. In: RIOUX, J.-P. e SIRINELLI, J.-F. (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and theory**, v.8, n. 1, p-3-53, 1969.

- _____. **Visions of politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SOLER, Ricaurte. **Estudios sobre História de las Ideas en América**. Panamá: Imprenta Nacional, 1961, 119 p. Resenhado por L. W. Vita na **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 11, n. 44, pp. 539-541, out./dez., 1961.
- SORMAN, G. **La révolution conservatrice américaine**. Paris: Fayard, 1983.
- SOUSA, J. P. G. Raízes Históricas da Crise Brasileira. **Convivium**, p. 24, v. 3, n. 8, 1963
- SOVERAL, E. A. Algumas notas sobre o liberalismo pedagógico de Antonio Paim. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 44, n. 186, p. 168, 1997.
- _____. Civilização e Cultura. **Convivium**, p. 248, n. 3, vol. 28, 1985.
- TAVARES, F. A caricatura que se autorreproduz. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 2019, p. 2.
- TAVARES, L. H. D. **Introdução ao estudo das idéias do movimento revolucionário de 1798**. Salvador: Livr. Progresso, 1959. 71 p.
- THILS, G. **Cristianismo sem religião**. São Paulo: Vozes, 1969. Resenha por Adolpho Crippa na **Convivium**, p. 65, n. 1, vol. 13, 1970.
- TOBIAS, J. A. **História das Idéias Estéticas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1967. 204. Resenhado por P. Manuel na **Convivium**, p. 67, n. 1, v. 12, 1969
- revolucionário de 1798**. Salvador: Livraria Progresso, 1959
- VALLE, Rafael Heliodoro. **História de las Ideas Contemporáneas en Centroamérica**. México: Fondo de Cultura, 1960, 306 p. Resenhado por L. W. Vita na **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 10, n. 40, pp. 590-591, out./dez., 1960.
- VÉLEZ RODRÍGUEZ, R. 'Marxismo e descendência'. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 mai. 2010, p. 2.
- _____. A comemoração dos sessenta anos do IBF e memória da Revista Convivium. **Revista Estudos Filosóficos UFSJ**, v. 3, 2017a. Recuperado de <http://www.seer.ufsj.edu.br/estudosfilosoficos/article/view/2383>.
- _____. A crise é grave e a saída é nossa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 mai. 2017b, p. 2.
- _____. Celebração do trabalho do pensador Antonio Paim. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 2009, p. 150.
- _____. A Inspiração Liberal de George Orwell. **Convivium**, p. 75, n. 1, vol. 32, 1984.
- _____. Antonio Paim, historiador das idéias. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 44, n. 186, pp. 204-205, 1997.
- _____. Esperteza ou Moral Social? **Convivium**, p. 487, n. 5, vol. 30, 1987a.
- _____. Estado Autoritário e Ciências Sociais no Brasil. **Convivium**, p. 515, n. 6, vol. 30, 1987b.

_____. Os 60 anos do IBF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 ago. 2009, p. 2.

_____. Pensadores Brasileiros - ANTONIO PAIM (1927). **Blog Ricardo Vélez Rodríguez**, São Paulo, dia 20 de maio de 2020. Disponível em <https://www.ricardovelez.com.br/blog/pensadores-brasileiros-antonio-paim-1927>>. Acesso em junho de 2022.

_____. Universidade aberta: Nova instância cultural. **Convivium**, p. 210, n. 3, vol. 27, 1983. VILLAÇA, A. C. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VIANNA, O. **O idealismo da Constituição**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

VITA, L. W. **A filosofia contemporânea em São Paulo**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia/Editorial Grijalbo, 1969.

_____. **Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1969, 508 p. Resenhado na **Revista Brasileira de Filosofia** por Armando Correia Pacheco, n. 19, v. 73, pp. 115-117, jan./mar. 1969; e por Theophilo Cavalcanti Filho no v. 19, n. 76, pp. 502, out./dez. 1969.

_____. Miguel Reale, historiador das idéias. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 11, n. 42, pp. 229-233, abr./jun., 1961.

_____. O pensamento brasileiro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 mar. 1968, p. 38. ZANCANARO, A. F. A questão da relação entre ética e política. **Convivium**, p. 144, n. 2, vol. 29, 1986.

XAVIER, L. Revista das Revistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 jan. 1973, p. 250.

_____. Revista das Revistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 1973, p. 283.

ZEA, Leopoldo. A história das Idéias na América Hispânica. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 10, n. 40, pp. 512-518, out./dez., 1960.